



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 12ª REUNIÃO

(2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura)

**22/03/2012
QUINTA-FEIRA
às 10 horas**

**Presidente: Senador Fernando Collor
Vice-Presidente: Senador Cristovam Buarque**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**12ª REUNIÃO, ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 22/03/2012.**

12ª REUNIÃO, ORDINÁRIA
Quinta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 9/2012 - Não Terminativo -	SEN. ANA AMÉLIA	12
2	MSF 11/2012 - Não Terminativo -	SEN. MARCELO CRIVELLA	42
3	MSF 16/2012 - Não Terminativo -	SEN. SÉRGIO SOUZA	72
4	MSF 13/2012 - Não Terminativo -	SEN. LAURO ANTONIO	121
5	MSF 14/2012 - Não Terminativo -	SEN. CRISTOVAM BUARQUE	157
6	MSF 17/2012 - Não Terminativo -	SEN. CRISTOVAM BUARQUE	195

7	PDS 238/2011 - Não Terminativo -	SEN. ALOYSIO NUNES FERREIRA	275
8	PDS 240/2011 - Não Terminativo -	SEN. ALOYSIO NUNES FERREIRA	294
9	PDS 290/2011 - Não Terminativo -	SEN. ALOYSIO NUNES FERREIRA	308

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)			
Anibal Diniz(PT)	AC (61) 3303-4546 / 3303-4547	1 Delcídio do Amaral(PT)	MS (61) 3303-2452 a 3303 2457
Eduardo Suplicy(PT)	SP (61) 3303-3213/2817/2818	2 Jorge Viana(PT)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367
Vanessa Grazziotin(PC DO B)(13)(15)	AM 6726	3 Lindbergh Farias(PT)(12)	RJ (61) 3303-6426 / 6427
Sérgio Souza(PMDB)(14)(17)(18)	PR (61) 3303-6271/ 6261	4 Eduardo Lopes(PRB)(26)(27)	RJ (61) 3303-5730
Cristovam Buarque(PDT)	DF (61) 3303-2281	5 Pedro Taques(PDT)(25)	MT (61) 3303-6550 e 3303-6551
Antonio Carlos Valadares(PSB)	SE (61) 3303-2201 a 2206	6 João Capiberibe(PSB)(24)	AP (61) 3303-9011/3303-9014
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)			
Jarbas Vasconcelos(PMDB)	PE (61) 3303-3245	1 Lobão Filho(PMDB)	MA (61) 3303-2311 a 2314
Luiz Henrique(PMDB)	SC (61) 3303-6446/6447	2 Romero Jucá(PMDB)	RR (61) 3303-2111 a 2117
Valdir Raupp(PMDB)	RO (61) 3303-2252/2253	3 Ana Amélia(PP)	RS (61) 3303 6083/6084
Vital do Rêgo(PMDB)	PB (61) 3303-6747	4 Roberto Requião(PMDB)	PR (61) 3303-6623/6624
Pedro Simon(PMDB)	RS (61) 3303-3232	5 Ricardo Ferraço(PMDB)	ES (61) 3303-6590
Francisco Dornelles(PP)	RJ (61)-3303-4229	6 Lauro Antonio(PR)(21)(22)(23)	SE 3303-6204 a 3303-6210
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)			
Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)	SP (61) 3303-6063/6064	1 Aécio Neves(PSDB)	MG (61) 3303-6049/6050
Paulo Bauer(PSDB)(11)	SC (61) 3303-6529	2 Cyro Miranda(PSDB)	GO (61) 3303-1962
José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	3 Clovis Fecury(DEM)(19)	MA 3303.6349
PTB			
Fernando Collor	AL (61) 3303-5783/5786	1 Mozarildo Cavalcanti	RR (61) 3303-4078 / 3315
Gim Argello	DF (61) 3303-1161/3303-1547	2 Inácio Arruda(PC DO B)(9)	CE (61) 3303-5791/5793
PR			
Blairo Maggi	MT (61) 3303-6167	1 Clésio Andrade(S/PARTIDO)	MG (61) 3303-4621 e 3303-5067
PSOL			
Randolfe Rodrigues	AP (61) 3303-6568	1 VAGO	

- (1) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.
- (2) Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- (3) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.
- (4) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (5) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.
- (6) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.
- (7) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (8) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (9) Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).
- (10) Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- (11) Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
- (12) Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
- (13) Em 08.06.2011, lido o Ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- (14) Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- (15) Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
- (16) O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- (17) Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

- (18) Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
- (19) Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).
- (20) Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.
- (21) Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- (22) Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
- (23) Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
- (24) Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
- (25) Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
- (26) Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- (27) Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS, ÀS 10H
SECRETÁRIO(A): ALVARO ARAÚJO SOUZA
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-3496
FAX: 3303-3546

PLENÁRIO Nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: scomcre@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
54ª LEGISLATURA**

**Em 22 de março de 2012
(quinta-feira)
às 10h**

PAUTA

12ª Reunião, Ordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL - CRE**

PARTE ÚNICA:	Deliberativa
Local:	Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 07

- PARTE ÚNICA -

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 9, DE 2012

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora RENATE STILLE, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino Hachemita da Jordânia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria : Senadora Ana Amélia

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação

Observações:

No dia 1º/03/2012 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
[Relatório](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 11, DE 2012

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor MICHAEL FRANCIS DE MAYA MONTEIRO GEPP, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a São Vicente e Granadinas.

Autoria: Presidente da República

Relatoria : Senador Marcelo Crivella

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação

Observações:

No dia 1º/03/2012 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE

Textos disponíveis:[Avulso da matéria](#)Na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
[Relatório](#)**ITEM 3****MENSAGEM (SF) Nº 16, DE 2012****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Socialista do Sri Lanka, e, cumulativamente, junto à República das Maldivas.

Autoria: Presidente da República**Relatoria :** Senador Sérgio Souza**Relatório:** A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação**Observações:**

No dia 1º/03/2012 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE

Textos disponíveis:[Avulso da matéria](#)Na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
[Relatório](#)**ITEM 4****MENSAGEM (SF) Nº 13, DE 2012****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JOSÉ MARCUS VINICIUS DE SOUSA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Dominicana.

Autoria: Presidente da República**Relatoria :** Senador Lauro Antonio**Relatório:** A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação**Observações:**

Leitura do Relatório, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011 - CRE

Textos disponíveis:[Avulso da matéria](#)

Na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
[Relatório](#)

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 14, DE 2012

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JORGE GERALDO KADRI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Polônia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria : Senador Cristovam Buarque

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação

Observações:

Leitura do Relatório, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011 - CRE

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
[Relatório](#)

ITEM 6

MENSAGEM (SF) Nº 17, DE 2012

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas, e, cumulativamente, junto à República de Palau, à República das Ilhas Marshall e aos Estados Federados da Micronésia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria : Senador Cristovam Buarque

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação

Observações:

Leitura do Relatório, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011 - CRE

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
[Relatório](#)

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 238, DE 2011**- Não Terminativo -**

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha Relativo à Segurança de Informações Sigilosas, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria : Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela rejeição

Textos disponíveis:[Avulso da matéria](#)[Texto inicial](#)

Na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)**ITEM 8****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 240, DE 2011****- Não Terminativo -**

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Bonfim-RR, em 14 de setembro de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria : Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou da pauta da reunião de 15.12.2011, tendo sido retirada a pedido do relator

Textos disponíveis:[Avulso da matéria](#)[Texto inicial](#)

Na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)**ITEM 9****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 290, DE 2011****- Não Terminativo -**

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuaite, assinado em Brasília, em 22 de julho de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria : Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela aprovação**Textos disponíveis:**[Avulso da matéria](#)[Texto inicial](#)**Na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**[Relatório](#)

1

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 9, de 2012 (Mensagem nº 32, de 2012, na origem), da Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, o nome da Senhora RENATE STILLE, Ministra de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira Diplomática, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino Hachemita da Jordânia.

RELATORA: Senadora ANA AMÉLIA

Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que a Presidente da República deseja fazer da Senhora Fausto Renate Stille, Ministra de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino Hachemita da Jordânia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV). Nesse sentido, damos início à análise curricular da indicanda, com base no *curriculum vitae* apresentado pelo Ministério das Relações Exteriores.

Consta no documento que a Senhora Renate Stille, filha de Martin Gunther Stille e Wilhemilne Hermine Stille, nasceu em 22 de outubro de 1944, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Entre suas qualificações acadêmicas, destaca-se o bacharelado em Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade Católica de Petrópolis (RJ); o bacharelato em Economia pela Universidade de Brasília (DF); o Curso de Admissão à Carreira Diplomática, do Instituto Rio Branco; e o Curso de Altos Estudos, também pelo Instituto Rio Branco, pelo qual apresentou trabalho intitulado *O Fundamentalismo Islâmico e Instabilidade Política na Argélia*.

Concluído o Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco, foi nomeada Terceira Secretária, em 1971, tendo sido, seguidamente, e sempre por merecimento, promovida até a atual situação de Ministra de Segunda Classe, em 1997.

Dentre as relevantes funções assumidas no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, destacam-se a Assistência da Divisão da América Central, da Assessoria de Imprensa do Gabinete, do Departamento Geral de Administração e do Departamento Econômico; a chefia-substituta da Divisão da Associação Latino-Americana de Integração; a Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Assuntos da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI); a Coordenadoria-Executiva da Sub-Secretaria Geral de Integração, Assuntos Econômicos e Comerciais; e a chefia da Divisão de Ciência e Tecnologia.

No Exterior, integrou os quadros diplomáticos brasileiros em Paris, de 1976 a 1979; em Genebra, de 1986 a 1989; em Argel, de 1991 a 1993; em Oslo, de 2000 a 2006; em Ierevan, de 2006 a 2009; e em Wellington, em 2009.

Integrou, ainda, as missões brasileiras na XVI Reunião da Comissão Assessora de Nomenclatura da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), Montevideu (Chefe de delegação); no Comitê de Peritos sobre Harmonização de Leis de Proteção de Invenções, OMPI, 2ª e 3ª Sessões (Chefe de Delegação); na Reunião sobre Desenvolvimento de Tecnologia no Setor de Energia, com atenção especial para Fontes Novas e Renováveis de Energia, UNCTAD (Chefe de delegação); no Comitê Permanente de Cooperação para o Desenvolvimento do Direito Autoral e Direitos Correlacionados, OMPI (Chefe de delegação); no Comitê Permanente Encarregado da Informação em Matéria de Patentes (PCPI), 11ª Sessão (1ª Sessão Extraordinária), OMPI (Chefe de delegação); no Comitê de Orçamento, OMPI (Chefe de delegação); no Departamento da América Latina da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (Sênior Program Officer); na Comissão Mista de Ciência e Tecnologia com a Espanha (Chefe de Delegação).

Em reconhecimento pela excelência de seus serviços, foram-lhe laureadas a comendas da Legião da Honra, França, grau de cavaleiro; a Ordem do Rio Branco, grau Grã-Cruz; e a Ordem ao Mérito Real da Noruega,

grau de Comendador.

O país para o qual a Ministra é indicada para assumir a função de Embaixadora é composto por população de maioria islâmica. Nesse sentido, sua familiaridade ao tema do islamismo é providencial. O Reino Hachemita da Jordânia é um país do Oriente Médio limítrofe à Síria, ao Iraque e à Arábia Saudita, com o qual o Brasil duplicou o valor de suas exportações de 2006 a 2010 e com o qual possui saldo comercial superavitário. Entre as empresas brasileiras exportadoras, têm destaque a EMBRAER, a PETROBRAS e, em terceiro lugar, a Sadia, indicando um perfil favorável ao Brasil, com exportações de alto valor agregado.

Em pauta na agenda de cooperação bilateral, a pesquisa e produção de sementes adaptáveis e resistentes ao clima seminário e os biocombustíveis.

Em 2008, foi assinado acordo de livre comércio entre MERCOSUL e o Reino Hachemita da Jordânia, a favor do qual, pelo lado brasileiro, pesa o fato de não haver sensibilidades comerciais mais significativas, porquanto as respectivas estruturas produtivas e o tamanho das econômicas não as tornam concorrenciais.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse Relatório.

Sala da Comissão, em

, Presidente

, Relatora



SENADO FEDERAL
MENSAGEM
Nº 9, DE 2012
(nº 32/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora RENATE STILLE, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino Hachemita da Jordânia.

Os méritos da Senhora Renate Stille que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de fevereiro de 2012.

Assinatura manuscrita em tinta preta, identificada como a do Presidente do Senado Federal, Joaquim Figueiredo.

EM No 00510 MRE

Brasília, 24 de outubro de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **RENATE STILLE**, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino Hachemita da Jordânia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae de **RENATE STILLE** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 510 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 24 de outubro de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **RENATE STILLE**, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino Hachemita da Jordânia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **RENATE STILLE** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL RENATE STILLE

CPF.: 045.526.367-15

ID.: 1371 MRE

1944 Filha de Martin Gunther Stille e Wilhelmine Hermine Stille, nasce em 22 de outubro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1967 Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica de Petrópolis/RJ

1969 CPCD - IRBr

1973 Economia pela Universidade de Brasília/DF

1978 CAD - IRBr

1993 CAE - IRBr, O Fundamentalismo Islâmico e Instabilidade Política na Argélia

Cargos:

1971 Terceira-Secretária

1975 Segunda-Secretária, por merecimento

1979 Primeira-Secretária, por merecimento

1989 Conselheira

1997 Ministra de Segunda Classe, por merecimento

2004 Ministra de Segunda Classe, no Quadro Especial

Funções:

1971-72 Divisão da América Central, Assistente

1972-74 Assessoria de Imprensa do Gabinete, Assistente

1974-76 Departamento Geral de Administração, Assistente

1976-79 Embaixada em Paris, Segunda e Primeira-Secretária

1976 Semana Internacional do Couro, Paris, Diretora-Geral do pavilhão,

1979-82 Missão junto à ALALC/ALADI, Montevidéu, Primeira Secretária

1979 XVI Reunião de Comissão Assessora de Nomenclatura da ALALC, Montevidéu, Chefe de delegação

1982-84 Divisão da Associação Latino-Americana de Integração, assistente e Chefe, substituta

1984 Comissão Nacional para Assuntos da ALADI, Secretária-Executiva

1984-86 Departamento Econômico, Assessora

1986-89 Missão Permanente em Genebra, Primeira Secretária

1986 Comitê de Peritos sobre Harmonização de Leis de Proteção de Invenções, OMPI, 2a. e 3a. Sessões, 86/87, Chefe de delegação

1986 Reunião sobre Desenvolvimento de Tecnologia no Setor de Energia, com atenção especial para Fontes Novas e Renováveis de Energia, UNCTAD, Chefe de delegação

1987 Comitê Permanente de Cooperação para o Desenvolvimento do Direito Autoral e Direitos Correlacionados, OMPI, Chefe de delegação

1987 Comitê Permanente Encarregado da Informação em Matéria de Patentes (PCPI), 11a. Sessão (1a. Sessão Extraordinária), OMPI, 1987, Chefe de delegação

1987 Comitê do Orçamento, OMPI, Chefe de delegação

1989-91 Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), Genebra, Departamento da América Latina, Senior Program Officer

1991-93 Embaixada em Argel, Conselheira

1993-94 Sub-Secretaria Geral de Integração, Assuntos Econômicos e Comerciais, Coordenadora-Executiva

1994-2000 Divisão de Ciência e Tecnologia, Chefe

1997 Comissão Mista de Ciência e Tecnologia com a Espanha, Chefe de delegação

2000-06 Embaixada em Oslo, Ministra-Conselheira

2006-09 Embaixada em Ierevan, Embaixadora
2009 Embaixada em Wellington, Embaixadora

Condecorações:

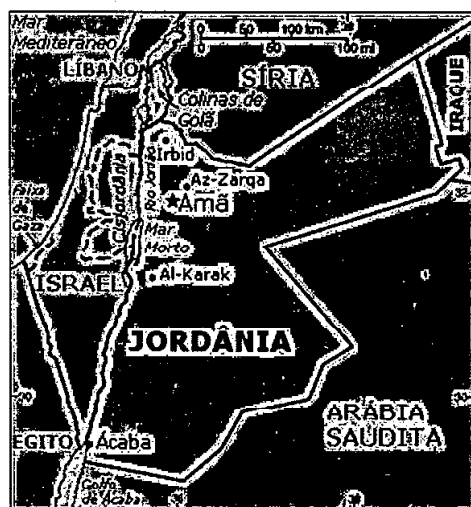
1980 Légion d'Honneur, França - Cavaleiro
2010 Ordem de Rio Branco - Grã-Cruz
2007 Royal Norwegian Order of Merit - Commander



JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL POLÍTICA II
DEPARTAMENTO DO ORIENTE MÉDIO
DIVISÃO DO ORIENTE MÉDIO I**

REINO HACHEMITA DA JORDÂNIA



OSTENSIVO

**Informação para o Senado Federal
Outubro de 2011**

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Reino Hachemita da Jordânia
CAPITAL	Amã
MAIORES CIDADES	Irbid, Aqaba, Al Karak e Az Zarqa
ÁREA	89.206 km ²
POPULAÇÃO (est. 2010)	6,4 milhões
IDIOMAS	Árabe (oficial) e inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	92% muçulmanos sunitas; 6% cristãos (ortodoxos, católicos e protestantes); 2% muçulmanos xiitas e drusos
ETNIAS	Árabes (98%); outros (2%)
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Rei Abdullah II
CHEFE DE GOVERNO	Awn Shawkat Khasawneh
MINISTRO DO EXTERIOR	Nasser Judeh
PIB (est. 2010, <i>Economist Intelligence Unit</i>)	US\$ 22,8 bilhões
PIR PER CAPITA (est. 2010)	US\$ 3.563
PIB PPP (est. 2010, <i>Economist Intelligence Unit</i>)	US\$ 33,5 bilhões
PIB PER CAPITA PPP (est. 2010)	US\$ 5.241
UNIDADE MONETÁRIA	Dinar jordaniano (JOP)
EMBAIXADOR DA JORDÂNIA NO BRASIL	Ramez Zaki Odeh Goussous
EMBAIXADOR DO BRASIL NA JORDÂNIA	Fernando José Marroni de Abreu

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL

Intercâmbio comercial bilateral (US\$ milhões, F.O.B)¹	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	104,99	113,59	294,04	177,15	220,33
Importações	5,53	8,22	24,02	12,23	1,52
Intercâmbio	110,52	121,81	318,06	189,38	221,85
Saldo comercial	99,46	105,37	270,02	164,92	218,81

(1) Elaborado pelo MRE/DPR/DIC, com base de dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

ÍNDICE

PERFIS BIOGRÁFICOS	4
REI ABDULLAH II.....	4
AWN SHAWKAT KHASAWNEH	5
NASSER JUDEH.....	6
RELAÇÕES BILATERAIS	7
COMUNIDADE BRASILEIRA E ASSUNTOS CONSULARES.....	7
RELAÇÕES COMERCIAIS.....	7
COOPERAÇÃO BILATERAL.....	8
ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO MERCOSUL-JORDÂNIA.....	8
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	9
POLÍTICA INTERNA.....	10
POLÍTICA EXTERNA	13
A JORDÂNIA E O PROCESSO DE PAZ ISRAELO-PALESTINO	13
A “PRIMAVERA ÁRABE” E A POLÍTICA EXTERNA JORDANIANA	14
IRAQUE.....	14
ECONOMIA, INVESTIMENTOS E COMÉRCIO EXTERIOR.....	16
ANEXO I – ACORDOS BILATERAIS	18
ANEXO II –CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS.....	19
CRONOLOGIA HISTÓRICA	20
ANEXO III – DADOS COMERCIAIS	21

PERFIS BIOGRÁFICOS**REI ABDULLAH II**

Nasceu em Amã, em 30 de janeiro de 1962.

Frequentou a Faculdade de Educação Islâmica (Jordânia), a Universidade de Oxford (especialização em Oriente Médio), o Curso Avançado de Oficiais de Cavalaria em Fort Knox (EUA) e a Escola de Pós-Graduação Naval de Monterey (EUA).

Abdullah II tornou-se chefe da monarquia constitucional do Reino Hachemita da Jordânia em 1999, após a morte de seu pai, o Rei Hussein, que governara o país desde 1952. Considerado progressista, Abdullah II implementou reformas políticas e econômicas, com vistas a dinamizar a economia do país.

No campo internacional, Abdullah II tem atuado com empenho nas negociações de paz no Oriente Médio, enquanto mantém sólidas relações com Israel e com os países do Ocidente. O apoio popular ao Rei Abdullah II, no entanto, é fragmentado: a aliança com Israel e Estados Unidos é muito impopular; os tradicionalistas rejeitam-no por suas tendências democráticas e os críticos progressistas queixam-se pela falta de reformas mais profundas.

Acompanhado de sua esposa, a Rainha Rania, empreendeu viagem ao Brasil em outubro de 2008.

Awn Shawkat Khasawneh
Primeiro-Ministro

Nascido em 1950, em Amã.

Awn Shawkat Khasawneh tem graduação e mestrado na Universidade de Cambridge (Queen's College) em História e Direito Internacional, respectivamente.

Khasawneh ingressou no serviço diplomático da Jordânia em 1975 e serviu como Segundo Secretário e, em seguida, Primeiro Secretário na Missão Permanente da Jordânia às Nações Unidas em Nova York (1976-1980). De 1980 a 1985, trabalhou no Ministério da Negócios Estrangeiros, responsável por organizações internacionais e direito internacional. No ano 1985-1990, foi Chefe do Departamento Jurídico no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Em 1990, foi designado para a Casa Real, onde trabalhou como consultor jurídico para o príncipe herdeiro El-Hassan bin Talal. Tornou-se Embaixador em 1992, e em 1995, ele foi nomeado para o cargo de Conselheiro do Rei e Conselheiro do Estado de Direito Internacional, cargo de nível ministerial. Entre 1996 e 1998, foi Chefe da Casa Real do Reino Hachemita da Jordânia.

Khasawneh foi membro da Corte Internacional de Justiça (CIJ) de 2000 até a sua indicação como Primeiro-Ministro pelo Rei Abdallah, em 17 de outubro de 2011, cargo no qual deverá ser formalmente empossado pelo Parlamento, e deverá nomear os membros de seu Gabinete. Na CIJ, esteve à frente de mais de 80 casos internacionais, inclusive a apreciação jurídica do Muro da Separação. Tal currículo, acredita-se, emprestará ao Primeiro-Ministro designado credibilidade interna e prestígio internacional no trato dos assuntos externos.

NASSER JUDEH
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nasceu em 1961, em Amã. Oriundo de família palestina, frequentou o colégio cristão La Salle, na capital jordaniana. Concluiu seus estudos no Eastbourne College (Reino Unido), em 1979, e graduou-se na Escola de Serviço Exterior da Universidade de Georgetown (EUA), em 1982.

De volta à Jordânia, Judeh ocupou assentos em conselhos de administração de importantes empresas do país, concentrando-se nas áreas de comunicação e de informação. Exerceu os cargos de assessor de imprensa da *Royal Jordanian Airlines* e Diretor-Geral da Rede de Rádio e Televisão da Jordânia.

No Governo jordaniano, Judeh atuou como Ministro da Informação e, em novembro de 2007, assumiu o cargo de Ministro de Comunicações e Assuntos de Mídia, que ocupou até fevereiro de 2009, quando foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Judeh manteve-se no cargo apesar das recentes mudanças no Gabinete, que ocorreram em resposta à crise política em curso no país.



RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre Brasil e Jordânia foram formalizadas em 1959, com o estabelecimento de legação em Amã, elevada em 1964 à categoria de Embaixada, cumulativa com Beirute. Em 1984, foi aberta Embaixada residente na capital jordaniana. No mesmo ano, a Embaixada da Jordânia iniciou suas atividades em Brasília.

Em outubro de 2008, em visita precedida pela vinda ao Brasil do então Ministro dos Negócios Estrangeiros Salaheddin Al-Bashir, o Rei Abdullah II e a Rainha Rania estiveram no Brasil e cumpriram agenda em Brasília e em São Paulo. Na capital federal, o monarca avistou-se com o então Presidente Lula e os então Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, Senador Garibaldi Alves (PMDB/RN) e Deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP). Em São Paulo, participou da sessão inaugural do Fórum Econômico Comercial Brasil-Jordânia. A visita foi reciprocada pela primeira viagem oficial de um Chefe de Estado brasileiro à Jordânia, em março de 2010. Em julho do mesmo ano, realizou viagem de trabalho ao Brasil delegação jordaniana composta pelos Ministros da Agricultura, da Indústria e Comércio, do Turismo e de Ciência e Tecnologia.

Comunidade brasileira e assuntos consulares

O Setor Consular da Embaixada do Brasil em Amã presta assistência à comunidade brasileira no país, composta por aproximadamente 1.300 cidadãos, dos quais cerca de 150 em situação migratória irregular e três detentos. A maioria dos brasileiros é binacional, não fala português e reside em cidades do interior, ocupando-se de pequenos comércios e/ou agricultura.

Relações comerciais

As relações comerciais entre os dois países apresentaram crescimento nos últimos anos, impulsionado, em grande medida, pela aquisição de aeronaves da EMBRAER pela “*Royal Jordanian Airlines*”, no biênio 2007-2008. O Brasil é o principal parceiro comercial da Jordânia na América Latina. Com efeito, o volume de comércio bilateral representa cerca de dois terços do total do intercâmbio jordaniano com a região. À Jordânia interessa apresentar-se como “*hub*” para incremento do comércio entre empresas brasileiras e do Oriente Médio.

Entre as empresas brasileiras, têm destaque, no comércio bilateral, a EMBRAER, com sete aeronaves atualmente em uso pela *Royal Jordanian Airlines*, importadas entre 2006 e 2008; a PETROBRAS, atuante na extração e

exploração de xisto betuminoso; e a Sadia, que conta com unidade de distribuição de produtos em Amã e é tradicional fornecedora de cortes de frango para o mercado local.

Em 2010, destacaram-se, entre as exportações brasileiras, carnes (46,8% do total) e peças de aeronaves (26,6% do total). Café e açúcar completam os principais itens da pauta.

O Brasil importou da Jordânia, em 2010, principalmente produtos químicos (77,4%) e alumínio (15,7%), o que contrasta com a pauta de importação de 2009, na qual aeronaves despontavam como principal item, devido à aquisição pela FAB de onze aviões F-5, cuja transação foi orçada em aproximadamente US\$ 20 milhões.

Segue pendente o processo de seleção, pela Força Aérea Jordaniã, de seu avião de treinamento. O Super Tucano (Embraer 314) é um dos concorrentes no processo.

Cooperação bilateral

A visita do Rei Abdullah II ao Brasil, em outubro de 2008, deu ensejo à assinatura de acordos em diversas áreas, inclusive cooperação econômica e comercial, científica e tecnológica, cultural, em educação, turismo e tecnologia agrícola (sobre a implementação dos acordos, cf. o Anexo III).

Em julho de 2010, em sequência à viagem do então Presidente Lula ao país, o Brasil recebeu visita de expressiva delegação ministerial jordaniana, que incluiu responsáveis pelas áreas de agricultura, indústria e comércio, turismo e ciência e tecnologia.

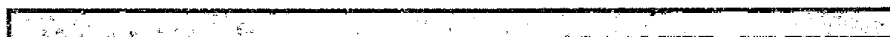
Dentre as conversas mantidas, destacou-se o interesse jordaniano em receber cooperação para a produção de sementes adaptáveis ao clima semiárido. Também a área de biocombustíveis reveste-se de interesse para o país, que não dispõe de reservas significativas de petróleo.

Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Jordânia

Os países do MERCOSUL e a Jordânia assinaram, em junho de 2008, Acordo-Quadro para negociação de uma Área de Livre Comércio entre o bloco e o Reino Hachemita. Tendo em vista a estrutura produtiva da Jordânia, bem como o tamanho de sua economia em relação à do Brasil, as negociações não apresentam sensibilidades comerciais diretas significativas. A futura conclusão de um Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Jordânia, no entanto, pode representar importante sinal político em direção ao mundo árabe, em face da perspectiva de assinatura de acordo semelhante com Israel.

Empréstimos e financiamentos

Não existem empréstimos e financiamentos oficiais do Brasil à Jordânia.



POLÍTICA INTERNA

Ao fim da I Guerra Mundial, com a divisão do Império Otomano e a outorga de mandato pela Liga das Nações, coube ao Reino Unido a administração da área que hoje corresponde à Jordânia. Em 1921, o Emir do Hejaz, Abdullah bin Hussein, foi nomeado Emir da Transjordânia. Com a independência em 1946, o Emir foi coroado Rei Abdullah I; em 1955, o país adotou o nome atual de Reino Hachemita da Jordânia.

A segunda metade do século XX foi marcada pelo longo reinado do Rei Hussein (1952-1999). Sob a sua égide, o país consolidou o seu arcabouço político-institucional, com expulsão da OLP em 1970, a renúncia à Cisjordânia em 1988 e a assinatura do acordo de paz com Israel em 1994. Nesse período, o país também tornou-se um dos principais destinatários de ajuda militar norte-americana e emergiu como importante força moderada na região.

Ao ascender ao trono em 1999, o Rei Abdullah II declarou serem seus principais objetivos: na política externa, a reafirmação do papel proeminente da Jordânia no encaminhamento do conflito israelo-palestino; na economia, a modernização da administração pública, a criação de empregos e a oferta melhores serviços à população; no plano político, a constituição de partidos políticos representativos.

Na esteira das manifestações na Tunísia e no Egito, os protestos na Jordânia, que se iniciaram em janeiro, evoluíram rapidamente de movimento contra a carestia para manifestações que pediam a demissão do Primeiro-Ministro Samir Rifai. O Governo manteve controle da situação e a estabilidade política não foi seriamente afetada. No campo econômico, os manifestantes pressionavam o Governo a reverter medidas econômicas condizentes com o projeto de liberalização até então em curso, como o fim gradual de subsídios. Com o objetivo de reduzir o déficit orçamentário, o Governo resolveu revisar o orçamento de 2011, mesmo ciente da necessidade de manter seus gastos com subsídios e ações sociais. O Ministro das Finanças sinalizou, em maio de 2011, intenção de adotar política de subsídios melhor dirigida às camadas populares.

Em 9 de fevereiro último, cerca de um mês após o início dos protestos, o Rei Abdullah II empossou novo Gabinete Ministerial, chefiado por Maruf Bakhit, que já havia ocupado o cargo de Primeiro-Ministro entre 2005 e 2007. Em 2 de julho corrente, o monarca apresentou nova reforma ministerial, ao substituir onze ministros.

Em 14 de agosto, o Rei Abdullah II recebeu os resultados de três meses de trabalho da Comissão Real, com propostas de reforma constitucional que reformaria 45 artigos da Carta Magna. É notável a celeridade da aprovação das reformas constitucionais, bem como a disposição do Governo de encaminhar a passos largos projetos de lei relacionados a reformas eleitorais.

Desde o início dos protestos no país, há oito meses, o monarca hachemita destacou-se pela percepção aguçada sobre o alcance potencial das

manifestações e pelos esforços em evitar que degenerassem em violência. Amparado na estabilidade da instituição monárquica, cuja sobrevivência sequer foi seriamente ameaçada, o Chefe de Estado tem logrado manter o controle das reformas no país ao responder às críticas e aos protestos contra o Governo por meio da demonstração de disposição e fomento ao diálogo nacional.

Renúncia de Bakhit e designação de Khasawneh

Oito meses após assumir a Chefia de Governo, o Primeiro-Ministro Marouf Bakhit apresentou, em 17 de outubro corrente, sua renúncia ao Rei Abdullah II, que a aceitou. A assessoria de imprensa do Rei confirmou ser a mudança de governo resultado do pedido da maioria dos parlamentares da Câmara e recordou que a medida tem precedente na história do Reino. Na semana anterior à renúncia de Bakhit, fontes do Governo confirmaram que a Corte Real jordaniana estava aberta ao diálogo com partidos islamistas. O porta-voz reconheceu a existência de contatos entre os islamistas e setores do Governo. A liderança islamista confirmou manter contato com burocratas do regime, mas recusou negociar com o governo de Bakhit. A Frente de Ação Islâmica já havia anunciado que boicotaria as eleições alegando falta de confiança no atual Governo na condução do processo eleitoral. Na esteira de manifestações de maior envergadura por reformas políticas e de frustração dos manifestantes com o conteúdo e o ritmo das reformas, Bakhit tomou a decisão de sair do Governo após tomar conhecimento de carta da Câmara dos Deputados ao monarca, assinada por 70 parlamentares, e que pedia mudanças no Governo.

Para o cargo de Bakhit, o Rei indicou Awn Khasawneh para formar o novo Gabinete. Segundo comunicado da Corte Real, a indicação de Khasawneh pelo Rei teria sido levado em conta sua formação jurídica, necessária para levar adiante a implementação do conjunto de leis relacionadas às reformas políticas no país. Khasawneh foi, até recentemente, vice-presidente da Corte Internacional de Justiça. Logo após sua indicação, o Primeiro-Ministro designado deu início às conversações com diferentes setores do espectro político nacional para a formação do próximo gabinete. Com o objetivo de garantir maior legitimidade ao Governo, Khasawneh indicou estar aberto ao diálogo com todas as forças políticas do país. O principal partido oposicionista, a Frente de Ação Islâmica, respondeu que estaria aberto a conversações se o novo Governo demonstrasse "seriedade" e considerasse as condições para a oposição participar do Governo.

O novo Primeiro-Ministro terá por missão restaurar a confiança perdida pela população na capacidade do Governo de converter o compromisso com reformas em resultados concretos. Para tanto, acredita-se que o novo Chefe de Governo deverá definir uma agenda política objetiva com um cronograma claro a ser cumprido. Khasawneh teria como prioridade abrir canais de diálogo com a oposição e incorporá-los na discussão sobre as reformas demandadas pela população. Há indícios de que o Rei deseja ampliar o debate com todos os setores políticos do Reino.



POLÍTICA EXTERNA

Tradicionalmente, a Jordânia é considerada um país de perfil conciliador e equilibrado em sua atuação internacional. Apesar de possuir fronteiras com países em situação de crise (Iraque e Palestina) ou em que há constante ameaça de guerra (Israel e Síria), a Jordânia mantém relacionamento fluido com todos eles, além de apresentar estabilidade econômica e política.

A Jordânia – sobretudo pela atuação de seu Chefe de Estado – é peça-chave no bom encaminhamento do processo de paz árabe-israelense. Desde 1999, quando assumiu o governo, o Rei Abdullah II tornou-se um dos principais mediadores entre israelenses e palestinos. A Jordânia faz parte do chamado “Quarteto Árabe” para a paz, que congrega países árabes moderados de maioria sunita (Egito, Jordânia, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos). O país foi fundamental no relançamento da Iniciativa Árabe para a Paz, na Cúpula da Liga Árabe de Riade, em março de 2007.

A Jordânia e o processo de paz israelo-palestino

Em 1994, o Rei Hussein da Jordânia e o Primeiro-Ministro de Israel Yitzhak Rabin assinaram o Acordo de Wadi Araba, o segundo tratado de paz entre Israel e um vizinho árabe – o primeiro acordo fora entabulado com o Egito, em Camp Daviv, 1979. A manutenção das relações entre Israel e Jordânia, é, por isso, de fundamental importância para a busca da estabilidade na região.

A Jordânia acompanha com especial interesse o processo de paz israelo-palestino. O país desempenha importante papel interlocutório no conflito, principalmente após a superação de conflitos históricos com os dois lados: com os israelenses, a normalização das relações entre os dois países veio com o Tratado de Paz de 1994; com os palestinos, a reaproximação após o conflito com a OLP no início da década de 1970 e a abdicação de qualquer pretensão territorial sobre a Cisjordânia, em 1988.

Desde que abandonou suas pretensões territoriais sobre o território palestino da Cisjordânia, a Jordânia apoia a solução de dois Estados com base nas fronteiras anteriores às linhas de ocupação de 4 de junho de 1967. O Reino Hachemita defende, ainda, que a Iniciativa Árabe de Paz oferece oportunidade única para Israel normalizar suas relações com o mundo árabe e muçulmano.

Ademais, em função do grande número de palestinos em seu território e de jordanianos de origem palestina, setores da direita israelense defendem a “solução jordaniana”, segundo a qual a Jordânia poderia ser um “lar substituto” para os palestinos. Dessa forma, para a Jordânia, uma solução definitiva para o conflito israelo-palestino representa, também, a garantia de sua estabilidade política nacional.

A “Primavera Árabe” e a política externa jordaniana

A Jordânia não passou imune pela “onda” de manifestações e protestos que marcaram a “Primavera Árabe”. Na esteira dos acontecimentos na Tunísia e no Egito, manifestações foram primeiramente observadas em Amã, em janeiro de 2011. Manifestantes demandavam reformas políticas (renúncia do Primeiro-Ministro Rifai e aprovação de nova lei eleitoral) e se opunham a medidas econômicas importantes (inclusive algumas que vão de encontro ao projeto de liberalização da economia, como o fim dos subsídios). O Governo soube, com habilidade, manter o controle da situação. Mudou a chefia do Governo e grande parte do gabinete, imprimiu ritmo ao processo de reformas, apurou e puniu excessos das forças de segurança nos protestos, retrocedeu em posições assumidas (a resistência inicial em reformar a constituição, por exemplo) e, acima de tudo, estabeleceu mecanismos, como o Comitê Diálogo Nacional, que indicaram disposição ao diálogo e abertura política por parte do regime.

A posição jordaniana tem-se caracterizado, assim, pela condenação do uso desproporcional da força na Síria e pela demonstração de disposição ao diálogo; tais gestos acompanham-se costumeiramente de garantias de respeito à soberania e de não interferência em assuntos internos. A Jordânia mantém relações fluidas com o Governo provisório egípcio e com o Conselho Nacional de Transição líbio.

Iraque

No tocante ao Iraque, os contatos bilaterais são positivos e freqüentes. A Embaixada da Jordânia em Bagdá foi reaberta em agosto de 2008. Em função dos sucessivos conflitos no país vizinho, a Jordânia abriga, ainda, cerca de 700 mil iraquianos, muitos dos quais parte de uma “elite no exílio” que tem investido maciçamente no país, principalmente nos setores imobiliário e de serviços. Embora seja um tradicional parceiro dos EUA, a Jordânia não participou da coalizão que apoiou a invasão do Iraque, em 2003.

Conselho de Cooperação do Golfo

A forte identidade monárquica aproxima a Jordânia das monarquias do Golfo Pérsico, principalmente em contexto político instável marcado pela “Primavera Árabe”. Em maio de 2011, a Jordânia apresentou requerimento formal, juntamente com o Marrocos, para admissão no Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). Fundado em 1981 e composto pela Arábia Saudita, Bareine, Emirados Árabes Unidos, Kuaite, Omã e Catar, o CCG é uma união com fins políticos e econômicos entre países árabes do Golfo Pérsico. A entrada da

Jordânia no CCG é cercada por otimismo nos meios empresariais e políticos jordanianos por representar possibilidade de ampliação de oferta de empregos, de estímulo a investimentos, de aporte financeiro do Golfo, particularmente importantes face às dificuldades orçamentárias atuais da Jordânia, além de facilitar coordenação política com demais regimes monárquicos da região.

ECONOMIA, INVESTIMENTOS E COMÉRCIO EXTERIOR

A economia da Jordânia é de pequenas dimensões e dependente da assistência financeira internacional. De janeiro a agosto de 2011, o país recebeu um montante aproximado de US\$ 2,5 bilhões em doações internacionais. Estados Unidos, União Europeia e Japão são, tradicionalmente, os principais provedores de assistência financeira ao país. Nos oito primeiros meses de 2011, porém, destacaram-se também as doações provenientes de países árabes, que atingiram US\$ 1,4 bilhão. A Arábia Saudita, em particular, doou à Jordânia US\$ 400 milhões no período.

A remessa de divisas da diáspora jordaniana é um dos elementos mais importantes para a economia do país e relevante fonte de receita em moedas estrangeiras. Segundo dados do Banco Central jordaniano, as remessas da diáspora jordaniana atingiram, em 2010, US\$ 2,584 bilhões – o que representou um crescimento de 1,2% em relação a 2009. As remessas da comunidade jordaniana no exterior – composta por mais de 600 mil indivíduos, que equivalem a cerca de 10% da população nacional – respondem, assim, por aproximadamente 13% do PIB do país.

Há, atualmente, 600 mil expatriados, dos quais se estima que cerca de 250 mil enviem regularmente ajuda a seus familiares. A maior parte desses jordanianos que vivem no exterior trabalha na Arábia Saudita (aproximadamente 260 mil), nos Emirados Árabes Unidos (250 mil), no Kuaite (42 mil) e no Catar (27 mil). Esses cidadãos são, em sua maioria, profissionais qualificados, como médicos, engenheiros, contadores, bancários, docentes e pesquisadores universitários.

Como a Jordânia importa todo o petróleo que consome e produz muito pouco gás natural (importado principalmente do Egito), o país decidiu investir em novas fontes de energia. Assim, o Governo convocou empresas estrangeiras para exploração e beneficiamento de xisto betuminoso, entre as quais a PETROBRAS, que tem como sócios o grupo privado jordaniano Kavar e a multinacional francesa Total.

O Rei Abdullah II também anunciou, no início de 2007, o lançamento de um programa nuclear com fins pacíficos, destinado à geração de energia, tendo assinado com os EUA, Japão e a AIEA memorandos de entendimento sobre cooperação nessa área. A Jordânia firmou igualmente acordos de cooperação nuclear para geração de energia elétrica e dessalinização de água com França, China, Coreia do Sul, Canadá, Rússia, Reino Unido e Argentina.

O país é o terceiro maior fornecedor mundial de fosfato bruto; produz potássio e detém consideráveis reservas de xisto betuminoso. O setor de serviços é dinâmico, inclusive os financeiros e de telecomunicações, principalmente em razão de o país apresentar-se como plataforma para a prestação de serviços ao mercado iraquiano. O país conta também com um bem estruturado setor farmacêutico, com aproximadamente dezesseis grupos multinacionais bem posicionados no mercado regional, como o Grupo Hikma.

Seus principais mercados de exportação são, por ordem de importância: Iraque, Índia (que importa considerável volume de fosfatos), Estados Unidos e Arábia Saudita. A Jordânia importa principalmente da Arábia Saudita, China, Alemanha e Estados Unidos.

ANEXO II – Acordos bilaterais

Título	Data de Celebração	Data da entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto	Data
Acordo sobre Transportes Aéreos	05/11/1975	24/05/1976	78229	12/08/1976
Acordo Comercial	15/06/1989	11/07/1990	146	15/06/1991
Acordo na Área da Educação	23/10/2008	11/04/2010	7344	27/10/2010
Acordo de Cooperação Cultural	23/10/2008	11/04/2010	7326	05/10/2010
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	23/10/2008	Em tramitação (Mensagem SF n.º 3/2011 à Presidência da República)		

ANEXO II – Cronologias**Cronologia das relações bilaterais**

- 1959 – Estabelecidas relações diplomáticas; o Brasil instala legação em Amã;
- 1964 – Legação brasileira em Amã é elevada à condição de Embaixada, cumulativa com Beirute;
- 1984 – Instaladas Embaixadas residentes do Brasil em Amã e da Jordânia em Brasília.
- 1997 – Príncipe Ali Bin Al-Hussein visita o Brasil;
- 2003 e 2004 – Chanceler Celso Amorim participa, na Jordânia, de Reuniões do Fórum Econômico Mundial;
- 2005 – Chanceler Celso Amorim realiza visita de trabalho à Jordânia;
- 2005 – Príncipe Ali, irmão e representante do Rei Abdullah II, participa da Cúpula ASPA, em Brasília;
- 2006 – Ex-Presidente José Sarney participa, em Amã, do “*Interaction Council*”, fórum que reúne ex-Chefes de Estado e de Governo;
- 2008 – Visita de trabalho do Chanceler Celso Amorim, mantendo encontros com as seguintes autoridades: Rei Abdullah II; Primeiro-Ministro Nader Al-Dahabi; e Chanceler Salaheddin Al-Bashir;
- 2008 – Chanceler Salaheddin Al-Bashir visita Brasília e São Paulo, em preparação à visita oficial do Rei Abdullah II;
- 2008 – Visita oficial do Rei Abdullah II, acompanhado da Rainha Rania, a Brasília e São Paulo;
- 2009 – Chanceler Celso Amorim encontra-se com o Rei Abdullah II e o Ministro Salaheddin Al-Bashir em Amã;
- 2010 – Ex-Presidente Lula viaja à Jordânia (março);
- 2010 – Chanceler Nasser Judeh visita o Brasil para o II encontro da Aliança das Civilizações (maio);
- 2010 – Os ministros jordanianos do Turismo e Antiguidades, da Agricultura e de Indústria e Comércio visitam o Brasil (julho).

Cronologia histórica

- 1922** – A Palestina, sob mandato britânico, é cindida para a criação do Emirado Hachemita da Transjordânia, na margem oriental do Rio Jordão;
- 1946** – Reino Unido concede a independência da Transjordânia;
- 1947** – Resolução da ONU prevê a partilha da Palestina;
- 1948** – A Transjordânia participa da coligação árabe na guerra contra Israel;
- 1949** – Assinado armistício com Israel;
- 1950** – Cisjordânia é anexada à Transjordânia; estabelece-se o Reino Hachemita da Jordânia;
- 1951** – Rei Abdullah I é assassinado em Jerusalém. Rei Talal assume o trono;
- 1953** – Rei Talal é declarado incapaz e o Rei Hussein assume o trono;
- 1967** – Jordânia fecha escritório da OLP em Jerusalém;
- 1967** – Rei Hussein assina pacto de defesa mútua com o Egito;
- 1967** – Guerra dos Seis Dias. Israel ocupa a Cisjordânia e Jerusalém Oriental, até então sob domínio jordaniano;
- 1970** – “Setembro Negro”. Exército jordaniano ataca bases militares da OLP, causando milhares de mortes e a fuga de militantes palestinos para o Líbano;
- 1973** – Jordânia participa da Guerra do Yom Kippur, vencida por Israel;
- 1974** – Rei Hussein reconhece a OLP como representante do povo palestino;
- 1979** – Amã rompe relações com o Cairo, em razão da assinatura de acordo de paz entre Israel e Egito;
- 1984** – Retomadas as relações entre a Jordânia e o Egito;
- 1988** – Em face de acordo entabulado com a OLP, a Jordânia abre mão de qualquer pretensão territorial sobre a Cisjordânia;
- 1990** – Guerra do Golfo causa crise econômica no país;
- 1991** – Conferência de Madri dá início ao diálogo israelo-palestino. Os palestinos são representados por delegação palestino-jordaniana;
- 1993** – Acordos de Oslo entre Israel e a OLP;
- 1994** – Assinado Acordo de Paz entre a Jordânia e Israel;
- 1999** – O irmão do Rei Hussein, Hassan, é destituído da linha sucessória. Abdullah, filho de Hussein, torna-se príncipe herdeiro;
- 1999** – Rei Hussein morre e Abdullah assume o trono;
- 2003** – Realizadas primeiras eleições parlamentares no reinado de Abdullah II;
- 2005** – Jordânia indica novo Embaixador em Israel, após cinco anos;
- 2009** – Rei Abdullah II dissolve o Parlamento e indica novo Primeiro-Ministro (Samir Rifai), para aprofundar as reformas eleitoral, econômica e social no país;
- 2011** – Manifestações eclodem no país, no esteio da “Primavera Árabe” (janeiro);
- 2011** – Queda do Governo Rifai e nomeação de Maruf Bakhit como Primeiro-Ministro (fevereiro);
- 2011** – Formação do Comitê de Diálogo Nacional, pelo Rei (março);
- 2011** – Comissão de revisão constituição (maio);
- 2011** – Apresentação das conclusões do Comitê Diálogo Nacional (junho e agosto);

ANEXO III – Dados Comerciais

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2006	2007	2008 ⁽¹⁾	2009 ⁽¹⁾	2010 ⁽¹⁾
População (em milhões de habitantes) ⁽²⁾	5,8	5,9	6,1	6,3	6,4
Densidade demográfica (hab/Km²)	65,0	68,1	68,4	70,6	71,7
PIB a preços correntes (US\$ bilhões)	14,6	17,0	20,7	21,0	22,8
Crescimento real do PIB (%) ⁽²⁾	8,2	8,9	5,8	2,4	3,2
Variação anual do Índice de preços ao consumidor (%) ⁽²⁾	7,5	5,7	9,4	2,7	6,1
Reservas internacionais (US\$ bilhões) ⁽³⁾	7,0	7,9	8,9	12,1	12,6
Dívida Externa Total (US\$ bilhões)	8,1	8,4	8,6	8,8	6,3
Câmbio (JD / US\$) ⁽³⁾	0,708	0,708	0,709	0,709	0,708

Elaborado pelo MFEC/PRC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report February 2011.

(1) Estimativa EIU.

(2) 2006: dados reais.

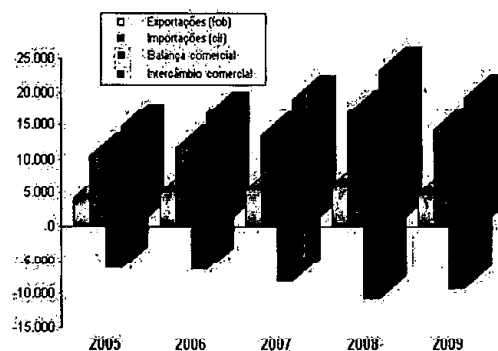
(3) 2007 e 2008: dados reais.

COMERCIO EXTERIOR (US\$ milhões)	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ⁽¹⁾⁽²⁾
Exportações (FOB)	4.301	5.204	5.535	6.243	5.041	4.247
Importações (CIF)	10.498	11.548	13.531	16.987	14.236	11.725
Balança comercial	-6.197	-6.344	-7.996	-10.744	-9.195	-7.478
Intercâmbio comercial	11.789	16.762	19.066	23.230	19.277	16.972

Elaborado pelo MFEC/PRC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do TM - Direction of Trade Statistics, February 2011.

(1) período selecionado.

(2) Última posição disponível em 22/03/2011.



COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2009 ⁽¹⁾	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US\$ milhões, fob)		
Abugos ou fertilizantes	787	12,4%
Vestuário e seus acessórios, de malha	726	11,4%
Produtos farmacêuticos	521	8,2%
Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	398	6,3%
Produtos hortícolas, plantas, raízes, tubérculos	377	5,9%
Pérolas, pedras preciosas, semipreciosas	360	5,7%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	329	5,2%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	303	4,8%
Produtos químicos inorgânicos	227	3,6%
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	211	3,3%
Alumínio e suas obras	188	3,0%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	175	2,7%
Plásticos e suas obras	138	2,2%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	124	1,9%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	120	1,9%
Subtotal	4.984	78,3%
Demais Produtos	1.382	21,7%
Total Geral	6.366	100,0%

Elaborado pelo MRE/PPRAC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/TradeMap.

Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

(1) Última publicação anual disponível em 22/02/2010

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2009 ⁽¹⁾	Part % no total
IMPORTAÇÕES (US\$ milhões, cif)		
Combustíveis, óleos e ceras minerais	2.490	17,7%
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	1.385	9,8%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	1.208	8,8%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	893	6,3%
Ferro fundido, ferro e aço	561	4,0%
Cereais	527	3,7%
Plásticos e suas obras	482	3,4%
Produtos farmacêuticos	403	2,9%
Produtos químicos orgânicos	303	2,2%
Tecidos de malha	290	2,1%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	282	2,0%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose	261	1,9%
Carnes e miudezas comestíveis	221	1,6%
Aeronaves e aparelhos espaciais e suas partes	213	1,5%
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural	213	1,5%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	199	1,4%
Alumínio e suas obras	176	1,3%
Pérolas, pedras preciosas, semipreciosas	175	1,2%
Gorduras e óleos animais ou vegetais	167	1,2%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	167	1,2%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	167	1,2%
Cobre e suas obras	157	1,1%
Frutas, cascas de cítricos e de melões	144	1,0%
Subtotal	11.082	78,7%
Demais Produtos	2.993	21,3%
Total Geral	14.075	100,0%

Elaborado pelo MRE/PPRAC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/TradeMap.

Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

(1) Última publicação anual disponível em 22/02/2010

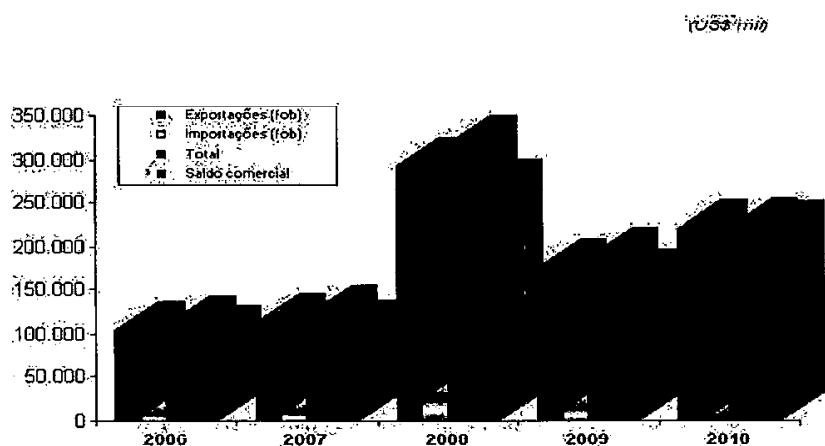
INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - JORDÂNIA ⁽¹⁾ (US\$ mil, fob)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações (fob)	104.990	113.592	294.043	177.315	220.337
Variação em relação ao ano anterior	65,8%	8,2%	158,9%	-39,7%	24,3%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o Oriente Médio	1,8%	1,8%	3,7%	2,3%	2,1%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Importações (fob)	5.537	8.225	24.022	12.236	1.524
Variação em relação ao ano anterior	180,8%	48,5%	192,1%	-49,1%	-87,5%
Part. (%) no total das importações brasileiras do Oriente Médio	0,2%	0,3%	0,4%	0,4%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total	110.527	121.817	318.065	189.551	221.861
Variação em relação ao ano anterior	69,3%	10,2%	161,1%	-40,4%	17,0%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Orient Médio	1,2%	1,3%	2,2%	1,8%	1,5%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%
Saldo comercial	99.453	105.367	270.021	165.079	218.813

Elaborado pelo MPE/PPADIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MRC/SECEX/Aliceweb.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes de

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - JORDÂNIA (US\$ mil, fob)	2010 (jan)	2011 (jan)
Exportações	10.860	11.699
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	30,9%	7,7%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o Oriente Médio	1,8%	1,4%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,1%	0,1%
Importações	396	7
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	76,0%	-90,2%
Part. (%) no total das importações brasileiras do Oriente Médio	0,2%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%
Intercâmbio comercial	11.256	11.706
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	32,1%	4,0%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Orient Médio	1,4%	1,2%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%
Balança comercial	10.464	11.692

Elaborado pelo MPE/PPADIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MRC/SECEX/Aliceweb.



Elaborado pelo MPE/PPADIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MRC/SECEX/Aliceweb.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - JORDÂNIA (US\$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtos)						
Carnes e miudezas, comestíveis	106.311	36,2%	96.422	54,4%	103.184	46,8%
Aeronaves e outros aparelhos aéreos	56.154	19,1%	46	0,0%	58.714	26,6%
Café, chá, mate e especiarias	16.697	6,3%	14.060	7,0%	14.386	6,5%
Açúcares e produtos de confeitaria	43.515	14,8%	10.951	6,2%	10.897	4,9%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	9.794	3,3%	14.015	7,9%	9.858	4,5%
Alumínio e suas obras	30.628	10,4%	11.491	6,5%	4.817	2,2%
Veículos automotores, tratores, ciclos	6.485	2,2%	8.614	4,9%	4.655	2,1%
Preparações alimentícias diversas	883	0,3%	1.860	1,0%	2.009	0,9%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	1.527	0,5%	1.762	1,0%	1.977	0,9%
Subtotal	270.884	92,1%	159.220	89,8%	210.396	95,5%
Demais Produtos	23.159	7,9%	18.095	10,2%	9.941	4,5%
TOTAL GERAL	294.043	100,0%	177.315	100,0%	220.337	100,0%

Elaborado pelo MRE/PPRIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Monweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2008.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - JORDÂNIA (US\$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
IMPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtos)						
Produtos diversos das indústrias químicas	1.440	0,0%	1.495	12,2%	1.100	77,4%
Alumínio e suas obras	7.830	32,6%	4.118	33,6%	240	15,7%
Pérolas, pedras preciosas, semipreciosas	4	0,0%	78	0,6%	77	5,1%
Aeronaves e outros aparelhos aéreos	14.500	60,4%	6.500	53,1%	0	0,0%
Subtotal	23.780	99,0%	12.189	89,6%	1.497	98,2%
Demais Produtos	242	1,0%	47	0,4%	27	1,8%
TOTAL GERAL	24.022	100,0%	12.236	100,0%	1.524	100,0%

Elaborado pelo MRE/PPRIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Monweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2008.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - JORDÂNIA (US\$ mil - fob)	2010 (jan)	% no total	2011 (jan)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Carnes e miudezas, comestíveis	8.642	61,2%	6.089	51,8%
Café, chá, mate e especiarias	1.641	14,2%	1.547	13,2%
Veículos automotores, tratores, ciclos	68	0,8%	1.158	9,9%
Alumínio e suas obras	6	0,1%	914	7,8%
Açúcares e produtos de confeitaria	17	0,2%	595	5,1%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	1.104	10,2%	469	4,0%
Produtos químicos orgânicos	0	0,0%	253	2,2%
Subtotal	9.378	86,4%	10.999	94,0%
Demais Produtos	1.482	13,6%	700	6,0%
TOTAL GERAL	10.860	100,0%	11.699	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas	10	2,5%	7	100,0%
Alumínio e suas obras	240	60,6%	0	0,0%
Produtos diversos das indústrias químicas	146	36,9%	0	0,0%
Subtotal	396	100,0%	7	100,0%
Demais Produtos	0	0,0%	0	0,0%
TOTAL GERAL	396	100,0%	7	100,0%

Elaborado pelo MRE/PPRIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Monweb.

Principais produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em janeiro/2011.

Aviso nº 70 - C. Civil.

Em 14 de fevereiro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora RENATE STILLE, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino Hachemita da Jordânia.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **DSF**, em 17/02/2012.

2

RELATÓRIO nº. , DE 2012

Da **COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**, sobre a **Mensagem nº. 11, de 2012**, da Presidenta da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, o nome de **MICHAEL FRANCIS DE MAYA MONTEIRO GEPP**, Ministro de Segunda Classe, do Quadro Permanente da Carreira Diplomática do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de **Embaixador do Brasil junto a São Vicente e Granadinas.***

RELATOR: Senador **MARCELO CRIVELLA**

Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a **indicação que a Senhora Presidenta da República faz** do Senhor MICHAEL FRANCIS DE MAYA MONTEIRO GEPP, Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil a São Vicente e Granadinas.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV), à luz do que damos início à avaliação curricular do Senhor Ministro de Carreira, com base no *curriculum vitae* apresentado pelo seu Ministério de origem.

Consta no documento que o Senhor Michael Francis de Maya Monteiro Gepp é filho de Alan Francis Gepp e Maria Elisa de Maya Monteiro Gepp e que nasceu na cidade do Rio de Janeiro.

Ele ingressou na carreira diplomática em 1982, por meio do Concurso de Admissão e defendeu, em 1997, no âmbito do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, a tese “Diplomacia Consular: assistência e proteção a nacionais”.

Concluído o Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco, foi nomeado Terceiro Secretário, em 1977, tendo sido, seguidamente e sempre por merecimento, promovido até a atual situação de Ministro de Segunda Classe, no Quadro Especial, em 2004.

Dentre as relevantes funções assumidas no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, destacam-se a assistência na Divisão de Transmissões Internacionais; a assessoria do Departamento de Promoção Comercial; a assessoria e a coordenação executiva do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica; a chefia substituta da Divisão de Formação e Treinamento; a coordenadoria executiva do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica; e a chefia substituta e a chefia da Divisão de Visitas do Cerimonial. Ainda na Esplanada, foi assessor internacional da Secretaria Nacional Antidrogas do Gabinete de Segurança Institucional, da Presidência da República.

No Exterior, integrou os quadros diplomáticos brasileiros em Nova Iorque (1980); Luanda (1983); Caiena (1985); Los Angeles (1993 e 2002); São Domingos (1996); na Comissão Interamericana para o Controle o Abuso de Drogas (CICAD) da Organização dos Estados Americanos (OEA) (2001), em Washington; em Beirute (2005); e em Istambul (2010).

Integrou, ainda, a missão brasileira no XXVIII Período Ordinário de Sessões da CICAD (Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas), em Port-of-Spain, como chefe de delegação.

O país para o qual o Ministro de Carreira é indicado para assumir a função de Embaixador é uma democracia parlamentar membro da *Commonwealth of Nations*, motivo por que o chefe de Estado é a Rainha Elizabeth II, do Reino Unido.

As relações bilaterais com São Vicente e Granadinas são marcadas, no plano comercial, pela baixa expressividade do fluxo, com predominância das exportações brasileiras, bem como modesto incremento do comércio desde 2002. Os principais itens de exportação da pauta brasileira são produtos de baixo valor agregado. Recentemente, dois importantes temas da agenda comercial aconteceram. O primeiro foi a possibilidade de aquisição de aeronaves da Embraer por parte da empresa regional *LIAT The Caribbean Airline* e a perspectiva de exportação de carne de aves àquele país. E o segundo, no contexto regional, a adesão do Brasil ao Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC), que obteve aprovação senatorial em dezembro de 2010. O Brasil subscreverá 3.118 ações do capital social do Banco e contribuirá com um aporte da ordem de US\$ 5 milhões em quatro parcelas anuais. Para concretizar essa adesão, o Brasil deverá depositar seu instrumento de adesão na Secretaria-Geral das Nações Unidas e efetuar o pagamento da primeira parcela. Nesse diapasão, vale registrar também a possível contribuição financeira do Brasil ao Fundo de Desenvolvimento da Caricom.

Estuda-se a participação brasileira na renovação e no reparo das centrais hidrelétricas do país, extremamente deterioradas e das quais depende 95% da matriz energética nacional.

Sala da Comissão, em de de 2012.

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM **Nº 11, DE 2012** **(nº 34/2012, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor MICHAEL FRANCIS DE MAYA MONTEIRO GEPP, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a São Vicente e Granadinas.

Os méritos do Senhor Michael Francis de Maya Monteiro Gepp que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de fevereiro de 2012.

Assinatura manuscrita em tinta preta, identificada como a do Presidente do Senado Federal, Joaquim Pinheiro.

PRESIDENCIA DA REPUBLICA
CASA CIVIL
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos/COLIO
DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE
-CONFERE COM O ORIGINAL
Claudio Lopes de Sousa
Brasília-DF 28/10/11 H 17:52

00001.011140/2011-64

EM No 00515 MRE

Brasília, 28 de outubro de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **MICHAEL FRANCIS DE MAYA MONTEIRO GEPP**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a São Vicente e Granadinas.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **MICHAEL FRANCIS DE MAYA MONTEIRO GEPP** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº515 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 28 de outubro de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **MICHAEL FRANCIS DE MAYA MONTEIRO GEPP**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a São Vicente e Granadinas.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **MICHAEL FRANCIS DE MAYA MONTEIRO GEPP** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE MICHAEL FRANCIS DE MAYA MONTEIRO GEPP**

CPF.: 028.842.751-34

ID.: 2296 MRE

1944 Filho de Alan Francis Gepp e Maria Elisa de Maya Monteiro Gepp, nasce em 22 de outubro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1982 CAD - IRBr

1997 CAE - IRBr, Diplomacia Consular: assistência e proteção a nacionais

Cargos:

1977 Terceiro-Secretário

1979 Segundo-Secretário, por merecimento

1984 Primeiro Secretário, por merecimento

1992 Conselheiro, por merecimento

1999 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

2004 Ministro de Segunda Classe, no Quadro Especial

Funções:

1968 Oficial de Chancelaria

1972-76 Embaixada em Washington

1976 CPCD - IRBr

1977-80 Divisão de Transmissões Internacionais, assistente

1980-83 Missão junto à ONU, Nova York, Segundo-Secretário

1983-85 Embaixada em Luanda, Segundo e Primeiro-Secretário

1985-88 Consulado em Caiena, Cônsul

1988-89 Departamento de Promoção Comercial, assessor

1989 Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, assessor e Coordenador Executivo

1989-90 Divisão de Formação e Treinamento, Chefe, substituto

1990-91 Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, Coordenador Executivo

1991-93 Divisão de Visitas do Cerimonial, Chefe, substituto e Chefe

1993-96 Consulado-Geral em Los Angeles, Cônsul-Geral Adjunto

1996-98 Embaixada em São Domingos, Conselheiro

1998-01 Presidência da República, Assessoria Internacional da Secretaria Nacional Antidrogas do Gabinete de Segurança Institucional, Assessor Internacional

2000 XXVIII Período Ordinário de Sessões da CICAD, Port-of-Spain, Chefe de delegação

2001 Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD) da OEA, Washington, Secretário Executivo Adjunto

2002-05 Consulado-Geral em Los Angeles, Cônsul-Geral Adjunto

2005-10 Consulado-Geral em Beirute, Cônsul-Geral

2010 Cônsul-Geral em Istambul, Cônsul-Geral

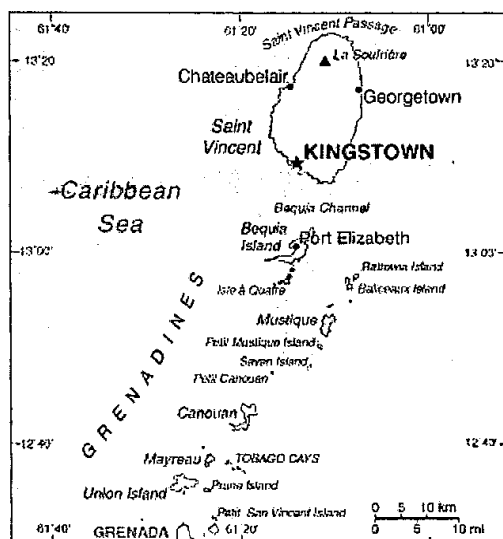
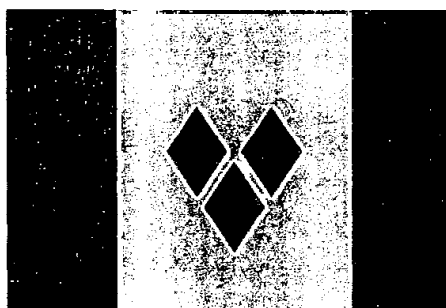
Condecorações:

2007 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DAS AMÉRICAS DO SUL, CENTRAL E DO CARIBE
DEPARTAMENTO DA AMÉRICA CENTRAL E CARIBE
DIVISÃO DO CARIBE

SÃO VICENTE E GRANADINAS



OSTENSIVO
Informações para o Senado Federal
Outubro de 2011

ÍNDICE

Dados Básicos.....	3
Perfis Biográficos.....	4
Relações Bilaterais.....	6
Relações políticas	7
Cooperação Técnica.....	9
Cooperação Cultural e Educacional	10
Política Interna	12
Política Externa	13
Economia	14
Anexos.....	15
Cronologia Recente das Relações Bilaterais	15
Cronologia Histórica	16
Atos bilaterais	18
Dados econômicos e principais indicadores.....	19

Dados Básicos

NOME OFICIAL	São Vicente e Granadinas
CAPITAL	Kingstown
ÁREA	389 km² (Ilha de São Vicente: 344 km²)
POPULAÇÃO (est. 2010)	104.217 habitantes
IDIOMA OFICIAL	Inglês
ETNIAS	Afrodescendentes (66%); mestiços (19%); indianos (6%); europeus (4%); ameríndios (2%); outros (3%)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Anglicanos (47%); metodistas (28%); católicos (13%), outras religiões (13%)
SISTEMA POLÍTICO	Democracia parlamentar (membro da <i>Commonwealth</i>)
CHEFE DE ESTADO	Rainha Elizabeth II
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Ralph Gonsalves (desde 29/03/2001)
CHANCELER	Douglas Slater
PIB REAL (est. 2010)	US\$ 583 milhões
PIB PPP (est. 2010)	US\$ 1,1 bilhões
PIB <i>per capita</i> (est. 2010)	US\$ 5.554
PIB PPP <i>per capita</i> (est. 2010)	US\$ 10.600
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar caribenho oriental (XCD)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ mil F.O.B) – Fonte: MDIC

Brasil → São Vicente e Granadinas	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-ago)
Intercâmbio	1.185	1.477	1.709	1.739	2.500	2.863	2.535	2.439	1.631	1.400
Exportações	1.185	1.477	1.709	1.738	2.500	2.801	2.492	2.421	1.631	1.288
Importações	--	--	0,10	0,12	0,59	62,0	43,0	18,3	--	55,6
Saldo	1.185	1.477	1.709	1.738	2.499	2.738	2.499	2.402	1.631	1.344

Perfis Biográficos

RALPH GONSALVES
Primeiro-Ministro

Nasceu em 8 de agosto de 1946, em Colonarie, São Vicente e Granadinas.

Em 1968, graduou-se em Economia pela Universidade das Índias Ocidentais (Jamaica). Iniciou suas atividades políticas nesse período, como presidente da Associação Estudantil local.

Obteve o título de doutor ("*PhD in Government*") pela Universidade de Manchester (Reino Unido).

É, desde 1998, o presidente do Partido da União Trabalhista.

Está em seu terceiro mandato consecutivo como Primeiro-Ministro de São Vicente e Granadinas – seu partido resultou vitorioso nas eleições gerais de 2001, 2005 e 2010.

DOUGLAS SLATER
Ministro dos Negócios Estrangeiros, Comércio
Exterior e Assuntos do Consumidor

Nasceu em 1955, em Clare Valley, São Vicente e Granadinas.

Formou-se na Universidade das Índias Ocidentais, em Barbados. Posteriormente, graduou-se em medicina pela Universidade de Havana (Cuba), em 1986.

Em 1992, obteve mestrado pela Universidade das Índias Ocidentais (Jamaica), em Administração na Área de Saúde Pública.

Trabalhou como médico na Guiana, na Jamaica e em seu próprio país, antes de assumir o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros, Comércio Exterior e Assuntos do Consumidor.

Relações Bilaterais

As relações entre Brasil e São Vicente e Granadinas caracterizam-se por diálogo fluido, nos planos bilateral e multilateral, e maior aproximação em matéria de cooperação técnica e assistência humanitária. A abertura de Embaixada residente do Brasil em Kingstown e o aprofundamento das relações do Brasil com a Comunidade do Caribe (CARICOM) abrem novas perspectivas para o relacionamento bilateral em áreas como cooperação educacional e cultural, cooperação técnica e comércio e investimentos.

O Governo de São Vicente e Granadinas tem reconhecido a importante atuação internacional do Brasil, demonstrando interesse em estreitar o relacionamento com o país. Em diferentes ocasiões e comunicações dirigidas ao Governo brasileiro, autoridades vicentinas salientaram interesse em manter cooperação com o Brasil, com referências às seguintes áreas: agricultura (processamento de frutas tropicais, entre outras); formação profissional (sobretudo em hotelaria); esportes e intercâmbio cultural; temas financeiros; prevenção de desastres naturais.

O relacionamento do Brasil com São Vicente e Granadinas também se inscreve no marco da aproximação política e econômica do Brasil com a região do Caribe. No âmbito de tal processo, cabe salientar a abertura de Embaixadas residentes do Brasil em todos os países da Comunidade do Caribe (CARICOM), a acreditação cumulativa do Embaixador brasileiro na Guiana junto à CARICOM e do Embaixador em Santa Lúcia junto à Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS), e o expressivo aumento de nosso comércio com os países da CARICOM nos últimos cinco anos.

O relacionamento atingiu novo patamar com a realização da I Cúpula Brasil-CARICOM (realizada em Brasília, em 26 de abril de 2010), a qual resultou em fortalecimento do diálogo político, compromisso de coordenação em foros internacionais e de cooperação em diversas áreas, com elevado número de acordos assinados.

Entre o Brasil e São Vicente e Granadinas, foram firmados o “Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviços”, já em vigência, e o Acordo de Cooperação Cultural – que, uma vez em vigor, favorecerá o intercâmbio de experiências nos campos das artes visuais, da música, da dança, do audiovisual e da educação cultural, bem como maior participação de artistas

do Brasil e de São Vicente e Granadinas em festivais, oficinas, exposições e eventos internacionais mútuos.

Relações políticas

O Decreto nº 6.776, de 18 de fevereiro de 2009, criou a Embaixada do Brasil em São Vicente e Granadinas, com sede em Kingstown.

O Primeiro-Ministro Ralph Gonsalves é uma liderança política com relativa influência no entorno caribenho. Visitou o Brasil em três ocasiões: i) participação na I Cúpula da América Latina e do Caribe – CALC (dezembro de 2008); ii) I Cúpula Brasil – CARICOM (abril de 2010) e iii) visita ao São Paulo (maio de 2011), durante a qual foram mantidos encontros empresariais.

De modo geral, o Governo de São Vicente e Granadinas ressalta a importância do Brasil como representante dos países em desenvolvimento em organismos multilaterais. A exemplo de outros países da região, tem reiterado a importância de o Brasil representar os pequenos países da região em foros dos quais não participam (como o G-20 financeiro).

A fluidez do diálogo político bilateral refletiu-se no pronto apoio do Primeiro-Ministro Gonsalves à candidatura do Dr. José Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da FAO, por ocasião de gestões realizadas na região do Caribe, em fevereiro. O apoio vicentino foi importante etapa no sentido de viabilizar o apoio da Comunidade do Caribe à candidatura, confirmado por ocasião da 22ª Cúpula da CARICOM (Granada, 25 e 26 de fevereiro).

Por ocasião de sua visita ao Brasil, em maio de 2011, o mandatário vicentino sinalizou interesse no eventual estabelecimento de representação permanente no Brasil (com possíveis impactos sobre o relacionamento bilateral e em matéria de oportunidades de investimento). Na ocasião, foi realizado encontro da delegação vicentina com representantes da FIESP e da construtora OAS, bem como visita a instalações da Embraer.

Comércio

A corrente de comércio Brasil – São Vicente e Granadinas apresenta dimensões limitadas, tendo atingido US\$ 2,86 milhões em 2007 (reduzindo-se para US\$ 1,63 milhões em 2010, com recuperação observada em 2011). O comércio bilateral caracteriza-se pela predominância das exportações brasileiras e pelo baixo fluxo de importações provenientes de

São Vicente e Granadinas. Entre os principais produtos exportados pelo Brasil, encontram-se ladrilhos e peças de cerâmica, preparações alimentícias e conservas de bovinos e elevadores.

Dois importantes temas na agenda comercial consistiriam na possibilidade de aquisição de aeronaves da Embraer, por parte da empresa aérea regional LIAT, e na possibilidade de exportação de carne de aves para São Vicente e Granadinas.

O Primeiro-Ministro Ralph Gonsalves é Presidente do Comitê de Acionistas da empresa aérea regional LIAT (integrado pelos Governos de São Vicente e Granadinas, Barbados e Antígua e Barbuda). Nesse contexto, tem salientado o interesse da LIAT na compra de jatos regionais, com vistas à expansão de sua frota – o que abriria a possibilidade realização de negócios com a empresa brasileira EMBRAER.

As autoridades de São Vicente e Granadinas têm manifestado em tratar de procedimentos sanitários para importação de carne de aves brasileira. Há a expectativa de realização de missão sanitária do país ao Brasil, para visita a instalações brasileiras, definidas pelo serviço sanitário e veterinário vicentino.

Financiamento

O processo de adesão do Brasil ao Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC) constitui tema de interesse especial do Governo vicentino, com possíveis impactos também no âmbito bilateral.

O processo de adesão do Brasil ao Banco de Desenvolvimento do Caribe foi aprovado com a promulgação do Decreto Legislativo nº 801, em 20 de dezembro de 2010, por parte do Senado Federal. Com a autorização do Congresso Nacional, o Brasil concluiu o processo interno necessário para se tornar membro da instituição financeira regional, habilitando-se a assinar o Instrumento de Adesão e a realizar os aportes de capital já negociados com o Banco. A aprovação da entrada do Brasil no BDC abre a possibilidade de presença mais efetiva no Caribe, por meio da colaboração com projetos que visem ao desenvolvimento regional.

O pedido brasileiro de admissão ao BDC foi aprovado em maio de 2008 pela Assembleia de Governadores do Banco. O Organismo vinha realizando gestões desde 2003, com vistas ao ingresso do Brasil na qualidade de sócio regional não tomador de recursos. A disposição brasileira de aderir ao BDC foi anunciada por ocasião de reunião da Cúpula do Grupo do Rio (Georgetown, março de 2007).

O Brasil subscreverá 3.118 ações do capital social do BDC. O processo de adesão prevê, ainda, que o Brasil contribuirá para o Fundo Especial de Desenvolvimento do BDC com US\$ 5 milhões, em quatro

parcelas anuais. Para concretizar sua admissão no BDC, o Brasil deverá depositar o Instrumento de Adesão junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas e efetuar o pagamento da primeira parcela do capital a ser integralizado.

Outro tema relevante consiste em possível contribuição financeira do Brasil ao Fundo de Desenvolvimento da Caricom (FDC), objeto de gestão em Brasília (abril de 2010) do Executivo-Chefe do FDC, Embaixador Lorne McDonnough.

Cooperação Técnica

No âmbito da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), foi realizada em 2010 missão a São Vicente e Granadinas para identificação e elaboração de projetos de cooperação técnica na área agrícola, em parceria com a Embrapa. As atividades de 2011 compreendem: i) capacitação em processamento de frutas e coco verde; ii) capacitação em agricultura orgânica; iii) capacitação em ciências agrárias – máquinas agrícolas, tecnologia de produção de hortaliças e cultivo mínimo em pequenas áreas.

O curso para Capacitação em Agricultura Orgânica é parte do programa de cooperação nas áreas de agricultura e segurança alimentar, anunciado pelo Ministro Antonio Patriota em fevereiro de 2011, por ocasião de sua participação na 22ª Cúpula da CARICOM, ocorrida em Granada. O programa prevê a realização, no Brasil, de dez cursos de curta duração, para os quais está programada a participação de representantes dos países membros da Comunidade.

Por ocasião do evento “Cooperação Técnica Brasileira: Agricultura, Segurança Alimentar e Políticas Sociais”, realizado em 24 de junho de 2011 em Roma, no âmbito da FAO, também foi lançado programa de cooperação, composto por 24 cursos de capacitação de curta duração (entre 40 e 80 horas), oferecidos por vinte instituições brasileiras de excelência na elaboração e implementação de políticas públicas em temas afetos à agricultura e ao combate à fome. Os cursos abrangem as áreas de agricultura, meio ambiente, pesca e aquicultura, extensão rural, alimentação escolar, políticas de combate à fome e políticas de equidade de gênero. Os cursos, a serem realizados no Brasil, são oferecidos a todos os países em desenvolvimento da África, Ásia Central e Austral, Pacífico, América Latina e Caribe.

No contexto da visita do Primeiro-Ministro Gonsalves ao Brasil, o Governo vicentino manifestou interesse em cooperação do Brasil nos seguintes setores adicionais:

i) Capacitação e treinamento nos setores hoteleiro (prioridade nacional), de construção de embarcações, aquicultura e cultura marinha;

ii) Etnofarmacologia – o Governo vicentino tem a intenção de conduzir o registro de plantas e extratos de plantas usados tradicionalmente com fins medicinais e, em seguida, estudos visando à sua utilização na medicina.

Um tema importante para o Governo vicentino é a construção do Aeroporto Internacional de Argyle, que deverá se tornar o principal aeroporto do país, atendendo à capital, Kingstown.

Localizado em terreno montanhoso e irregular, consiste na principal obra em construção em São Vicente e Granadinas. A construção do terminal de passageiros foi iniciada em agosto de 2011 e a obra conta com a contribuição de Cuba, Venezuela, Taiwan, Trinidad e Tobago, México, Áustria, Malásia, Turquia e Irã. Em relação ao projeto, o Governo brasileiro prestou cooperação na área de formação de técnicos em gestão aeroportuária. Em agosto de 2010, comissão vicentina realizou visita técnica ao Brasil com vistas à cooperação na área de gestão de aeroportos, organizada pela ABC e pelo Ministério da Defesa.

Cooperação cultural e educacional

O Acordo de Cooperação Cultural bilateral, firmado por ocasião da I Cúpula Brasil-CARICOM, encontra-se em tramitação nos parlamentos brasileiro e vicentino.

Em fevereiro de 2011, foi publicada a obra “A Herança Africana no Brasil e no Caribe”, que contou com contribuição acadêmica de São Vicente e Granadinas. O livro é desdobramento direto da Cúpula e compila artigos de acadêmicos naturais dos países da CARICOM e do Brasil sobre a escravidão e seu impacto na formação das identidades nacionais destes países. A obra contou com a contribuição do vicentino Curtis M. King. Entre 16 e 19 novembro de 2011 será realizado o Encontro Ibero-Americano Comemorativo ao Ano Internacional dos Afrodescendentes, na cidade de Salvador (BA), ocasião em que haverá seminário com os participantes da obra.

Energia

O Governo de São Vicente e Granadinas enfrenta inúmeros desafios no setor energético, em virtude da dependência da importação de combustíveis fósseis, que respondem por cerca de 95% da eletricidade produzida no país. Portanto, reduzir os custos do setor e incentivar o uso de fontes renováveis de energia constituem prioridades da política energética vicentina.

Em 2010, o Parlamento vicentino aprovou a primeira edição de Plano Energético para o país. O Plano ofereceria oportunidades de cooperação, em áreas como redução de perdas na geração e distribuição de eletricidade e construção de unidade-piloto de produção de biocombustível (mini-usina).

O Presidente da empresa nacional de energia (*St Vicent Electricity Services Limited* – VINLEC) tem manifestado interesse na participação brasileira em projeto de renovação e reparos nas centrais hidrelétricas do país. As usinas localizam-se nas áreas de South Rivers e Richmond e produzem cerca de 2 megawatts de potência. Inauguradas entre 1950 e 1960, necessitam de reparos que abrangem a substituição de canalizações de transporte de água e de turbinas por modelos mais modernos e produtivos. O projeto visa a aumentar a produção de energia para 4,5 a 7,5 megawatts.

Comunidade brasileira

Não há registro de cidadãos brasileiros residentes em São Vicente e Granadinas.

Política Interna

São Vicente e Granadinas é atualmente governado pelo Primeiro-Ministro Ralph Gonsalves, líder político do “Partido Trabalhista Unido” – o “*United Labour Party*” (ULP). Em 13 de dezembro de 2010, foram realizadas eleições nacionais no país. Como resultado final, o ULP conquistou 52% dos votos, enquanto o partido de oposição “*New Democratic Party*” (NDP) ficou com 47%; o Partido Verde recebeu votação total inferior a 1%.

Essa foi a terceira vitória consecutiva do ULP, que se mantém no poder a despeito de dificuldades econômicas decorrentes da crise econômico-financeira mundial. Como consequência da pequena margem de vitória observada, houve diminuição do número de cadeiras ocupadas pelo partido governista na câmara baixa do Parlamento, caindo de 12 cadeiras, antes das eleições, para as 8 atuais.

Têm-se observado sinais de diminuição de apoio popular ao partido governista desde o final de 2009, quando a legenda perdeu referendo nacional por larga margem. O referendo objetivava aprovar emenda constitucional com vistas a instituir o presidencialismo no país – atualmente, São Vicente e Granadinas possui um regime parlamentarista, tendo a Rainha Elizabeth II do Reino Unido como sua Chefe de Estado.

Política Externa

São Vicente e Granadinas procura manter-se alinhado aos esforços integracionistas da região, sendo membro da CARICOM, da Associação dos Estados do Caribe e da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS). O país também é membro da “*Commonwealth*”.

O Governo vicentino tem mantido relacionamento próximo a aliados tradicionais do país, como o Reino Unido, Estados Unidos, Canadá e Taiwan. Ao mesmo tempo, tem buscado estreitar relações com novos parceiros como Brasil, Espanha, Portugal, México, Venezuela, Cuba, Turquia, Austrália, Líbia, Irã e Malásia.

Em 2009, o país tornou-se membro da ALBA, a “Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América” – grupo de cooperação e integração regional, que reúne também Venezuela, Cuba, Nicarágua, Dominica, Equador e Antígua e Barbuda.

Na esfera multilateral, o país defende a centralidade das Nações Unidas para a governança global, em contraposição a outros foros (G-8, G-20, OCDE). O país tem defendido um papel maior para o Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e para a Assembleia Geral das Nações Unidas, em matéria de cooperação econômica internacional, e em oposição à preponderância do Conselho de Segurança da organização.

O país participa do grupo dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS, do inglês “*Small Island Developing States*”), que compreende pequenos países insulares e nações com litoral com baixa altitude. Tais países compartilham desafios de desenvolvimento similares, incluindo pequena população, escassez de recursos, vulnerabilidade a desastres naturais e dependência excessiva do comércio internacional. Nos debates sobre mudança de clima no âmbito das Nações Unidas, os SIDS são representados pela Aliança dos Pequenos Estados Insulares, que tem por preocupação central os efeitos adversos do aquecimento global. Junto com os demais membros do agrupamento, São Vicente e Granadinas advoga reduções ambiciosas nas emissões de gases de efeito estufa pelos países desenvolvidos.

O país optou por reconhecer a legitimidade do Governo de Taiwan, sediado em Taipé, em oposição à do governo da República Popular da China, com sede em Pequim. Por essa razão, São Vicente e Granadinas tem defendido a inclusão de Taiwan no sistema ONU.

Economia

São Vicente e Granadinas apresenta economia vulnerável, com pequena base econômica e alta dependência no setor agrícola. A banana é seu principal produto de exportação, com a utilização de mais de 60% da força de trabalho em sua produção.

Devido à excessiva dependência em relação a apenas um produto, o país tem adotado medidas para diversificar sua base econômica. Entre as áreas que estão recebendo incentivos, destaca-se o setor de turismo.

Em outubro de 2010, a passagem do furacão Tomás pelo país causou prejuízos estimados em US\$ 25 milhões para a agricultura, especialmente nas plantações de bananas e árvores frutíferas, e US\$ 10 milhões no setor habitacional, relativos à recuperação de mil e duzentas casas. Além disso, houve grandes prejuízos na rede viária, escolas e zonas costeiras.

Segundos estimativas do FMI, o PIB vicentino caiu 1,1% em 2009, devido principalmente às consequências negativas da crise econômica. No ano de 2010, a lenta recuperação econômica e os prejuízos causados pelo furacão Tomás acarretaram uma queda ainda maior na produção de riquezas do país, com variação do PIB de -2,3%. Para 2011 e 2012, as projeções de crescimento são de 2,5%, para os dois anos.

Anexos

CRONOLOGIA RECENTE DAS RELAÇÕES BILATERAIS

24/05/1980: Criação da Embaixada do Brasil em São Vicente e Granadinas, cumulativa com a Embaixada em Trinidad e Tobago, pelo Decreto nº 84.734;
10/05/2004: Cumulatividade da Embaixada brasileira em São Vicente e Granadinas transferida para a Embaixada do Brasil em Bridgetown (capital de Barbados), pelo Decreto nº 5.073;
2005: Missão da Agência Brasileira de Cooperação a São Vicente e Granadinas;
12-13/12/2008: Participação do Primeiro-Ministro Ralph Gonsalves na I Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), na Costa do Sauípe (BA);
18/02/2009: Criação da Embaixada residente do Brasil em Kingstown (São Vicente e Granadinas), pelo Decreto 6.776;
17-19/04/2009: Na V Cúpula das Américas, em Trinidad e Tobago, o Primeiro-Ministro vicentino Ralph Gonsalves solicita ao Presidente Lula que Brasil, Argentina e México representem os interesses dos pequenos países latino-americanos e caribenhos no G-20;
26/04/2010: O Primeiro-Ministro Ralph Gonsalves representa seu país na Cúpula Brasil-CARICOM (Comunidade do Caribe), realizada em Brasília;
25-26/02/2011: O Ministro das Relações Exteriores Antonio Patriota participa da 22ª Cúpula da CARICOM, realizada em Granada;
6-7/05/2011: Visita do Primeiro-Ministro Ralph Gonsalves a São Paulo, acompanhado de comitiva de empresários.

Cronologia Histórica

1719: Servindo-se de mão-de-obra escravizada, franceses implantam cultivos de café, tabaco, anileira, algodão e cana de açúcar nas ilhas que hoje correspondem a São Vicente e Granadinas;
1763: Por meio do Tratado de Paris, assinado por França, Grã-Bretanha e Espanha, as ilhas de São Vicente e Granadinas passam ao controle britânico;
1779 No contexto da guerra de independência dos Estados Unidos, a França invade São Vicente e toma posse da ilha;
1783 O Tratado de Versalhes reafirma a soberania britânica sobre São Vicente;
1834: Abolição da escravatura pelo Reino Unido;
1840-50: Portugueses da Ilha da Madeira (expatriados em consequência da praga da videira) aportam em São Vicente;
1860-70: Chegam às ilhas trabalhadores oriundos das Índias Orientais. A queda nos preços internacionais do açúcar – então a principal <i>commodity</i> produzida na ilha – leva à estagnação econômica;
1877: A metrópole britânica implementa um governo colonial local;
1925: Instalado o Conselho Legislativo de São Vicente e Granadinas;
1951: É estabelecido o sufrágio universal nas ilhas;
1969: São Vicente e Granadinas torna-se “Estado Associado ao Reino Unido”, com gestão própria sobre seus assuntos domésticos;
1974: São Vicente e Granadinas associa-se à Comunidade do Caribe (CARICOM);
1979: Em 27 de outubro, São Vicente e Granadinas obtém sua independência; mantém-se, porém, como membro da <i>Commonwealth</i> ;
1981: Em 18 de junho, associou-se à Organização dos Países do Caribe Oriental (OECS);
2010: Em 13 de dezembro, nas eleições nacionais no país, o Partido Trabalhista Unido (ULP), do Primeiro-Ministro Ralph Gonsalves, conquista sua terceira vitória consecutiva.

Atos bilaterais

Título	Data de celebração	Data da entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto	Data
Acordo sobre a Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	26/04/2010	06/09/2010	142	27/07/2010
Acordo de Cooperação Cultural	26/04/2010	Em tramitação (Câmara dos Deputados – Mensagem nº 590 de 11/10/2010)		

Dados econômicos e principais indicadores

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS SÃO VICENTE E GRANADINAS

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	São Vicente e Granadinas
Superfície	389 Km²
Localização	Caribe
Capital	Kingstown
Principais cidades	Kingstown, Chateaubelair, Georgetown
Idioma oficial	Inglês
PIB a preços correntes (2010 - Estimativa EIU)	US\$ 580,7 milhões
PIB "per capita" (2010)	US\$ 5.907
Moeda	Dólar do Caribe do Leste

Elaborado pelo MRECEPRIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economics Intelligence Unit, Country Report Organization of Eastern Caribbean States December 2008

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2006	2007	2008	2009	2010 ⁽¹⁾
População (em milhões habitantes) ⁽²⁾	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Densidade demográfica (hab/Km²)	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
PIB a preços correntes (US\$ milhões)	487,9	554,2	581,7	582,7	580,7
Crescimento real do PIB (%)	9,5	8,4	1,1	-2,8	0,0
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	3,0	6,9	10,1	0,4	3,2
Reservas internacionais, exclusive ouro (US\$ milhões)	78,7	87,0	83,7	75,0	80,0
Câmbio (EC\$ / US\$)	2,7	2,7	2,7	2,7	2,7

Elaborado pelo MRECEPRIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economics Intelligence Unit, Country Report Organization of Eastern Caribbean States December 2008

(1) Estimativa EIU

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS SÃO VICENTE E GRANADINAS

COMERCIO EXTERIOR ⁽¹⁾ (US\$ milhões)	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ⁽²⁾
Exportações (fob)	39,9	216,7	186,8	297,4	203,8	103,9
Importações (cif)	240,5	572,3	584,4	758,8	849,1	428,7
Saldo comercial	-200,6	-355,6	-397,6	-459,4	-445,3	-324,8
Intercâmbio comercial	280,4	788,0	771,2	1.054,2	952,9	532,6

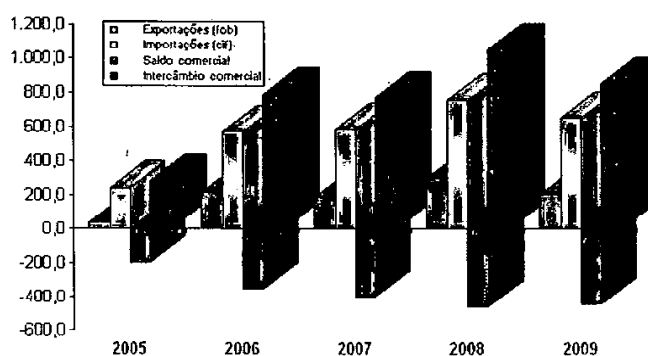
Elaborado pelo MRECEPRIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FIA - Division of Trade Statistics, CEI December 2008

(1) Os dados são restritos, necessariamente, com alguma aproximação no Balança de Pagamentos no razão das diferenças metodológicas de cálculo

(2) Janeiro - Junho

COMÉRCIO EXTERIOR DE SÃO VICENTE E GRANADINAS 2005 - 2009

(US\$ milhões)



Elaborado pelo MREX/DPF/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do FMI, Direction of Trade Statistics, 02/December 2010

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-COMERCIAIS SÃO VICENTE E GRANADINAS

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - feb)	2007	% de total	2008	% de total	2009	% de total	2010 Jan-Set	% de total
EXPORTAÇÕES:								
Grécia	44.7	24.0%	81.3	30.7%	94.0	46.1%	12.7	12.2%
Polónia	5.6	3.0%	7.7	2.6%	27.8	13.6%	0.0	0.0%
França	19.8	10.1%	55.5	18.7%	21.2	10.4%	58.2	54.1%
Trinidad e Tobago	7.5	4.0%	8.6	2.8%	7.5	3.7%	5.8	5.6%
Dinamarca	0.0	0.0%	0.0	0.0%	6.8	3.4%	0.0	0.0%
St. Lúcia	6.7	3.5%	7.6	2.6%	6.7	3.3%	5.1	5.0%
Reino Unido	11.8	6.3%	7.6	2.5%	6.6	3.2%	3.3	3.1%
Barbados	5.5	3.0%	6.3	2.1%	5.5	2.7%	4.1	3.9%
Dominica	4.4	2.4%	5.0	1.7%	4.4	2.2%	3.4	3.3%
Itália	23.0	12.3%	21.6	7.3%	4.3	2.1%	0.0	0.0%
Granada	4.2	2.2%	4.8	1.8%	4.2	2.1%	3.2	3.1%
Antigua e Barbuda	3.8	2.0%	4.3	1.5%	3.8	1.8%	2.8	2.8%
Brasil	0.0	0.0%	0.0	0.0%	0.0	0.0%	0.0	0.0%
SUBTOTAL	136.2	72.9%	220.3	74.1%	192.8	94.6%	96.6	93.0%
DEMAIS PAÍSES	50.6	27.1%	77.0	25.9%	11.0	5.4%	7.3	7.0%
TOTAL GERAL	186.8	100.0%	297.4	100.0%	203.8	100.0%	103.9	100.0%
IMPORTAÇÕES:								
Singapura	92.8	15.8%	204.3	27.0%	102.5	15.8%	116.8	27.2%
Trinidad e Tobago	87.1	14.9%	89.5	13.1%	87.0	13.4%	82.9	14.7%
Estados Unidos	75.9	13.0%	81.1	12.0%	85.1	13.1%	85.5	15.3%
China	28.2	5.0%	64.3	8.5%	81.2	12.5%	50.8	11.8%
Itália	77.4	13.2%	59.0	7.1%	56.4	8.7%	18.0	3.7%
Turquia	17.2	2.9%	14.4	1.9%	41.8	6.5%	6.0	1.4%
França	10.7	1.8%	20.1	2.7%	35.8	5.5%	3.5	0.8%
Roménia	0.6	0.1%	1.3	0.2%	26.2	4.3%	0.1	0.0%
Barbados	19.2	3.3%	21.9	2.8%	19.1	2.8%	14.8	3.5%
Reino Unido	17.8	3.1%	15.7	2.1%	17.3	2.7%	11.8	2.8%
Canadá	10.8	1.9%	8.5	1.1%	11.8	1.8%	7.9	1.8%
Espanha	13.8	2.4%	2.1	0.3%	9.4	1.4%	16.4	3.8%
Polónia	7.5	1.3%	11.3	1.5%	7.0	1.1%	0.0	0.0%
Brasil	0.0	0.0%	3.3	0.4%	2.7	0.4%	1.4	0.3%
SUBTOTAL	459.8	78.7%	611.7	80.8%	585.6	90.2%	374.1	87.3%
DEMAIS PAÍSES	124.5	21.3%	145.2	19.2%	63.5	9.8%	54.7	12.7%
TOTAL GERAL	584.4	100.0%	756.8	100.0%	649.1	100.0%	428.7	100.0%

Elaborado pelo MREX/DPF/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do FMI, Direction of Trade Statistics, 02/December 2010
Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores em 2009

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
SÃO VICENTE E GRANADINAS**

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR		2009 ⁽¹⁾	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US\$ mil)			
Produtos da indústria de moagem; malte; amidos e féculas	8.712	17,8%	
Frutas; cascas de cítricos e de melões	8.323	17,0%	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	5.698	11,6%	
Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis	5.251	10,7%	
Cereais	4.303	8,8%	
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	2.947	6,0%	
Ferro fundido, ferro e aço	2.006	4,1%	
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares	1.779	3,6%	
Subtotal	39.019	79,5%	
Demais Produtos	10.045	20,5%	
Total Geral	49.064	100,0%	
IMPORTAÇÕES (US\$ mil)			
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	61.117	18,3%	
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	24.458	7,3%	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	22.525	6,8%	
Cereais	14.761	4,4%	
Veículos automóveis, tratores, ciclos	12.980	3,9%	
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	12.388	3,7%	
Carnes e miudezas, comestíveis	11.870	3,6%	
Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões	11.057	3,3%	
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	10.514	3,2%	
Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento	9.996	3,0%	
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	8.894	2,7%	
Plásticos e suas obras	8.557	2,6%	
Papel e cartão; obras de pasta de celulose	8.383	2,5%	
Ferro fundido, ferro e aço	7.115	2,1%	
Preparações alimentícias diversas	6.799	2,0%	
Preparações à base de cereais, farinhas, amidos, féculas ou de leite	6.019	1,8%	
Leite e laticínios; ovos de aves; mel natural	5.944	1,8%	
Extratos tanantes e tintoriais; taninos e seus derivados	5.081	1,5%	
Produtos farmacêuticos	4.730	1,4%	
Borracha e suas obras	4.494	1,3%	
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	4.086	1,2%	
Açúcares e produtos de confeitaria	3.830	1,1%	
Subtotal	265.598	79,6%	
Demais Produtos	67.892	20,4%	
Total Geral	333.490	100,0%	

Elaborado pelo INSEEC/PPD/CIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados da UNCTAD/COMTRADEmap.

São Vicente e Granadinas não informou dados comerciais ao banco de dados COMTRADE/UNCTADmap. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores e exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

(1) Última pesquisa disponível

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
SÃO VICENTE E GRANADINAS**

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SÃO VICENTE E GRANADINAS (US\$ mil. fev)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	2.500,0	2.801,0	2.493,0	2.421,0	1.631,0
Variação em relação ao ano anterior	43,8%	12,0%	-11,0%	-11,0%	-32,5%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o CARICOM	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
Importações	0,6	62,0	43,0	18,0	0,0
Variação em relação ao ano anterior	500,0%	10233,3%	-30,0%	-30,0%	-100,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras do CARICOM	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	2.501	2.863	2.536	2.536	1.631
Variação em relação ao ano anterior	43,8%	14,5%	-11,4%	-11,4%	-35,7%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-CARICOM	0,1%	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Saldo Comercial	2.499	2.739	2.450	2.450	1.631

Elaborado pelo AFE/OPF/DOC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MEX/SECEX/Alfaweb.

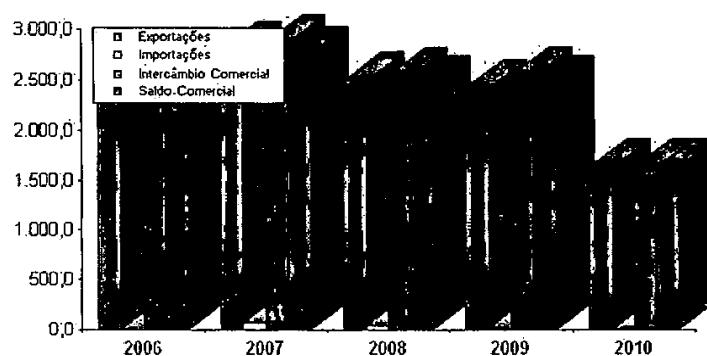
(As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa, podem ser explicadas pelo uso de técnicas distintas e variáveis por diferentes metodologias de apuração de dados estatísticos)

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SÃO VICENTE E GRANADINAS (US\$ mil. fev)	2010 (jan-mar)	2011 (jan-mar)
Exportações	560	407
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-2,4%	-27,3%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o CARICOM	0,1%	0,1%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%
Importações	0,0	55
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	n.a.	n.a.
Part. (%) no total das importações brasileiras do CARICOM	0,0%	0,1%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	560	462
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-2,4%	-17,5%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-CARICOM	0,1%	0,1%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%
Saldo Comercial	560	352

Elaborado pelo AFE/OPF/DOC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MEX/SECEX/Alfaweb.

**INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SÃO VICENTE E GRANADINAS
2006 - 2010**

(US\$ mil)



Elaborado pelo AFE/OPF/DOC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MEX/SECEX/Alfaweb.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
SÃO VICENTE E GRANADINAS**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - S. VICENTE E GRANADINAS (US\$ mil - feb)	2008	% do total	2009	% do total	2010	% do total
EXPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	691	27,7%	584	26,2%	624	30,3%
Produtos cerâmicos	802	32,2%	548	22,5%	235	14,4%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	47	1,9%	53	2,2%	204	12,5%
Açúcares e produtos de confeitaria	378	15,2%	569	23,5%	194	11,9%
Leite e laticínios, ovos, mel natural	78	3,1%	162	7,5%	73	4,5%
Cadeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	0	0,0%	47	1,9%	72	4,4%
Plásticos e suas obras	35	1,4%	94	3,9%	46	2,0%
Sabões, agentes orgânicos de superfície	43	1,7%	40	1,6%	44	2,7%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	24	1,0%	37	1,3%	34	2,1%
Subtotal	2.096	84,1%	2.246	92,8%	1.526	93,5%
Demais Produtos	397	15,9%	175	7,2%	105	6,5%
TOTAL GERAL	2.493	100,0%	2.421	100,0%	1.631	100,0%

Elaborado pelo IPECE/PRONEX - Divisão de Interação Comercial com base no dados do IPECE/PRONEX/Brasília
Depois de produtos brasileiros em ordem decrescente, sendo os demais os países que não foram especificados em 2010

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
SÃO VICENTE E GRANADINAS**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - S. VICENTE E GRANADINAS (US\$ mil - feb)	2006	% do total	2007	% do total	2008	% do total
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Produtos químicos inorgânicos ou isotópicos	0,7	15,6%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Plásticos e suas obras	0,0	0,0%	17,6	99,9%	0,0	0,0%
Cadeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	0,0	0,0%	0,0	0,2%	0,0	0,0%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	5,9	13,8%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Subtotal	17,6	29,4%	17,6	99,1%	0,0	0,0%
Demais Produtos	30,4	70,6%	0,2	0,9%	0,0	0,0%
TOTAL GERAL	43,0	100,0%	19,0	100,0%	0,0	0,0%

Elaborado pelo IPECE/PRONEX - Divisão de Interação Comercial com base no dados do IPECE/PRONEX/Brasília
Depois de produtos brasileiros em ordem decrescente, sendo os demais os países que não foram especificados em 2007

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
SÃO VICENTE E GRANADINAS**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - S. VICENTE E GRANADINAS (US\$ mil - feb)	2010 (jan-mar)	% do total	2011 (jan-mar)	% do total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	87	15,5%	148	38,4%
Produtos cerâmicos	186	33,2%	103	25,3%
Gorduras e óleos animais ou vegetais	26	4,6%	87	18,5%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	33	5,8%	49	12,0%
Cadeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	160	28,5%	22	5,4%
Obras diversas de metais comuns	0	0,0%	2	0,5%
Subtotal	491	87,6%	391	96,0%
Demais Produtos	69	12,2%	16	4,0%
TOTAL GERAL	560	100,0%	407	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0	0,0%	55	0,0%
Subtotal	0	0,0%	55	100,0%
Demais Produtos	0	0,0%	0	0,0%
TOTAL GERAL	0	0,0%	55	100,0%

Elaborado pelo IPECE/PRONEX - Divisão de Interação Comercial com base no dados do IPECE/PRONEX/Brasília
Depois de produtos brasileiros em ordem decrescente, sendo os demais os países que não foram especificados em janeiro/2011

Aviso nº 72 - C. Civil.

Em 14 de fevereiro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MICHAEL FRANCIS DE MAYA MONTEIRO GEPP, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a São Vicente e Granadinas.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **DSF**, em 17/02/2012.

3

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 16, de 2012 (nº 39, de 14 de fevereiro de 2012, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Socialista do Sri Lanka, e, cumulativamente, junto à República das Maldivas.*

RELATOR: Senador **FRANCISCO DORNELLES**

O Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação que a Presidente da República faz do Senhor MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Socialista do Sri Lanka, e, cumulativamente, junto à República das Maldivas.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado, em atendimento a preceito regimental, pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), o indicado nasceu em 24 de junho de 1945, no Rio de Janeiro (RJ). É filho de Joubert de Vasconcelos e Diva da Silva Vasconcelos.

Graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1967. Frequentou, ainda, o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco no ano de 1991, quando defendeu a tese intitulada “O Sistema Global da FAO sobre Recursos Fitogenéticos: a Posição do Brasil.”

Em 1971, titulou-se como Terceiro-Secretário na carreira diplomática. Tornou-se Segundo-Secretário em 1975. Por merecimento, tornou-se Primeiro-Secretário em 1980, Conselheiro em 1987, Ministro de Segunda Classe em 1994 e Ministro de Primeira Classe em 2005. Em 2010, passou a integrar o Quadro Especial da carreira.

Entre as funções desempenhadas pelo diplomata, destacam-se a de Assistente das Divisões da América Meridional II e das Nações Unidas (1981-86 e 1986); Assessor do Departamento de Organismos Internacionais (1986-88); Conselheiro na Delegação junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), em Roma (1988-91); Conselheiro da Embaixada em Rabat (1991-93); Chefe da Divisão de Ásia e Oceania I (1993-94); Subchefe da Assessoria Internacional da Presidência da República (1994-95); Cônsul-Geral em Rotterdam (1995-97); Ministro-Conselheiro na Embaixada na Haia (1997-99) e em Quito (1999-01); Diretor do Departamento das Américas do Norte, Central e Caribe (2004-05); Embaixador em Luanda (2005-08); e Cônsul-Geral em Munique (2008 até o presente).

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a República Democrática Socialista do Sri Lanka e a República das Maldivas. O documento, além de abordar relações bilaterais com o Brasil, dá notícia sobre dados básicos dos países, suas políticas interna e externa e economia.

O Sri Lanka – originalmente conhecido como Ceilão – tornou-se independente em 1947. No ano seguinte, passou a integrar a *Commonwealth*. Desde então, sua política externa é marcada pelos princípios do não alinhamento e pelas relações com a Índia. Trata-se de república semipresidencialista, sendo que o presidente é eleito diretamente para um mandato de seis anos. O poder legislativo é unicameral e seus membros são eleitos por sufrágio universal.

A economia de Sri Lanka – que está entre os cinquenta países de menor desenvolvimento econômico do mundo – baseia-se na exportação de produtos primários (grafite, produtos têxteis, chá, coco e borracha). As exportações cingalesas e os investimentos estrangeiros aumentaram significativamente a partir de 1977, quando o governo passou a adotar políticas econômicas liberais.

As relações diplomáticas entre Brasil e Sri Lanka foram estabelecidas em 1960. Em 2009, o governo cingalês derrotou o movimento separatista tâmil, de maioria hinduísta. Com o fim das tensões internas,

vislumbra-se a oportunidade para aprofundamento das relações com aquele país.

O comércio bilateral, tradicionalmente superavitário em favor do Brasil, passou de US\$ 24, 9 milhões em 2002 para US\$ 133,9 milhões em 2010. Nas exportações brasileiras, destacam-se o açúcar, que responde por mais de 90% (noventa por cento) da pauta comercial, e a borracha, que ocupa o segundo lugar. Importamos, sobretudo, pneus e produtos de borracha e, em menor escala, produtos têxteis.

Além disso, há boas perspectivas para exportadores brasileiros nos mercados de aeronaves, açúcar e combustíveis, além de o Sri Lanka apresentar-se como possível plataforma de entrada de produtos brasileiros no mercado indiano.

Quanto às Ilhas Maldivas, cumpre registrar que constituem um Estado islâmico com governo central forte. Tornaram-se independentes do Reino Unido em 1965 e, três anos após, adotaram a forma republicana de governo. Também nas Ilhas Maldivas o poder legislativo é unicameral.

O ex-presidente Maumoon Abdul Gayoom manteve-se no poder por trinta anos. Apesar de lhe ser creditada a modernização do país, sua gestão é também acusada de supostas violações de direitos humanos.

Após pressão de protestos populares, em junho de 2008, foi concluída a revisão da Constituição. Alguns pontos destacaram-se na reforma: a limitação de mandatos presidenciais, a remoção de barreiras de gênero para as eleições, a criação da Corte Suprema e a separação dos poderes. Entretanto, esse ano novamente o País entrou em período de instabilidade política, quando, em 7 de fevereiro de 2012, Mohamed Waheed Manik é empossado após renúncia forçada do carismático presidente Mohamed Nasheed, após manifestações lideradas por policiais locais.

Assim como o Sri Lanka, as Ilhas Maldivas integram a Associação Sul-Asiática de Cooperação Regional (SAARC), a qual constitui seu principal meio de inserção regional.

Tendo em vista as catástrofes naturais que, nos anos de 1987 e 2004, assolaram seu território caracterizado por relevo de baixa altitude, as Maldivas têm tido atuação crescente nos foros multilaterais relacionados ao meio ambiente e ao aquecimento global.

Brasil e Ilhas Maldivas estabeleceram relações diplomáticas em 1988. Em termos de cooperação bilateral, o turismo, que é a principal atividade econômica das Maldivas, aparece como uma das áreas de maior potencial, havendo ainda interesse por parte daquele país no estabelecimento de cooperação no âmbito do esporte.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 16, DE 2012
(nº 39/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Socialista do Sri Lanka, e, cumulativamente, junto à República das Maldivas.

Os méritos do Senhor Marcelo Leonardo da Silva Vasconcelos que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de fevereiro de 2012.

Assinatura manuscrita em tinta preta, provavelmente do Presidente do Senado Federal, com uma inicial 'S' e uma assinatura 'Russo'.

EM No 543 MRE

Brasília, 30 de novembro de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELOS**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Socialista do Sri Lanka, e, cumulativamente, junto à República das Maldivas.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELOS** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 543 /DP/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 30 de novembro de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELOS**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Socialista do Sri Lanka, e, cumulativamente, junto à República das Maldivas.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELOS** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,


ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELOS**

CPF.: 042.276.111-72

ID.: 4215 MRE

1945 Filho de Joubert de Vasconcelos e Diva da Silva Vasconcelos, nasce em 24 de junho, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1967 Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

1991 CAE - IRBr, O Sistema Global da FAO sobre Recursos Fitogenéticos: a Posição do Brasil

Cargos:

1971 Terceiro-Secretário

1975 Segundo-Secretário

1980 Primeiro-Secretário, por merecimento

1987 Conselheiro, por merecimento

1994 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

2005 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

2010 Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial

Funções:

1969 CPCD - IRBr

1971-73 Divisão do Tratado da Bacia do Prata, assistente

1973-74 Divisão da Organização dos Estados Americanos, assistente

1974-77 Delegação junto à OEA, Washington, Terceiro e Segundo-Secretário

1977-81 Embaixada em Lima, Segundo-Secretário

1981-86 Divisão da América Meridional II, assistente

1986 Divisão das Nações Unidas, assistente

1986-88 Departamento de Organismos Internacionais, assessor

1988-91 Delegação junto à FAO, Roma, Conselheiro

1991-93 Embaixada em Rabat, Conselheiro

1993-94 Divisão de Ásia e Oceania I, Chefe

1994-95 Presidência da República, Assessoria Internacional, Subchefe

1995-97 Consulado-Geral em Rotterdam, Cônsul-Geral

1997-99 Embaixada na Haia, Ministro-Conselheiro

1999-01 Embaixada em Quito, Ministro-Conselheiro

2001-03 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Gabinete, Assessor Especial

2003-04 Subsecretaria-Geral da América do Sul, Chefe de Gabinete

2004-05 Departamento das Américas do Norte, Central e Caribe, Diretor

2005-08 Embaixada em Luanda, Embaixador

2008 Consulado-Geral em Munique, Cônsul-Geral

Condecorações:

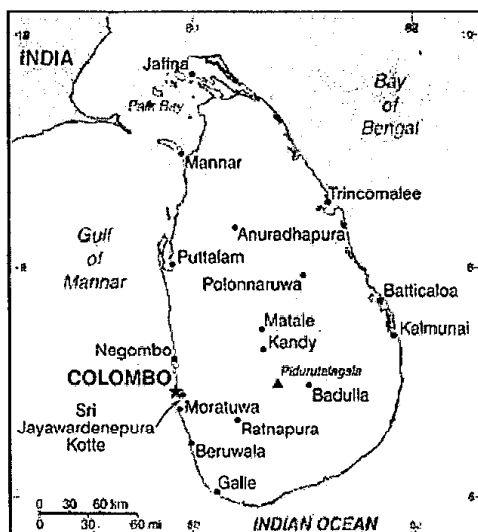
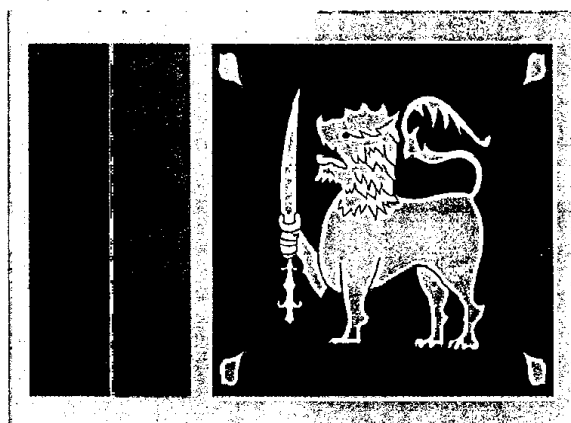
1981 Ordem ao Mérito, Peru, Cavaleiro

2006 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL PARA ASSUNTOS POLÍTICOS II
DEPARTAMENTO DA ÁSIA CENTRAL, MERIDIONAL E OCEANIA
DIVISÃO DA ÁSIA MERIDIONAL**

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA SOCIALISTA DO SRI LANKA



OSTENSIVO
Informações para o Senado Federal
Novembro de 2011

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS	3
RELAÇÕES BILATERAIS	7
VISITAS	8
COMÉRCIO BILATERAL	8
PERSPECTIVAS DE COMÉRCIO E INVESTIMENTO	9
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS	9
POLÍTICA INTERNA	10
POLÍTICA EXTERNA	12
ECONOMIA E COMÉRCIO	15
ANEXOS	16
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	16
CRONOLOGIA HISTÓRICA	18
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS	20

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República Democrática Socialista do Sri Lanka
CAPITAL	Colombo e Sri Jayawardenapura-Kotte (Sede do Parlamento)
ÁREA	65.610 km ² (pouco maior que o Estado da Paraíba, que tem 56.440 km ²)
POPULAÇÃO (2010)	20,4 milhões (comparável à população do Estado de Minas Gerais)
IDIOMA OFICIAIS	Cingalês (língua nacional, falada por 74% da população) e tâmil (18%)
SISTEMA POLÍTICO	República semipresidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Mahinda Rajapaksa
CHANCELER	Ministro G. L. Peiris
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Atualmente não há Embaixador. O Encarregado de Negócios é o Ministro-Conselheiro A. W. Pathiraja
EMBAIXADOR EM COLOMBO	Pedro Henrique Lopes Borio
PIB REAL (2010)	US\$ 49,6 bilhões
PIB PPP (2010)	US\$ 105 bilhões
PIB per capita	US\$ 2,429
PIB per capita PPP	US\$ 5,149
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano (2011)	0,691 (97º no mundo; Brasil é o 84º, com 0,718)
UNIDADE MONETÁRIA	Rupia cingalesa
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	15 cidadãos

QUADROS COMPARATIVOS DO COMÉRCIO BRASIL-SRI LANKA

COMÉRCIO BILATERAL (US\$ mil) - Fonte: MDIC

BRASIL - SRI LANKA	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-ago)
Intercâmbio	88.412	29.274	44.637	109.290	134.031	51.163
Exportações (fob)	75.997	12.122	21.832	91.174	110.303	32.139
Importações (fob)	12.415	17.152	22.805	18.116	23.728	19.024
Saldo	63.582	-5.030	-973	73.058	86.575	13.115

Elaborado pelo MRE/DP/IDIC - Divisão de Informação Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

COMÉRCIO BILATERAL (US\$ mil) - Fonte do Sri Lanka

BRASIL - SRI LANKA ⁽¹⁾	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-jun)
Intercâmbio	43.525	23.650	34.391	64.937	80.802	26.937
Exportações do Sri Lanka para o Brasil (fob)	12.136	17.738	22.498	16.037	22.975	12.097
Importações do Sri Lanka procedentes do Brasil(cif)	31.389	5.912	11.893	48.900	57.827	14.840
Saldo	-19.253	11.826	10.605	-32.863	-34.852	-2.743

Elaborado pelo MRE/DP/IDIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados da UNCTADITC/adanap.

(1) Os dados foram informados ao Trademap pelo "Ceylon Chamber of Commerce".

PERFIS BIOGRÁFICOS

Mahinda Rajapaksa
Presidente da República

Mahinda Rajapaksa nasceu em 18 de novembro de 1945.

Em 1970, foi eleito para o Parlamento aos 24 anos, tornando-se então o mais jovem congressista do país. Desde o início de sua vida pública, identificou-se como político de centro-esquerda e defensor dos direitos trabalhistas. Em 1977, formou-se em Direito, e, em 1989, foi reeleito para o Parlamento.

Ocupou as Pastas de Ministro do Trabalho (1994) e de Ministro da Pesca e dos Recursos Aquáticos (1997).

Em 2004, assumiu o cargo de Primeiro-Ministro. Desempenhou a função até 2005, quando foi eleito Presidente pelo SLFP (*Sri Lanka Freedom Party*), acumulando as funções de Ministro das Finanças e da Defesa.

Três de seus irmãos ocupam cargos no primeiro escalão de seu Governo. Gothabaya Rajapaksa foi indicado para o cargo de Secretário de Estado para a Defesa; Chamal Rajapaksa é o Ministro da Irrigação e Ministro dos Portos e Aviação, e Basil Rajapaksa é Ministro do Desenvolvimento Econômico.

Rajapaksa foi reeleito Presidente em 26 de janeiro de 2010, para um mandato de seis anos. Como Presidente, exerce as funções de Chefe de Estado e de Chefe de Governo.

D. M. Jayaratne
Primeiro-Ministro

Disanayaka Mudiyanselage Jayaratne nasceu em 4 de junho de 1931, em Doluwa, no distrito de Kandy. Participou do movimento estudantil comunista na Universidade de Peradeniya. Graduou-se no Gandhi College e passou a lecionar na instituição. Foi presidente da Associação de Municípios, parlamentar entre 1970 e 1977 e, novamente, a partir de 1989. Em 1994, foi o parlamentar mais votado do país e foi indicado pela Presidenta Chandrika Bandaranaike para o Ministério das Terras, Agricultura e Produção Florestal.

Em 2000, tornou-se Ministro da Agricultura, Alimentação e Cooperativas. Em 2003, assumiu a pasta do Ministério dos Correios e Telecomunicações, e, em 2004, passou a acumular cumulativamente o cargo de Ministro do Desenvolvimento do Interior.

Em 2005, foi nomeado pelo Presidente Rajapaksa Ministro dos Correios e Telecomunicações e Ministro do Desenvolvimento Econômico Rural.

Em 2007, assumiu o Ministério das Indústrias Agrícolas.

Em 2010, tornou-se Primeiro-Ministro do Sri Lanka, acumulando a pasta de Budismo e Assuntos Religiosos.

Dado que o regime cingalês se estrutura em modelo semipresidencialista, cabe ao Primeiro-Ministro a função de chefe do Gabinete; sua nomeação depende formalmente tanto da confiança do Presidente quanto do Parlamento. O ocupante do cargo é o primeiro na linha de sucessão à Presidência (não há Vice-Presidente).

Gamini Lakshman Peiris
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Possui Doutorados em Filosofia pelas Universidades de Oxford (1971) e de Colombo (1974). Atualmente, é membro associado da Academia Internacional de Direito Comparado.

Antes de ingressar na carreira política, atuou como Professor e Reitor da Faculdade de Direito, bem como Vice-Chanceler da Universidade de Colombo. Detém, em seu país, a reputação de ser o maior constitucionalista cingalês. No campo político, é visto como parlamentar conciliador, moderado e extremamente habilidoso.

No primeiro governo da Presidenta Chandrika Kumaratunga (1994), fora Ministro do Desenvolvimento Econômico Empresarial, bem como Vice-Ministro das Finanças e Planejamento e, simultaneamente, Ministro da Justiça e de Assuntos Constitucionais. Ainda no mandato de Kumaratunga, ocupou outras Pastas, como a dos Ministérios da Justiça, do Comércio Exterior e de Assuntos Étnicos e Integração Nacional.

Após a nomeação de Ranil Wickramasinghe, antecessor imediato de Rajapaksa como Primeiro-Ministro, Peiris atuou como Ministro de Desenvolvimento Empresarial, Política Industrial e Promoção dos Investimentos.

Ocupou, no Governo Rajapaksa, o cargo de Ministro do Desenvolvimento das Exportações e Comércio Internacional e passou a desempenhar, cumulativamente, a função de Ministro, interino, dos Correios e Comunicações.

Em abril de 2010, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros. Sua designação é vista como sinal de maior abertura e flexibilidade por parte da Chancelaria cingalesa.

Visitou o Brasil em 1998, quando ocupava o cargo de Ministro da Justiça.

RELAÇÕES BILATERAIS

Em 1960, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Ceilão – nome pelo qual o Sri Lanka foi conhecido até 1972.

Em 1961, foi aberta a Embaixada do Brasil em Colombo, fechada em 1967 por razões de ordem orçamentária e reaberta em dezembro de 2005.

Em 1969, foi criado o Consulado Honorário do Brasil em Colombo.

Na década de 1960, o Governo cingalês manteve Embaixada no Rio de Janeiro, posteriormente transformada em Embaixada cumulativa com Havana.

A Embaixada do Sri Lanka em Brasília foi inaugurada em 2001. Trata-se da primeira representação daquele país na América do Sul.

O Parlamento cingalês instituiu Grupo de Amizade Sri Lanka-Brasil em 2008.

Com a conclusão, em 2009, de longo período de conflito interno no Sri Lanka, e a presente busca de superação de suas tensões internas, o momento atual é propício para o aprofundamento do diálogo político bilateral.

Em 2011, o Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, foi o primeiro Chanceler brasileiro a visitar o Sri Lanka, tendo sido recebido pelo Presidente Rajapaksa e pelo Chanceler G.L. Peiris. O objetivo central da missão foi o de sublinhar o interesse brasileiro em identificar áreas em que seja possível aprofundar a cooperação entre os dois países.

Um Acordo-Quadro de Cooperação Técnica para possibilitar o estabelecimento de cooperação em diversos campos foi assinado em 2008 e aprovado pelo Congresso Nacional em 2010. O desenvolvimento de iniciativas em áreas como agricultura familiar, reforço da renda de famílias rurais e programas de assistência a famílias de baixa renda ainda depende de missão prospectiva a ser enviada pelo Governo cingalês ao Brasil.

Tendo em vista a situação resultante dos conflitos internos que geraram grande contingente de deslocados internos e causaram profundo impacto na economia do país, ao Sri Lanka interessam projetos de cooperação sobretudo em áreas como agricultura e turismo. Não obstante, há também espaço para se ampliar a presença de produtos de maior valor agregado na pauta bilateral.

Uma vez que o Sri Lanka é altamente dependente de importações de hidrocarbonetos, há potencial no setor energético, principalmente em relação a atividades de estímulo à expansão dos biocombustíveis – área na qual o Brasil possui reconhecida competência.

O Brasil está entre os maiores doadores para as atividades do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) no Sri Lanka. Em 2010, o Brasil realizou doação de US\$ 900 mil para atividades de assistência e reassentamento em benefício de comunidades deslocadas cingalesas.

Ao reiterar seu agradecimento ao Governo brasileiro, em 2011, o ACNUR relatou que a doação brasileira contribuiu para o retorno de 3.750 famílias a suas residências no norte do Sri Lanka, entre julho e dezembro de 2010. No total,

cerca de 80.000 famílias usufruíram de ajuda internacional para recomeçar suas vidas em área antes afetada pelo conflito com movimentos separatistas.

O Sri Lanka apoiou a candidatura do Professor José Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da FAO, nas eleições que se realizaram em junho de 2011, em Roma.

Assuntos consulares

Os temas de natureza consular são tratados no âmbito do Setor Consular da Embaixada do Brasil em Colombo.

Comunidade brasileira no Sri Lanka

As estimativas mais recentes dão conta de que vivem cerca de 15 brasileiros no Sri Lanka, dos quais alguns são funcionários de organismos internacionais e prestadores de serviços a ONGs.

Visitas de alto nível

Visitas ministeriais: ex-Ministro da Justiça, dos Assuntos Constitucionais, dos Assuntos Étnicos e da Integração Regional e Vice-Ministro das Finanças do Sri Lanka, Professor G. L. Peiris (fevereiro de 1998); ex-Ministro da Ciência e Tecnologia do Sri Lanka, Tissa Vitarana (fevereiro de 2005);

No mesmo ano, visitaram o Sri Lanka o Enviado Especial do Senhor Presidente da República, então Embaixador em Nova Délhi, José Vicente Pimentel.

Ainda em 2005, visitou o Sri Lanka o Senador Cristovam Buarque, que manteve contato com o então Primeiro-Ministro e atual Presidente Rajapaksa, entre outras autoridades cingalesas.

O então Chanceler Bogollagama realizou visita oficial ao Brasil entre 15 e 18 de setembro de 2008, acompanhado pelo Ministro do Desenvolvimento da Habitação, Geethanjana Gunawardena.

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, realizou visita bilateral a Colombo nos dias 6 e 7 de março de 2011.

Comércio bilateral

O comércio bilateral vem crescendo de forma sistemática, de um volume de US\$ 24,9 milhões, em 2002, para US\$ 133,9 milhões, em 2010.

O comércio tem sido tradicionalmente superavitário para o Brasil, com exceção dos anos de 2007 e 2008, quando se verificaram pequenos déficits. Em 2010, o saldo positivo ao Brasil foi de US\$ 86,6 milhões.

Dentre os principais produtos exportados pelo Brasil em 2010, destacou-se o açúcar, com 93,6%. A borracha, que responde pelo segundo lugar, equivale a 1,17% das exportações.

O Brasil importa, sobretudo, pneus e produtos de borracha e, em menor escala, produtos têxteis. Em 2010, os principais produtos da pauta de importação foram luvas de borracha vulcanizada (42,8%); protetores para pneus de borracha (7,69%), pneus novos de borracha (6,49%) e fio de fibras artificiais (6,49%).

Perspectivas de comércio e investimento

O mercado cingalês apresenta boas perspectivas para os exportadores brasileiros, com destaque para os mercados de aeronaves, açúcar e combustíveis. O Sri Lanka apresenta-se como uma possível plataforma de entrada para produtos brasileiros no mercado indiano. Encontram-se em vigor, por exemplo, Acordos de Liberalização de Comércio assinados pelo Sri Lanka com a Índia e o Paquistão, que poderiam facilitar operações comerciais triangulares.

O ambicioso programa de desenvolvimento da infraestrutura, iniciado pelo governo Rajapaksa, poderia proporcionar oportunidades de mercado para construtoras brasileiras.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não constam registros de empréstimos ou financiamentos oficiais do Brasil para o Sri Lanka.

Doações para fins humanitários

Em 2009, o Brasil fez doação de US\$ 50.000,00 para a compra de vestuário para os deslocados internos no Sri Lanka, vítimas do conflito com os Tigres Tâmeis.

Em julho do mesmo ano, o Governo brasileiro realizou doação ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) no valor de US\$ 900.000,00, prioritariamente utilizada para auxiliar no reassentamento e no abrigo de famílias deslocadas.

POLÍTICA INTERNA

O Sri Lanka é uma república semipresidencialista. O Presidente é eleito diretamente para mandato de seis anos e ocupa as funções de Chefe de Estado, Chefe de Governo e Comandante-Chefe das Forças Armadas. O Presidente pode ser removido do Gabinete por dois terços do Legislativo e por decisão favorável da Corte Suprema. O sistema legislativo do Sri Lanka é unicameral, com 225 membros eleitos por sufrágio universal. Os parlamentares representam os distritos do país durante seis anos.

Dois aspectos influenciam de modo essencial a dinâmica da cena política do Sri Lanka: (a) a predominância de dois partidos políticos – o Partido Nacional Unido (UNP), conservador; e o Partido da Liberdade do Sri Lanka (SLFP), de centro-esquerda –, os quais se têm alternado no poder, muitas vezes formando alianças com partidos menores; e (b) a situação da comunidade tâmil, de maioria hinduísta. Setores daquela comunidade deram origem ao movimento insurgente armado dos Tigres Tâmeis, que patrocinou conflito armado em prol da independência das regiões Norte e Leste da ilha.

O ponto central do nacionalismo cingalês é a rejeição da ideia de que os tâmeis possam constituir uma nação distinta, ou ter reconhecimento político que lhes permita pleitear um Estado independente. Estima-se que a guerra entre o Governo do Sri Lanka e os separatistas (os chamados “tigres tâmeis”) tenha provocado mais de 60 mil mortes. O conflito prejudicou drasticamente a economia ao afugentar turistas e investidores e ao estimular o êxodo de talentos e de mão-de-obra.

Em novembro de 2005, Mahinda Rajapaksa elegeu-se Presidente da República, com apoio de partidos budistas e marxistas, e foi sob seu Governo que o movimento separatista tâmil foi derrotado.

Em 2008, o Governo Rajapaksa anunciou que ab-rogaria unilateralmente o acordo de cessar-fogo de 2002 e iniciou intensa campanha militar para recuperar áreas antes controladas pelo LTTE. Os conflitos continuaram até maio de 2009, quando o Governo cingalês tomou o último reduto de território rebelde no Nordeste do país. No mesmo mês, os militares anunciaram a morte em combate do líder rebelde Velupillai Prabhakaran e os Tigres Tâmeis anunciaram que iriam renunciar ao combate armado.

Em 2010, Mahinda Rajapaksa foi reeleito Presidente.

No primeiro semestre de 2011, o Governo do Sri Lanka anunciou que fecharia, até o fim do ano, todos os campos de refúgio remanescentes do conflito interno.

Em agosto de 2011, o Presidente Rajapaksa anunciou a suspensão da legislação excepcional de emergência, que vigorou intermitentemente por 28 anos e que, em sua última versão, perdurava desde 2005. Alegou que a derrota do movimento dos Tigres Tâmeis permitiria que se restaurasse a lei e a ordem no Sri Lanka.

POLÍTICA EXTERNA

O Sri Lanka obteve sua independência em 1947, sob o nome de Ceilão. Em fevereiro de 1948, tornou-se membro independente da antiga Comunidade britânica, a *Commonwealth* – atualmente, “Comunidade de Nações”.

O compromisso com os princípios do não-alinhamento e as relações com a Índia constituem os dois fatores de maior peso na política externa do Sri Lanka desde sua independência. A proximidade geográfica entre os dois países, separados pelo mar por uma distância de apenas 31 km, tornou inevitável o interesse recíproco, que resultou em uma relação bilateral ambivalente.

A posição insular do país lhe permitiu manter certo distanciamento em relação a outros vizinhos e o poupou de questões de fronteira. O Sri Lanka, orgulhoso de sua história e cultura milenares e cioso da manutenção de identidade externa própria, pôde esquivar-se, assim, de enfrentamentos, ao mesmo tempo em que logrou manter relativa considerável independência das potências grandes ou médias. O país tornou-se membro da ONU em 1948 e ingressou no Movimento dos Não-Alinhados por ocasião da criação do grupo.

Não obstante, durante o período da Guerra Fria, seu caráter “não-alinhado” não o impediu de praticar políticas de maior aproximação com um ou outro dos dois blocos rivais, alternando maior simpatia ou interesse, conforme estivessem no poder as lideranças do Partido Nacional Unido (UNP) – que se voltavam mais para o Ocidente – ou do Partido de Libertação do Sri Lanka (SLFP), de tendência centro-esquerda – mais inclinado a dialogar com a União Soviética ou com a República Popular da China.

A identificação com o Grupo dos Movimentos Não-Alinhados (G-77) e as relações com a Índia continuam fatores relevantes na condução da política externa de Colombo, que se preocupa também com novos temas da agenda internacional como a questão ambiental; a segurança alimentar e energética; e o combate ao terrorismo e ao crime transnacional.

Terminado o conflito com o movimento separatista tâmil, em 2009, o Sri Lanka enfrenta acusações de desrespeito aos direitos humanos e supostos excessos contra os combatentes tâmeis, sobretudo na etapa final do conflito, entre 2008 e 2009.

A Alta Comissária para os Direitos Humanos das Nações Unidas, Navi Pillay, acusou ambos os lados do conflito de perpetrarem crimes de guerra. O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas convocou Sessão Especial sobre a situação dos direitos humanos no Sri Lanka, no mesmo ano, e aprovou resolução pela qual se exortou o governo cingalês a seguir empreendendo esforços em favor do desarmamento, da desmobilização e reabilitação de crianças-soldado recrutadas por atores não-estatais e a não exercer nenhum tipo de discriminação contra minorias étnicas no tocante ao exercício de direitos fundamentais. Elogiou, por sua vez, a disposição do Sri Lanka de iniciar diálogo com todas as partes em

favor do processo de pacificação do país, com base no consenso e no respeito aos direitos humanos de todos os grupos religiosos e étnicos que o habitam.

Em junho de 2010, o Secretário-Geral das Nações Unidas constituiu grupo de peritos para dedicar-se às alegações de violação de direitos humanos e do direito humanitário internacional nos últimos meses do conflito no Sri Lanka. O relatório dos peritos, divulgado em abril de 2011, concluiu pela credibilidade de diversas das alegações. O Governo cingalês, por sua vez, avaliou que o relatório dos peritos seria prejudicial ao processo de reconciliação interna. Indicou estar aberto ao engajamento com as Nações Unidas e ressaltou estar adotando medidas diversas para a normalização do país pós-conflito, incluindo a criação de mecanismos como a Comissão de Lições Aprendidas e Reconciliação e a reconstrução das áreas afetadas e reabilitação de ex-combatentes.

Parcerias de relevo do Sri Lanka

O Sri Lanka mantém relações bilaterais estreitas com a Índia. Os investimentos indianos e o comércio bilateral têm crescido em quantidade e qualidade. Os dois países mantêm acordos e cooperação em várias áreas, como defesa, livre comércio, investimentos, petróleo, aviação comercial e construção de ferrovias. As relações no campo da defesa incluem acordos de cooperação e o treinamento anual de 2 mil membros das Forças Armadas cingalesas em instituições militares indianas. Apesar do interesse na aproximação com o país vizinho, inclusive por fatores comerciais, permanece no Sri Lanka a cautela em preservar sua autonomia e capacidade de decisão.

Os Estados Unidos são o segundo maior parceiro comercial Sri Lanka. Desde 1997, os EUA incluíram o movimento dos Tigres Tâmeis em sua relação de “grupos terroristas internacionais”. Na década seguinte, Washington chegou a prestar auxílio ao exército cingalês. Desde o fim do conflito, em 2009, o Governo dos EUA tem apoiado que a discussão das acusações de violações de direitos pelo Governo cingalês tenha lugar no Conselho de Direitos Humanos, instando o Governo de Colombo a dar maior apoio às vítimas e a apurar responsabilidades.

A China constitui hoje parceiro fundamental do Sri Lanka. Os investimentos chineses têm ocupado espaço tradicionalmente ocupado pelos interesses indianos. Exemplo disso foi a decisão de permitir que seja conduzida por aquele país a construção do porto de Hambatota (importante para Pequim, especialmente no que se refere à segurança de seus suprimentos de petróleo por via marítima), rompendo com a posição tradicional do Sri Lanka de evitar maior presença física de qualquer potência estrangeira em seu território. A construção doanel rodoviário de Colombo também deverá ser entregue a uma empresa chinesa, possivelmente à “China Harbour Engineering Company Ltda”.

A Rússia também vem buscando aumentar sua presença no Sri Lanka. Durante visita do Chanceler Sergei Lavrov em outubro de 2009, a Rússia sinalizou interesse em estabelecer mecanismos de cooperação na área de energia, especificamente na prospecção e possível exploração conjunta de gás natural, e

em participar da exploração de petróleo na Bacia de Mannar, na qual apenas a empresa indiana Cairns possui atividades atualmente, e na reabilitação da refinaria Sapugaskanda, realizada pelo Irã. A Rússia poderá ainda ajudar nos esforços de desminagem em curso no Sri Lanka.

Com o Paquistão, o Sri Lanka estuda adotar a conversibilidade monetária como forma de dar maior impulso ao comércio bilateral.

O Sri Lanka também tem procurado aproximar-se do Japão e manter boas relações com demais países da Comunidade de Nações (*Commonwealth*), os quais recebem boa parte da diáspora cingalesa.

O Sri Lanka é membro da Associação Sul-Asiática para Cooperação Regional (SAARC), que também tem como membros Afeganistão, Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal e Paquistão. A Associação desenvolveu discussões que resultaram na assinatura do Acordo de Comércio Preferencial do Sul da Ásia (SAPTA), em 1994, e do Acordo de Livre Comércio do Sul da Ásia (SAFTA), em 2004.

ECONOMIA E COMÉRCIO

O Sri Lanka integra o grupo dos 50 países de menor desenvolvimento econômico. A economia do país é baseada na exportação de produtos primários, como grafite, produtos têxteis, chá, coco e borracha.

Até o início dos anos de 1990, o Sri Lanka era o maior exportador mundial de chá. A longa guerra civil, todavia, provocou sérios danos à economia do país, mormente nessa cultura, cujos investimentos se reduziram drasticamente ao longo dos anos. O turismo, não obstante figurar como importante fonte de divisas, também sofreu o impacto negativo da guerra civil.

Desde 1977, com o abandono das políticas econômicas estatizantes e a adoção de medidas liberais por Colombo, as exportações cingalesas e os investimentos estrangeiros passaram a aumentar significativamente. Mudanças recentes no cenário interno reverteram essa tendência. Atualmente, o *Sri Lanka Freedom Party*, partido governista, implementa programas de redução da pobreza por meio de investimento em regiões depauperadas, de incentivo a micro e pequenas empresas, de promoção da agricultura familiar e de expansão do serviço público. Os programas de privatização, vigentes há mais de duas décadas, foram suspensos ou revertidos. A economia do país deve crescer cerca de 7% em 2011.

O desempenho das exportações apresenta progressiva recuperação nos últimos meses, particularmente para produtos centrais à economia local, como o chá, a borracha e os produtos têxteis. De acordo com dados de Colombo, o comércio externo do país cresceu mais de 40% nos primeiros cinco meses de 2011 em relação ao mesmo período de 2010, e as vendas externas alcançaram o equivalente a US\$ 4,1 bilhões. Ante tal desempenho, o governo do Sri Lanka acredita que pode terminar o ano com crescimento nas exportações por volta de 25%. As reservas internacionais tiveram ganhos importantes, especialmente em função de aumento de remessas de cingaleses expatriados. Por fim, Colombo comemorou, em janeiro de 2010, anúncio do FMI de reclassificação do país para a categoria de *Middle Income Emerging Market*.

ANEXOS

ACORDOS BILATERAIS

- “Acordo Básico de Cooperação Técnica”, celebrado em 16/09/2008, em vigor desde 25/08/2010.
- “Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomático, Oficial e de Serviço”, celebrado em 07/03/2011. Aguardando notificação do Sri Lanka.
- Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo para Consultas Políticas, celebrado em 07/03/2011, em vigor desde essa data.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1960 - Estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e o Sri Lanka e abertura da Embaixada Não-Residente em Colombo, cumulativa com Nova Délhi.
1961 - Abertura da Embaixada Residente em Colombo.
1967 - Suspensão das atividades da Embaixada do Brasil em Colombo. Retorno à cumulatividade com Nova Délhi.
1969 - Criação do Consulado Honorário do Brasil em Colombo.
1998 - Visita ao Brasil do Ministro da Justiça, dos Assuntos Constitucionais, dos Assuntos Étnicos e da Integração do Sri Lanka, Professor G. L. Peiris.
2001 - Abertura da Embaixada do Sri Lanka em Brasília.
2004 - Participação da então Presidente do Sri Lanka, Chandrika Bandaranaike Kumaratunga, na Reunião de Líderes Mundiais para a Ação Contra a Fome e a Pobreza, em Nova York, a convite do Presidente Lula.
2005 - Visita ao Brasil do então Ministro da Ciência e Tecnologia do Sri Lanka, Tissa Vitarana.
2005 - Visita ao Sri Lanka do Enviado Especial do Presidente da República, então Embaixador em Nova Delhi, José Vicente Pimentel.
- Publicado Decreto de criação da Embaixada do Brasil em Colombo.
- Brasil encaminha, por via aérea e marítima, diversos contêineres de ajuda humanitária às vítimas do tsunami, em dezembro de 2004.
2007 - Visita ao Sri Lanka do Assessor Especial para a Ásia, Embaixador João Gualberto Marques Porto.
2007 - Encontro bilateral do Senhor MERE com o então Chanceler do Sri Lanka, Rohitha Bogollagama, à margem da 62ª AGNU.
- Em dezembro, reinício das atividades da Embaixada do Brasil em Colombo.
2008 - Encontro entre os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Mahinda Rajapaska à margem da Conferência de Alto Nível da FAO sobre Segurança Alimentar, em Roma.
- Missão técnica do Ministério da Agricultura do Sri Lanka ao Brasil para conhecer a experiência brasileira em pesquisa agropecuária.
- Visita oficial ao Brasil do então Chanceler Rohitha Bogollagama, acompanhado pelo Ministro do Desenvolvimento da Habitação, Geethanjana Gunawardena.
2010 - O Governo brasileiro doa 900 mil dólares ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) para apoio a deslocados internos do Sri Lanka.
2011 - O ex-Primeiro-Ministro Ratnasiri Wickramanayaka participa da cerimônia de posse da Presidente Dilma Rousseff.
- Visita oficial ao Sri Lanka do Ministro Antonio Patriota, em março.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1505 – Chegada dos portugueses a Colombo.
1815 – Tomada do poder sobre toda a ilha pelos britânicos. Trabalhadores tâmeis do Sul da Índia são trazidos para trabalhar nas plantações de chá, café e coco.
1948 – Independência total do Ceilão.
1972 – O Ceilão passa a chamar-se Sri Lanka. O budismo torna-se a principal religião do país.
1976 – Formação dos “Tigres de Libertação da Pátria Tâmil” (LTTE). As tensões intensificam-se em áreas dominadas por tâmeis ao Norte e ao Leste do país.
1983 – Para o LTTE, início da “Primeira Guerra da Pátria Tâmil”.
1987 – Confinamento do LTTE na cidade de Jaffna por Forças do governo. Criação de novos Conselhos para as áreas Tâmeis, ao Norte e ao Leste do país. Colombo solicita à Índia o envio de força de manutenção da paz.
1990 – Tropas indianas deixam o país após derrotas no Norte da ilha. Início da “Segunda Guerra da Pátria Tâmil”.
1993 – Ataque a bomba, perpetrado pelo LTTE, mata o então Presidente Premadasa.
1994 – Presidente Kumaratunga chega ao poder e promete encerrar a guerra civil. Negociações de paz iniciam-se com o LTTE.
1995 – Deflagração da “Terceira Guerra da Pátria Tâmil”.
2002 – Cessar-fogo entre o Governo cingalês e os Tigres Tâmeis, intermediado pela Noruega. Início do processo de desarmamento. Suspensão do banimento dos Tigres Tâmeis pelo Governo.
2003 – Retirada das negociações pelos Tigres Tâmeis, mas cessar-fogo persiste.
– Morte de mais de 200 pessoas e mais de quatro mil desabrigadas em decorrência da pior enchente do país.
2004 – Cisão no movimento dos Tigres Tâmeis provocada pelo Comandante Karuna. Retomada do controle do Leste do país pelos Tigres. Ataque a bomba em Colombo. Morte de mais de 30 mil pessoas por causa do tsunami.
2005 – Estado de Emergência após o assassinato do Ministro das Relações Exteriores. Vitória do Primeiro-Ministro Mahinda Rajapaksa nas eleições presidenciais.
2006 – Reinício dos atentados e das hostilidades.
2007 – Captura da fortaleza dos Tigres Tâmeis em Vakarai, no Leste por militares cingaleses. Deslocamento de dezenas de milhares de civis nas áreas de conflito. Remoção dos rebeldes de seu último reduto na selva do Leste (Thoppigala), segundo o Governo cingalês.
2008 – Início de intensa campanha militar contra os rebeldes separatistas no Norte. Execução de graves atentados terroristas em diferentes lugares, inclusive na capital. Pedido de retirada de todos os prestadores de ajuda humanitária das áreas sob o domínio pelo Governo.

2009 – Tomada, pelo Governo, do último território controlado pelos Tigres e morte de seu líder, Velupillai Prabhakaran. Abandono da luta armada pelo LTEE. Captura do novo líder dos Tigres, Selavarasa Pathmanathan, no exterior.

– Suspensão do Sri Lanka do Sistema Geral de Preferências comerciais da União Européia em razão das supostas violações de direitos humanos ocorridas naquele país.

2010 – Reelection do Presidente Mahinda Rajapaksa e prisão de seu principal oponente, General Sarath Fonseka, sob acusação de conspiração. Dissolução do Parlamento pelo Presidente Rajapaksa. Início dos trabalhos da corte marcial que julgará o General.

– Eleições parlamentares.

– Criação do Grupo de Peritos da ONU para investigar supostas violações de direitos humanos no Sri Lanka. Governo cingalês manifesta repúdio à decisão do Secretário Geral da ONU.

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2006	2007	2008	2009	2010
População (em milhões de habitantes) ⁽¹⁾	19,7	19,9	20,1	20,2	20,4
Densidade demográfica (hab/Km²)	300,3	303,3	306,4	307,9	310,9
PIB Nominal (US\$ bilhões)	28,3	32,4	40,7	42,1	49,6
Crescimento real do PIB (%)	7,7	6,8	6,0	3,5	8,0
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	13,5	18,7	14,4	4,8	6,9
Reservas internacionais (US\$ bilhões) ⁽¹⁾	2,8	3,5	2,6	5,4	7,2
Dívida Externa Total (US\$ bilhões)	11,6	14,0	14,2	17,4	17,9
Câmbio (SLRs / US\$)	107,71	108,72	113,14	114,38	110,95

Elaborado pelo MRE/DPRD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report August 2011.

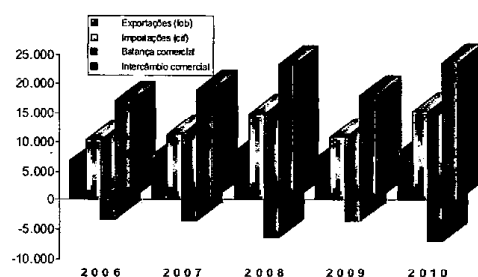
(1) 2010: estimativa EIU.

COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões)	2006	2007	2008	2009	2010	2011 ⁽¹⁾
Exportações (fob)	6.883	7.740	8.434	7.281	8.348	2.354
Importações (cif)	10.253	11.301	14.895	10.871	15.392	4.142
Balança comercial	-3.370	-3.561	-6.461	-3.590	-7.044	-1.788
Intercâmbio comercial	17.136	19.041	23.329	18.152	23.740	6.496

Elaborado pelo MRE/DPRD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, August 2011.

(1) janeiro-março

(2) Última posição disponível em 12/09/2011



DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total	2011 ⁽¹⁾	% no total
EXPORTAÇÕES:								
Estados Unidos	1.882	22,3%	1.516	20,8%	1.665	19,9%	478	20,3%
Reino Unido	1.035	12,3%	948	13,0%	884	10,6%	214	9,1%
Índia	392	4,6%	298	4,1%	437	5,2%	151	6,4%
Itália	407	4,8%	405	5,6%	437	5,2%	138	5,9%
Alemanha	446	5,3%	390	5,4%	413	4,9%	120	5,1%
Bélgica	418	5,0%	326	4,5%	349	4,2%	99	4,2%
Rússia	273	3,2%	240	3,3%	305	3,6%	84	3,6%
Emirados Árabes Unidos	284	3,1%	248	3,4%	285	3,4%	73	3,1%
Japão	187	2,2%	167	2,3%	200	2,4%	62	2,6%
Turquia	84	1,0%	89	1,2%	141	1,7%	36	1,5%
França	175	2,1%	151	2,1%	137	1,6%	36	1,5%
Canadá	113	1,3%	101	1,4%	124	1,5%	35	1,5%
Países Baixos	113	1,3%	99	1,4%	116	1,4%	38	1,6%
Síria	103	1,2%	90	1,2%	114	1,4%	28	1,2%
Austrália	90	1,1%	84	1,2%	109	1,3%	27	1,2%
México	96	1,1%	84	1,1%	95	1,1%	25	1,1%
China	54	0,8%	64	0,9%	93	1,1%	28	1,2%
Hong Kong	66	0,8%	67	0,9%	90	1,1%	24	1,0%
Cingapura	64	0,8%	69	1,0%	79	0,9%	48	2,0%
Tailândia	63	0,7%	56	0,8%	76	0,9%	19	0,8%
Indonésia	40	0,5%	62	0,9%	71	0,9%	20	0,9%
Suécia	71	0,8%	52	0,7%	71	0,8%	25	1,0%
Arábia Saudita	65	0,8%	61	0,8%	70	0,8%	19	0,8%
Maltivas	58	0,7%	51	0,7%	65	0,8%	16	0,7%
Brasil	23	0,3%	17	0,2%	24	0,3%	6	0,2%
SUBTOTAL	6.581	78,0%	5.735	78,8%	6.450	77,3%	1.848	78,5%
DEMAIS PAÍSES	1.853	22,0%	1.546	21,2%	1.898	22,7%	506	21,5%
TOTAL GERAL	8.434	100,0%	7.281	100,0%	8.348	100,0%	2.354	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPRD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, August 2011.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

(1) janeiro-março

(2) Última posição disponível em 12/09/2011

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - cif)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total	2011 ⁽¹⁾⁽²⁾	% no total
IMPORTAÇÕES:								
Índia	3.169	21,3%	1.906	17,5%	3.648	23,7%	1.018	24,6%
China	1.787	12,0%	1.727	15,9%	2.194	14,3%	576	13,9%
Cingapura	1.088	7,3%	837	7,7%	1.319	8,6%	243	5,9%
Itália	1.110	7,4%	773	7,1%	1.012	6,6%	270	6,5%
Japão	408	2,7%	225	2,1%	704	4,6%	278	6,7%
Malásia	468	3,1%	368	3,4%	467	3,0%	101	2,4%
Taiilândia	375	2,5%	360	2,1%	442	4,6%	136	6,7%
Emirados Árabes Unidos	438	2,9%	305	2,8%	400	2,6%	107	2,6%
Hong Kong	458	3,1%	344	3,2%	377	2,5%	104	2,5%
Canadá	413	2,8%	323	3,0%	373	2,4%	81	1,9%
Bélgica	380	2,6%	356	3,3%	338	2,2%	90	2,2%
Indonésia	389	2,6%	271	2,5%	328	2,1%	94	2,3%
Paquistão	203	1,4%	234	2,2%	298	1,9%	70	1,7%
República da Coreia	689	4,6%	187	1,7%	270	1,8%	88	2,1%
Taiwan	239	1,6%	192	1,8%	254	1,6%	75	1,8%
Alemanha	250	1,7%	232	2,1%	251	1,6%	70	1,7%
Nova Zelândia	265	1,8%	140	1,3%	237	1,5%	71	1,7%
Itália	263	1,8%	210	1,9%	231	1,5%	74	1,8%
Austrália	206	1,4%	153	1,4%	205	1,3%	65	1,6%
Reino Unido	247	1,7%	206	1,9%	198	1,3%	53	1,3%
Estados Unidos	312	2,1%	252	2,3%	196	1,3%	70	1,7%
Arábia Saudita	199	1,3%	139	1,3%	182	1,2%	49	1,2%
França	107	0,7%	93	0,9%	177	1,1%	37	0,9%
Brasil	24	0,2%	87	0,8%	121	0,8%	9	0,2%
SUBTOTAL	13.485	90,5%	9.917	91,2%	14.221	92,4%	3.830	92,5%
DEMAIS PAÍSES	1.410	9,5%	954	8,8%	1.171	7,6%	312	7,5%
TOTAL GERAL	14.895	100,0%	10.871	100,0%	15.392	100,0%	4.142	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPD/CIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, August 2011.

Para mais detalhes em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

(1) Anteriormente.

(2) Última posição disponível em 12/09/2011.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2010	
	Valor	Part. %
EXPORTAÇÕES (US\$ milhões)		
Vestuário e seus acessórios, de malha	1.700	20,5%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	1.612	19,4%
Café, chá, mate e especiarias	1.549	18,7%
Borracha e suas obras	738	8,9%
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas	477	5,7%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	204	2,5%
Peixes e crustáceos, moluscos	171	2,1%
Produtos da indústria de moagem, malte, amidos	105	1,3%
Outras fibras têxteis confeccionadas	100	1,2%
Subtotal	6.656	80,2%
Demais Produtos	1.648	19,8%
Total Geral	8.304	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPD/CIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

Divergências nos dados são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR		2 0 1 0	
		Valor	Part. %
IMPORTAÇÕES (US\$ milhões)			
Combustíveis, óleos e ceras minerais	2.064	16,7%	
Veículos automóveis, tratores, cidos	1.039	8,4%	
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	855	6,9%	
Máquinas, aparelhos e material elétricos	635	5,1%	
Algodão	584	4,7%	
Tecidos de malha	480	3,9%	
Plásticos e suas obras	475	3,8%	
Pérolas, pedras preciosas, semipreciosas	376	3,0%	
Açúcares e produtos de confeitaria	365	3,0%	
Papel e cartão; obras de pasta de celulose	348	2,8%	
Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis	315	2,5%	
Cereais	303	2,5%	
Ferro fundido, ferro e aço	294	2,4%	
Fibras sintéticas ou artificiais descontinuas	261	2,1%	
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural	259	2,1%	
Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	245	2,0%	
Adubos ou fertilizantes	240	1,9%	
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	219	1,8%	
Borracha e suas obras	208	1,7%	
Produtos farmacêuticos	183	1,5%	
Tecidos especiais; tecidos tufados; rendas; tapeçarias	169	1,4%	
Produtos diversos das indústrias químicas	158	1,3%	
Filamentos sintéticos ou artificiais	126	1,0%	
Produtos químicos orgânicos	119	1,0%	
Subtotal	10.320	83,5%	
Demais Produtos	2.034	16,5%	
Total Geral	12.354	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DP/PR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ATC/TradeMap.

Divergências nos dados são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SRI LANKA ⁽¹⁾		2 0 0 6	2 0 0 7	2 0 0 8	2 0 0 9	2 0 1 0
(US\$ mil, fob)						
Exportações	75.997	12.122	21.832	91.174	110.303	
Varição em relação ao ano anterior	102,3%	-84,0%	80,1%	317,6%	21,0%	
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia ⁽²⁾	0,4%	0,0%	0,1%	0,2%	0,2%	
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,1%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	
Importações	12.415	17.152	22.805	18.116	23.728	
Varição em relação ao ano anterior	13,5%	38,2%	33,0%	-20,6%	31,0%	
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia ⁽²⁾	0,1%	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%	
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Intercâmbio comercial	88.412	29.274	44.637	109.290	134.031	
Varição em relação ao ano anterior	82,3%	-66,9%	52,5%	144,8%	22,6%	
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia ⁽²⁾	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Balança comercial	63.582	-5.030	-973	73.058	86.575	

Elaborado pelo MRE/DP/PR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDC/SECEX/Alexweb.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

(2) Exclui o Oriente Médio.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SRI LANKA ⁽¹⁾		2 0 1 0	2 0 1 1
(US\$ mil, fob)		(jan-ago)	(jan-ago)
Exportações	101.010	32.139	
Varição em relação ao mesmo período do ano anterior	66,5%	-68,2%	
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia ⁽²⁾	0,3%	0,1%	
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,9%	0,2%	
Importações	14.091	19.024	
Varição em relação ao mesmo período do ano anterior	19,7%	35,0%	
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia ⁽²⁾	0,0%	0,0%	
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,1%	0,1%	
Intercâmbio comercial	115.101	51.163	
Varição em relação ao mesmo período do ano anterior	58,9%	-55,5%	
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia ⁽²⁾	0,2%	0,1%	
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,5%	0,2%	
Balança comercial	86.919	13.115	

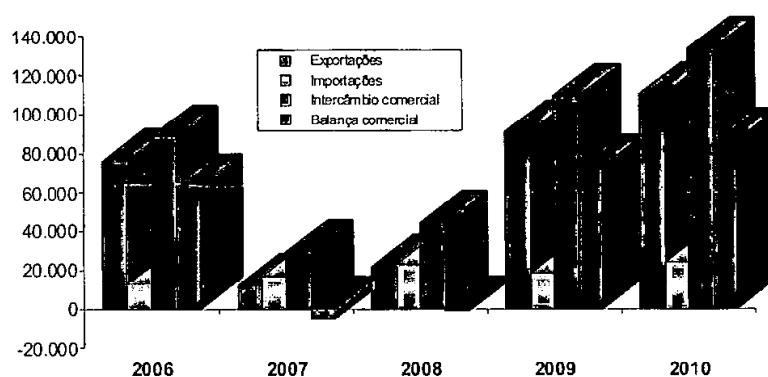
Elaborado pelo MRE/DP/PR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDC/SECEX/Alexweb.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

(2) Exclui o Oriente Médio.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-SRI LANKA 2006 - 2010

(US\$ mil, fob)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aleceweb.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-SRI LANKA						
(US\$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtos)						
Apúcares e produtos de confeitaria	9.119	41,8%	83.566	91,7%	102.757	93,2%
Borracha e suas obras	1.070	4,9%	277	0,3%	1.355	1,2%
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares	0	0,0%	450	0,5%	1.086	1,0%
Matérias albuminóides, produtos à base de amidos	182	0,8%	340	0,4%	1.077	1,0%
Pele, exceto a peleiteira, e couros	1.033	4,7%	580	0,6%	868	0,8%
Produtos cerâmicos	557	2,6%	576	0,6%	538	0,5%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	618	2,8%	450	0,5%	301	0,3%
Sai, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	917	4,2%	478	0,5%	294	0,3%
Carnes e miudezas comestíveis	5.086	23,3%	933	1,0%	219	0,2%
Subtotal	18.580	85,1%	87.650	96,1%	108.495	98,4%
Demais Produtos	3.252	14,9%	3.524	3,9%	1.808	1,6%
TOTAL GERAL	21.832	100,0%	91.174	100,0%	110.303	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aleceweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-SRI LANKA						
(US\$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
IMPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtos)						
Borracha e suas obras	11.868	52,0%	9.048	49,9%	10.233	68,4%
Vestuário e seus acessórios, de malha	1.206	5,3%	1.447	8,0%	2.587	10,9%
Fibras sintéticas ou artificiais descontinuas	7.429	32,6%	5.073	26,0%	1.282	5,4%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	954	4,2%	404	2,2%	1.261	5,3%
Produtos diversos das indústrias químicas	74	0,3%	398	2,2%	711	3,0%
Plásticos e suas obras	173	0,8%	148	0,8%	412	1,7%
Subtotal	21.704	95,2%	16.518	91,2%	22.486	94,8%
Demais Produtos	1.101	4,8%	1.598	8,8%	1.242	5,2%
TOTAL GERAL	22.805	100,0%	18.116	100,0%	23.728	100,0%

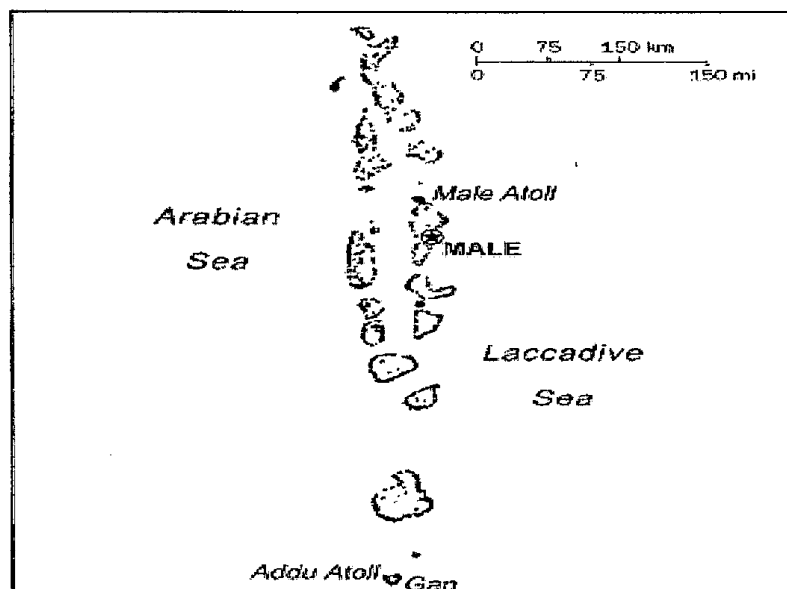
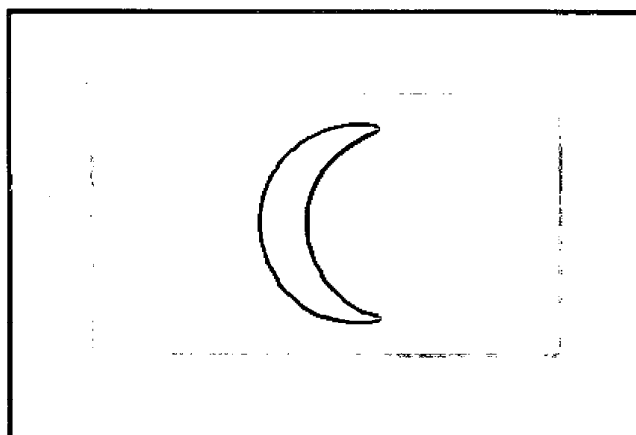
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aleceweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SRI LANKA		2 0 1 0	%	2 0 1 1	%
(US\$ mil - fob)		(jan-ago)	no total	(jan-ago)	no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)					
Açúcares e produtos de confeitaria		96.360	95,4%	18.760	58,4%
Cereais		0	0,0%	6.156	19,2%
Borracha e suas obras		584	0,6%	3.029	9,4%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos		169	0,2%	848	2,6%
Subtotal		97.113	96,1%	28.793	89,6%
Demais Produtos		3.897	3,9%	3.346	10,4%
TOTAL GERAL		101.010	100,0%	32.139	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)					
Borracha e suas obras		9.867	70,0%	13.225	69,5%
Vestuário e seus acessórios, de malha		1.330	9,4%	2.662	14,0%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha		742	5,3%	1.090	5,7%
Plásticos e suas obras		212	1,5%	352	1,9%
Subtotal		12.151	86,2%	17.329	91,1%
Demais Produtos		1.940	13,8%	1.695	8,9%
TOTAL GERAL		14.091	100,0%	19.024	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores representados em jan-ago 2011.

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL PARA ASSUNTOS POLÍTICOS II
DEPARTAMENTO DA ÁSIA CENTRAL, MERIDIONAL E OCEANIA
DIVISÃO DA ÁSIA MERIDIONAL**

REPÚBLICA DAS MALDIVAS



OSTENSIVO
Informações para o Senado Federal
Novembro de 2011

ÍNDICE

Dados Básicos.....	03
Relações Bilaterais.....	04
Política Interna.....	06
Política Externa.....	07
Economia e Comércio Exterior.....	09
Empréstimos e Financiamentos Oficiais.....	10
Assuntos Consulares.....	10
Comunidade Brasileira.....	10
Acordos Bilaterais.....	10
Anexos	
Cronologia Histórica.....	11
Cronologia das Relações Bilaterais.....	12
Dados Econômico-Comerciais.....	13

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL DO PAÍS:	República das Maldivas
CAPITAL:	Malé
ÁREA:	298 km ² (comparável à área do município brasileiro de Belo Horizonte, que tem 331 km ²). O arquipélago é composto por 26 atóis, com 1.190 pequenas ilhas de coral.
POPULAÇÃO (2011):	394.999 habitantes
IDIOMAS:	Divehi (oficial)
GRUPOS ÉTNICOS:	Maldívios (97%), árabes (2%) e africanos (1%)
RELIGIÃO:	Islamismo (sunita) (98,4%)
REGIME DE GOVERNO:	República presidencialista
CHEFE DE ESTADO E CHEFE DE GOVERNO:	Mohamed Nasheed
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Ahmed Naseem
PIB estimado (2010)	US\$ 1,87 bilhões
PIB per capita estimado (2010)	US\$ 4.735,00
PIB PPP estimado (2010)	US\$ 2,734 bilhões
PIB per capita PPP (2010)	US\$ 6.900 (Maldivas: 131º posição)
IDH 2011	0,661 (109º no mundo; Brasil é o 84º, com 0,718)
UNIDADE MONETÁRIA:	Rupia maldiva
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	Não há

➤ INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares F.O.B.) – Fonte: MDIC

COMÉRCIO BILATERAL (US\$ mil) - Fonte: MDIC

BRASIL - MALDIVAS	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-ago)
Intercâmbio	2.383	3.649	8.553	8.939	10.481	8.426
Exportações (fob)	2.382	3.631	8.552	8.931	10.467	8.425
Importações (fob)	1	18	1	8	14	0,8
Saldo	2.381	3.613	8.551	8.923	10.453	8.424

Elaborado pelo MRE/DP/MDIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDC/SEPEX/Alexweb.

COMÉRCIO BILATERAL (US\$ mil) - Fonte: Maldivas

MALDIVAS- BRASIL ⁽¹⁾	2006	2007	2008	2009	2010
Intercâmbio	2	2	3	4	n.a
Exportações da Maldivas para o Brasil (fob)	0	0	0	0	n.d
Importações da Maldivas procedentes do Brasil(cif)	2	2	3	4	n.d
Saldo	-2	-2	-3	-4	n.a

Elaborado pelo MRE/DP/MDIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/TradeMap.
(1) Os dados foram informados ao TradeMap pelo Ministry of Economic Development & Trade

PERFIS BIOGRÁFICOS

Mohamed Nasheed

Presidente

Mohamed Nasheed é o primeiro Presidente da República das Maldivas eleito democraticamente.

Nasceu em Malé, em 17 de maio de 1967. Graduou-se em Estudos Marítimos pela Universidade de Liverpool, em 1989, tendo retornado a seu país em 1990. Iniciou carreira política como membro do Parlamento e foi um dos ideólogos da oposição não-violenta ao então Governo em favor da democratização das Maldivas. Perseguido por razões políticas, exilou-se no Reino Unido em 1991, período em que foi declarado “Prisioneiro de Consciência” pela Anistia Internacional.

Voltou às Maldivas em 2005, após decisão do Governo maldivo de permitir a formação de partidos políticos. É co-fundador do primeiro partido de oposição (Partido Democrático Maldivo), pelo qual foi eleito Presidente. Entre 2005 e 2008, engajou-se na campanha não-violenta de desobediência civil, visando à aceleração do processo reformista do país. Em razão dessa liderança, tornou-se candidato de seu partido nas primeiras eleições democráticas realizadas nas Maldivas. Foi eleito em 28 de outubro de 2008.

Foi laureado em 2009 com o “Prêmio Anna Lindh”, concedido pela fundação europeia de mesmo nome, em reconhecimento pelo seu trabalho na promoção dos direitos humanos, da democracia e de proteção ambiental em seu país.

Ahmed Naseem

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Ahmed Naseem nasceu em 1948. Após estudar no Sri Lanka, graduou-se em Estudos Diplomáticos na Austrália e em Resolução de Conflitos e Arbitragem em Cingapura.

Ingressou no serviço público em 1967. Como diplomata, representou as Maldivas nas Nações Unidas e na Embaixada em Washington.

Dedicou-se ao desenvolvimento da indústria turística, tendo introduzido o turismo de luxo nas Maldivas.

Entrou para o Partido Democrático Maldivo em 2005.

Após ter atuado por dois anos como “Minister of State for Foreign Affairs”, foi designado Ministro dos Negócios Estrangeiros em 11 de abril de 2011.

É casado e tem um filho e três filhas.

RELAÇÕES BILATERAIS

Os primeiros registros de gestões para o estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e as Maldivas datam de 1988, quando o então Ministro Abreu Sodré encaminhou ao ex-Presidente José Sarney projeto de Decreto que criava a Embaixada do Brasil nas Ilhas Maldivas, cumulativa com a Embaixada em Nova Délhi. Em setembro daquele ano, os dois países estabeleceram relações diplomáticas, por meio de comunicado conjunto assinado por seus representantes permanentes junto à ONU.

O Decreto nº 7.192, de 1º de junho de 2010, transferiu a cumulatividade da Embaixada do Brasil em Malé, na República das Maldivas, para a Embaixada em Colombo. O processo de transferência da cumulatividade foi concluído com a apresentação de credenciais do Embaixador Pedro Henrique Lopes Borio ao Presidente Mohamed Nasheed, em agosto de 2011.

Em seus contatos com autoridades brasileiras, o Presidente maldivo costuma demonstrar genuína apreciação pelo Brasil. Encontrou-se com o ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva durante Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima em Copenhague, em dezembro de 2009. No ano seguinte, ambos os mandatários se encontraram quando a comitiva brasileira à Cúpula de Seul do G-20 teve de realizar escala técnica nas Maldivas, em novembro de 2010 (a então Presidenta eleita Dilma Rousseff integrou a comitiva).

Ao Embaixador do Brasil, o Presidente Nasheed relatou muito haver apreciado a colaboração com o Brasil durante a mencionada Conferência de Copenhague e declarou ter expectativa de aprofundar a colaboração bilateral nessa área.

A questão ambiental é de grande sensibilidade para as Maldivas, uma vez que esse arquipélago possui relevo de baixíssima altitude e alguns estudos indicam que a elevação do nível dos mares poderia provocar a submersão de seu território do país até 2100.

O Presidente das Maldivas já antecipou que pretende visitar o Brasil em 2012 para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20), no Rio de Janeiro. A interlocução com o Brasil nessa área costuma se dar por intermédio das respectivas missões junto às Nações Unidas, sobretudo em Nova York.

As Maldivas reconhecem que a política externa brasileira procura estar atenta à situação peculiar e às necessidades específicas dos países insulares, o que abre oportunidades diversas de cooperação em temas da agenda multilateral.

O Brasil também contou com o apoio maldivo à candidatura do Professor José Graziano ao cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), nas eleições realizadas em junho de 2011, em Roma. A pesca é importante componente da alimentação da população maldiva e, para o Governo do arquipélago, a vitória brasileira proporcionará maior cooperação na área de piscicultura, seja no contexto multilateral da FAO, seja bilateralmente.

Com referência a iniciativas de cooperação bilateral, o turismo – principal atividade econômica do país, responsável por aproximadamente 28% do PIB e mais de 60% da receita de moeda estrangeira – apresenta-se como uma das áreas de maior potencial.

Outra área a ser explorada é a da cooperação esportiva. O Governo maldivo manifestou interesse em desenvolver com o Brasil iniciativas de cooperação nessa área, sobretudo em atividades ligadas ao futebol – esporte dos mais populares no arquipélago, onde a torcida pela seleção brasileira na Copa do Mundo é destacada.

POLÍTICA INTERNA

As Ilhas Maldivas são um Estado islâmico com um governo central forte. O país tornou-se independente do Reino Unido em 1965 e, três anos depois, passou a ser uma República. O Poder Legislativo, chamado Conselho do Povo, é unicameral; seus 77 membros têm um mandato de cinco anos. O Presidente da República é eleito diretamente pelo povo, em eleições multipartidárias.

O ex-Presidente Maumoon Abdul Gayoom dominou a cena política da Ilha das Maldivas por 30 anos. Desde 1978, havia recebido seis indicações seguidas do Parlamento para ocupar o cargo, com alegado apoio de 90% da população, conforme dados oficiais. Liderança religiosa muçulmana, Gayoom era o Chefe de Estado e de Governo há mais tempo no poder na Ásia. Ao governo de Gayoom credita-se a modernização econômica do país, embora haja acusações de supostas violações dos direitos humanos no país durante sua longa gestão.

Durante o período em que esteve à frente da política maldiva, Gayoom incentivou a transformação do país de polo pesqueiro a importante centro turístico. Cerca de 28% do PIB das Maldivas provém da atividade turística de luxo. O incremento da renda nacional, no entanto, não se refletiu em distribuição de riqueza, uma vez que o país apresenta grandes desníveis socioeconômicos. Em 2003, após protestos populares pró-reformas constitucionais e a libertação de presos políticos, iniciou-se um processo reformista no país, que contava com o apoio da comunidade internacional e deveria criar um sistema político mais representativo. Em junho de 2005, autorizou-se a criação de partidos políticos.

Em junho de 2008, a Assembleia Constituinte finalizou a revisão da Constituição. Entre as novas normas, destacam-se a limitação de mandatos para a Presidência da República, a remoção das barreiras de gênero para as eleições, a criação de Corte Suprema e a separação entre os Poderes.

A primeira eleição presidencial da história das Maldivas teve lugar em outubro de 2008, com a vitória de Mohamed Nasheed, no segundo turno, com o apoio de quatro outros partidos de oposição, para mandato de cinco anos. A partir de 2009, eleições independentes resultaram no controle do Parlamento maldivo por opositores de Nasheed, e este vem encontrando dificuldades em obter apoio dos parlamentares. Em meio à crise financeiro-cambial, o país viu agravar-se o desentendimento entre os três poderes, em um quadro de crise institucional.

No final de 2010, as Maldivas assistiram à reedição de distúrbios similares aos que teve no passado e que se estimavam encerrados depois da legalização de partidos políticos e da eleição presidencial de 2008. O Sri Lanka atuou como mediador em visitas a Malé do Presidente cingalês Mahinda Rajapaksa e do ex-Primeiro Ministro Ranuil Wickramasinghe. Além de contatos políticos com Governo e oposição, o Sri Lanka contribuiu para superar essa crise com medidas econômicas emergenciais de apoio a Malé, como, por exemplo, a aprovação de linha de crédito de 200 milhões de dólares estadunidenses e a determinação de livre-conversibilidade entre as moedas dos dois países.

POLÍTICA EXTERNA

A República das Maldivas tornou-se membro pleno das Nações Unidas em setembro de 1965. Em 1976, ingressou no Movimento Não-Alinhado (MNA), participando também da Organização da Conferência Islâmica, do G-77, da Aliança de Pequenos Estados Insulares (AOSIS) e da Comunidade de Nações, a *Commonwealth*.

O país é um dos oito membros da Associação Sul-Asiática de Cooperação Regional (SAARC), tendo sediado as Reuniões de Cúpula do grupo em 1990 e 1997. Sediara, também, a Reunião de Cúpula de novembro de 2011. A SAARC constitui o principal meio de inserção regional da política externa maldiva; os demais agrupamentos a que o país pertence (como o MNA e a Aliança de Pequenos Estados Insulares – AOSIS) seriam demasiadamente abrangentes.

Assim, as Maldivas têm tido postura propositiva para a SAARC: pretende estabelecer para o bloco uma agenda mais centrada em temas econômicos e de cooperação, reduzindo a prioridade de questões políticas.

Por outro lado, o país também busca ativamente maiores contatos em função de pertencer ao grupamento informal de Pequenos Estados Insulares (conhecidos por sua sigla em inglês, “SIDS”).

Cerca de 80% do território maldivo encontra-se a menos de um metro acima do nível do mar, podendo ser inundado no caso de elevação das águas. Em abril de 1987, grandes ondas varreram as Maldivas, cobrindo a maior parte da Capital e das ilhas próximas. Em dezembro de 2004, o tsunami que atingiu o Sul da Ásia, provocou grande destruição e mortes no país. Esses eventos são causa de extrema preocupação com a mudança do clima. Como consequência, as Maldivas têm tido atuação crescente nos foros multilaterais, que tratam de questões relacionadas com o meio ambiente e o aquecimento global; apóiam, por exemplo, a inclusão do tema “oceanos” na Conferência Rio+20. O país é signatário das Convenções sobre Biodiversidade e Proteção da Camada de Ozônio, assinou o Protocolo de Quioto sobre Mudança do Clima e confere importância ao Direito do Mar.

As Maldivas são parte das Convenções das Nações Unidas Contra Tortura, para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, sobre os Direitos das Crianças, além dos Pactos de Direitos Civis e Políticos e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Em termos bilaterais, as relações mais próximas das Maldivas são com seus vizinhos Índia, Sri Lanka e Paquistão. A missão inaugural do Presidente Nasheed ao exterior foi a Nova Délhi, em dezembro de 2008, quando reafirmou a importância estratégica da Índia para seu país.

As relações maldivo-cingalesas são também relevantes. O divehi, idioma nacional maldivo, é bastante próximo do cingalês. O Sri Lanka é um dos principais parceiros comerciais das Maldivas; muitas das operadoras do turismo direcionado ao arquipélago se baseiam em território cingalês.

Já as relações com o Paquistão são beneficiadas por serem ambos países islâmicos.

O país mantém dez embaixadas no exterior, sediadas em Cingapura, Colombo, Daca, Islamabad, Kuala Lumpur, Londres, Nova Délhi, Pequim, Riade e Tóquio, além de missões junto à União Européia em Bruxelas e junto às Nações Unidas em Nova York e Genebra. Bangladesh, Índia, Paquistão e Sri Lanka têm Embaixadores residentes em Malé.

ECONOMIA E COMÉRCIO EXTERIOR

As Maldivas apresentam escassez de recursos e baixa renda *per capita*, com economia baseada no turismo de luxo e na pesca.

O turismo é a principal fonte de renda do país, e responde por 70% das divisas em moeda estrangeira de sua economia. Na década de 1970, o Governo maldivo iniciou programa de estímulo ao turismo receptivo. A iniciativa fez com que o turismo e seus setores de serviços complementares se tornassem a base do desenvolvimento econômico maldivo. Uma ótima infraestrutura hoteleira, aliada à aplicação de legislação rigorosa de combate à poluição e preservação dos recifes de coral, principal atração do arquipélago, tem permitido a expansão sustentável das atividades turísticas. Em 2010, as Maldivas receberam pouco mais de 750.000 visitantes estrangeiros, em sua maioria europeus e japoneses.

A pesca também tem lugar de destaque na economia maldiva. É a ocupação mais tradicional dos maldivos e a segunda atividade econômica mais importante para a obtenção de divisas. O Governo maldivo tem desenvolvido uma série de projetos para aumentar a produção e a exportação pesqueiras, principalmente de atum. O país exporta peixe fresco, em conserva, congelado, seco e salgado, sobretudo para a Tailândia, o Sri Lanka e Cingapura. É forte a presença japonesa no setor de processamento de pescados.

O solo pobre, a escassez de terras aráveis e as condições climáticas desfavoráveis têm historicamente limitado a agricultura a algumas culturas de subsistência, como coco, banana, fruta-pão, mamão e manga. Grandes quantidades de verduras, frutas e produtos cárneos são importadas. A crescente demanda por produtos agrícolas tem aumentado a necessidade de incrementar a produção e organizar a agricultura em escala comercial, tendo o Governo maldivo adotado medidas para encorajar e ampliar a atividade agrícola que incluem o controle de pragas, a oferta de serviços de extensão e maior utilização de ilhas desabitadas.

O desenvolvimento da indústria local é dificultado pela pequena dimensão do mercado interno, pela falta de mão-de-obra qualificada, além das dificuldades de transporte e a escassez de matérias-primas. Apesar disso, é cada vez mais forte a percepção de que o desenvolvimento do setor industrial é fundamental para suprir as necessidades crescentes da economia, razão pela qual o Governo maldivo tem buscado atrair investimentos externos. A indústria tradicional compreende o artesanato e a fabricação de barcos, peças de vestuário, redes, cordas e utensílios de metal. O setor industrial moderno produz atum em conserva, roupas, tubos de PVC, sabão, móveis e produtos alimentícios.

Os principais destinos das exportações maldivas são a Tailândia (40,9%), o Sri Lanka (14,9%), o Reino Unido (11,5%) e a Austrália (5%). As Maldivas importam seus produtos principalmente de Cingapura (22,5%), dos Emirados Árabes Unidos (19,1%), da Índia (11,5%) e da Austrália (2,3%).

Os principais produtos exportados pelo Brasil para as Maldivas consistem em carne bovina e de frango; as principais importações, em circuitos elétricos, baterias e utensílios metálicos.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não constam registros de empréstimos ou financiamentos oficiais do Brasil para as Maldivas.

Assuntos consulares

A Embaixada do Brasil em Colombo, no Sri Lanka, responsabiliza-se pela assistência consular aos cidadãos brasileiros que se encontrarem nas Maldivas.

Comunidade brasileira

Estima-se que não haja brasileiros vivendo nas Maldivas atualmente. O número de turistas provenientes do Brasil é pouco significativo.

Acordos bilaterais

Até o presente, nenhum acordo bilateral foi assinado entre Brasil e Maldivas. No entanto, encontra-se em estudo a possibilidade de se assinar um memorando de entendimento na área de cooperação esportiva.

ANEXOS

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1250 – Os primeiros habitantes budistas se convertem ao islamismo.
1558 – Os portugueses se estabelecem na região, sendo expulsos em 1573.
1887 – Passa a ser protetorado do Reino Unido.
1932– Elaboração da primeira constituição.
1954 – A República é substituída pela monarquia (governada por um sultão).
1965 – Conquista da independência.
1968 – O sultanato é substituído pela República.
1968 – Ibrahim Nasir é referendado como Presidente da República.
1978 – Maumoon Abdul Gayoom é referendado como Presidente da República.
1983 – Referendo reelege Gayoom para 2º mandato.
1988 – Referendo reelege Gayoom para 3º mandato.
1988 - Tentativa de golpe promovida por mercenários vindos do Sri Lanka.
1993 – Referendo reelege Gayoom para 4º mandato.
1998 – Referendo reelege Gayoom para 5º mandato.
2003 – Referendo reelege Gayoom para 6º mandato.
2004 - São realizadas manifestações inéditas contra o governo.
2004 – O Governo promete realizar reformas democráticas.
2004 – O tsunami no sul da Ásia causa grande destruição e mortes no país.
2005 – Aprovada lei que permite a formação de partidos políticos.
2008 – Aprovada a nova constituição do país.
2008 – Mohamed Nasheed é eleito Presidente da República.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1988 – Brasil e Maldivas estabeleceram relações diplomáticas.
1988 – O Chanceler Abreu Sodré enviou ao Presidente José Sarney projeto de decreto criando a Embaixada do Brasil nas Maldivas, cumulativa com a Embaixada em Nova Délhi.
1992 – O Presidente Gayoom participou da Conferência sobre o Meio Ambiente no Rio de Janeiro (Rio-92).
2003 – O Brasil apoiou as Ilhas Maldivas, na Sessão Substantiva do ECOSOC, no seu intento de permanecer com o status de “país de menor desenvolvimento relativo”.
2005 – O governo maldivo co-patrocinou o anteprojeto de resolução do G-4 e apoiou a candidatura do Brasil a um assento permanente no CSNU ampliado.
2006 – O Ministro do Meio Ambiente, Energia e Água, Ahmed Abdulla, participou da 8ª Sessão da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, realizada em Curitiba, de 26 a 29 de março.
2010 – Encontro do ex-Presidente Lula com o Presidente Mohamed Nasheed no contexto Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em Copenhague.
2010 – Encontro do ex-Presidente Lula com o Presidente maldivo, por ocasião de escala em Malé a caminho da reunião do G-20 na Coreia do Sul.
2010 – Transferência da cumulatividade da Embaixada do Brasil nas Maldivas, que passa de Nova Délhi (Índia) para Colombo (Sri Lanka).
2011 – O Embaixador do Brasil em Colombo, Pedro Henrique Lopes Borio, é recebido pelo Presidente das Maldivas para entrega de credenciais.

DADOS ECONÔMICO - COMERCIAIS

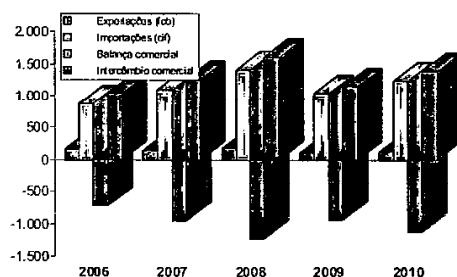
COMÉRCIO EXTERIOR ⁽¹⁾ (US\$ milhões)	2006	2007	2008	2009	2010	2011 ⁽²⁾
Exportações (fob)	162	153	188	113	132	64
Importações (cif)	880	1.098	1.408	1.038	1.245	474
Balança comercial	-718	-945	-1.220	-925	-1.113	-410
Intercâmbio comercial	1.042	1.251	1.596	1.151	1.377	538

Elaborado pelo MRE/OPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, September 2011.

(1) Os dados não coincidem, necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes metodologias de cálculo.

(2) janeiro-abril

(3) Última produção disponível em 12/09/2011.



DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - cif)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total	2011 ⁽¹⁾⁽²⁾	% no total
IMPORTAÇÕES:								
Cingapura	377	26,7%	255	24,6%	306	24,6%	136	28,6%
Emirados Árabes Unidos	234	16,6%	163	15,7%	213	17,1%	76	16,0%
Índia	121	8,6%	118	11,4%	110	8,9%	38	8,0%
Malásia	134	9,5%	80	7,7%	101	8,1%	37	7,7%
Sri Lanka	64	4,5%	56	5,4%	71	5,7%	23	4,9%
Tailândia	67	4,8%	55	5,3%	71	5,7%	23	4,7%
China	34	2,4%	45	4,3%	70	5,6%	34	7,2%
Estados Unidos	22	1,6%	19	1,8%	31	2,5%	10	2,0%
Bareine	26	1,9%	23	2,2%	29	2,3%	9	1,9%
Brasil	9	0,7%	10	1,0%	12	0,9%	5	1,0%
SUBTOTAL	1.088	77,3%	824	79,3%	1.014	81,5%	389	82,1%
DEMAIS PAÍSES	320	22,7%	214	20,7%	231	18,5%	85	17,9%
TOTAL GERAL	1.408	100,0%	1.038	100,0%	1.245	100,0%	474	100,0%

Elaborado pelo MRE/OPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, September 2011.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

(1) janeiro-abril

(2) Última produção disponível em 12/09/2011.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR		2 0 1 0 ⁽¹⁾	
		Valor	Part. %
EXPORTAÇÕES (US\$ milhões, fob)			
Peixes e crustáceos, moluscos	77	72,0%	
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	10	9,3%	
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	7	6,5%	
Ferro fundido, ferro e aço	3	2,8%	
Subtotal	97	90,7%	
Demais Produtos	10	9,3%	
Total Geral	107	100,0%	
IMPORTAÇÕES (US\$ milhões, cif)			
Combustíveis, óleos e ceras minerais	119	15,9%	
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	98	13,1%	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	70	9,3%	
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	37	4,9%	
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	33	4,4%	
Plásticos e suas obras	24	3,2%	
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural	18	2,4%	
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	17	2,3%	
Carnes e miudezas, comestíveis	16	2,1%	
Preparações à base de cereais, farinhas, amidos	14	1,9%	
Preparações alimentícias diversas	14	1,9%	
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	13	1,7%	
Fumo(tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	12	1,6%	
Óleos essenciais e resinóides, produtos de perfumaria	12	1,6%	
Ferro fundido, ferro e aço	11	1,5%	
Papel e cartão; obras de pasta celulósica	11	1,5%	
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	9	1,2%	
Subtotal	528	70,5%	
Demais Produtos	221	29,5%	
Total Geral	749	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNC TAD/ITC/Trademap.

Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

(1) Última posição disponível em 12/09/2011.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - MALDIVAS ⁽¹⁾ (US\$ mil, fob)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	2.382	3.631	8.552	8.931	10.467
Variação em relação ao ano anterior	17,4%	52,4%	135,5%	4,4%	17,2%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia ⁽²⁾	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Importações	1	18	1	8	15
Variação em relação ao ano anterior	0,0%	1700,0%	-94,4%	700,0%	87,5%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia ⁽²⁾	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio comercial	2.383	3.649	8.553	8.939	10.482
Variação em relação ao ano anterior	17,4%	53,1%	134,4%	4,5%	17,3%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia ⁽²⁾	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Balança comercial	2.381	3.613	8.551	8.923	10.452

Elaborado pelo MRE/DPRD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

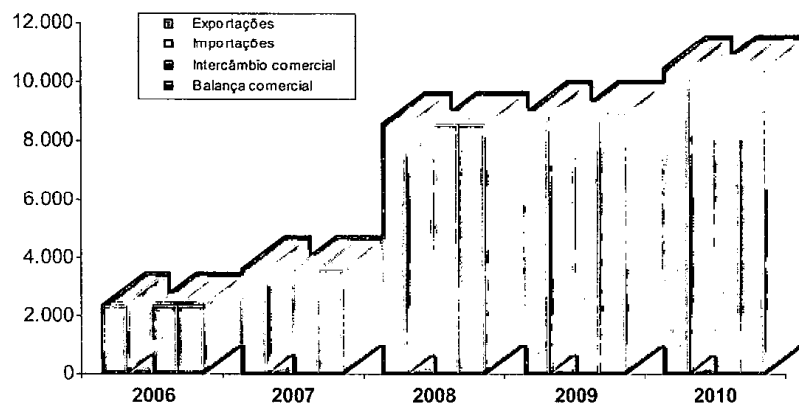
(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

(2) Exclui Omani Maldivas.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - MALDIVAS (US\$ mil, fob)	2010 (jan-ago)	2011 (jan-ago)
Exportações	7.565	8.425
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	70,8%	11,4%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia ⁽²⁾	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%
Importações	15	1
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	1400,0%	-95,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia ⁽²⁾	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	7.580	8.426
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	727,6%	11,2%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia ⁽²⁾	0,0%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%
Balança Comercial	7.550	8.424

Elaborado pelo MRE/DPRD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações de Hong Kong e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.



COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - MALDIVAS (US\$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2009	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Carnes e miudezas comestíveis	7.794	91,1%	7.894	88,4%	9.445	90,2%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	755	8,8%	1.015	11,4%	960	9,2%
Subtotal	8.549	100,0%	8.909	99,8%	10.405	99,4%
Demais Produtos	3	0,0%	22	0,2%	62	0,6%
TOTAL GERAL	8.552	100,0%	8.931	100,0%	10.467	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPRD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - MALDIVAS (US\$ mil - fob)		2 0 0 8	% no total	2 0 0 9	% no total	2 0 1 0	% no total
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)							
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos		0	0,0%	0	0,0%	15	100,0%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos		0	0,0%	8	100,0%	0	0,0%
Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados		1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal		0	0,0%	8	100,0%	15	100,0%
Demais Produtos		1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
TOTAL GERAL		1	100,0%	8	100,0%	15	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPRD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECX/Alfaweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL- MALDIVAS (US\$ mil - fob)		2 0 0 9 (jan-ago)	% no total	2 0 1 0 (jan-ago)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)					
Carnes e miudezas comestíveis		6.725	88,9%	7.521	89,3%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos		782	10,3%	869	10,3%
Subtotal		7.507	99,2%	8.390	99,6%
Demais Produtos		58	0,8%	35	0,4%
TOTAL GERAL		7.565	100,0%	8.425	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)					
Máquinas, aparelhos e material elétricos		15	100,0%	1	100,0%
Subtotal		15	100,0%	1	100,0%
Demais Produtos		0	0,0%	0	0,0%
TOTAL GERAL		15	100,0%	1	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPRD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECX/Alfaweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-ago/2010.

Aviso nº 77 - C. Civil.

Em 14 de fevereiro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Socialista do Sri Lanka, c, cumulativamente, junto à República das Maldivas.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 17/02/2012.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF
OS:10339/2012

4

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 13, de 2012 (Mensagem nº 36, de 14/2/2012, na origem), que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JOSÉ MARCUS VINICIUS DE SOUSA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Dominicana.*

RELATOR: Senador **LAURO ANTONIO**

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, e deliberar por voto secreto, sobre a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Nesse sentido, esta casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor JOSÉ MARCUS VINICIUS DE SOUSA para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Dominicana.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou currículo do diplomata indicado, do qual extraímos para este Relatório as informações que se seguem.

Nascido em Fortaleza/CE, em 21 de outubro de 1945, filho de José Colombo de Sousa e Yolanda Gurgel de Sousa, o indicado ingressou na carreira diplomática no cargo de Terceiro Secretário em 1967. Graduiu-se em Ciências Jurídicas pela Universidade de Brasília (UnB), em 1971. Concluiu o Curso de Altos Estudos (CAE) do Instituto Rio Branco, em 1983, com a defesa da tese intitulada *Estudo sobre a Disputa Territorial entre o Peru e o Equador*.

O diplomata tornou-se Conselheiro em 1980, a Ministro de Segunda Classe em 1984. Em 1994, foi promovido a Ministro de Primeira Classe. Passou

para o Quadro Especial em 2009.

Entre as funções desempenhadas destacam-se as de Ministro Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Bogotá, de 1989 a 1993; Embaixador na Embaixada em *Port of Spain*, de 1996 a 2003; Embaixador Cumulativo na Embaixada junto ao *Commonwealth of Dominica*, de 1997 a 2003; Cônsul-Geral no Consulado-Geral em Barcelona, cumulativo com o Principado de Andorra, de 2003 a 2006; Assessor-Chefe da Secretaria-Geral da Assessoria Especial para Assuntos do Caribe, desde 2006. Importante registrar, ainda, que o diplomata chefiou inúmeras delegações brasileiras em distintos foros internacionais, bem como participou da Banca Examinadora do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata em 2007 e 2008.

Para avaliação do aspecto das relações bilaterais entre Brasil e República Dominicana, levamos em consideração o dossiê elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, anexado à Mensagem presidencial. Do documento, retiramos as informações que estimamos mais relevantes.

A República Dominicana, cuja capital é São Domingos, ocupa área de 48,7 mil km² e tem população de 10,09 milhões de habitantes. Seu produto interno bruto (PIB) calculado pelo poder de compra (PPP) em 2010 foi de US\$ 84,94 bilhões, o que lhe propicia PIB per capita de US\$ 8.600. A comunidade de brasileiros é estimada em 500 pessoas.

O Brasil estabeleceu consulado residente na capital dominicana em 1911. No ano de 1940, estabeleceu-se Legação na *Ciudad Trujillo*. Essa Legação foi elevada à Embaixada residente em 1943. Juscelino Kubitschek visita São Domingos, na condição de presidente eleito, em 1955. Após, seguiu viagem para os Estados Unidos da América. Visitas oficiais, no entanto, só ocorreram no romper do novo milênio. Do Brasil, estiveram na ilha os presidentes Fernando Henrique Cardoso (2002) e Luis Inácio Lula da Silva (2002); da República Dominicana, Leonel Fernández [2004 (na condição de presidente eleito); 2007 e 2011].

As visitas presidenciais proporcionam o exato tom do dinamismo que o relacionamento bilateral alcançou nos últimos anos. Na sequência dessas visitas, verifica-se a celebração de acordos em diferentes domínios com destaque para a cooperação técnica, principal instrumento de aproximação entre os dois países. Nesse sentido, é perceptível forte presença de empresas brasileiras atuando sobretudo nas áreas energética e militar.

No plano comercial, o intercâmbio é significativo. Com efeito, o comércio bilateral cresceu sem interrupção entre 2002 e 2007. A balança comercial é superavitária para o Brasil. A crise econômica internacional abalou as trocas de parte a parte, mas a situação começa a se normalizar. Os principais itens da pauta brasileira são aeronaves (para a Força Aérea da República Dominicana), milho em grão (8%), produtos semi-faturados de ferro/aço (5,8%), ladrilhos de cerâmica, vidrados, esmaltados (5,4%). Pelo lado dominicano, destacam-se produtos e partes de aviões e helicópteros (23,8%), bolsas para uso em colostomia e urostomia (16,8) e interruptores de circuitos elétricos (10,5%).

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM **Nº 13, DE 2012** (nº 36/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JOSÉ MARCUS VINICIUS DE SOUSA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Dominicana.

Os méritos do Senhor José Marcus Vinicius de Sousa que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de fevereiro de 2012.

Assinatura manuscrita em tinta preta, identificada como a do Presidente do Senado Federal, Joaquim Barbosa.

EM No 00529 MRE

Brasília, 18 de novembro de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **JOSÉ MARCUS VINICIUS DE SOUSA**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Dominicana.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **JOSÉ MARCUS VINICIUS DE SOUSA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº ⁰⁰⁵²⁹/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 18 de novembro de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **JOSÉ MARCUS VINICIUS DE SOUSA**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Dominicana.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **JOSÉ MARCUS VINICIUS DE SOUSA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL JOSÉ MARCUS VINICIUS DE SOUSA

CPF.: 030.266.807-10

ID.: 866 MRE

1945 Filho de José Colombo de Sousa e Yolanda Gurgel de Sousa, nasce em 21 de outubro, em Fortaleza/CE

Dados Acadêmicos:

1966 CPCD - IRBr

1971 Ciências Jurídicas pela Universidade de Brasília/DF

1983 CAE - IRBr, Estudo sobre a Disputa Territorial entre o Peru e o Equador

Cargos:

1967 Terceiro-Secretário

1970 Segundo-Secretário

1977 Primeiro-Secretário, por merecimento

1980 Conselheiro, por merecimento

1984 Ministro de Segunda Classe

1994 Ministro de Primeira Classe

2009 Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial

Funções:

1967-68 Divisão da América Meridional, assistente

1968-72 Divisão da Amazônia, assistente

1972-75 Consulado em Paris, Cônsul-Adjunto

1975-78 Embaixada em La Paz, Segundo, Primeiro Secretário e Encarregado de Negócios

1979-81 Divisão de Produtos de Base, assistente

1981-85 Ministério da Educação e Cultura, Secretário de Assuntos Internacionais

1981 Festival Internacional do Cinema, Moscou, Chefe da delegação

1981 Seminário Nacional sobre o Projeto Principal em Educação para a América Latina e o Caribe da UNESCO, Brasília, Chefe de delegação

1985-88 Delegação Permanente em Genebra, Ministro Conselheiro e Encarregado de Negócios

1985 IV Reunião Preparatória sobre Minério de Ferro, UNCTAD, Genebra, Chefe de Delegação

1985 XVII, Sessão do Comitê de Tungstênio, UNCTAD, Genebra, Chefe de Delegação

1986 I Sessão do Grupo Intergovernamental de Peritos sobre Definições e Metodologia empregadas na base de dados da UNCTAD sobre Medidas Comerciais, UNCTAD, Genebra, Chefe de Delegação

1986 X Sessão do Comitê Permanente para Desenvolvimento da Cooperação relativa à Propriedade Intelectual, OMPI, Genebra, Chefe de Delegação

1986 Comitê de Peritos sobre Proteção contra Contrafação, OMPI, Genebra, Chefe de Delegação

1986 XI Sessão do Comitê de Manufaturas, UNCTAD, Genebra, Chefe de Delegação

1986 Grupo Intergovernamental de Peritos sobre Financiamento Compensatório de Quebras de Receita de Exportação, UNCTAD, Chefe de delegação

1986 XXV Conferência Internacional da Cruz Vermelha, Genebra, Chefe de Delegação

1986 I Sessão do Grupo Intergovernamental de Peritos sobre Minérios de Ferro, UNCTAD, Genebra, Chefe de Delegação

1986 VI Sessão do Comitê de Transferência de Tecnologia, UNCTAD, Genebra, Chefe de Delegação

1986 XI e XII Sessão do Comitê sobre Produtos de Base, UNCTAD, Genebra, Chefe de delegação (1986 e 1987)

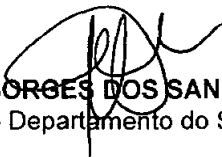
1987 Colóquio Internacional sobre Produtos de Base, Paris, Chefe de Delegação

1987 Seminário sobre Comércio Internacional promovido pelo Governo da Polônia, Varsóvia, Chefe de Delegação

- 1987 II Sessão do Grupo Internacional de Peritos sobre Financiamento Compensatório de Quebras de Receita de Exportação, UNCTAD, Genebra, Chefe de delegação
- 1987 XVIII Sessão dos Órgãos Administrativos da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, OMPI, Genebra, Chefe de delegação
- 1987 XXXIV Sessão do Conselho sobre Comércio e Desenvolvimento, UNCTAD, Genebra, Chefe de Delegação
- 1987 Sistema Global de Preferências Comerciais (SGPC), Consultas Técnicas, Genebra, Chefe de Delegação
- 1987 Reunião Norte-Sul sobre a UNCTAD promovida pelo Governo da Noruega, Oslo, Chefe de delegação
- 1989-93 Embaixada em Bogotá, Ministro Conselheiro e Encarregado de Negócios
- 1989 XII Sessão da Comissão de Assentamentos Humanos das Nações Unidas, HABITAT, Cartagena, Chefe de Delegação
- 1993-96 Secretaria de Controle Interno, Secretário
- 1996-03 Embaixada em Port of Spain, Embaixador
- 1997-03 Embaixada junto ao Commonwealth of Dominica, Embaixador Cumulativo
- 2003-06 Consulado-Geral em Barcelona, Cônsul Geral
- 2003-06 Principado de Andorra, Cônsul-Geral Cumulativo
- 2006- Secretaria-Geral, Assessoria Especial para Assuntos do Caribe, Assessor-Chefe
- 2007 Banca Examinadora do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata – Membro da Banca
- 2008 Banca Examinadora do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata – Membro da Banca
- Emissário presidencial para a realização de gestão e entrega de carta da Senhora Presidenta da República, sobre a candidatura brasileira à Direção-Geral da FAO, aos mandatários de Bahamas, Jamaica, Trinidad e Tobago e Santa Lúcia.
- 2011

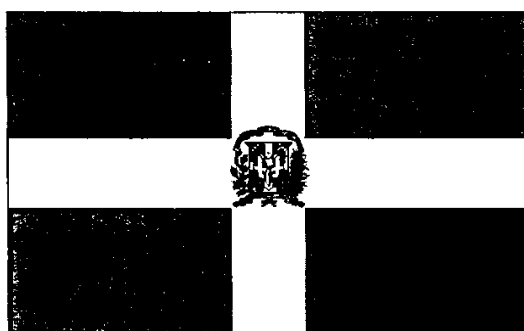
Condecorações:

- 1972 Ordem Militar de Cristo, Portugal, Oficial
- 1981 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Cavaleiro
- 1983 Medalha Mérito Tamandaré, Marinha do Brasil
- 1984 Medalha do Pacificador, Brasil
- 2002 Ordem de Rio Branco, Grã Cruz


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
 Diretor do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DA AMÉRICA LATINA E CARIBE
DEPARTAMENTO DA AMÉRICA CENTRAL E CARIBE
DIVISÃO DO CARIBE**

REPÚBLICA DOMINICANA



OSTENSIVO
Informações para o Senado Federal
Novembro de 2011

ÍNDICE

ÍNDICE	2
DADOS BÁSICOS	3
PERFIS BIOGRÁFICOS	4
RELAÇÕES BILATERAIS	6
RELAÇÕES POLÍTICAS.....	6
<i>I Reunião de Consultas Políticas Brasil-República Dominicana</i>	<i>7</i>
<i>Cooperação em defesa e segurança</i>	<i>7</i>
RELAÇÕES ECONÔMICAS.....	8
<i>Comércio</i>	<i>8</i>
<i>Empréstimos e Financiamentos oficiais</i>	<i>8</i>
<i>Investimentos.....</i>	<i>9</i>
<i>Turismo</i>	<i>10</i>
RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO	10
<i>Cooperação técnica</i>	<i>10</i>
<i>Cooperação educacional e cultural.....</i>	<i>12</i>
<i>Cooperação em energias renováveis</i>	<i>13</i>
ASSUNTOS CONSULARES	14
POLÍTICA INTERNA.....	15
POLÍTICA EXTERNA	16
ECONOMIA.....	18
ANEXOS	19
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS.....	19
CRONOLOGIA HISTÓRICA	20
ATOS BILATERAIS.....	22
DADOS BÁSICOS E INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS	23

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Dominicana
CAPITAL	São Domingos
ÁREA	48,7 mil km ²
POPULAÇÃO	10,09 milhões (segunda maior população do Caribe, após Cuba)
IDIOMAS	Espanhol
ETNIAS	Mulatos (73%) , brancos (16%), negros (11%)
PRINCIPAL RELIGIÃO	Católicos (95%)
SISTEMA POLÍTICO	Democracia representativa
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Leonel Fernández Reyna
CHANCELER	Carlos Morales Troncoso
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Héctor Dionisio Pérez
EMBAIXADOR EM SÃO DOMINGOS	João Solano Carneiro da Cunha
PIB REAL (2010 est.)	US\$ 50,87 bilhões (segundo maior PIB do Caribe, após Cuba)
PIB PPP (2010 est.)	US\$ 84,94 bilhões
PIB <i>per capita</i> (2010 est.)	US\$ 5150
PIB PPP <i>per capita</i> (2010 est.)	US\$ 8600
UNIDADE MONETÁRIA	Peso dominicano
IDH (2010)	0,689 (posição nº 98 no ranking mundial)
EXPECTATIVA DE VIDA (2008)	71,61 (homens) e 75,24 anos (mulheres)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	500 pessoas

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ MILHÕES FOB) – FONTE: MDIC

Brasil → Rep. Dominicana	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-set)
Intercâmbio	271,3	337,1	370,2	471,7	405,4	293,4	416,5	307,9
Exportações	269	333,7	365,9	458,9	383,6	282,5	401,7	293,1
Importações	2,239	3,4	4,2	12,7	21,8	10,8	14,8	14,8
Saldo	266,8	330,3	361,7	446,2	361,8	271,7	386,9	278,3

PERFIS BIOGRÁFICOS**LEONEL FERNÁNDEZ REYNA**
Presidente

Nasceu em 26 de dezembro de 1953, em São Domingos.

Graduou-se em direito pela Universidade Autônoma de São Domingos.

Em 1973, fundou, juntamente com o ex-Presidente Juan Bosch, o Partido da Liberação Dominicana (PLD).

Leonel Fernández foi Presidente da República Dominicana no período entre 1996 e 2000.

Em 2004, voltou a eleger-se Presidente, e foi reeleito em 2008 para novo mandato até 2012.

Visitou o Brasil em três ocasiões, em 2004 (como Presidente eleito), 2007 e 2011.

CARLOS MORALES TRONCOSO
Chanceler

Nasceu em 29 de setembro de 1940.

Graduou-se em Engenharia Química e Engenharia do Açúcar pela Universidade Estadual de Louisiana (EUA).

Foi Diretor do Conselho Estatal do Açúcar da República Dominicana até 1986, quando foi eleito Vice-Presidente da República Dominicana pelo Partido Reformista Social Cristão (PRSC), ao lado do Presidente Joaquín Balaguer.

Desempenhou também as funções de Embaixador junto aos Estados Unidos da América (1989-1990) e de Ministro das Relações Exteriores (1994-1996).

Em 2004, foi reconduzido ao cargo de Ministro das Relações Exteriores.

RELAÇÕES BILATERAIS

RELAÇÕES POLÍTICAS

Em função de crescente aproximação nos últimos anos, as relações entre Brasil e República Dominicana registram graus significativos de intensidade e diversificação.

Ao mesmo tempo em que é impulsionado por acordos, visitas bilaterais de alto nível e cooperação em diferentes áreas (com destaque para os planos econômico, energético e militar), o relacionamento bilateral ampara-se em determinados fundamentos: i) raízes históricas e culturais em comum; ii) dimensões relativas de ambos os países, com expressivo grau de influência regional; e iii) coincidência de valores e interesses em matéria de política externa, a exemplo da prioridade à integração regional, fortalecimento do multilateralismo, combate à pobreza e ênfase na cooperação Sul-Sul.

República Dominicana e Brasil mantêm embaixadas residentes em Brasília e São Domingos.

Desde 2003, uma série de visitas de alto nível tem refletido o significado do relacionamento bilateral: i) do lado dominicano, ressaltam-se a visita do ex-Presidente Hipólito Mejía ao Brasil (novembro de 2003) e do atual Presidente, Leonel Fernández, em junho de 2004 (participação na Cúpula do Grupo do Rio, na condição de Presidente eleito), em junho de 2007 (visita de uma semana a diferentes cidades brasileiras) e em abril de 2011 (Foro Econômico Mundial para a América Latina, no Rio de Janeiro); ii) do lado brasileiro, destaca-se o comparecimento do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à posse do Presidente Fernández, em 2004, e visita do ex-Ministro da Defesa, Nelson Jobim, em 2010.

Evidências adicionais do dinamismo do relacionamento são encontradas no número de acordos bilaterais firmado, na cooperação mais intensa e na presença considerável de empresas brasileiras na República Dominicana. A cooperação brasileira tem importância crescente para o Governo dominicano, sobretudo nas áreas energética - contemplando iniciativas para construção de hidrelétricas e produção de etanol - e na área militar - com destaque à aquisição dominicana de oito aeronaves Super-Tucanos.

A República Dominicana e o Brasil também mantêm posições convergentes em temas da agenda multilateral, a exemplo da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A ênfase normativa em temas como

fortalecimento da cooperação Sul-Sul, defesa da maior participação dos países em desenvolvimento nos foros decisórios internacionais, diversificação de parcerias comerciais e mediação de conflitos regionais são traços adicionais da política externa dominicana que beneficiam o diálogo bilateral.

I Reunião de Consultas Políticas Brasil-República Dominicana

Em 9 de junho último, realizou-se a I Reunião de Consultas Políticas Brasil - República Dominicana.

Na ocasião, as delegações brasileira e dominicana trocaram impressões e informações sobre temas bilaterais, regionais e multilaterais. Dentre os temas tratados, destacam-se: 1) Cooperação prestada ao Haiti; 2) Disposição brasileira para a cooperação na área de biocombustíveis; 3) Cooperação na área de informática, visando a encorajar o desenvolvimento de projetos conjuntos entre empresas dos dois países na área de software; 4) Relações entre República Dominicana e MERCOSUL; 6) Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Cooperação em defesa e segurança

Em 2010, Brasil e República Dominicana trocaram visitas de alto nível na área de Defesa: em fevereiro, visitou o Brasil o então Secretário de Estado das Forças Armadas, General Peña Antonio; o então Ministro Nelson Jobim realizou visita à República Dominicana em julho. Na visita do General Peña Antonio, foi assinado Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa (atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados).

O principal resultado alcançado na agenda bilateral foi a compra, pela República Dominicana, de oito aeronaves Super-Tucano, iniciada em 2007 e finalizada com a entrega das últimas unidades em 2010. Para viabilizar a operação, a República Dominicana recebeu financiamento do BNDES no valor total da compra (US\$ 93 milhões).

A cooperação na área de formação também se tem intensificado, com a oferta brasileira de vagas para oficiais dominicanos participarem de cursos no País.

RELAÇÕES ECONÔMICAS

Comércio

A corrente de comércio do Brasil com a República Dominicana é uma das mais significativas entre o intercâmbio com países da América Latina e Caribe.

O comércio bilateral cresceu sem interrupção entre 2002 e 2007, período em que quase dobrou (US\$211 milhões para US\$471 milhões). Em seguida ao ano recorde de 2007, o intercâmbio comercial diminuiu, sobretudo em 2009 (US\$ 293 milhões), com os efeitos da crise internacional.

Registra-se forte recuperação a partir de 2010, quando o fluxo totalizou US\$ 416,5 milhões (um aumento de 42% em relação a 2009). Em 2011 (de janeiro a setembro), a corrente de comércio somou US\$ 307,9 milhões, dos quais US\$ 293,1 milhões representaram exportações e US\$ 14,8 milhão importações.

O padrão do comércio bilateral registra superávits significativos em favor do Brasil, na medida em que as exportações brasileiras respondem por quase a totalidade do intercâmbio comercial. Em 2010, o superávit foi de US\$ 401,7 milhões. Em 2011, até setembro, foi de US\$ 278,3 milhões.

Os produtos exportados pelo Brasil são diversificados. Com a venda de Super-Tucanos pela Embraer à Força Aérea da República Dominicana, os aviões responderam pela fatia maior das exportações em 2010. Das oito aeronaves vendidas pela Embraer, dois foram entregues em dezembro de 2009, três em julho de 2010, e as restantes em outubro de 2010. Em 2011, as exportações brasileiras têm consistido principalmente em milho em grão (8%), produtos semifaturados de ferro/aço (5,8%), ladrilhos de cerâmica, vidrados, esmaltados (5,4%); enquanto as importações tiveram como principais produtos partes de aviões e de helicópteros (23,8%), bolsas para uso em colostomia e urostomia (16,8%) e interruptores de circuitos elétricos (10,5%).

Empréstimos e financiamentos oficiais

Junto ao BNDES, a República Dominicana tem 6 operações aprovadas, no montante de US\$ 566.403.492, e 14 operações concretizadas, no valor de US\$ 820.582.220, totalizando US\$ 1.386.985.712. Os principais exportadores são a Odebrecht e a Andrade Gutierrez e as operações concentram-se em projetos de infraestrutura, como hidrelétricas e corredores viários. Destaque-se, ainda, a aquisição de 8 Super Tucanos.

Quanto ao Banco do Brasil, há dívida pública no valor de US\$ 52.560,21, com vencimento final em out/201, estando todos os pagamentos em dia. Trata-se de operação da Alstom Brasil Energia e Transporte com o Instituto Nacional de Recursos Hidráulicos da República Dominicana. O Brasil presta apoio financeiro a diversos projetos de infraestrutura na República Dominicana, executados por construtoras brasileiras.

A maior parte dos recursos oficiais brasileiros para esses projetos tem a garantia do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR), da ALADI, do qual a República Dominicana é participante. Em virtude de mitigar o risco associado às operações de exportação, o CCR tem sido fundamental para viabilizar vários financiamentos para projetos de infraestrutura de alto valor no país caribenho.

Investimentos

Registra-se forte presença de construtoras brasileiras na República Dominicana, atuando em empreendimentos que se beneficiam dos financiamentos do BNDES.

Também há oportunidades para outros investimentos brasileiros (sobretudo pequenas e médias empresas) na República Dominicana, em função de fatores como acesso privilegiado a terceiros mercados (o país firmou acordos de livre comércio com Estados Unidos e outras regiões).

A seguir estão listadas as empresas brasileiras com presença no país:

i) Odebrecht

Presente há mais de sete anos na República Dominicana, executa diversas obras de grande envergadura, com destaque para projetos de aquedutos e hidrelétricas.

ii) Andrade Gutierrez

Formou com a Odebrecht um consórcio responsável pela construção do Aqueduto da Linha Noroeste e pelo Projeto Ampliação do Aqueduto da Linha Noroeste.

iii) Queiroz Galvão

Formou consórcio, com a Andrade Gutierrez, com vistas à construção da Hidrelétrica de Artibonito, projeto ainda em definição.

iv) AmBev

Atua na área de bebidas, produzindo as marcas de cerveja Brahma e Quilmes. Instalou moderna fábrica no país, com superfície de 60 mil metros quadrados e investimento de US\$ 100 milhões.

v) Gerdau

Em 2007, adquiriu 49% das ações da empresa dominicana “Industrias Nacionales, C. por A.” – INCA, a maior companhia de aços do Caribe e América Central.

vi) Paquetá

A indústria de calçados Paquetá, maior fabricante de calçados femininos da América Latina, instalou-se recentemente no país.

Têm-se realizado missões empresariais entre Brasil e República Dominicana. Em março foi realizada missão empresarial a São Domingos (28 a 29 de março), organizada pela APEX e pelo APLA (Arranjo Produtivo Local do Alcool). Contou com a participação de representantes de 50 empresas brasileiras (sobretudo do setor sucroalcooleiro, além dos setores de casa e construção, máquinas e equipamentos, alimentos, produtos médicos e automotivos).

Houve nova visita da delegação da APEX (entre 29 de julho e 3 de agosto corrente) à República Dominicana, visando a buscar informações detalhadas sobre as vantagens do país para investimentos privados brasileiros, especificamente nos setores têxtil, de calçados e de couro.

Turismo

O Governo dominicano tem demonstrado grande interesse na celebração de um futuro acordo de cooperação com o Brasil na área de turismo.

Em 2011, o Brasil participou das feiras Expo-Ferretera Internacional (setor de ferragens e construção civil), em São Domingos (9 a 12 junho) e da EXPO CIBAO (multissetorial), em Santiago (14 a 18 de setembro).

A empresa Gol realiza operações regulares para a República Dominicana e tem parcerias com operadoras de turismo, relativas àquele destino.

RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO

Cooperação técnica

O Programa de Cooperação Técnica Brasil - República Dominicana tem como marco legal o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e a República Dominicana, celebrado em 6 de fevereiro de 2006 e promulgado pelo Congresso brasileiro por meio do Decreto Legislativo 228, de 3 de setembro de 2008.

Desde a entrada em vigor desse acordo, foram realizadas duas missões de detalhamento de Projetos de Cooperação Técnica ao país, chefiadas pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em atenção a demandas apresentadas pelo Governo dominicano.

O Presidente do IBGE, Eduardo Ferreira Nunes, realizou visita a São Domingos no mês de agosto, para discutir possibilidades de cooperação entre a instituição brasileira e a Oficina Nacional de Estatística (ONE).

No âmbito do Programa de Cooperação Técnica bilateral encontram-se em execução onze projetos. Sete dos projetos resultaram de missão de detalhamento de projetos, ocorrida em São Domingos em fevereiro de 2010, e outros quatro resultaram da segunda missão de detalhamento de projetos, realizada em São em maio de 2010.

Os projetos contemplam as seguintes áreas:

1) Apoio à implantação de sistema de metrologia e avaliação da conformidade na república dominicana

Instituições executoras: Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e qualidade industrial (Inmetro); Dirección General de Normas y Sistemas de Calidad (DIGENOR)

2) Apoio à Autoridade Sanitária dominicana nas áreas de registro de medicamentos, farmacovigilância e, inspeções sanitárias

Instituições executoras: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); Secretaría de Estado de Salud Pública y Asistencia Social

3) Capacitação dos gestores municipais de Bajos de Haina na estruturação e gestão de seus sistemas e serviços de limpeza pública

Instituições executoras: Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental de São Paulo (CETESB); Ayuntamiento De Bajos De Haina

4) Capacitação Conjunta De Técnicos Para Implantação E Desenvolvimento De Ações De Defesa Civil (Prevenção, Preparação, Resposta e Reconstrução)

Instituições executoras: Secretaria Nacional De Defesa Civil - Sedec/Ministério da Integração; Comisión Nacional de Emergencias

5) Fortalecimento da Rastreabilidade genética e produção bovina de carne e leite

Instituições executoras: Emater – DF; Ministério da Agricultura - Departamento de Gado

6) Capacitação em Manejo de Controle da Mosca da Fruta

Instituições executoras: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater - DF); Ministério da Agricultura - Departamento de Sanidade Vegetal

7) Plano de Manejo de Uso e Ocupação da Bacia do Rio Yaque do Norte para a Criação do Parque Linear do Arroyo Gurabo

Instituições executoras: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC); Ministerio de Medio Ambiente y Recursos Naturales y Asociación para el Desarrollo (APEDI)

8) Apoio a implementação do Banco de Leite Humano na República Dominicana

Instituições executoras: Ministério da Saúde - Fundação Oswaldo Cruz / Instituto Fernandes Figueira; Secretaria de Salud Salud Publica y Asistencia Social - Subsecretaria de Estado de Salud Colectiva - Dirección Materno Infantil y Adolescente (SESPAS) - Hospital Maternidad Nuestra Señora de la Altagracia del Distrito Nacional

9) Apoio à implementação do Centro de Atenção Presencial para o Cidadão

Instituições executoras: Secretaria de Administração do Governo da Bahia; Oficina Presidencial de Tecnologías de la Información y Comunicación (OPTIC)

10) Fortalecimento do Sistema Público de Empleo da República Dominicana

Instituições executoras: Secretaria de Trabalho, Empleo, Renda e Esporte do Governo do Estado da Bahia; Ministério do Trabalho

11) Eficiência Energética em Edificações Públicas e Comerciais

Instituições executoras: Ministério de Minas e Energia (MME);
Comissão Nacional de Energia.

Cooperação educacional e cultural

O instrumento fundamental em matéria de cooperação educacional e cultural entre Brasil e República Dominicana consiste no Convênio Cultural, firmado em 1942.

O Presidente Leonel Fernández demonstra interesse em aprofundar a cooperação com instituições universitárias brasileiras, para intercâmbio de pesquisadores. A República Dominicana faz parte dos Programas Estudantes – Convênio de Graduação e de Pós-Graduação (PEC-G e PEC-PG) do Brasil.

Destaca-se a assinatura, no mês de março, do Memorando de Entendimento entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Ministério de Educação Superior, Ciência e Tecnologia (MESCyT). O referido documento tem por objetivo estabelecer mecanismos de cooperação acadêmica bilateral em matéria de educação superior, bem como de cooperação científica, tecnológica e de inovação, nas modalidades de formação de estudantes de graduação e de pós-graduação, de mobilidade acadêmica de curta duração, de pesquisas conjuntas, de criação de redes acadêmicas, de publicação e divulgação de conhecimentos e de inovação tecnológica.

No plano cultural, destacam-se os dois anos de funcionamento do Centro Cultural Brasil - República Dominicana, fundado em abril de 2009. O Centro promove o ensino de língua portuguesa (atende atualmente 270 alunos de português) e sedia eventos como shows musicais brasileiros.

Cooperação em energias renováveis

A República Dominicana apresenta boas perspectivas para a produção de biocombustíveis, especialmente de etanol. Por já contar com experiência e tecnologia incorporadas na produção de cana-de-açúcar, o país detém condições para converter-se em produtor e exportador do produto.

No âmbito da vertente de cooperação trilateral no Memorando de Entendimento Brasil-EUA para Avançar a Cooperação em Biocombustíveis, por exemplo, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) realizou estudo de viabilidade para produção de biocombustíveis, cujos resultados foram apresentados ao Governo

do país em 2008. Recomendou-se a construção de Destilaria de etanol em San Pedro de Marcoris (com capacidade de moer 2 milhões de toneladas de cana e de produzir 160 milhões de litros de etanol por ano); Banco de Germoplasma para Novas Variedades de Cana-de-Açúcar; projeto de Biomassa de Eucalipto Adensado e Projeto Piloto de Pesquisa de Jatropha. A segunda fase do estudo consiste em detalhar os projetos identificados na primeira etapa, de modo a atrair investidores públicos ou privados interessados em investir no setor.

O Governo brasileiro tem promovido diferentes eventos para divulgar, na República Dominicana, os benefícios sociais, econômicos e ambientais advindos da produção e do uso de biocombustíveis: i) a participação de empresários brasileiros (Arranjo Produtivo Local de Piracicaba-SP) no Fórum Empresarial de Energia Limpa 2011, realizado em São Domingos, em 16 e 17 de fevereiro; ii) Seminário “Bioenergia – Tecnologia para a Agroindústria Produtora e Processadora da Cana-de-Açúcar”, promovido pelo APLA e pela APEX em São Domingos nos dias 28 e 29 de março.

ASSUNTOS CONSULARES

A comunidade brasileira residente na República Dominicana, composta sobretudo de funcionários de empresas brasileiras (como Odebrecht, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão e AmBev), missionários e cônjuges de cidadãos dominicanos, conta com cerca de 500 membros. A comunidade concentra-se na capital, São Domingos. Há, ademais, um Consulado Honorário na região de Santiago de los Caballeros.

POLÍTICA INTERNA

Estrutura

A República Dominicana é uma democracia presidencialista. O Poder Legislativo é bicameral, com Câmara dos Deputados e Senado da República. A primeira abriga 178 parlamentares, enquanto o Senado tem 32 assentos. O Presidente e os legisladores são eleitos por voto direto e o Presidente nomeia seus ministros e o chefe das Forças Armadas.

A política interna centra-se na disputa entre o partido do governo, o Partido da Liberação Dominicana (PLD) e o principal partido de oposição, o Partido Revolucionário Dominicano (PRD), cujo líder é Hipólito Mejía, ex-Presidente do país (2000-2004). O terceiro partido de maior expressão é o Partido Reformista Social Cristão (PRSC), aliado do PLD e liderado pelo Chanceler Carlos Morales Troncoso.

Desenvolvimentos recentes

A política interna na República Dominicana caracteriza-se, no presente momento, pela campanha às eleições presidenciais, marcadas para maio de 2012. Os principais candidatos são o governista Danilo Medina, do PLD, e o oposicionista Hipólito Mejía, do PRD. As pesquisas eleitorais têm mostrado ligeira vantagem de Hipólito Mejía.

Nos anos recentes, a política interna da República Dominicana tem-se caracterizado pelos seguintes elementos: i) predomínio do Partido da Liberação Dominicana (PLD), que conquistou expressiva vitória nas eleições parlamentares e municipais de 2010 – como resultado, o partido do Governo controlará o Parlamento até o ano de 2016, quando as eleições presidenciais e legislativas serão simultâneas; ii) queda da popularidade do Presidente Leonel Fernández, eleito em 2008 para seu segundo mandato consecutivo (e terceiro como Presidente do país); iii) destaque de temas negativos (crise energética, desemprego, corrupção, déficit público) na agenda política.

A Primeira Dama Margarita Fernández de Cedeño foi escolhida, no dia 2 de novembro corrente, para compor, como candidata à vice-presidência, a chapa oficialista no pleito de 20 de maio de 2012.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa da República Dominicana tem-se caracterizado por ênfase em parcerias tradicionais (Estados Unidos, Europa), construção de novas parcerias (Brasil, Índia, Venezuela) e busca de protagonismo regional, com participação na mediação de crises em países latino-americanos.

Os Estados Unidos constituem parceria fundamental da República Dominicana, nos âmbitos político e econômico, o que não impede discordâncias e atritos pontuais. A agenda bilateral tem como temas principais segurança e combate ao narcotráfico, bem como promoção comercial e investimentos no âmbito do Acordo de Livre Comércio República Dominicana - América Central (DR-CAFTA). A República Dominicana sediou, em maio de 2011, reunião de iniciativa norte-americana “Caminhos para a Prosperidade”, com a presença da Secretária de Estado Hillary Clinton.

Em 2008, o país firmou Acordo de Parceria Econômica com a União Europeia.

Desde o terremoto de janeiro de 2010, observa-se maior engajamento dominicano em prol da aproximação com o Haiti, o qual se traduz em assistência humanitária e protagonismo nos esforços internacionais em apoio à reconstrução. A presença de contingente expressivo de imigrantes de origem haitiana (estimados em mais de 1 milhão) apresenta sensibilidade política interna. Os Presidentes Michel Martelly e Leonel Fernández reuniram-se em São Domingos (6 de maio, 2 de agosto) e em Porto Príncipe (posse de Martelly, em 14 de maio).

As relações da República Dominicana com a Venezuela são densas, nos planos de cooperação energética, comércio e diálogo político. Desde setembro de 2005 a República Dominicana integra a iniciativa Petrocaribe.

A República Dominicana ainda não mantém relações diplomáticas com a China, embora tenha aberto Escritório de Promoção Turística naquele país (setembro de 2010) e tenha participado da “Expo Xangai 2010”.

No plano multilateral, a República Dominicana sedou o V Foro de Competitividade das Américas (FCA), realizado entre 5 e 7 de setembro. Na oportunidade, foram discutidos temas sobre inovação em serviços, educação, energia renovável, clima de negócios e facilitação comercial.

Ainda no âmbito multilateral, o Presidente Leonel Fernández tem-se empenhado em promover debate internacional sobre mecanismos de controle que evitem a especulação nos preços de alimentos e petróleo nos mercados financeiros internacionais. Em seu discurso na Assembleia Geral da ONU, em setembro último, o Presidente Fernández salientou que as altas dos preços dos alimentos e do petróleo teriam resultado em aumento da incidência da fome no mundo e criticou a especulação financeira no mercado internacional de commodities, defendendo o estabelecimento de medidas regulatórias para garantir transparência e estabilidade nos preços.

ECONOMIA

Estrutura

A atividade econômica da República Dominicana é relativamente diversificada, com predomínio do setor terciário. Em 2010, os serviços respondiam por 54% da economia, indústria por 26% e agricultura por 8% por cento.

O setor industrial divide-se em indústria local e zona franca. A primeira produz majoritariamente bens de consumo, enquanto a zona franca exporta vestuário, charutos, eletrônicos, fármacos. Na mineração, o principal produto exportado pelo país é o níquel. No ramo dos serviços, o turismo é a principal origem de divisas internacionais, e um dos setores que mais empregam na economia do país. Os principais produtos agrícolas do país são o açúcar, o cacau e o tabaco. A produção de açúcar vem declinando desde os anos 1980.

Desenvolvimentos recentes

A economia dominicana voltou a apresentar taxas elevadas de crescimento a partir de 2004-2005, com o êxito de políticas de combate à crise econômica. A dimensão do PIB dominicano mais do que duplicou nos últimos seis anos. Em 2010, a economia dominicana cresceu 7,8%.

Apesar do bom desempenho, a economia dominicana apresenta dificuldades em matéria de setor energético, déficit em conta corrente (importação de petróleo) e déficit público. Apesar de o crescimento econômico ter tido impactos positivos sobre a geração de empregos e a redução da miséria, a taxa de desemprego permanece alta (14,1%).

Em novembro de 2009, o Presidente Fernández celebrou o segundo acordo “*stand-by*” com o FMI durante seu governo. O acordo, que prevê a liberação de US\$ 1,7 bilhão até o final de 2012, tem como objetivo principal estimular a recuperação da economia local por meio de medidas anticíclicas, sem prejudicar a estabilidade macroeconômica.

Estimativas internacionais indicam que a economia da República Dominicana permanecerá crescendo nos próximos anos, embora possivelmente a ritmo mais lento. Estima-se que o crescimento do PIB no quadriênio 2011-2015 será de 4,8%, em média, abaixo do índice médio de 6,8% registrado em 2006-2010.

ANEXOS**CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS**

1911: Criado Consulado residente do Brasil na República Dominicana, com sede em São Domingos.(Decreto 58.771).
1940: Estabelecida uma Legação na República Dominicana, com sede em Ciudad Trujillo (Decreto 5737).
1943: Criação da Embaixada brasileira residente na República Dominicana, com a elevação, pelo Decreto 12543, da legação em Ciudad Trujillo à categoria de Embaixada.
1955: Na condição de Presidente eleito, Juscelino Kubitschek visita a São Domingos, em viagem a caminho dos EUA.
2002: O Presidente Fernando Henrique Cardoso visita a República Dominicana, por ocasião da Cúpula Ibero-Americana, que ocorreu na cidade de Bávaro.
2002: O Presidente Lula visita a República Dominicana em agosto, para participar da Cerimônia de Posse de Leonel Fernández.
2004: Na condição de Presidente Eleito, Leonel Fernández visita o Brasil, em junho.
2007: Presidente Leonel Fernández realiza visita a cidades brasileiras, no mês de junho.
2011: Presidente Leonel Fernández visita o Brasil, para participar do Foro Econômico Mundial para a América Latina (Rio de Janeiro).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1492: Cristóvão Colombo chegou à ilha, chamada de Quisqueya pelos índios nativos, e estabeleceu uma colônia na costa atlântica
1570 - 1630: A ilha se tornou uma das maiores produtoras de açúcar das Américas
1697: O lado ocidental da Ilha de Hispaniola (atual Haiti) foi cedido à França. Um século depois, toda a ilha passou ao controle francês
1814: a Espanha retomou o lado oriental
1821: José Nuñez de Cáceres proclamou a independência do país, denominado Estado Independente do Haiti Espanhol
1822 - 1844: Tropas haitianas ocuparam o território
1844: Juan Pablo Duarte e Pedro Santana lideraram a libertação da nação
1861: O país voltou a ser anexado à Espanha e reconquistou a independência quatro anos depois
1916 - 1924: Período da ocupação estadunidense
1930: O General Rafael Leónidas Trujillo assumiu o poder
1961: Falecimento do General Rafael Leónidas Trujillo ,
1962: Primeiras eleições livres desde 1914. O reformista Juan Bosch, do Partido Revolucionário, foi eleito presidente
1962: Após sete meses no cargo, Bosch foi deposto por golpe militar
1965: Guerra civil derrubou os golpistas
1966: Joaquín Balaguer, que assumira interinamente a Presidência depois da morte de Trujillo, elegeu-se pelo Partido Reformista Social-Cristão
1970: Reeleição de Joaquín Balaguer
1974: Terceira eleição de Joaquín Balaguer
1982: Jorge Blanco foi eleito em meio a grave crise econômica, causada pela queda internacional do preço do açúcar
1990 – 1998: O país sofreu grave crise no suprimento de energia elétrica

1996: Leonel Fernández, do Partido de Libertação Dominicana, foi eleito Presidente
1999: O governo iniciou a privatização da empresa de eletricidade
2000: Após quatro anos de intensas negociações, assinou o acordo de livre comércio com a Caricom
2007: O país foi duramente atingido pelo furacão Noel
2008: Leonel Fernández foi reeleito Presidente da República
2010: Partido da Liberação Dominicana (PLD) obteve expressiva vitória, fortalecendo o Presidente Leonel Fernández

ATOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Data do Decreto Legislativo	Entrada em vigor	Promulgação	
				Decreto	Data
Convenção de Arbitramento.	29/04/1910	31/12/1910	31/03/1913	10244	28/05/1913
Convênio de Cooperação Cultural	09/12/1942	12/02/1943	17/06/1943	12950	20/07/1943
Convênio para Permuta de Livros e Publicações.	09/04/1945	25/04/1945	26/12/1945	19898	07/11/1945
Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica	08/02/1985	24/11/1987	30/09/1988	97380	22/12/1989
Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	18/05/1995	23/10/1996	09/02/1998	2514	12/03/1998
Tratado de Extradição	17/11/2003	13/07/2006	25/11/2008	6738	12/01/2009
Acordo Básico de Cooperação Técnica	06/02/2006	03/09/2008	15/10/2008	7104	10/02/2010
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre Cooperação em Matéria de Defesa	02/02/2010	Em tramitação na Câmara dos Deputados (PDC 313/2011)			

DADOS BÁSICOS E INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2006	2007	2008	2009	2010 ⁽¹⁾
População (em milhões de habitantes) ⁽²⁾	9,1	9,2	9,3	9,5	9,5
Densidade demográfica (hab/Km²)	187,6	189,6	191,7	195,8	195,8
PIB Nominal (US\$ bilhões)	35,7	41,0	45,5	46,6	51,6
Crescimento real do PIB (%)	10,7	8,5	5,3	3,5	6,4
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	5,0	8,9	4,5	5,8	6,2
Reservas internacionais (US\$ milhões)	2.127	2.562	2.288	2.905	2.705
Dívida Externa Total (US\$ bilhões) ⁽³⁾	8,8	10,4	10,5	11,3	13,4
Câmbio (Ps / US\$)	33,80	34,34	35,46	36,21	37,42

Elaborado pelo MRE/PROIC - Divisão de Informação Comercial, com base nos dados de The Economist Intelligence Unit, Country Report February 2011.

(1) 2007, 2008 e 2009: estimativa EIU.

(2) 2007 e 2009: estimativa EIU.

(3) 2009 e estimativa

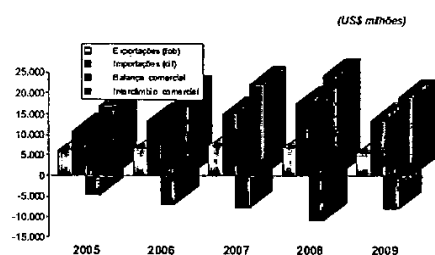
COMÉRCIO EXTERIOR ⁽¹⁾ (US\$ milhões)	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ⁽²⁾
Exportações (fob)	6.145	6.610	7.161	6.749	5.520	4.656
Importações (cif)	10.859	13.394	14.957	17.593	13.486	11.220
Balança comercial	-4.714	-6.784	-7.796	-10.844	-7.966	-6.564
Intercâmbio comercial	17.004	20.004	22.118	24.342	19.008	15.876

Elaborado pelo MRE/PROIC - Divisão de Informação Comercial, com base nos dados de FAI - Direction of Trade Statistics, March 2011/2010.

(1) Os dados não coincidem, necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes metodologias de variação (fob e cif) e das diferentes metodologias de cálculo.

(2) janeiro-setembro

(3) Última posição disponível em 11/03/2011.



DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR		2007	%	2008	%	2009	%	2010 ⁽¹⁾	%
(US\$ milhões)		no total		no total		no total		no total	
EXPORTAÇÕES (fob)									
Estados Unidos	4.317	60,3%	3.875	57,4%	3.292	50,8%	2.563	55,1%	
Haiti	552	7,7%	625	9,3%	705	12,8%	553	11,9%	
Países Baixos	409	5,7%	195	2,9%	119	2,2%	119	2,6%	
Bélgica	140	1,9%	173	2,6%	100	1,8%	158	3,4%	
Espanha	103	1,4%	178	2,6%	95	1,7%	101	2,2%	
China	191	2,7%	110	1,6%	93	1,7%	90	1,9%	
Reino Unido	84	1,2%	72	1,1%	91	1,6%	126	2,7%	
Alemanha	59	0,8%	55	0,8%	58	1,1%	52	1,1%	
Jamaica	32	0,4%	65	1,0%	46	0,8%	36	0,8%	
Honduras	39	0,6%	37	0,5%	34	0,6%	27	0,6%	
Brasil	3	0,0%	74	0,2%	13	0,2%	10	0,2%	
SUBTOTAL		5.928	82,8%	5.399	80,0%	4.647	84,2%	3.837	82,4%
DEMAIS PAÍSES		1.233	17,2%	1.350	20,0%	873	15,8%	819	17,6%
TOTAL GERAL		7.161	100,0%	6.749	100,0%	5.520	100,0%	4.656	100,0%
IMPORTAÇÕES (cif)									
Estados Unidos	6.492	43,4%	6.890	39,2%	5.511	40,9%	5.240	46,7%	
Venezuela	844	5,6%	1.369	7,8%	877	6,5%	754	6,7%	
China	893	6,0%	947	5,4%	630	4,7%	482	4,1%	
Colômbia	704	4,7%	882	5,0%	615	4,6%	451	4,0%	
Brasil	399	2,7%	457	2,6%	327	2,4%	293	2,6%	
Espanha	369	2,5%	460	2,6%	287	2,1%	248	2,2%	
Alemanha	220	1,5%	254	1,4%	270	2,0%	137	1,2%	
Argentina	182	1,2%	170	1,0%	209	1,6%	153	1,4%	
Trinidad e Tobago	367	2,5%	391	2,2%	207	1,5%	151	1,4%	
Costa Rica	174	1,2%	233	1,3%	198	1,5%	145	1,3%	
Japão	425	2,8%	370	2,1%	188	1,4%	6	0,1%	
Antilhas Holandesas	188	1,3%	408	2,3%	188	1,4%	139	1,2%	
Itália	151	1,0%	190	1,1%	183	1,4%	143	1,3%	
SUBTOTAL		11.408	76,3%	13.020	74,0%	9.691	71,9%	8.321	74,2%
DEMAIS PAÍSES		3.549	23,7%	4.573	26,0%	3.795	28,1%	2.899	25,8%
TOTAL GERAL		14.957	100,0%	17.593	100,0%	13.486	100,0%	11.220	100,0%

Elaborado pelo BR/DC/PR/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do Fati - Director of Trade Statistics, March 2011.

Países listados em ordem decrescente, sendo os dez países com maiores importações em 2009.

(1) Interim estimates

(2) Última posição disponível em 11/03/2011.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2009	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US\$ milhões)		
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	646	13,8%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	469	10,0%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	372	7,9%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	351	7,5%
Plásticos e suas obras	317	6,8%
Algodão	283	6,0%
Pérolas, pedras preciosas, semipreciosas	237	5,1%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes e suas partes	156	3,3%
Cacau e suas preparações	155	3,3%
Frutas, cascas de cítricos e de melões	149	3,2%
Ferro fundido, ferro e aço	143	3,0%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose	142	3,0%
Vestuário e seus acessórios, de malha	136	2,9%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	120	2,6%
Açúcares e produtos de confeitaria	106	2,3%
Subtotal	3.782	80,6%
Demais Produtos	911	19,4%
Total Geral	4.693	100,0%

Elaborado pelo MRE/DP/PRD/C - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados da UNCTAD/ITC/TradeMap.

Divergências nos dados são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

última posição em 11/03/2011.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2009	Part % no total
IMPORTAÇÕES (US\$ milhões)		
Combustíveis, óleos e ceras minerais	2.523	20,9%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, suas partes	1.111	9,2%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	940	7,8%
Plásticos e suas obras	727	6,0%
Veículos automotores, tratores, suas partes e acessórios	614	5,1%
Produtos farmacêuticos	388	3,2%
Papel e cartão; obras de pasta celulósica	358	3,0%
Ferro fundido, ferro e aço	311	2,6%
Cereais	310	2,6%
Algodão	289	2,4%
Pérolas, pedras preciosas, semipreciosas	265	2,2%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	234	1,9%
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais	173	1,4%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	172	1,4%
Sementes e frutos oleaginosos, grãos	169	1,4%
Fibras sintéticas e artificiais descontinuas	166	1,4%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	151	1,3%
Lã, pelos finos ou grosseiros, tecidos de crina	145	1,2%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	137	1,1%
Subtotal	9.183	76,2%
Demais Produtos	2.871	23,8%
Total Geral	12.054	100,0%

Elaborado pelo MRE/DP/PRD/C - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados da UNCTAD/ITC/TradeMap.

Divergências nos dados são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

última posição em 11/03/2011.

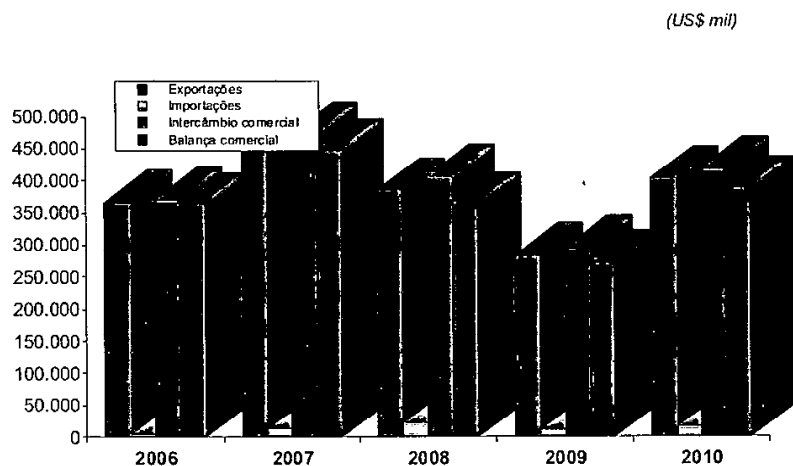
INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - REP. DOMINICANA ⁽¹⁾		2006	2007	2008	2009	2010
(US\$ mil, fob)						
Exportações		366.922	458.994	383.644	282.590	401.754
Varição em relação ao ano anterior		9,6%	25,4%	-16,4%	-26,3%	42,2%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o CARIBE		9,6%	10,9%	5,5%	5,6%	8,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras		0,3%	0,3%	0,2%	0,2%	0,2%
Importações		4.290	12.784	21.841	10.841	14.823
Varição em relação ao ano anterior		74,9%	198,0%	70,8%	-50,4%	36,7%
Part. (%) no total das importações brasileiras do CARIBE		1,0%	1,8%	2,3%	2,1%	2,9%
Part. (%) no total das importações brasileiras		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio comercial		370.212	471.778	405.485	293.431	416.577
Varição em relação ao ano anterior		10,1%	27,4%	-14,1%	-27,6%	42,0%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-CARIBE		8,7%	9,6%	5,1%	5,3%	7,5%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro		0,2%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%
Balança comercial		361.632	446.210	361.803	271.749	386.931

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações pelo e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-REP. DOMINICANA		2010	2011
(US\$ mil, fob)		(fev)	(fev)
Exportações		43.696	54.794
Varição em relação ao mesmo período do ano anterior		7,8%	25,4%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o CARIBE		4,9%	6,3%
Part. (%) no total das exportações brasileiras		0,2%	0,2%
Importações		1.371	4.605
Varição em relação ao mesmo período do ano anterior		-88,8%	235,9%
Part. (%) no total das importações brasileiras do CARIBE		2,0%	5,4%
Part. (%) no total das importações brasileiras		0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial		45.067	59.399
Varição em relação ao mesmo período do ano anterior		-14,5%	31,8%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-CARIBE		4,6%	6,2%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro		0,1%	0,1%
Balança Comercial		42.325	50.189

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

COMPOSIÇÃO DO INTERC.COMERCIAL BRASIL - REP. DOMINICANA (US\$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)						
Aeronaves e outros aparelhos aéreos	0	0,0%	19.079	6,8%	56.688	14,1%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, suas partes	46.313	12,1%	24.807	8,8%	36.678	9,1%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose, de papel, etc	36.916	9,6%	23.272	8,2%	31.709	7,9%
Cadeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	34.075	8,9%	29.975	10,6%	31.697	7,9%
Cereais	1	0,0%	2.346	0,8%	31.142	7,8%
Veículos automotores, tratores, suas partes e acessórios	29.290	7,6%	17.176	6,1%	24.223	6,0%
Ferro fundido, ferro e aço	71.387	18,6%	18.044	6,4%	22.426	5,6%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	31.789	8,3%	12.877	4,6%	16.939	4,2%
Produtos cerâmicos	10.766	2,8%	15.493	5,8%	16.374	4,1%
Obras de ferro fundido, ferro e aço	10.504	2,7%	8.569	2,3%	15.829	3,9%
Produtos químicos orgânicos	7.564	2,0%	11.626	4,1%	13.203	3,3%
Plásticos e suas obras	9.306	2,4%	5.918	2,1%	10.450	2,6%
Doçuras e produtos de confeitaria	14.015	3,7%	7.943	2,8%	8.170	2,0%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes	7.609	2,0%	4.918	1,7%	7.354	1,8%
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares	210	0,1%	13.530	4,8%	6.028	1,5%
Pelos, exceto a peleteria (pelos com pelo) e couros	4.835	1,3%	4.147	1,5%	5.787	1,4%
Borracha e suas obras	5.069	1,3%	3.575	1,4%	5.470	1,4%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	3.354	0,9%	2.954	1,0%	5.131	1,3%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufacturados	4.348	1,1%	3.848	1,4%	4.363	1,1%
Preparações alimentícias diversas	2.470	0,6%	3.135	1,1%	4.236	1,1%
Produtos farmacêuticos	3.968	1,0%	3.411	1,2%	3.857	1,0%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	5.450	1,4%	5.673	2,0%	3.802	0,9%
Produtos químicos inorgânicos	1.158	0,3%	1.763	0,6%	2.458	0,6%
Ferramentas, artefatos de cutelaria, de metais comuns	3.740	1,0%	3.971	1,4%	2.452	0,6%
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica	2.202	0,6%	1.795	0,6%	2.078	0,5%
Produtos diversos das indústrias químicas	1.235	0,3%	843	0,3%	1.933	0,5%
Subtotal	347.683	90,6%	250.089	88,5%	370.558	92,2%
Demais Produtos	35.961	9,4%	32.501	11,5%	31.196	7,8%
TOTAL GERAL	383.644	100,0%	282.590	100,0%	401.754	100,0%

Elaborado pelo MTE/DPNDIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MD/OSCE/EXA disponíveis.
Cresce os produtos tratados em ordem decrescente, sendo como base os valores apresentados em 2010

Aviso nº 74 - C. Civil.

Em 14 de fevereiro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOSÉ MARCUS VINICIUS DE SOUSA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Dominicana.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, de 17/02/2012.

5

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 14, de 2012 (nº 37, de 14 de fevereiro de 2012, na origem), da Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal *o nome do Senhor JORGE GERALDO KADRI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Polônia.*

RELATOR: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que a Presidente da República faz do Senhor JORGE GERALDO KADRI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Polônia.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado, por força regimental, pelo MRE, o indicado nasceu em 31 de julho de 1956, na cidade de Aparecida, em São Paulo. É filho de Joseph Kadri e Genny Kalil Kadri.

É graduado em Engenharia de Máquinas pela Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (1976) e em Administração de Empresas pela Sociedade Unificada de Ensino Superior Augusto Motta (1979), no Rio de Janeiro (RJ). Ingressou no Curso Preparatório à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco em 1983. Frequentou, ainda, o Curso de Altos Estudos no ano de 2005, tendo defendido a tese intitulada: “O tratamento especial e diferenciado, o mandato de Doha e o interesse do Brasil”.

Na carreira diplomática, foi nomeado Terceiro-Secretário em 1984

e promovido a Segundo-Secretário em 1989. Tornou-se, sempre por merecimento, Primeiro-Secretário, em 1996; Conselheiro, em 2001; Ministro de Segunda Classe, em 2006; e Ministro de Primeira Classe, em 2010.

Entre as funções desempenhadas pelo diplomata, destacam-se a de Segundo-Secretário e Encarregado de Negócios na Embaixada em Camberra (1992/96); Assistente na Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior (1996/98); Assistente do Departamento Econômico (1998/99); Primeiro-Secretário e Conselheiro na Delegação Permanente em Genebra (1999/2003); Conselheiro na Embaixada em Assunção (2003/2005); Chefe na Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (2005/08); Embaixador na Embaixada em Bissau (2008).

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a República da Polônia e cumpriu o disposto no parágrafo único do art. 1º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão, que determina que o Ministério apresente a *relação dos tratados e acordos assinados com o respectivo Estado*. Ademais, o documento apresentado dá notícia sobre dados básicos relacionados com o país; suas políticas interna e externa; economia, comércio e investimentos; e relações bilaterais com o Brasil.

A República polonesa é uma democracia com sistema híbrido presidencialista e parlamentarista. O idioma oficial é o polonês. Conta com população de pouco mais de 38 milhões de habitantes e Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* (PPP) de US\$ 19.752,00. A unidade monetária segue sendo o zloty (PLN), inobstante a vinculação da Polônia à União Europeia (UE) em 2004. O ingresso na zona do euro demanda, dos novos membros, o atendimento a rigorosos critérios relacionados com controle de inflação, do déficit público, do câmbio e dos juros. Esses desafios ainda não foram, ao que parece, totalmente superados.

A Polônia é a sétima maior economia da Europa e a 17ª na classificação mundial além de ser o maior mercado do leste europeu. No campo econômico, o país se revela bastante consistente. Nesse sentido, o crescimento de 3,8% em 2010 em plena crise mundial. Esse dado, aliado a outros indicadores, apontam para o fato de que os poloneses atravessaram a crise financeira global sem maiores turbulências. O país, entretanto, ainda busca diminuir a distância em relação ao nível de desenvolvimento econômico dos principais membros da UE. Para tanto, conta com forte avanço do setor industrial mais sofisticado, que representa hoje um dos principais fundamentos da economia doméstica (31,8% do PIB do país). A produção de alimentos é, por igual, importante. Grande produtor de batatas, beterraba de açúcar, bem como

carnes e produtos lácteos.

Do ponto de vista político, o país, situado no centro-norte da Europa, é importante elo de comunicação entre a Europa Ocidental e a Federação Russa. Sua posição geográfica é, pois, privilegiada. Outro aspecto a destacar é o fato de a Polônia participar de todas as organizações internacionais relevantes, quer regionais quer mundiais. Nesse sentido, o país é membro da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Nas próximas décadas, a Europa do Leste continuará sendo palco de grandes mudanças, como um dos pólos centrais das transformações mundiais. Por isto, a embaixada do Brasil na Polônia é, além de toda sua importância nas relações bilaterais, um centro fundamental para a observação do Mundo.

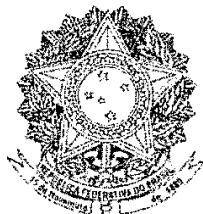
No tocante ao relacionamento bilateral, ele remonta a 1918, ano do renascimento do Estado polonês. Na oportunidade, o Brasil foi o primeiro país latino-americano a reconhecer o novo país. Relações diplomáticas formais, no entanto, só foram estabelecidas em 1920. O fato de o Brasil contar com significativa comunidade de origem polonesa, sobretudo no Paraná e em Santa Catarina, confere dimensão especial às relações bilaterais. Já o comércio entre os dois países alcançou a cifra de US\$ 547,90 milhões em 2011, com superávit em favor do Brasil da ordem de US\$ 59,62 milhões. Nesse ano, nossa pauta de exportações contemplava aviões (23% do total), fumo, bagaços, resíduos sólidos de extração de óleo de soja, açúcar bruto de cana. Importamos, no mesmo período, sulfato de amônia (fertilizante), peças para aparelhos de rádio e televisão, bem como caixas de marchas para automóveis.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM **Nº 14, DE 2012** (nº 37/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JORGE GERALDO KADRI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Polônia.

Os méritos do Senhor Jorge Geraldo Kadri que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de fevereiro de 2012.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma grafia fluida e estilizada, iniciando com uma letra 'S' grande e decorativa.

00001.011679/2011-13

EM No 00530 -MRE

Brasília, 18 de novembro de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **JORGE GERALDO KADRI**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Polônia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **JORGE GERALDO KADRI** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº0530/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 18 de novembro de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **JORGE GERALDO KADRI**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Polônia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **JORGE GERALDO KADRI** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE JORGE GERALDO KADRI**

CPF.: 042.532.641-15

ID.: 3203 MRE

1956 Filho de Joseph Kadri e Genny Kalil Kadri, nasce em 31 de julho, em Aparecida/SP

Dados Acadêmicos:

1976 Engenharia de Máquinas pela Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante -EFOMM/CIAGA

1979 Administração de Empresas pela Sociedade Unificada de Ensino Superior Augusto Motta/RJ

1982 Mestrado em Administração de Empresas e Marketing pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

1983 CPCD - IRBr

1992 CAD - IRBr

2005 CAE - IRBr, O Tratamento Especial e Diferenciado, o Mandato de Doha e o Interesse do Brasil

Cargos:

1984 Terceiro-Secretário

1989 Segundo-Secretário

1996 Primeiro-Secretário, por merecimento

2001 Conselheiro, por merecimento

2006 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

2010 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1985 Divisão de Processamento de Dados, Assistente

1985-86 Divisão de Visitas, Cerimonial, Assistente

1986-89 Divisão de Operações de Promoção Comercial, Assistente

1989-92 Embaixada em Madri, Terceiro e Segundo-Secretário

1992-96 Embaixada em Camberra, Segundo-Secretário e Encarregado de Negócios

1996-98 Subsecretaria-Geral Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, Assistente

1998-99 Departamento Econômico, Assistente

1999-2003 Delegação Permanente em Genebra, Primeiro-Secretário e Conselheiro

2003-05 Embaixada em Assunção, Conselheiro

2005-08 Divisão de Promoção da Língua Portuguesa, Chefe

2008 Departamento Cultural, Diretor, substituto

2008 Embaixada em Bissau, Embaixador

Condecorações:

1985 Ordem do Mérito Nacional, França, Cavaleiro

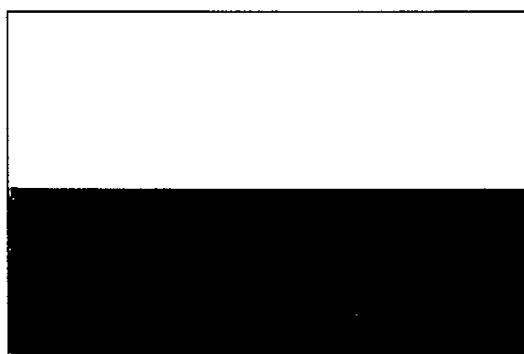
1991 Ordem de Isabel, a Católica, Espanha, Cavaleiro

2009 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL POLÍTICA I
DEPARTAMENTO DA EUROPA
DIVISÃO DA EUROPA II**

REPÚBLICA DA POLÔNIA



OSTENSIVO
Informação para o Senado Federal
Novembro de 2011

ÍNDICE

I. DADOS BÁSICOS	3
II. INTRODUÇÃO.....	5
III. PERFIS BIOGRÁFICOS.....	6
IV. RELAÇÕES BILATERAIS	9
V. POLÍTICA INTERNA.....	14
VI. POLÍTICA EXTERNA	18
VII. ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS	22
VIII. ANEXOS	27
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	27
ATOS BILATERAIS	28
CRONOLOGIA HISTÓRIA	29
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS	31

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República da Polônia
CAPITAL	Varsóvia (1,7 milhão de habitantes)
ÁREA	312.679 km ² (<i>inferior à do Maranhão</i>)
POPULAÇÃO (2010)	38.177.910 (<i>pouco inferior à do Estado de São Paulo</i>)
IDIOMA OFICIAL	Polonês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Católicos (89,8%), cristãos ortodoxos (1,3%), protestantes (0,3%), não religiosos (8,3%)
COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO:	Poloneses (96,7%), alemães (0,4%), bielorrussos (0,1%), ucranianos (0,1%); outros (2,7%)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Bronislaw Komorowski (desde 06/08/2010)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Donald Tusk (desde 16/11/2007)
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	Radoslaw Sikorski
IDH (ÍNDICE DE DESENVOLV. HUMANO)	0,813 (<i>39º no ranking; Brasil é o 84º, com 0,718</i>)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	380 brasileiros
PIB NOMINAL (2010)	US\$ 468,59 bilhões
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2010)	US\$ 12.273
PIB PPP (2010)	US\$ 754,1 bilhões
PIB <i>per capita</i> PPP (2010)	US\$ 19.752
UNIDADE MONETÁRIA	Zloty (PLN)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) – Fonte: MDIC

BRASIL → Polónia	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-jul)
Intercâmbio	198,8	197,2	424,5	407,0	511,9	539,5	859,6	575,2	836,8	547,9
Exportações	99,6	77,2	285,5	272,9	299,8	271,7	329,6	303,3	391,6	303,8
Importações	99,2	120	139,1	134,1	212	267,8	530,0	271,9	445,2	244,1
Saldo	0,4	-42,8	146	138,8	87,8	3,9	-200	31,4	-53,6	59,7

II. INTRODUÇÃO

A Polônia é hoje a sétima maior economia na União Europeia (UE), tendo suplantando, no último ano, a Bélgica e a Suécia. É, ainda, o maior mercado da Europa do Leste. Sua economia cresceu 3,8% em 2010 e, desde 2008, é considerada a “ilha verde” da União Europeia, uma vez que foi o único membro do bloco a ter passado pela crise financeira mundial sem entrar em recessão. O país é também importante do ponto de vista político, devido a sua posição geográfica, no centro da Europa, e ao fato de ser, entre os novos membros da UE, o que possui maior população (a oitava da Europa). Essa importância política se traduz na participação polonesa em organizações regionais como o “Grupo de Visegrad” (grupo de cooperação que reúne a Polônia, a Hungria, a República Checa e a Eslováquia), em que exerce posição de liderança, e o “Triângulo de Weimar”, que lhe permite construir relações especiais com a França e com a Alemanha.

O fato de tanto o Brasil quanto a Polônia estarem apresentando desenvolvimento econômico, tecnológico e científico positivo, abre o caminho para ampliar a cooperação bilateral em vários níveis, por meio do aprofundamento das formas de cooperação já existentes, bem como da exploração de novas possibilidades.

Ressalte-se, ainda, que o Brasil foi o primeiro país latino-americano a reconhecer o Estado reformado da Polônia, em novembro de 1918, após a I Guerra Mundial. Antes disso, a soberania polonesa havia desaparecido por 123 anos, durante os quais o país fora repartido entre os impérios russo, alemão e austro-húngaro.

III. PERSIS BIOGRÁFICOS

BRONISLAW KOMOROWSKI **Presidente da República**

Nascido em 4 de junho de 1952, em Obornikje Slaskie, na região de Wroclaw (Polônia). É formado em História pela Universidade de Varsóvia. Casado, tem cinco filhos.

Em 1968, participou de manifestações contra o regime comunista polonês.

Em 1971, foi preso como dissidente pela primeira vez.

Entre 1976 e 1980, trabalhou como jornalista escrevendo, publicando e distribuindo jornais de oposição à ditadura.

Em 1980, começou a atuar no Sindicato “Solidariedade”, de Lech Walesa.

Após a imposição da lei marcial, deu aulas de história em uma escola secundária até a queda do regime comunista, em 1989.

Em 1991, foi eleito membro do *Sejm*, a Câmara dos Deputados polonesa. Reelegeu-se por cinco mandatos consecutivos, tendo se destacado no trabalho nas comissões parlamentares de Defesa e Relações Exteriores. Em 2000, abriu mão de um de seus mandatos como parlamentar para assumir o cargo de Ministro da Defesa.

Em 2007, foi eleito Presidente da Câmara. Nessa condição, assumiu interinamente a presidência em abril de 2010, após o trágico acidente aéreo em Smolesnk, que vitimou o Presidente Lech Kaczynski.

Em agosto de 2010, venceu as eleições e assumiu oficialmente a Presidência da República.

Bronislaw Komorowski é seguidamente apontado pelas pesquisas de opinião como o político mais respeitado e confiável da Polônia. É membro fundador da Plataforma Cívica (PO), o partido de centro-direita ao qual também pertence o Primeiro-Ministro Donald Tusk.

DONALD TUSK
Primeiro-Ministro

Nascido em 23 de abril de 1957, em Gdansk (Polônia). Formado em História pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade de Gdansk. Casado, tem dois filhos. Pertence ao grupo cassubiano (*kasubi*), uma minoria étnica da Polônia.

Em 1980, iniciou sua atuação política, participando de movimentos estudantis ligados ao Sindicato “Solidariedade”,

Após a queda do comunismo, voltou a ter atuação política e foi um dos fundadores do partido Congresso Liberal e Democrático (KLD).

Em 1991, foi eleito para seu primeiro mandato como Deputado.

Em 1994, tornou-se um dos Vice-Presidentes do partido União pela Liberdade (UW), criado pela fusão do KLD com a União Democrática.

Em 1997, foi eleito Senador pela UW.

Em 2001, foi um dos fundadores da Plataforma Cívica (PO), mesmo partido do atual Presidente, Bronislaw Komorowski.

Entre 2001 e 2007, exerceu mais dois mandatos como Deputado. Em 2003, foi eleito Presidente do PO.

Em 2007, foi indicado ao posto de Primeiro-Ministro.

Donald Tusk obteve um êxito inédito na Polônia redemocratizada: o de conseguir se reeleger após completar um mandato inteiro à frente do Governo. Sem feitos extraordinários, sua aprovação é alta principalmente por seu Governo ter conseguido manter o crescimento econômico mesmo em tempos de crise.

RADOSLAW SIKORSKI
Ministro das Relações Exteriores

Nasceu em 23 de fevereiro de 1963, em Bydgoszcz (Polônia).

Formado em Artes pela Universidade de Oxford (Reino Unido), em Filosofia, Ciências Políticas e Economia.

Casado com Anne Applebaum, jornalista judia americana que em 2004 ganhou prêmio Pulitzer por seu livro “Gulag: uma História”. Têm dois filhos.

Em 1981, foi eleito Presidente do Comitê Estudantil de Greves, em sua cidade natal.

Nesse mesmo ano, tornou-se refugiado político na Grã-Bretanha, retornando à Polônia apenas em 1989. De 1986 a 1989, foi repórter nas guerras do Afeganistão e de Angola.

Em 1992, tornou-se Vice-Ministro da Defesa. Iniciou as negociações para a entrada da Polónia na OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte).

Entre 1998 e 2001, foi Subsecretário de Estado do Ministério das Relações Exteriores.

Em 2007, foi eleito para a *Sejm* (Câmara dos Deputados), pela Plataforma Cívica (PO).

Nesse mesmo ano, foi escolhido para o cargo de Ministro das Relações Exteriores.

Radoslaw Sikorski é um político ativo e respeitado. Entretanto, sua tentativa de ser indicado como candidato do PO nas eleições presidenciais de 2010 não foi bem sucedida.

IV. RELAÇÕES BILATERAIS

Histórico

O Brasil foi o primeiro país da América Latina e um dos primeiros do mundo a reconhecer o Estado polonês quando este voltou a existir, em 1918, após ser partilhado entre as potências vizinhas por mais de um século. As relações diplomáticas foram estabelecidas em maio de 1920 e, em 2010, celebrou-se o 90º aniversário desse fato histórico. Em comemoração dessa efeméride, a “Sociedade de Amizade Polônia-Brasil” realizou uma exposição fotográfica sobre o Brasil nas instalações da *Sejm* (Câmara dos Deputados). A Embaixada do Brasil, por sua vez, ofereceu, em outubro do mesmo ano, no Palácio Real de Varsóvia, um concerto do pianista brasileiro Arthur Moreira Lima, muito conhecido naquele país, uma vez que obteve o segundo lugar no famoso Concurso Chopin, em 1965.

A presença no Brasil de uma importante comunidade de origem polonesa confere especial dimensão ao relacionamento bilateral. Estima-se que essa comunidade seja constituída por aproximadamente 1,8 milhão de pessoas (a segunda maior no mundo, superada apenas pela existente nos Estados Unidos) radicadas, sobretudo, no Paraná e em Santa Catarina.

As relações bilaterais sempre foram cordiais e, no nível político, nunca foram perturbadas por contenciosos. Há espaço para maior dinamismo e ampliação desse relacionamento.

Relações econômico-comerciais

As relações econômicas e comerciais têm-se expandido, sobretudo após a adesão da Polônia à União Europeia. Nos últimos anos, intensificou-se a troca de missões comerciais e empresariais, que acompanham autoridades em visitas recíprocas ou que são organizadas por entidades patronais.

Do lado brasileiro, as duas mais recentes foram a chefiada pelo Secretário Executivo do MDIC, Ivan Ramalho, em outubro de 2009, e aquela que acompanhou o Governador do Estado de Goiás, em fevereiro último, dando prosseguimento a contatos daquele estado com os meios oficiais e empresariais da Província de Wielkopolska, destinados à realização de projetos comuns, sobretudo no setor agrícola.

Do lado polonês, o Secretário de Estado do Ministério da Economia, Adam Szejnfeld, chefiou missão a Brasília, São Paulo e Curitiba, em agosto de 2009, e, em maio de 2010, foi enviada ao Rio de Janeiro missão comercial chefiada pelo Subsecretário de Estado daquele Ministério, Rafal Baniak. Em abril de 2011, representantes do Governo da Província de Wielkopolska estiveram em Curitiba.

Em 2009, foram efetuados contatos entre empresas dos dois países na área da indústria de armamentos e de material de defesa, com vistas à cooperação recíproca. Entretanto, apesar desse incremento recente, as relações econômicas e comerciais ainda continuam aquém de suas possibilidades.

O Brasil é o principal parceiro comercial da Polônia na América Latina, mas os valores dessa participação ainda são pouco expressivos, especialmente se forem comparados com os dados do intercâmbio polonês com alguns países asiáticos. Assinale-se, porém, que as trocas comerciais são, de fato, superiores aos dados estatísticos, uma vez que parte dos fornecimentos, sobretudo brasileiros, processa-se por meio de terceiros países.

De acordo com os dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX/MDIC), de janeiro a julho do ano corrente as exportações brasileiras para a Polônia registraram aumento de 42.7% em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando US\$ 303,76 milhões. As importações de produtos poloneses pelo Brasil atingiram, no período, US\$ 244,14 milhões (elevação de 1,78%). Nesse contexto, a corrente de comércio bilateral alcançou US\$ 547,90 milhões (incremento de 21,06%), com saldo comercial favorável ao Brasil de US\$ 59,62 milhões. Registre-se que, nos primeiros sete meses do ano passado, a balança comercial entre os dois países registrava déficit de US\$ 27,2 milhões para a Parte brasileira.

Os principais produtos da pauta exportadora brasileira, nos primeiros sete meses de 2011, são aviões (com participação de 23% do total exportado), fumo, bagaços e resíduos sólidos da extração do óleo de soja, bem como açúcar bruto de cana, que passou a figurar na lista dos principais produtos brasileiros importados pela Polônia neste ano e já ocupa, atualmente, a quarta posição. A partir de 2000, importante elemento no intercâmbio comercial foram os aviões de passageiros, no total de vinte e seis, vendidos pela EMBRAER à companhia aérea polonesa LOT.

Quanto à pauta importadora, as principais mercadorias são sulfato de amônio (utilizado como fertilizante), partes para assentos, peças para aparelhos de rádio e televisão e caixas de marchas para automóveis. O coque de hulha (carvão betuminoso), que não figurava na lista nos últimos anos, passou a ocupar a quinta posição no período em apreço.

Investimentos

De acordo com dados oficiais poloneses, os investimentos brasileiros naquele país são ainda pouco expressivos. Os investimentos da Polônia no Brasil limitaram-se a US\$ 575.000 em 2009, concentrados sobretudo na produção de cosméticos e materiais para construção.

Turismo

São ainda pequenas as movimentações no turismo bilateral. No entanto, a abertura, no ano passado, de voos da TAP Portugal entre diversas cidades brasileiras e Varsóvia (com conexão em Lisboa) abre a possibilidade de um aumento no fluxo de turistas.

A Embaixada brasileira em Varsóvia participa da feira internacional de turismo de Poznan, a *Tour Salon*, com estande destinado à divulgação do potencial turístico do Brasil e ao fornecimento de informações ao público interessado.

Relações culturais

O Governo brasileiro promove a existência de “leitorados brasileiros” junto a universidades polonesas, responsáveis pela oferta de cursos de português brasileiro e de cultura brasileira.

Encontra-se em implantação leitorado brasileiro na Universidade de Lublin – o primeiro fora de Varsóvia.

A disciplina de Língua Portuguesa também faz parte, a título facultativo, do currículo do Liceu Rui Barbosa, estabelecimento de ensino polonês nomeado em honra do jurista brasileiro, célebre naquele país por ter sido um grande defensor, em foros internacionais, da causa da independência da Polônia – à época, com território partilhado entre Rússia, Prússia e o Império Austro-Húngaro.

É também digno de nota o interesse crescente, no país, pela música popular brasileira e pelo aprendizado da capoeira.

Consulados

Além da repartição consular da Embaixada em Varsóvia, que atende todo o território polonês, o Brasil possui Consulados Honorários em Cracóvia, Poznan, Wroclaw, Lublin e Gdansk.

Além da Embaixada em Brasília, a Polônia mantém Consulados-Gerais em Curitiba e em São Paulo, Consulados Honorários em Belo Horizonte, Erechim,

Salvador e Vitória, assim como um Departamento de Promoção Comercial e de Investimentos, vinculado ao Ministério da Economia da Polônia, em São Paulo.

Comunidade brasileira

A comunidade brasileira na Polônia é pequena, dispersa e pouco organizada. Não existe conselho de representantes. Nas eleições de 2010, registraram-se para votar apenas 129 eleitores.

Há 320 cidadãos com matrícula consular, mas a estimativa é de que a comunidade brasileira local conte com cerca de 380 indivíduos. A comunidade local compõe-se, na maioria, por descendentes de poloneses e por brasileiros casados com locais, estando os brasileiros, em ambos os casos, bem integrados à sociedade polonesa. Em razão desse fato, não se identificaram, até o momento, demandas coletivas da comunidade local junto ao Governo brasileiro. A maior parte da renda consular do Posto é obtida por visto de trabalho para marítimos, em boa parte contratados por empresas do setor petrolífero no Brasil, e por técnicos da companhia de bebidas InBev.

Empréstimos e investimentos

Há, atualmente, uma única operação de financiamento do BNDES em relação à Polônia. Refere-se à concessão de crédito para aquisição de oito aeronaves Embraer, todas já entregues ao importador, à companhia aérea LOT. O crédito foi aprovado em março de 2010 e contempla 80% do valor da exportação, que soma US\$ 273 milhões.

VI. POLÍTICA INTERNA

Antecedentes

A partir de 1989, quando foi constituído o primeiro Governo não comunista, a Polónia entrou em um processo de transformação política baseada em dois pilares: a implantação da democracia, na forma de um regime parlamentar republicano, e a transformação da economia centralmente planificada em uma economia de mercado.

Considera-se que, do ponto de vista institucional e político, esse processo de transição tenha sido concluído com a entrada em vigor da Constituição de 1997, que substituiu a de 1952, dita “stalinista”.

As primeiras eleições presidenciais do período de redemocratização ocorreram em 1990 e as primeiras legislativas, em 1991. De 1990 a 2010, realizaram-se cinco eleições para Presidente da República, cujo mandato é de cinco anos, sendo a última em julho de 2010, após o desastre aéreo que vitimou o Presidente Lech Kaczynski. No mesmo período, ocorreram seis eleições legislativas, porque os governos formados após as eleições de 1991 e de 2005 não conseguiram terminar seu mandato.

As primeiras eleições parlamentares concorreram mais de cem partidos, não havendo nenhum deles logrado obter mais de 13% dos votos, o que resultou na formação de um governo pouco estável, que caiu dois anos depois. Os resultados das seis eleições legislativas realizadas desde 1991 revelaram a tendência ao princípio de alternância da preferência do eleitorado quanto à orientação política dos partidos vencedores. Em 1993 e em 2001, venceu a esquerda social-democrata; em 1997, 2005 e 2007, a direita saiu vitoriosa. Esse mesmo movimento pendular também prevaleceu nas eleições presidenciais: após a Presidência de Lech Walesa (1990-1995), Aleksander Kwasniewski, candidato da Aliança da Esquerda Democrática, foi eleito por dois mandatos (1995-2000 e 2000-2005) e, nas eleições de 2005, venceu a direita nacionalista, com o candidato do Partido da Lei e Justiça (PiS).

Situação atual

O Governo Donald Tusk logrou o feito inédito da reeleição na Polónia pós-comunista. No primeiro mandato, esteve sujeito a uma coordenação difícil com o falecido Presidente Lech Kaczynski, que pertencia ao principal partido da oposição. No âmbito interno, diversas iniciativas do Governo foram sistematicamente vetadas pelo Presidente da República. No âmbito externo, o Presidente muitas vezes entrava em desacordo com o Primeiro-Ministro sobre quem representaria o país em determinados eventos internacionais que, de praxe, estariam a cargo do Chefe do Governo (como reuniões da União Europeia). Além disso, adotava retórica inflamada em relação à Rússia, em contraste com a política moderada adotada pelo Governo, na busca da normalização das relações entre os dois países.

A partir de agosto de 2010, após a assunção à Presidência de Bronislaw Komorowski, do mesmo partido de Tusk, as relações passaram a ser harmônicas. O Primeiro-Ministro Tusk tem-se revelado um político equilibrado e pragmático, que se identifica com a modernização do país e cuja popularidade se beneficiou com o fato de a Polônia ter atravessado a crise financeira de 2008 com crescimento de sua economia, enquanto os seus parceiros na União Europeia (UE) sofreram com a desaceleração econômica. Seu governo procurou realizar as reformas necessárias para a modernização do país, muitas delas financiadas pelos fundos estruturais da UE. O Governo Tusk tem sido bem sucedido em sua política de aprofundar as boas relações com a Alemanha e de buscar, de maneira realista e coerente, o diálogo com a Rússia, visando à superação dos problemas históricos e à normalização das relações entre os dois países.

Em 10 de abril de 2010, o Presidente da República Lech Kaczynski, sua esposa e mais 94 membros do Governo e altas autoridades faleceram em um desastre de avião em Smolensk, Rússia, quando se dirigiam para uma solenidade alusiva ao 70º aniversário do massacre de Katyn, no qual, durante a II Guerra Mundial, em 1940, estima-se que 22 mil poloneses tenham sido fuzilados por ordem de Stalin.

Lech Kaczynski havia sido eleito em 2005 e as novas eleições presidenciais estavam marcadas para outubro de 2010. Contava-se com que o Presidente falecido fosse candidato à reeleição, mas sua candidatura ainda não tinha sido formalizada oficialmente. Entretanto, pesquisas de opinião davam como muito provável a derrota de Kaczynski, indicando que o Presidente não teria mais de 15% dos votos. Com seu trágico falecimento, o Partido Lei e Justiça (PiS) indicou seu irmão gêmeo, Jaroslaw Kaczynski, para concorrer ao pleito. Em sua campanha, Jaroslaw teve o apoio de setores da União Sindical Solidariedade e das alas mais conservadoras da Igreja polonesa.

Pelo partido do Governo, o Plataforma Cívica (PO), foi candidato Bronislaw Komorowski, Presidente da *Sejm* (Câmara dos Deputados), nomeado Presidente da República interino após a tragédia. Outros candidatos foram Waldemar Pawlak, atual Vice-Primeiro Ministro e Ministro da Economia, pelo Partido Popular Polonês, e Grzegorz Napieralski, líder da Aliança da Esquerda Democrática (SLD), além de dezoito outros nomes, a maior parte deles indicados por pequenos partidos.

A vitória de Bronislaw Komorowski confirmou as sondagens que o apontavam como o político considerado pela opinião pública como o “mais confiável do país”. Existia uma expectativa de que sua vitória pudesse permitir ao Governo acelerar uma série de reformas de base urgentes, que vinham sendo sistematicamente bloqueadas ou retardadas por Lech Kaczynski. Ao fim de um ano de interação entre Tusk e Komorowski, as opiniões correntes dão conta de que a velocidade das reformas não foi a desejada, mas que o saldo é positivo.

As eleições parlamentares de outubro de 2011 deram vitória ao partido governista, mantendo no cargo o Primeiro-Ministro Tusk.

VII. POLÍTICA EXTERNA

Terminado o regime comunista, o principal objetivo da política externa polonesa foi integrar-se rapidamente às estruturas políticas, instituições econômicas e sistemas de segurança ocidentais. Suas mais altas prioridades eram a adesão à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e à União Europeia (UE).

A Polônia ingressou na OTAN em março de 1999. Desde então, tem participado de operações militares, missões de paz e de ajuda humanitária. Integra as tropas da OTAN no Afeganistão com um contingente que, inicialmente, somava 2.000 homens, e que foi aumentado para 2.600 em 2010, após apelo feito pelo Presidente Barack Obama.

A Polônia tornou-se membro da UE em 1º de maio de 2004. Desde então, busca diminuir a distância quanto ao nível de desenvolvimento econômico que a separa da média europeia. Para tanto, tem tirado grande proveito das linhas de financiamento oferecidas pela UE para investimentos em infraestrutura, sendo hoje o principal beneficiário dos fundos estruturais europeus – dos quais são previstos cerca de 68 bilhões de euros no orçamento 2007-2013, nível que a Polónia tenta manter para o orçamento 2014-2020. Recebe também importantes subsídios no âmbito da Política Agrária Comum (PAC), embora não nos mesmos níveis dos sócios mais antigos do bloco.

Na UE, a Polónia procura projetar-se como um país capaz de dar uma contribuição relevante para a construção da Europa, de acordo com sua condição de país grande e populoso. Seu mais ambicioso projeto é a iniciativa “Parceria Oriental”, lançada em colaboração com a Suécia em 2008, que visa à maior aproximação da UE com Armênia, Azerbaijão, Belarus, Geórgia, Moldova e Ucrânia, por meio, entre outras medidas, da criação de zonas de livre comércio, conclusão de acordos de associação política, liberalização gradual do regime de vistos, cooperação para segurança energética e criação de uma moldura multilateral, que incluiria, entre outros temas, o fortalecimento da democracia e a integração e convergência com as políticas europeias. O desenvolvimento da “Parceria Oriental” está na agenda da Presidência polonesa do Conselho da UE, que está tendo lugar no segundo semestre de 2011, quando será realizada uma grande conferência em Varsóvia sobre o tema.

A Polónia aderiu ao Espaço Schengen (área europeia de abertura de fronteiras e de livre circulação de pessoas) em dezembro de 2007, juntamente com a Hungria, a República Tcheca, a Eslováquia, a Eslovênia, Malta e os países

bálticos. Quanto à adoção do euro, o Governo e as autoridades financeiras locais anunciam que ela não ocorrerá até, pelo menos, 2017.

O país participa, também, de duas organizações regionais informais de escopo limitado, mas que são importantes para que a Polônia se projete como país ativo na Europa central: o “Triângulo de Weimar”, que reúne a Alemanha, a França e a Polônia, e o “Grupo de Visegrad”, integrado pela Eslováquia, pela Hungria, pela Polônia e pela República Tcheca.

O Triângulo de Weimar, estabelecido em 1991 com o objetivo de auxiliar a Polônia após a queda do regime comunista, funciona por meio de reuniões de Chefes de Estado, de Ministros das Relações Exteriores ou da Defesa. Em recente reunião, os Ministros das Relações Exteriores defenderam a necessidade de fortalecimento de uma política de segurança e defesa comum europeia.

O Grupo de Visegrad foi também criado em 1991, pela Polônia, pela antiga Tchecoslováquia e pela Hungria com o objetivo de eliminar os traços do regime comunista nos três países e promover as suas respectivas integrações à UE. A partir de 2004, quando a Polônia, a Hungria, a República Tcheca e a Eslováquia tornaram-se membros da UE, o Grupo tornou-se um fórum informal de cooperação dos quatro países no contexto da integração europeia.

A Polônia participa de praticamente todas as organizações internacionais existentes, tanto no contexto europeu quanto no plano global. Pertence, entre outras, à ONU, à OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), à OSCE (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa) e à OMC (Organização Mundial do Comércio). Com referência à Rodada de Doha, bem como à maioria de temas da atualidade internacional, a Polónia segue as posições da UE.

Em nível bilateral, merecem especial atenção as relações com os Estados Unidos e com a Rússia. As relações com a Alemanha, outrora carregadas pelas memórias da II Guerra Mundial, entraram em processo de normalização a partir de 1990. Para isso, muito contribuíram os vultosos investimentos alemães no país, o volume do intercâmbio comercial bilateral (já que a Alemanha é o principal parceiro comercial da Polónia) e o fato de ambos os países serem membros da UE.

A Polónia é um aliado fiel dos Estados Unidos e considera aquele país como a maior garantia para sua segurança. Por isso, defende uma forte presença militar e econômica americana na Europa. Como aliado fiel, participou da invasão do Iraque em 2003, juntamente com o Reino Unido e a Austrália, mantendo tropas em território iraquiano até 2008. O ponto alto das relações americano-polonesas parece ter sido durante a Presidência de George W. Bush, devido ao projeto de instalação, na Polónia e na República Tcheca, de um escudo de defesa contra mísseis, acompanhado do fornecimento, à Polónia, de uma bateria de mísseis *Patriots*. A decisão de Barack Obama de não levar adiante o projeto foi

encarada na Polônia como uma diminuição do nível de prioridade que a atual administração americana estaria atribuindo à Europa Central, e, portanto, à Polônia. Em maio de 2011, no entanto, Barack Obama visitou a Polônia e anunciou que, a partir de 2012, o país deverá contar com um destacamento de aviões-caça americanos em base rotativa – medida de defesa que, embora relativamente modesta no contexto europeu, tem importante valor simbólico. Além disso, as declarações de Obama em Varsóvia realçaram o bom estado das relações entre os dois países e ajudaram a esvaziar as críticas da oposição polonesa de que o Governo Tusk teria permitido a deterioração das relações com os Estados Unidos.

As relações com a Rússia foram instáveis por longo período, caracterizando-se por uma profunda desconfiança da Polônia, que se traduziram em ações políticas que muito irritaram o Governo russo. Essa desconfiança tem raízes históricas, especialmente em acontecimentos ligados à II Guerra Mundial e ao período da Guerra Fria, durante o qual a Polônia foi reduzida a mero satélite de Moscou. Além disso, os poloneses enfrentam também a insegurança que decorre da sua dependência energética em relação à Rússia.

Do lado russo predominam, como elementos complicadores, interesses políticos concretos que, na visão de Moscou, estariam sendo prejudicados ou ameaçados por ações polonesas específicas. Na década de 1990, sobretudo durante o Governo Yeltsin, prevaleceu uma atmosfera amigável, perturbada apenas quando o Governo russo acusou o polonês de oferecer assistência a membros do movimento separatista da Chechênia, bem como quando a Polônia aderiu à OTAN, em 1999, sob veementes protestos de Moscou. A partir de 2004, ocorreram novos fatos responsáveis pela deterioração das relações bilaterais, entre os quais: (a) o apoio da Polónia à Revolução Laranja na Ucrânia, em 2005, após o qual o Governo russo, em sinal de descontentamento, embargou as importações de carne e de produtos agrícolas poloneses, alegando motivos sanitários; (b) a oposição da Polónia ao projeto russo-germânico de construção do gasoduto *Nord Stream*, conectando a Rússia à Alemanha através do Mar Báltico; (c) o veto polonês, em 2006, ao lançamento das negociações do novo Acordo de Parceria e de Cooperação UE-Rússia, na Cúpula de Helsínque; (d) em 2007, o anúncio do projeto de instalação, em território polonês, do escudo de defesa antimíssil pelos Estados Unidos, considerado pela Rússia como uma provocação.

O atual Governo, ao tomar posse em fins de 2007, herdou essa agenda bilateral, à qual se somam outras questões, como a exigência de visto para a entrada de cidadãos russos na Polónia ou a queixa russa de que a Polónia estaria procurando dificultar as suas relações com a UE.

O Governo Tusk procurou pragmaticamente, desde o início, intensificar os encontros entre as altas autoridades dos dois países. Esses encontros parecem sugerir uma vontade comum de estabelecerem uma agenda positiva, que leve à

superação dos problemas existentes, bem como a uma via de conciliação. Em consequência, deu-se início a iniciativas importantes como a assinatura de acordos bilaterais, incluindo o que prevê o financiamento russo da construção de um gasoduto na Polônia, a ser controlado por empresas de ambos os países. Também foi criado um Grupo sobre Pontos Contenciosos, integrado por historiadores, professores e intelectuais de ambos os países, com o fim de examinar as diferentes interpretações dos problemas históricos relacionados com a II Guerra Mundial, o que poderia contribuir para a superação desses problemas.

A Polônia tem procurado expandir, de maneira consequente e direcionada, as suas parcerias com países expressivos de outras áreas geográficas, especialmente da América Latina e da Ásia.

Presidência da Polônia do Conselho da UE, no segundo semestre de 2011

Tendo em vista a Presidência da Polónia no Conselho da UE, no segundo semestre de 2011, o Governo Polonês divulgou as suas principais linhas de ação:

- a) início das negociações sobre o orçamento da UE para 2014-2020, que só deverão ser concluídas no segundo semestre de 2012;
- b) desenvolvimento do programa “Parceria Oriental”, que visa à maior aproximação da UE com Armênia, Azerbaijão, Belarus, Geórgia, Moldova e Ucrânia;
- c) fortalecimento do mercado interno da UE, com livre fluxo de mercadorias, pessoas, serviços capital;
- d) novas soluções, tanto legislativas como outras, para estimular a competitividade e integração do setor energético europeu;
- e) procura de maior eficiência no tocante ao gerenciamento de crises, aumento da cooperação entre os países membros no setor na área de defesa e cooperação com a OTAN.

VIII. ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Economia

A participação da Polônia na economia mundial tem aumentado de forma visível desde a mudança, em 1989, do sistema político e econômico do país. O indicador mais ilustrativo é a dinâmica do PIB real, cujo valor aumentou quase oito vezes, desde 1990, superando US\$ 468,5 bilhões em 2010. Com isso, o país é a 17ª maior economia na classificação mundial e a 7ª maior da Europa. Apesar da recessão que tem afetado muitas economias nos últimos anos, a Polônia vem apresentando taxas de crescimento que se destacam no cenário europeu: em 2009, foi o país que mais cresceu na União Europeia (1,7%) e, em 2010, ocupou a segunda posição, com crescimento de 3,8%.

O acesso da Polônia à União Europeia (UE), em 1º maio de 2004, lançou as bases jurídicas e institucionais para a ampliação das suas atividades econômicas. As principais vantagens da integração foram: harmonização da legislação polonesa com os regulamentos da UE; acesso a cerca de 470 milhões de clientes dentro do Mercado Comum; possibilidade de receber fundos estruturais, assim como subsídios agrícolas oriundos da PAC. A Polónia, por exemplo, é a maior beneficiária de recursos da UE no orçamento comunitário para 2007-2013, sendo destino de 67,3 bilhões de euros dos fundos europeus. Além disso, o projeto de orçamento plurianual (2014-2020), ainda em discussão no Parlamento Europeu, prevê cerca de 80 bilhões de euros para a Polónia, ou seja, mais de 21% dos 376 bilhões de euros destinados aos Fundos de Coesão. De acordo com o Governo polonês, a maior parte desse montante será alocada em áreas prioritárias, como Inovação, Educação, Cultura e Desenvolvimento Regional.

O desenvolvimento do setor industrial tem sido um dos principais fundamentos da economia polonesa. Durante muitos anos, a Polónia concentrou-se nas indústrias pesadas, incluindo os setores mineiro, metalúrgico, de construção de máquinas, de construção naval e de armamento. A partir do início dos anos noventa, essas indústrias deixaram, gradualmente, de ser apoiadas pelo Governo, o que resultou em uma necessidade de mudança da estrutura industrial. A nova realidade criou a possibilidade de estabelecimento de indústrias mais avançadas e abriu caminho aos investimentos estrangeiros. Atualmente, o setor industrial emprega cerca de 30% dos trabalhadores poloneses. Destacam-se as indústrias automotivas, de eletrodomésticos, de geração de energia e do setor químico. Marcas como a Fiat, a Opel, a Volkswagen, a General Motors, a Toyota, a Volvo ou os produtores internacionais de eletrodomésticos como a Whirlpool, a

Electrolux, a Bosch, a Siemens e a Indesit mantêm fábricas na Polônia. O país é um grande produtor de aparelhos de televisão (presença da LG, da Toshiba, da Thompson e da Sharp). Um de cada três televisores vendidos na Europa é produzido na Polônia. O setor industrial gera 31,8% do PIB do país.

Considerando que a agricultura utiliza cerca de 50% da superfície da Polônia, a produção alimentar desempenha papel importante, sobretudo os segmentos de carnes, de bebidas e de laticínios. As principais culturas são as de grãos, como o trigo, o centeio e o milho. A Polônia é o sétimo maior produtor mundial de batatas e de beterraba de açúcar. Outros legumes são o lúpulo e a canola, havendo ainda as frutas e as hortaliças cultivadas em quantidades industriais, como o tomate, o pepino, a couve, a alface, as maçãs, os morangos e as ameixas. No que se refere à produção de alimentos, é forte a presença de empresas estrangeiras tais como a Nestlé, Cadbury's, Masterfoods e Unilever. Mesmo assim o setor agrícola só gera 2,8% do PIB, empregando 14% da população. O grande desafio para esse setor deriva da pequena dimensão das propriedades rurais (somente 11% das fazendas têm mais de 15 hectares).

O setor de serviços tem uma posição dominante na composição do PIB polonês (65,4%), especialmente o comércio, as atividades financeiras e os serviços de reparos. A Polônia tornou-se um centro de terceirização de processos de negócios (*Business Process Outsourcing - BPO*) e na área de pesquisa e desenvolvimento (P&D). Os serviços empresariais constituem a segunda maior categoria de serviços comerciais em termos de volume (27%). Nesse contexto, a participação do setor de transportes, de logística e de comunicações tem crescido dinamicamente, apoiada, em grande parte, pelo setor privado.

A expansão da economia polonesa encontra, entretanto, alguns obstáculos, em consequência de deficiências herdadas do passado e ainda não corrigidas. Entre elas, destaca-se o inadequado sistema de transportes. A rede rodoviária, que conta com apenas 662 km, é obsoleta e apresenta sérios problemas de manutenção; a rede ferroviária não é tão deficiente, mas tem características técnicas inferiores à média europeia e carece de uma infraestrutura moderna; o volume de tráfego dos quatro portos do país (Gdânia, Gdansk, Szczecin e Swinoujście) está praticamente estagnado há mais de uma década, por dificuldade de acesso de caminhões pesados, tanto através de rodovias como de ferrovias. Por isso, investimentos na construção de autoestradas e na modernização das ferrovias têm amplo potencial, bem como a construção de instalações energéticas, sobretudo porque, em 2012, a Polónia, juntamente com a Ucrânia, será sede do próximo Campeonato Europeu de Futebol, para o que deverão ser realizados vários projetos públicos e/ou privados de obras de construção.

Comércio exterior

Em 2010, a Polônia passou a ocupar, respectivamente, a 28ª e a 25ª posições nas exportações e importações mundiais. Nesse período, o país apresentou déficit de US\$ 18 bilhões, com exportações de US\$ 155 bilhões e importações de US\$ 173 bilhões. Desde 1990, registre-se, tem ocorrido permanente déficit na balança comercial, tendo em vista a necessidade de a Polônia importar bens de capital para a indústria e componentes de produção. Até o primeiro semestre de 2011, o saldo negativo nas trocas comerciais atingiu a cifra de US\$ 9,2 milhões, com exportações de US\$ 92,4 milhões e importações de US\$ 101,6 milhões.

Com a adoção da democracia parlamentar e da economia de mercado, a partir de 1989, a direção do comércio exterior alterou-se. No passado, os parceiros comerciais mais importantes eram a URSS e os países vizinhos da Europa Oriental, membros do Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON). Atualmente, os países da União Europeia participam com 79% das exportações e 59% das importações polonesas. O principal parceiro comercial da Polônia é a Alemanha, a qual, em 2010, foi responsável, respectivamente, por 21,7% e 26% das pautas importadora e exportadora do país.

Quanto aos demais parceiros comerciais da Polônia, merecem destaque, como consumidores das mercadorias polonesas, a França (6,8%), o Reino Unido (6,2%), a Itália (6,1%) e a República Tcheca (6,0%). Como principais fornecedores ao mercado polonês, seguem a Alemanha, a Rússia (10,5%), a China (9,5%), a Itália (5,7%) e a França (4,3%). Os países em desenvolvimento, ressalte-se, respondem por 21% das importações e 7% das exportações polonesas.

A maioria das importações da Polônia consiste em bens de capital necessários para a fabricação de insumos. O país compra, em valores significantes, peças para a fabricação de veículos e componentes para produção de aparelhos eletrodomésticos, sobretudo de TV. Destacam-se, ainda, as importações de matérias-primas, como o petróleo, o gás natural e os metais, assim como de produtos farmacêuticos.

Os principais bens exportados pela Polônia são: automóveis, partes e acessórios para veículos, aparelhos eletroeletrônicos, móveis e produtos de aço e ferro fundido.

Investimentos

Dentre os países que ingressaram na UE nos últimos anos, a Polônia é o mais importante em termos econômicos e demográficos. Conta, ainda, com bons

fundamentos macroeconômicos e estabilidade política. A economia polonesa tem crescido a taxas superiores à média europeia, em grande parte devido ao aporte de investimentos diretos estrangeiros (IDE), atraídos essencialmente pela grande disponibilidade de mão-de-obra qualificada. Concorrem igualmente para a atratividade do país sua localização geográfica na parte central da Europa e seu grande mercado interno.

A atratividade da Polônia para o investidor estrangeiro é reforçada pelo fato de que as empresas localizadas neste país beneficiam-se, especialmente nas Zonas Econômicas Especiais, de carga tributária mais baixa do que na maioria dos demais países da UE. Outros custos operacionais, como força de trabalho e os aluguéis são menos onerosos na Polónia do que na Europa dos 15, e tem sido fator importante para a decisão de alocação de IDE no país. As principais áreas de investimentos industriais na Polónia estão localizadas no sudoeste, entre as cidades de Wrocław e Katowice, e na parte ocidental, na região de Poznań.

Ressalte-se, igualmente, que o ingresso na UE deu margem ao aumento de fluxo de capitais por meio de investimentos privados provenientes de outros países membros, principalmente da Alemanha. Apesar do registro de queda do fluxo de Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE) em 2010, de US\$ 13 bilhões para US\$ 9,7 bilhões, a Polónia tem visto, no ano corrente, a retomada do ingresso de capitais estrangeiros. De janeiro a maio, registrou-se a entrada de 4,2 bilhões de euros, cerca de 62% de todo o IDE de 2010. Segundo relatório da UNCTAD, o país ocupa a 6ª posição entre os locais mais atraentes para o investidor estrangeiro, atrás, apenas, de China, dos EUA, da Índia, do Brasil e da Rússia. Os Estados Unidos, no ano passado, foram os principais investidores no território polonês, seguidos por Coreia do Sul, pela Alemanha e pelo Reino Unido. Entre as áreas que mais receberam investimentos estrangeiros, em 2010, merecem destaque as indústrias de aparelhos eletrônicos, de eletrodomésticos e de automóveis.

IX. ANEXOS

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

11 /11/1918 – Reconhecimento do Estado polonês pelo Brasil.
27/05/ 1920 – Estabelecimento de relações diplomáticas (Plenipotenciário polonês entrega credenciais ao Presidente Epitácio Pessoa).
1921 – Abertura da Legação do Brasil em Varsóvia.
1939 – Interrupção das relações diplomáticas, por motivo da ocupação da Polônia durante a II Guerra Mundial.
1941 – Reabertura da Legação do Brasil junto ao Governo polonês no exílio, em Londres.
1947 – Reinstalação da sede da Legação do Brasil em Varsóvia.
1961 – Elevação da representação diplomática em Varsóvia ao nível de Embaixada.
19-21/02/1995 – Presidente Lech Walesa visita o Brasil.
8-19/05/1996 – Ministro do Exército, General Zenildo Lucena, visita a Polônia.
6-14/08/1997 – Governador do Paraná, Jaime Lerner, visita a Polônia.
1/02/1999 – Inauguração das aditâncias da Defesa e do Exército junto à Embaixada do Brasil em Varsóvia.
21-23/03/1999 – Ministro da Agricultura e Abastecimento, Fernando Turra, visita a Polônia.
24-26/02/2002 – Presidente Fernando Henrique Cardoso visita a Polônia.
7-10/04/2002 – Presidente Aleksander Kwasniewski visita o Brasil.
17-20/08/2003 – Ministro das Relações Exteriores Włodzimierz Cimoszewicz visita o Brasil.
22-24/08/2004 – Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, visita a Polônia.
3-8/09/2004 – Governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, visita a Polônia.
2-4/03/2006 – Governador de Goiás, Marconi Perillo, visita a Polônia.
19-25/04/2007 – Presidente do Senado, Bogdan Borusewicz, visita o Brasil.
16-18/10/2008 – Governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, visita novamente a Polônia.
4-7/10/2009 – Ministro da Defesa, Bogdan Klich, visita o Brasil.
21-30/11/2009 – Governador da Província de Wielkopolska visita o Brasil.
14-18/02/2010 – Governador de Goiás visita a Polônia.
18/06/2010 – Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim visita a Polônia.
01-02/12/2010 – Ministro da Defesa Nelson Jobim visita a Polônia.
04/2011 – Governador da Província de Wielkopolska visita o Brasil.
24-25/08/2011 – Governador do Paraná Beto Richa visita Poznan.

ATOS BILATERAIS

Acordo	Data de Celebração	Data do Decreto Legislativo (DOU)	Entrada em Vigor	Promulgação	
				Decreto	Data
Acordo de Comércio e Pagamentos	19/03/1960	07/08/1964	15/10/1964	54967	10/07/1964
Acordo sobre Transporte Marítimo	26/11/1976	29/06/1977	21/07/1977	80106	09/08/1977
Acordo sobre Cooperação Cultural	29/07/1991	29/05/1992	12/08/1992	639	24/08/1992
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	05/09/1996	12/12/1997	12/01/1998	2510	06/03/1998
Acordo sobre Isenção Recíproca de Vistos	14/07/1999	14/03/2000	22/04/2000	3463	17/05/2000
Acordo sobre Serviços Aéreos	13/03/2000	23/10/2007	Aguardando notificação pela Polônia para a entrada em vigor		
Acordo sobre Cooperação no Campo de Proteção de Plantas	09/04/2002	19/04/2006	Aguardando notificação pela Polônia para a entrada em vigor		
Acordo sobre Cooperação no Campo da Veterinária	09/04/2002	23/03/2006	Aguardando notificação pela Polônia para a entrada em vigor		
Acordo de Cooperação no Campo da Luta contra o Crime Organizado e Outras Modalidades Delituosas	09/10/2006	Em tramitação			
Acordo-Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa	01/12/2010	Em tramitação			

CRONOLOGIA HISTÓRIA

966 – Fundação do Estado polonês (conversão de Mieszko I ao cristianismo – dinastia Piast).
1140 – Fragmentação do Estado (por morte de Boleslau III, o Reino é dividido entre seus quatro filhos).
1226 – Aliança de Conrado de Masóvia com os Cavaleiros da Ordem Teutônica e subsequente fundação do Estado Soberano da Ordem Teutônica na Pomerânia.
1385 – União da Polônia com a Lituânia (casamento de Jadwiga Piast e Ladislau Jagelonie da Lituânia – dinastia Jagelonia).
1466 – Grão-Mestre da Ordem Teutônica presta vassalagem ao Rei da Polônia após derrota militar.
1569 – União de Lublin (Comunidade Polaco- Lituana, o maior país da Europa).
1572 – Monarquia eletiva após morte do último rei da dinastia Jagelonia.
1683 – Rei Jan III Sobieski comanda as tropas que derrotaram o Império otomano no cerco de Viena.
1772 – Primeira partilha da Polônia.
1793 – Segunda partilha da Polônia.
1795 – Terceira partilha da Polônia entre Rússia, Prússia e Império Habsburgo.
1807 – Criação do Ducado de Varsóvia por Napoleão Bonaparte.
1919 – Ressurgimento do Estado polonês, oficializado pelo Tratado de Versalhes – II República
1/09/1939 – Invasão da Polônia por tropas nazistas – início da II Guerra Mundial.
06/1944 – Exército Vermelho (soviético) entra na Polônia.
1/08 – 2/10/1944 – Levante de Varsóvia. Destruição da capital.
8/05/1945 – Fim da II Guerra Mundial.
02/1945 – Conferência de Yalta – Polónia passa a fazer parte da zona de influência soviética.
01/1947 – Eleições controladas pelos comunistas. Partido Unificado dos Trabalhadores Poloneses assume o poder. Instaurado o regime comunista.
10/1979 – Cardeal de Cracóvia, Karol Józef Wojtyla, é eleito Papa, sob o nome de João Paulo II.
31/08/1980 – Greves nos estaleiros de Gdansk. Movimento Solidariedade.
12/12/1981 – Instituição da lei marcial.
06/1983 – Abolição da lei marcial.
1988 – Diversas greves gerais.
02/1989 – “Mesa redonda”: negociações do Governo com a União Sindical Solidariedade.
12/09/1989 – A <i>Sejm</i> (Câmara dos Deputados) aprova a formação do primeiro Governo não comunista. É o início da III República.

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2006	2007	2008	2009	2010
População (em milhões de habitantes)	38,1	38,1	38,1	38,2	38,2
Densidade demográfica (hab/Km ²)	122,2	122,2	122,2	122,5	122,5
PIB a preços correntes (US\$ bilhões)	341,6	425,1	529,4	430,5	469,2
Crescimento real do PIB (%)	6,2	6,8	5,1	1,6	3,8
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	1,0	2,5	4,2	3,5	2,6
Reservas internacionais (US\$ bilhões)	48,5	65,7	62,2	79,6	93,5
Dívida externa total (US\$ bilhões) ⁽¹⁾	139,0	195,4	218,0	243,5	272,2
Câmbio (Zl / US\$)	3,10	2,77	2,41	3,12	3,02

Elaborado pelo MRE/DEPRD/C - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados da The Economist Intelligence Unit, Country Report September 2011.

(1) 2009 e 2010 - estimativas EIU.

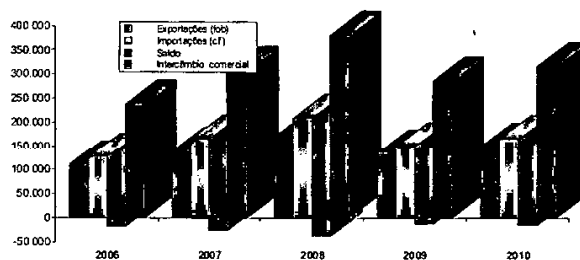
COMÉRCIO EXTERIOR ⁽¹⁾ (US\$ milhões)	2006	2007	2008	2009	2010	2011 ⁽²⁾
Exportações (fob)	110.921	140.638	171.366	136.786	150.738	58.967
Importações (cif)	127.261	166.299	209.551	149.872	166.495	64.308
Saldo	-16.340	-25.661	-38.185	-13.086	-15.757	-5.341
Intercâmbio comercial	238.182	306.937	380.917	286.658	317.233	123.275

Elaborado pelo MRE/DEPRD/C - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados da FMI, Direction of Trade Statistics, September 2011.

(1) Os dados não coincidem, necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes modalidades de venda (fob e cif) e das distintas metodologias de cálculo.

(2) janeiro-abril

(2) Última posição disponível em 10/03/2011.



DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total	2011 ⁽¹⁾⁽²⁾	% no total
EXPORTAÇÕES (fob)								
Alemanha	42.824	25,0%	35.711	26,1%	40.473	26,9%	15.913	27,0%
França	10.617	6,2%	9.494	6,9%	10.645	7,1%	4.052	6,9%
Reino Unido	9.837	5,7%	8.791	6,4%	9.650	6,4%	3.975	6,7%
Itália	10.263	6,0%	9.344	6,8%	9.543	6,3%	3.555	6,0%
República Tcheca	9.731	5,7%	8.013	5,9%	9.285	6,2%	3.774	6,4%
Países Baixos	5.875	4,0%	5.747	4,2%	6.481	4,3%	2.625	4,5%
Rússia	8.925	5,2%	5.027	3,7%	6.222	4,1%	2.311	3,9%
Suécia	5.425	3,2%	3.663	2,7%	4.444	2,9%	1.763	3,0%
Hungria	4.767	2,8%	3.709	2,7%	4.330	2,8%	1.417	2,4%
República Eslovaca	4.154	2,4%	3.136	2,3%	4.187	2,8%	1.413	2,4%
Espanha	4.325	2,5%	3.595	2,6%	4.160	2,8%	1.613	2,7%
Ucrânia	6.436	3,8%	3.443	2,5%	3.850	2,6%	1.272	2,2%
Brasil	463	0,3%	201	0,1%	350	0,2%	79	0,1%
Subtotal	124.643	72,7%	99.874	73,0%	113.620	75,4%	43.764	74,2%
Demais Países	46.723	27,3%	36.912	27,0%	37.118	24,5%	15.203	25,8%
Total Geral	171.366	100,0%	136.786	100,0%	150.738	100,0%	58.967	100,0%

Elaborado pelo MIDEPRONIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do IIA, Dirección de Trade Statistics, September 2010.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

(1) Janeiro 2011

(2) Última posição disponível em 16/03/2011.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total	2011 ⁽¹⁾⁽²⁾	% no total
IMPORTAÇÕES (cif)								
Alemanha	59.879	28,6%	42.040	28,1%	48.409	29,1%	18.435	28,7%
Rússia	20.239	9,7%	12.593	8,5%	14.016	8,8%	5.030	9,4%
Países Baixos	11.613	5,5%	8.495	5,7%	9.939	6,0%	3.762	5,8%
Itália	13.203	6,3%	9.879	6,6%	9.637	5,8%	3.509	5,5%
China	9.192	4,4%	7.756	5,2%	8.294	5,6%	3.295	5,1%
França	10.018	4,8%	6.934	4,6%	7.512	4,5%	2.962	4,6%
República Tcheca	8.505	4,1%	6.044	4,0%	7.045	4,2%	2.706	4,2%
Bélgica	6.620	3,2%	5.047	3,4%	5.817	3,5%	2.170	3,4%
Reino Unido	5.843	2,8%	4.704	3,1%	5.122	3,1%	1.983	3,1%
República Eslovaca	4.286	2,0%	3.694	2,5%	4.289	2,6%	1.588	2,5%
Suécia	5.008	2,4%	3.282	2,2%	3.844	2,3%	1.562	2,4%
Áustria	4.602	2,2%	3.413	2,3%	3.707	2,2%	1.487	2,3%
República da Coreia	4.085	1,9%	3.660	2,4%	3.478	2,1%	1.011	1,6%
Brasil	427	0,2%	375	0,2%	440	0,3%	143	0,2%
Subtotal	163.522	78,0%	118.015	78,7%	133.150	80,0%	50.643	78,8%
Demais Países	46.029	22,0%	31.857	21,3%	33.345	20,0%	13.665	21,2%
Total Geral	209.551	100,0%	149.872	100,0%	166.495	100,0%	64.308	100,0%

Elaborado pelo MIDEPRONIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do IIA, Dirección de Trade Statistics, September 2010.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

(1) Janeiro 2011

(2) Última posição disponível em 16/03/2011.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2 0 1 0 ⁽¹⁾	
	Valor	Part. %
EXPORTAÇÕES (US\$ milhões, fob)		
Veículos automotores, tratores, suas partes e acessórios	20.923	13,4%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	20.536	13,2%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	20.211	13,0%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	8.306	5,3%
Plásticos e suas obras	6.539	4,2%
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	6.017	3,9%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	5.051	3,2%
Cobre e suas obras	4.384	2,8%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose	4.025	2,6%
Borracha e suas obras	3.635	2,3%
Ferro fundido, ferro e aço	3.661	2,3%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	3.264	2,1%
Embarcações e estruturas flutuante	3.019	1,9%
Carnes e miudezas comestíveis	2.760	1,8%
Óleos essenciais e resinóides, produtos de perfumaria	2.406	1,5%
Produtos farmacêuticos	2.164	1,4%
Alumínio e suas obras	1.866	1,2%
Vestuários e seus acessórios, de malha	1.766	1,1%
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural	1.718	1,1%
Subtotal	122.277	78,4%
Demais Produtos	33.731	21,6%
Total Geral	156.008	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPD/C - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados da UNCTAD/ITC/TradeMap.

Divergências nas estatísticas são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

(1) Última posição disponível em 16/02/2011.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2 0 1 0 ⁽¹⁾	
	Valor	Part. %
IMPORTAÇÕES (US\$ milhões, cif)		
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	21.724	12,5%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	20.401	11,7%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	18.977	10,9%
Veículos automotores, tratores, suas partes e acessórios	14.268	8,2%
Plásticos e suas obras	9.791	5,6%
Ferro fundido, ferro e aço	6.440	3,7%
Produtos farmacêuticos	5.632	3,2%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	5.380	3,1%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	4.146	2,4%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	4.047	2,3%
Borracha e suas obras	2.951	1,7%
Produtos químicos orgânicos	2.936	1,7%
Embarcações e estruturas flutuantes	2.843	1,6%
Alumínio e suas obras	2.810	1,6%
Produtos diversos das indústrias químicas	2.515	1,4%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	1.823	1,0%
Vestuário e seus acessórios, de malha		0,0%
Subtotal	126.684	72,8%
Demais Produtos	47.251	27,2%
Total Geral	173.935	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPD/C - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados da UNCTAD/ITC/TradeMap.

Divergências nas estatísticas são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

(1) Última posição disponível em 16/02/2011.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - POLÔNIA ⁽¹⁾	2006	2007	2008	2009	2010
(US\$ mil, fob)					
Exportações (fob)	299.851	271.691	329.612	303.303	391.575
Variação em relação ao ano anterior	9,9%	-9,4%	21,3%	-8,0%	29,1%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a União Europeia	1,0%	0,7%	0,7%	0,9%	0,9%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%
Importações (fob)	212.050	267.843	530.077	271.942	445.296
Variação em relação ao ano anterior	58,1%	26,3%	97,9%	-48,7%	63,7%
Part. (%) no total das importações brasileiras da União Europeia	1,0%	1,0%	1,5%	0,9%	1,1%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,2%	0,2%	0,3%	0,2%	0,2%
Intercâmbio Comercial	511.901	539.534	859.689	575.245	836.871
Variação em relação ao ano anterior	25,8%	5,4%	59,3%	-33,1%	45,5%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com a União Europeia	1,0%	0,8%	1,0%	0,9%	1,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%
Saldo Comercial	87.801	3.848	-200.465	31.361	-53.721

Elaborado pelo MRE/DPREX - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MERCOSUL/Aknoweb.

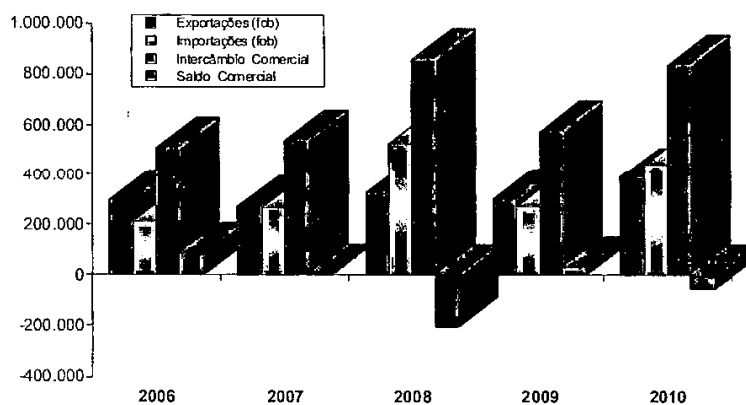
(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações polonesas e vice-versa podem se explicar pelo uso de bases distintas e também por diferenças metodológicas de apuração.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - POLÔNIA ⁽¹⁾	2010	2011
(US\$ mil, fob)	(jan-ago)	(jan-ago)
Exportações	236.011	363.610
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	60,8%	54,1%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a União Europeia	0,9%	1,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,2%	0,2%
Importações	286.618	291.760
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	80,9%	1,8%
Part. (%) no total das importações brasileiras da União Europeia	1,2%	1,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,3%	0,2%
Intercâmbio Comercial	522.629	655.370
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	71,3%	25,4%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-União Europeia	1,0%	1,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,2%	0,2%
Balança Comercial	-50.607	71.850

Elaborado pelo MRE/DPREX - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MERCOSUL/Aknoweb.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-POLÔNIA **2006 - 2010**

(US\$ mil)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aicweb.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - POLÔNIA		2008		2009		2010	
(US\$ mil - fob)			% no total		% no total		% no total
EXPORTAÇÕES* (por principais grupos de produtos e principais produtos)							
Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	574	0,2%	118.692	39,1%	121.126	30,9%	
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	67.566	20,5%	57.889	19,1%	79.836	20,4%	
Veículos automotores, tratores, ciclos	84.619	25,7%	36.160	11,8%	47.585	12,2%	
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares	459	0,1%	5.624	1,9%	24.026	6,1%	
Caldelas, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	20.959	6,4%	6.495	2,1%	21.768	5,6%	
Pele, exceto a pele (pele com pelo), e couros	16.070	4,9%	13.252	4,4%	13.444	3,4%	
Café, chá, mate e especiarias	11.868	3,6%	11.751	3,8%	12.454	3,2%	
Produtos químicos inorgânicos isótopos	2.820	0,9%	6.121	2,0%	10.195	2,6%	
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	17.415	5,3%	7.943	2,6%	9.912	2,5%	
Preparações alimentícias diversas	6.810	2,1%	5.338	1,8%	5.282	1,3%	
Óleos essenciais e resinosos; produtos de perfumaria ou de toucador	3.667	1,1%	1.351	0,4%	5.126	1,3%	
Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes	3.621	1,1%	3.858	1,3%	4.988	1,3%	
Plásticos e suas obras	4.693	1,4%	4.132	1,4%	3.245	0,8%	
Frutas; cascas de cítricos e de melões	1.159	0,4%	1.744	0,6%	3.139	0,8%	
Ferro fundido, ferro e aço	868	0,3%	546	0,2%	3.138	0,8%	
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica	5.699	1,7%	3.453	1,1%	2.921	0,7%	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	3.134	1,0%	3.345	1,1%	2.070	0,7%	
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia	1.942	0,6%	1.224	0,4%	2.472	0,6%	
Sementes e frutos oleaginosos; grãos	447	0,1%	1.546	0,5%	2.438	0,6%	
Borracha e suas obras	3.655	1,1%	1.880	0,6%	2.262	0,6%	
Subtotal	260.104	78,9%	292.356	96,4%	378.234	96,6%	
Demais Produtos	69.508	21,1%	10.947	3,6%	13.341	3,4%	
TOTAL GERAL	329.612	100,0%	303.303	100,0%	391.575	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aicweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - POLÔNIA		2 0 0 8	%	2 0 0 9	%	2 0 1 0	%
(US\$ mil - fob)		no total		no total		no total	
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)							
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	130.947	24,7%	68.481	25,2%	88.749	19,9%	
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	12.473	2,4%	16.242	6,0%	80.501	18,1%	
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	54.803	10,3%	48.669	17,9%	63.479	14,3%	
Adubos ou fertilizantes	175.573	33,1%	20.156	7,4%	50.030	11,2%	
Veículos automotivos, tratores, ciclos	17.878	3,4%	47.408	17,4%	34.816	7,8%	
Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões	14.244	2,7%	12.433	4,6%	18.253	4,1%	
Borracha e suas obras	13.285	2,5%	9.952	3,7%	18.162	4,1%	
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	11.821	2,2%	1.888	0,7%	15.583	3,5%	
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia	19.356	3,7%	7.936	2,9%	10.656	2,4%	
Produtos químicos orgânicos	12.081	2,3%	3.336	1,4%	9.455	2,1%	
Produtos químicos inorgânicos isótopos	17.816	3,4%	9.654	3,6%	6.784	1,5%	
Plásticos e suas obras	4.225	0,8%	3.281	1,2%	6.447	1,4%	
Produtos farmacêuticos	119	0,0%	570	0,2%	5.797	1,3%	
Subtotal	484.621	91,4%	250.608	92,2%	408.713	91,8%	
Demais Produtos	45.456	8,6%	21.334	7,8%	36.583	8,2%	
TOTAL GERAL	530.077	100,0%	271.942	100,0%	445.296	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DFR/CIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - POLÔNIA		2 0 1 0	%	2 0 1 1	%
(US\$ mil - fob)		(jan-ago)	no total	(jan-ago)	no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)					
Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	60.009	25,4%	106.713	29,3%	
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	66.614	28,2%	69.384	19,1%	
Veículos automotivos, tratores, ciclos	29.741	12,6%	33.453	9,2%	
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares	2.896	1,2%	29.361	8,1%	
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	14.570	6,2%	25.519	7,0%	
Café, chá, mate e especiarias	6.813	2,9%	15.488	4,3%	
Açúcares e produtos de confeitaria	589	0,2%	13.513	3,7%	
Produtos químicos inorgânicos isótopos	5.595	2,4%	13.142	3,6%	
Pele, exceto a peleteria (peles com pêlo*), e couros	9.419	4,0%	8.809	2,4%	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1.595	0,7%	8.153	2,2%	
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	7.244	3,1%	6.356	1,7%	
Subtotal	205.084	86,9%	329.892	90,7%	
Demais Produtos	30.927	13,1%	33.718	9,3%	
TOTAL GERAL	236.011	100,0%	363.610	100,0%	
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)					
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	43.101	15,0%	61.290	21,0%	
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	40.903	14,3%	49.026	16,8%	
Veículos automotivos, tratores, ciclos	22.637	7,9%	35.643	12,2%	
Adubos ou fertilizantes	30.695	10,7%	24.201	8,3%	
Borracha e suas obras	11.743	4,1%	15.580	5,3%	
Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões	12.068	4,2%	15.038	5,2%	
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	74.917	26,1%	14.111	4,8%	
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	7.560	2,6%	10.899	3,7%	
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia	6.714	2,3%	9.304	3,2%	
Plásticos e suas obras	3.525	1,2%	7.511	2,6%	
Produtos químicos inorgânicos isótopos	3.577	1,2%	7.290	2,5%	
Subtotal	214.339	74,8%	249.893	68,7%	
Demais Produtos	72.279	25,2%	41.867	11,3%	
TOTAL GERAL	286.618	100,0%	291.760	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DFR/CIC - Divisão de Informação Comercial, com base nas informações do MDIC/SECEX/Aliceweb
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em janeiro/2010.

Aviso nº 75 - C. Civil.

Em 14 de fevereiro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JORGE GERALDO KADRI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Polônia.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, de 17/02/2012.

6

RELATÓRIO

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 17, de 2012 (Mensagem nº 40, de 14/02/2012, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas, e, cumulativamente, junto à República de Palau, à República das Ilhas Marshall e aos Estados Federados da Micronésia.*

RELATOR: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Mensagem nº 17, de 2012, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas e, cumulativamente, junto à República de Palau, à República das Ilhas Marshall e aos Estados Federados da Micronésia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, item IV).

Atendendo a preceito regimental, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o **currículum vitae** do interessado.

Segundo o referido documento, o Sr. George Ney de Souza

Fernandes, filho de Ney Francisco Queiroz Fernandes e Stella de Souza Fernandes, nasceu em Niterói/RJ, em 28 de junho de 1950.

Nomeado Terceiro Secretário em 1978, foi promovido a Segundo Secretário, em 1980; a Primeiro Secretário, em 1988; a Conselheiro, em 1996; e a Ministro de Segunda Classe, em 2001, todos por merecimento. Ingressou no Quadro Especial em 2010.

No âmbito da Secretaria de Estado, bem como em outros órgãos governamentais, exerceu funções como Subchefe Adjunto da Secretaria de Assessoramento de Defesa Nacional, de 1988 a 1990, e Chefe da Divisão de Pessoal do Ministério das Relações Exteriores, de 2000 a 2002.

Em representações diplomáticas do Brasil no Exterior, serviu nas Embaixadas na Guatemala, de 1979 a 1982; em Montevidéu, de 1982 a 1985; em Bucareste, de 1986 a 1988; no Vaticano, de 1991 a 1994, e novamente, de 2006 a 2009, já como Ministro-Conselheiro; na Embaixada em Santiago, de 1994 a 1998; em Havana, de 1998 a 2000; em Harare, onde foi Encarregado de Negócios, em 2002, e mais tarde Embaixador, de 2003 a 2006, e na Embaixada em Trípoli, de 2009 a 2011.

Em 2000, concluiu o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, com a tese: “Cuba: Mudança na Continuidade (oportunidades para o Brasil)”. É bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense (1973) e em Letras pela mesma universidade (1976). Obteve o mestrado em Literatura Hispano-Americana na Universidade do Chile, em 1997.

Consta, do processado, informação anexada pelo Itamaraty sobre a República das Filipinas, República de Palau, República das Ilhas Marshall e Estados Federados da Micronésia.

As relações diplomáticas entre o Brasil e a República das Filipinas datam da independência daquele país, em 4 de julho de 1946. Os dois países compartilham traços comuns, como o grande contingente populacional (a República das Filipinas é o segundo país mais populoso do Sudeste asiático, depois da Indonésia). O documento enviado pelo Itamaraty dá conta também de que as atuais políticas de inclusão social brasileiras serviram de modelo a iniciativas semelhantes nas Filipinas. As Filipinas apoiaram o processo de aproximação entre o Brasil e a Associação de Nações do Sudeste Asiático - ASEAN. O Brasil firmou, no contexto da XIX Cúpula da ASEAN, em novembro de 2011, em Bali, declaração de adesão

ao Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático – TAC, o que poderá contribuir para a retomada do processo de aproximação entre a ASEAN e o MERCOSUL, que se encontra paralisado desde 2009.

A agenda bilateral mostra oportunidades para projetos de cooperação, sobretudo, no campo da agricultura, das energias renováveis, programas sociais, mineração e aeronáutica. Há possibilidades de cooperação também nos campos da produção de cana-de-açúcar e etanol. Ademais, a VALE mantém escritório em Manila. Do ponto de vista filipino, há interesse em avançar no campo da cooperação judicial, em razão de haver, no momento, 41 cidadãos filipinos presos no Brasil, por narcotráfico.

No que diz respeito à ASEAN, o Brasil mantém relações diplomáticas com todos os dez membros do agrupamento. Em 2010, o comércio do Brasil com o conjunto da ASEAN foi de US\$ 13,4 bilhões, 3,5% do nosso intercâmbio global. O Brasil estimula a retomada dos entendimentos MERCOSUL-ASEAN.

No que se refere aos temas consulares, estima-se em cerca de 300 pessoas a comunidade brasileira nas filipinas.

O comércio bilateral apresentou trajetória de crescimento até 2008, decrescendo como consequência da crise internacional até 2011. Neste ano o intercâmbio apresentou tendência de crescimento, tendo chegado a US\$ 701,2 milhões até outubro, valor muito próximo a todo o comércio bilateral de 2010. O Brasil exporta para as Filipinas sobretudo minérios, escórias e cinzas, carnes, cereais e fumo. Importa daquele país máquinas, aparelhos e materiais elétricos, máquinas e instrumentos de óptica e fotografia. As Filipinas manifestaram apoio à aspiração brasileira de ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

No que diz respeito à República de Palau, o Brasil mantém relações diplomáticas com aquele país desde 2005. Porém, ainda não foram assinados atos bilaterais entre os dois países, apesar de terem sido identificadas possibilidades de cooperação técnica nos setores de açúcar, café, cacau, futebol, carne bovina, HIV/AIDS, meio ambiente e aquicultura. O comércio exterior entre o Brasil e Palau é ainda incipiente, tendo alcançado, em 2004, o seu maior valor, da ordem de US\$ 148 mil.

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com as Ilhas Marshall em 2010, como parte do esforço brasileiro de valorizar e aprofundar as

relações com os países do Pacífico Sul. As Ilhas Marshall têm interesse em receber investimentos externos para desenvolver o setor de turismo. O seu intercâmbio comercial com o Brasil é insignificante, tendo atingido apenas US\$ 3,9 milhões até agosto de 2011.

Também em 2010, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com os Estados Federados da Micronésia. O seu comércio com o Brasil é ainda incipiente, da ordem de US\$ 100 mil anuais. As exportações brasileiras para aquele país concentram-se em painéis de instrumentos de veículos automotores e as importações em preparações de carne bovina e livros.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

(*) MENSAGEM

Nº 17, DE 2012

(nº 40/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas e, cumulativamente, junto à República de Palau, à República das Ilhas Marshall e aos Estados Federados da Micronésia.

Os méritos do Senhor George Ney de Souza Fernandes que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de fevereiro de 2012.

Assinatura manuscrita em tinta preta, provavelmente do Presidente do Senado Federal, com uma assinatura fluida e estilizada.

(*) Avulso republicado em 17/02/2012 para correção de texto.

EM No 00011 MRE

Brasília, 11 de janeiro de 2012.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas e, cumulativamente, junto à República de Palau, à República das Ilhas Marshall e aos Estados Federados da Micronésia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 011/DP/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 11 de janeiro de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas e, cumulativamente, junto à República de Palau, à República das Ilhas Marshall e aos Estados Federados da Micronésia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES*

CPF.: 284.114.717-72

ID.: 7539 MRE

1950 Filho de Ney Francisco Queiroz Fernandes e Stella de Souza Fernandes, nasce em 28 de junho, em Niterói/RJ

Dados Acadêmicos:

1973 Direito pela Universidade Federal Fluminense/RJ
 1976 Letras pela Universidade Federal Fluminense/RJ
 1982 CAD - IRBr
 1997 Mestrado em Literatura Hispano-Americana, Universidade do Chile, Santiago
 2000 CAE - IRBr, Cuba: Mudança na Continuidade (oportunidades para o Brasil)

Cargos:

1978 Terceiro-Secretário 1º de dezembro
 1980 Segundo-Secretário em 1º de dezembro
 1988 Primeiro-Secretário, por merecimento, em 16 de dezembro
 1996 Conselheiro, por merecimento, em 19 de dezembro
 2001 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 29 de dezembro
 2010 Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial, em 28 de junho

Funções:

1978-1979 Divisão de Transportes e Comunicações, assistente
 1979-1982 Embaixada na Guatemala, Terceiro e Segundo-Secretário
 1982-1985 Embaixada em Montevidéu, Segundo-Secretário
 1986-1988 Embaixada em Bucareste, Segundo-Secretário
 1988-1990 Presidência da República, I Subchefia da Secretaria de Assessoramento de Defesa Nacional, Adjunto
 1989 Reunião da Junta de Governadores da AIEA, Viena, Governador Alternativo, Chefe de delegação
 1990-1991 Secretaria de Modernização e Informática, assessor
 1991-1994 Embaixada no Vaticano, Primeiro-Secretário
 1994-1998 Embaixada em Santiago, Primeiro-Secretário e Conselheiro
 1998-2000 Embaixada em Havana, Conselheiro
 2000-2002 Divisão do Pessoal, Chefe
 2002 Embaixada em Harare, Encarregado de Negócios em missão transitória
 2002-2003 Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, assessor
 2003-2006 Embaixada em Harare, Embaixador
 2006-2009 Embaixada no Vaticano, Ministro-Conselheiro
 2009-2011 Embaixada em Trípoli, Embaixador

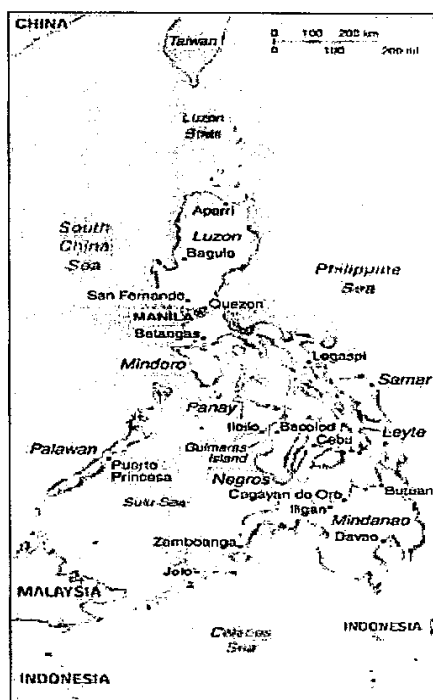
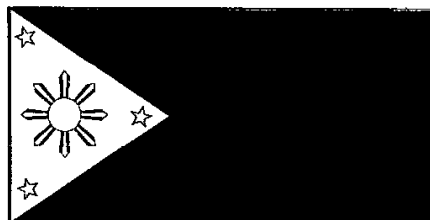
Condecorações:

1989 Medalha do Pacificador, Brasil
 1997 Ordem Bernardo O'Higgins, Chile, Oficial


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
 Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL POLÍTICA II
DEPARTAMENTO DA ÁSIA DO LESTE
DIVISÃO DA ASEAN E TIMOR-LESTE

REPÚBLICA DAS FILIPINAS



OSTENSIVO
Informação ao Senado Federal
Janeiro de 2012

INDICE	
DADOS BASICOS	3
INTERCAMBIO BILATERAL COMPARADO	3
PERFIS BIOGRAFICOS	4
RELACOES BILATERAIS	6
COMERCIO BILATERAL E INVESTIMENTOS	8
POLITICA INTERNA	12
POLITICA EXTERNA	15
ECONOMIA	18
ANEXOS	22
DADOS ECONOMICOS E COMERCIAIS	24

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República das Filipinas
CAPITAL	Manila
ÁREA	300 mil km ² (pouco menor do que o Maranhão)
POPULAÇÃO	95 milhões de habitantes
IDIOMAS	Filipino (<i>tagalog</i>), inglês e línguas locais
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Catolicismo (81%), islamismo (5%)
SISTEMA POLÍTICO	República presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Benigno Simeon Cojuangco Aquino III (desde 30 de junho de 2010)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Albert del Rosario (desde 28 de fevereiro de 2011)
CRESCIMENTO DO PIB	7,6% (2010); 4,7% (est. 2011); 4,9% (est. 2012) (FMI)
PIB (2010)	US\$ 199 bilhões
PIB PPP (2010)	US\$ 368 bilhões
PIB per capita (2010)	US\$ 2.123
PIB PPP per capita (2010)	US\$ 3.920
UNIDADE MONETÁRIA	Peso filipino
EXPORTAÇÕES (2010)	US\$ 57,8 bilhões
IMPORTAÇÕES (2010)	US\$ 76,0 bilhões
EMBAIXADOR DO BRASIL	Alcides Gastão Rostand Prates
EMBAIXADORA EM BRASÍLIA	Eva G. Betita

INTERCÂMBIO BILATERAL COMPARADO

COMÉRCIO BILATERAL (US\$ mil) - Fonte: MDIC

BRASIL - FILIPINAS	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2010 (jan-out)	2011 (jan-out)
Intercâmbio	312.977	358.997	452.391	527.603	615.651	730.432	1.081.840	614.917	779.397	646.671	701.184
Exportações (fob)	126.755	117.535	243.388	244.377	272.585	394.453	584.495	320.515	449.379	408.527	445.180
Importações (fob)	186.222	241.462	209.003	283.226	343.066	335.979	497.345	294.402	330.018	238.144	256.004
Saldo	-59.467	-123.927	34.385	-38.849	-70.481	58.474	87.150	26.113	119.361	170.383	189.176

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

PERFIS BIOGRÁFICOS**BENIGNO SIMEON COJUANGCO AQUINO III**
Presidente da República das Filipinas

Filho de Benigno Aquino Jr. e de Corazon Cojuangco Aquino (ex-Presidenta das Filipinas), nasceu, em 8 de fevereiro de 1960, em Manila. Formou-se, em 1981, em Economia pela Universidade "Ateneo de Manila".

Foi eleito deputado em 1998 e reeleito em 2001 e em 2004 (a Constituição filipina permite até três mandatos consecutivos). Em 2007, foi eleito Senador para mandato de seis anos.

Em 9 de junho de 2010, venceu as eleições para a Presidência da República.

Seu pai, crítico do regime de Ferdinand Marcos (que governou o país entre 1965 e 1986), foi morto no aeroporto de Manila ao retornar de seu exílio nos Estados Unidos. Sua mãe, Corazon Aquino, falecida em agosto de 2009, assumiu a Presidência das Filipinas após a queda de Ferdinand Marcos.

ALBERT DEL ROSARIO
Ministro dos Negócios Estrangeiros



Nasceu em Manila, em 14 de novembro de 1939, e formou-se em Economia pela Universidade de Nova York.

Oriundo do setor privado, dirigiu empresas nas áreas de telecomunicações; publicidade; finanças; infraestrutura; alimentos; seguros; educação; saúde; e cultura.

Foi Embaixador das Filipinas em Washington, entre 2001 e 2006, período no qual seu país obteve financiamento dos EUA para atividades de combate ao terrorismo e apoio ao desenvolvimento da região de Mindanao (foco de movimentos separatistas).

Visitou Brasília nos dias 22 e 23 de setembro de 2011, antes da Reunião Ministerial do Fórum de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (FOCALAL), e manteve encontros com o Chanceler Antonio Patriota e com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa do Senado Federal, Senador Fernando Collor de Mello.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil reconheceu a República das Filipinas no dia de sua independência dos EUA, em 4 de julho de 1946. A Embaixada brasileira em Manila foi aberta em 1970. As Filipinas, por seu turno, abriram sua Embaixada no Brasil em 1965, após período de cumulatividade com a Embaixada em Washington.

Os dois países compartilham traços comuns, como o grande contingente populacional (com 95 milhões de habitantes, é o segundo país mais populoso do Sudeste asiático, depois da Indonésia); herança ibérica (as Filipinas foram colônia espanhola); ênfase ao multilateralismo; e megadiversidade. Há também paralelismo entre os respectivos processos de redemocratização e de mudanças estruturais no campo econômico, a partir dos anos 80. As atuais políticas de inclusão social brasileiras serviram de modelo a iniciativas semelhantes nas Filipinas.

Durante recente visita ao Brasil, em agosto passado, o Chanceler reiterou o apoio filipino à candidatura brasileira a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

As Filipinas apoiaram a aproximação entre o Brasil e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Vale recordar, a propósito, que o Chanceler Antonio Patriota participou da XIX Cúpula da ASEAN, em novembro de 2011, em Báli, ocasião em que firmou declaração de adesão ao Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático (TAC). Isso poderá contribuir para a retomada do processo de aproximação MERCOSUL-ASEAN (coordenado, em 2011, pelas Filipinas, do lado asiático), que se encontra paralisado desde 2009. As Filipinas defendem, também, que o Brasil assumira o status de “Parceiro de Diálogo” da ASEAN, o que implicaria um nível de interlocução mais alto com o grupo.

Durante sua visita ao Brasil, em agosto de 2011, o Chanceler Albert Del Rosario foi recebido, no Congresso Nacional, pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, Senador Fernando Collor de Mello. No encontro mantido com o Chanceler Antonio Patriota, foram firmados os seguintes atos bilaterais: Declaração Conjunta sobre Cooperação no Enfrentamento ao Problema Mundial das Drogas e Crimes Conexos; Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica; e Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica na Área de Reforma Agrária.

A primeira visita em nível de Chefe de Estado entre os dois países ocorreu em 2009, com vinda da então Presidenta Gloria Arroyo ao Brasil.

Ao amparo do Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Bilaterais, assinado em 2006, realizou-se a primeira reunião em Manila, em setembro de 2010. A segunda reunião deverá se realizar em Brasília, em 2012.

A agenda bilateral revela oportunidades, sobretudo, nos campos de agricultura; energias renováveis; programas sociais; mineração; e aeronáutica. Segundo a EMBRAPA, há intenção de designar um pesquisador para atuar junto ao “*International Rice Research Institute*” (IRRI), organismo multilateral de pesquisas sobre a cultura do arroz, sediado nas Filipinas. Em julho de 2011, comitiva do Arranjo Produtivo Local do Alcool (APLA) e da APEX manteve encontros com representantes de organizações empresariais e governamentais filipinas ligadas à produção de cana-de-açúcar e de etanol. Há interesse filipino em estreitar o diálogo no campo de políticas sociais e a VALE mantém escritório em Manila. Ademais, a intensificação da troca de missões empresariais poderá ajudar a concluir negociações em curso e abrir novas oportunidades de negócios. Do ponto de vista filipino, há especial interesse em avançar na cooperação judicial, em razão de haver, no momento, 41 cidadãos filipinos presos no Brasil.

Brasil-ASEAN

Atendendo a convite dos Chanceleres da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), o Chanceler Antonio Patriota participou da XIX Cúpula da ASEAN, em novembro corrente, em Báli. Na ocasião, além de participar de almoço com os Chanceleres da ASEAN, manteve encontros bilaterais com os Chanceleres da Indonésia, Marty Natalegawa, e da Malásia, Anifah Aman; com o Secretário-Geral da ASEAN, Surin Pitsuwan; e com os Ministros indonésios da Agricultura, Suswono, e do Comércio, Gita Wirjawan. Durante a visita, foi assinada “Declaração sobre Adesão ao Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático pela República Federativa do Brasil”.

O Brasil mantém relações diplomáticas com todos os dez membros da Associação e tem Embaixadores residentes em sete deles. Em 2010, o comércio do Brasil com o conjunto da ASEAN foi de US\$ 13,4 bilhões (3,5% do nosso intercâmbio global). A relação com a ASEAN apresenta grande potencial em setores importantes da agenda bilateral com as Filipinas, como investimentos, energias renováveis, ciência e tecnologia, políticas de combate à pobreza, além do campo comercial. Há, portanto, uma sinergia entre a iniciativa no âmbito bilateral e aquelas no plano da ASEAN.

MERCOSUL-ASEAN

No âmbito da ASEAN, as Filipinas foram responsáveis, em 2011, pelo processo de aproximação com o MERCOSUL (em 2012, esse papel caberá a Cingapura). Esse processo, paralelo e complementar à aproximação Brasil-ASEAN, teve início com a I Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN, em novembro de 2008, em Brasília. Posteriormente, o Brasil preparou minuta de Plano de Ação e Mapa do Caminho que serviu de base para o “Cho-Chairs Statement”, aprovado em Reunião Ministerial com a ASEAN, realizada à margem da 64ª AGNU. O Brasil estimula a retomada dos entendimentos MERCOSUL-ASEAN, que se encontram paralisados desde a reunião de setembro de 2009, à margem da AGNU.

Temas consulares

Comunidade brasileira nas Filipinas

Estimada em cerca de 300 pessoas, é composta por grande número de religiosos, homens e mulheres, católicos e de outras denominações cristãs, alguns executivos, algumas brasileiras casadas com executivos e diplomatas de outras nacionalidades, e filhos de mães filipinas e pais brasileiros residentes no Japão.

O atendimento consular é feito pelo Setor Consular da Embaixada do Brasil em Manila.

Detentos filipinos no Brasil

Há, atualmente, 41 nacionais filipinos presos no Brasil, por narcotráfico, o que motiva interesse filipino em negociar instrumento com foco nessa área.

COMÉRCIO BILATERAL E INVESTIMENTOS

Comércio bilateral

O comércio bilateral apresentou trajetória de crescimento até 2008. A corrente passou de US\$ 358,9 milhões, em 2003, para US\$ 1,1 bilhão, em 2008 (aumento de 245,3%). Em 2009, como consequência da crise internacional, o intercâmbio bilateral sofreu forte impacto e decresceu 43,2%, totalizando US\$ 615 milhões. A queda foi maior do que no total do comércio exterior brasileiro (24,3%). Apesar da inflexão em 2010, o comércio foi ainda inferior ao de 2008 (US\$ 779,4 milhões e US\$ 1,1 bilhão, respectivamente).

De janeiro a outubro de 2011, o intercâmbio entre Brasil e Filipinas chegou a US\$ 701,2 milhões, valor muito próximo ao comércio bilateral durante todo o ano de 2010, de US\$ 779,4 milhões e bastante superior a valor referente a 2009, de US\$ 614,9 milhões. As exportações brasileiras para as Filipinas, nos dez primeiros meses de 2011, foram de US\$ 445,2 milhões, e as importações, de US\$ 256 milhões, com saldo favorável ao Brasil de US\$189 milhões.

Os cinco principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, em 2010, foram: minérios, escórias e cinzas (referente a 46,2% do total exportado); carnes e miudezas comestíveis (10,1%); cereais (7,9%); fumo e seus sucedâneos manufaturados (6,9%); e produtos químicos orgânicos (4,7%), totalizando 75,8% das exportações brasileiras para as Filipinas.

Entre as importações brasileiras, destacaram-se máquinas, aparelhos e materiais elétricos (58,6%); caldeiras, máquinas e instrumentos mecânicos (27,6%); instrumentos e aparelhos de óptica e fotografia (4,8%); borracha e suas obras (1,7%); e gomas, resinas e outros sucos e extratos vegetais (1,1%), somando 93,6% das importações brasileiras.

Por ocasião da visita presidencial de 2009 ao Brasil, foi assinado o Memorando de Entendimento entre a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a “*Philippine Chamber of Commerce and Industry*” (PCCI): Em outubro de 2010, delegação da CNI e da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) visitou Manila. Entre as oportunidades de negócios identificadas, destacam-se plantio de florestas para utilização de madeira e construção de casas para o programa de habitações populares das Filipinas.

Durante visita a Brasília, em agosto de 2011, o Chanceler filipino sugeriu a troca de missões empresariais dos dois países, o que poderia ocorrer durante a próxima reunião de Consultas Bilaterais, prevista para 2012, no Brasil. Propôs, ademais, que as Filipinas sejam utilizadas como plataforma de exportação e de distribuição de etanol na região.

Etanol

As Filipinas já misturam etanol à gasolina, mas sua produção doméstica é insuficiente para atender à demanda. Existe a preocupação de que a produção do insumo no país reduza a oferta de alimentos. Brasil, Tailândia e Vietnã são, tradicionalmente, os principais fornecedores externos de etanol para as Filipinas.

No âmbito da visita ao Brasil da então Presidente Macapagal-Arroyo, em 2009, foi assinado Memorando de Entendimento em Bioenergia, incluindo Biocombustíveis. Por meio desse instrumento, as Partes comprometeram-se a “facilitar a cooperação técnica no campo de bioenergia, incluindo a produção e uso de biocombustíveis, particularmente etanol, e promover a expansão do comércio e do investimento bilateral no setor de biocombustíveis”. Prevê ações comuns com vistas a “assegurar que os biocombustíveis se tornem uma commodity energética”.

Na mesma ocasião foi assinado Memorando de Entendimento entre a EMBRAPA e a “*Philippine Agricultural Development and Commercial Corporation*” (PADCC). Entidade governamental vinculada ao Departamento de Agricultura, a PACC tem manifestado interesse em conhecer a experiência brasileira na produção de biocombustíveis e em desenvolver cooperação nesse setor, com vistas a obter investimentos e transferência de tecnologia. Os pontos ressaltados pelos filipinos são cooperação nas estimativas de colheita, obtenção de cepas de alta produtividade, micro-destilarias, práticas de mecanização de fazendas e produção de biocombustível.

Em julho de 2011, realizou-se missão conjunta a Manila do Arranjo Produtivo Local do Alcool (APLA) e da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex). A visita teve como objetivos prospectar o mercado, a fim de verificar a existência e o estágio de implantação de programas governamentais voltados ao setor de biocombustíveis, notadamente etanol.

Carnes

➤ Carne suína

Iniciadas em 2002, as negociações para a abertura do mercado filipino à carne suína in natura brasileira chegaram a bom termo em setembro de 2009,

quando o governo filipino autorizou as exportações do produto provenientes de Santa Catarina, área livre de febre aftosa sem vacinação.

➤ **Carne bovina**

As exportações de carne bovina brasileira para o mercado filipino iniciaram-se em 2000. Em 2006, foram introduzidos novos requisitos para importação de carnes bovina, suína e de aves, com exigência de apresentação de informações gerais sobre as condições sanitárias do país exportador e de cada estabelecimento. Além disso, as informações deveriam ser complementadas por visitas de inspeção. A fim de atender às novas exigências, o MAPA apresentou as informações solicitadas à sua contraparte filipina e aguarda, desde 2008, visita de inspeção a estabelecimentos exportadores.

➤ **Carne de frango**

Em fevereiro de 2009, oito estabelecimentos brasileiros foram habilitados a exportar carnes de aves para as Filipinas.

Venda de aeronaves da Embraer

A Embraer tem mantido contato direto com a Força Aérea filipina para que as antigas aeronaves locais OV-10 sejam substituídas pelos Super Tucanos brasileiros. Para tanto, já fez apresentações técnicas em Manila.

Além disso, a Air Philippines (empresa “irmã” da Philippines Airlines) manifestou interesse em comprar aviões para serem utilizados em transporte de carga, os quais poderiam, também, ser providos pela Embraer.

Cooperação bilateral

Desde a década de 70, a Embrapa coopera com o “*International Rice Research Institute*” (Instituto Internacional de Pesquisa sobre o Arroz), organismo multilateral sediado nas Filipinas. Em janeiro de 2011, em comunicação enviada ao IRRI, a Embrapa reiterou interesse em somar esforços com o Instituto no desenvolvimento de pesquisas voltadas à segurança alimentar, especialmente com relação ao banco de sementes de arroz.

Por ocasião da visita da então Presidente Macapagal-Arroyo, foi assinado Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Campo da Agricultura, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e pelo Departamento de Agricultura das Filipinas, já em vigor, após ratificado pela parte filipina e aprovação pelo Congresso Nacional.

O Ministério da Agricultura filipino enviou, em julho de 2010, delegação de representantes de entidades públicas e privadas ao Instituto Agrônomo de Campinas, para estudo do cultivo de café nos Estados de São Paulo e Minas Gerais. Em abril de 2011, teve lugar visita de delegação técnica filipina, com o objetivo de conhecer a legislação brasileira em alimentos de origem vegetal. O MAPA tem reafirmado a disposição, manifestada quando da realização da reunião do Comitê Consultivo Agrícola, de acolher novas missões filipinas.

Investimentos

A VALE conta com subsidiária em Manila (a “*Vale Exploration Philippines Inc.*”) e estuda possibilidades de investimentos no país. Há sensibilidade política nas Filipinas quanto às atividades do setor minerador, devido ao forte receio de impactos ambientais.

Do lado filipino, a Tecon opera um terminal de containeres no Porto de Suape, em Pernambuco. O empreendimento resulta de concorrência vencida pela empresa filipina, em 2011, e se estenderá por trinta anos. Estima-se que os investimentos filipinos poderiam alcançar US\$ 120 milhões.

Há, ainda, possibilidades de negócios nas áreas de plantio de florestas para utilização de madeira e construção de casas para o programa de habitações populares nas Filipinas, identificadas em missão da CNI ao país, em outubro de 2010.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não existe registro de empréstimos ou de financiamentos oficiais do Brasil para as Filipinas.

POLÍTICA INTERNA

A Constituição de 1987 estruturou o Estado filipino à semelhança do estadunidense. Foi adotado o sistema presidencialista, com Legislativo bicameral (Senado e Câmara de Representantes) e Judiciário. O mandato presidencial é de seis anos, sem possibilidade de reeleição.

As eleições presidenciais de maio de 2010 foram vencidas pelo candidato oposicionista Benigno Simeon Cojuangco Aquino III, do Partido Liberal. Aquino sucedeu a Gloria Macapagal-Arroyo, que assumira a presidência filipina após a saída de Joseph Estrada em 2001 e, em 2004, foi eleita para mandato de seis anos. Ao longo desse período, enfrentou acirrada oposição e acusações de corrupção.

As eleições de 2010 resultaram em pouca renovação do quadro político (a título ilustrativo, metade dos senadores filipinos manteve seus mandatos).

Analistas indicam que a corrupção e a violência política constituem grandes desafios para o país. O país foi classificado na 134ª posição, de um total de 174 países, no Índice de Percepção de Corrupção de 2010, elaborado pela ONG Transparência Internacional (o Brasil figura na 69ª posição).

As Filipinas adotam políticas sociais semelhantes às brasileiras. Ao longo do governo Arroyo, cerca de 50 milhões de pessoas foram incluídas no sistema de seguro médico e um milhão de famílias passaram a se beneficiar de programa inspirado no "Bolsa Família", o "*Pantawid Pamilyang Pilipino Program*", ou "4P", criado no governo Macapagal-Arroyo. O programa foi intensificado pela administração atual, tendo seu orçamento mais que dobrado em 2011.

O novo Governo tem obtido êxito nos programas de transferência de renda, que têm recebido elogios mesmo de seus opositores, e em programas de construção de 20 mil casas para militares e de modernização dos equipamentos das Forças Armadas.

Em pronunciamento oficial à nação feito em 26 de julho de 2011, o Presidente Benigno Aquino enfatizou programas sociais e o combate à corrupção. Destacou a queda dos níveis de desemprego, de 8% para 7,2%, e da quantidade de famílias atingidas pela fome, de 20,5% para 15,1%. Analistas locais indicaram que o Presidente Aquino preferiu não mencionar alguns temas polêmicos, como o projeto de lei que visa a garantir acesso da população a meios contraceptivos (que pode causar atritos com a Igreja, muito influente no país), questões regionais de reforma agrária, e o processo de paz com grupos separatistas.

Grupos de acompanhamento de direitos humanos, como a Anistia Internacional e a "Human Rights Watch" (HRW), têm criticado o Governo no tocante à promessa de campanha de acabar com a impunidade, em especial em casos de sequestros, desapareições e assassinatos de dissidentes.

Por fim, repercutiram, fortemente, na imprensa internacional, as restrições impostas pelo Governo Aquino para que a ex-Presidente Gloria Macapagal-Arroyo deixe o país, com o alegado objetivo de submeter-se a tratamento médico. No momento, a ex-Presidente encontra-se em prisão domiciliar, em razão de mandado de prisão emitido contra ela, devido a acusações de fraude eleitoral. A ex-Presidente foi, no entanto, autorizada a permanecer em hospital de Manila, devido a sua saúde muito fragilizada. Dias antes, a ex-Presidente havia tentado deixar o país junto com seu marido, o advogado José Miguel Arroyo, munida de liminar concedida pela Corte Suprema das Filipinas, que foi, no entanto, desconsiderada pelas autoridades filipinas. Receia-se que o episódio possa acirrar as divergências entre as facções políticas.

Movimentos insurgentes

Existem, atualmente, três grupos insurgentes islâmicos e um comunista em atividade nas Filipinas. O número de vítimas desde o início dos conflitos, no começo da década de 70, chega a dezenas de milhares. Os movimentos islâmicos são o "Moro Islamic Liberation Front" (MILF), o "Abu Sayyaf" e o "Bangsamoro Islamic Freedom Movement".

Em agosto de 2011, o Presidente Aquino encontrou-se, no Japão, com o líder da MILF, Murad Ebrahim, na primeira em reunião a envolver presidente das Filipinas com representantes das forças separatistas nos últimos 14 anos. O encontro motivou reações polêmicas nas Filipinas, devido ao receio de segmentos da opinião pública de que os movimentos separatistas estariam sendo reconhecidos oficialmente.

A "Moro Islamic Liberation Front" (MILF) conta com aproximadamente 12 mil homens em armas. Foi criada no final da década de 70. No passado, a MILF exigiu independência, mas, atualmente, demanda que o governo da região autônoma de Mindanao, de maioria muçulmana, possa exercer todas as funções de governança, exceto defesa nacional, relações exteriores, moeda e serviço postal, que ficariam a cargo de Manila. Em fevereiro de 2011, quando a Suprema Corte julgou inconstitucional o acordo de paz oferecido pela então Presidente Gloria Arroyo, em 2008, o grupo reagiu de forma violenta, o que levou a centenas de mortes em Mindanao Central.

Ameril Umbra Kato, um dos líderes da MILF, anunciou, em agosto de 2011, a formação de dissidência, intitulada “Bangsamoro Islamic Freedom Movement” (BIFM). Caracterizado como radical, o comandante Kato liderou ações de protesto, em 2008, quando o Judiciário filipino rejeitou entendimento sobre expansão da autonomia muçulmana em Mindanao.

O Abu Sayyaf, por sua vez, conta com cerca de 400 ou 500 membros e surgiu na década de 90. Originalmente, era chamado de “Mujahideen Commando Freedom Fighters” (MCFF), referência a sua relação com o movimento Mujahideen no Afeganistão. Seu primeiro ataque deu-se em 1991, quando granadas mataram dois missionários norte-americanos em Mindanao. Em 2006, o grupo perdeu seu principal líder, Khadaffy Janjalani.

A guerrilha comunista é conduzida pelo “New People’s Army” (NPA), fundado em 1968, que continua ativo apesar de períodos de expurgos internos. O NPA é considerado organização terrorista pelo governo estadunidense. Negociações do Governo filipino com o Partido Comunista (cujo braço armado é o NPA), interrompidas em 2005, foram retomadas em 2011, mediante os bons ofícios da Noruega. Apesar disso, em outubro de 2011, foi relatado aumento das hostilidades do NPA.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa das Filipinas é fortemente pautada pelas relações com os Estados Unidos, país do qual já foram colônia, além de ser o principal parceiro comercial e aliado em operações contra a guerrilha muçulmana em Mindanao.

Desde a independência, em 1946, o país tem observado as seguintes linhas gerais de política externa: segurança nacional; diplomacia econômica; e proteção dos trabalhadores migrantes filipinos no exterior (cujas remessas equivalem a cerca de 10% do PIB do país). Essas prioridades foram reafirmadas pelo novo Chanceler Albert Del Rosário, ao tomar posse, em 2011.

No entorno regional, destacam-se a participação na ASEAN, da qual foi fundadora, e as relações com a China.

As Filipinas são membro fundador das Nações Unidas e já ocuparam em quatro ocasiões assento não-permanente no Conselho de Segurança. Integram o G-20 na Organização Mundial do Comércio e o grupo de Países Megadiversos (grupo dos países com maior diversidade biológica).

Plano bilateral

Destacam-se as relações com os Estados Unidos e com a China.

A influência estadunidense faz-se notar na cooperação militar, como a manutenção, até 1991, de bases em solo filipino e o auxílio prestado contra guerrilhas domésticas. Grande parte do arsenal filipino atual é de armas, navios e aeronaves de origem estadunidense. Recentemente, foi acertada a venda de navio da guarda costeira dos EUA, que deverá patrulhar as ilhas Spratlys a partir de setembro vindouro.

Apesar da crescente importância dos fluxos de comércio e investimentos, Filipinas e China mantêm diferença em relação ao arquipélago Spratlys, no Mar do Sul da China, onde têm ocorrido diversos incidentes bilaterais – tema suscitado pelo Chanceler Del Rosário em sua visita a Brasília, em agosto de 2011.

O Presidente Aquino visitou a China em setembro de 2011, ocasião em que encontrou o Presidente Hu Jintao; o Presidente do Comitê Permanente da Assembleia Nacional Popular da China, Wu Bangguo; e o Primeiro-Ministro Wen Jiabao. Aquino fez-se acompanhar de comitiva de mais de duzentos empresários e visitou as localidades de Pequim, Xangai e Xiamen. A escala

nessa última cidade teve o simbolismo de ressaltar a origem chinesa de parte da família do Presidente filipino (os antepassados de sua mãe vieram dessa região). A visita teve caráter, sobretudo, econômico, objetivando aumentar os investimentos chineses nas Filipinas e o comércio entre os dois países. As disputas territoriais no Mar do Sul da China, item mais sensível da agenda bilateral, foram tratadas de modo a não interferir com a agenda econômica, não registrando grandes avanços.

Os dois países firmaram, em dezembro de 2010, acordo para o fornecimento de armas chinesas para auxiliar o enfrentamento às guerrilhas filipinas.

Plano regional

No plano regional, destaca-se a condição das Filipinas de membro fundador da ASEAN, em 1967. O país sedia de diversas organizações regionais e multilaterais, a exemplo do “*ASEAN Center for Biodiversity*”; do “*Southeast Asian Regional Center for Graduate Study and Research in Agriculture*”; do “Instituto de Pesquisa sobre o Arroz”; e do “Banco de Desenvolvimento Asiático”. As Filipinas foram declaradas capital cultural da ASEAN, tendo organizado, em 2010 e em 2011, diversas reuniões ministeriais e de altos funcionários da Associação relativos à cultura e às artes.

A grande comunidade de filipinos no exterior tem peso significativo na política externa do país. No balanço de pagamentos, as transferências unilaterais dos trabalhadores filipinos no exterior equivalem a cerca de 10% do PIB do país.

Esfera multilateral

Na esfera multilateral, merece menção o fato de as Filipinas serem um dos 51 membros originais da ONU, além de terem ocupado assento não-permanente no Conselho de Segurança em quatro ocasiões (1957; 1963; 1980-1981; e 2004-2005). O país tem especial interesse nas iniciativas contra o terrorismo, o narcotráfico e o tráfico de pessoas, além de desarmamento, sobre o qual possui visão próxima à do Brasil. As Filipinas assinaram o projeto de resolução do G4 sobre expansão do CSNU.

As Filipinas integram o G-20, na Organização Mundial do Comércio, e o Grupo de Países Megadiversos, do qual ocupam, atualmente, a presidência.

Reforma do Conselho de Segurança da ONU

As Filipinas são um dos 51 membros originais da ONU, tendo sido um dos quatro signatários da Carta de São Francisco que ainda não eram países soberanos no momento da assinatura.

Durante seu encontro com o Chanceler Antonio Patriota, em agosto passado, o Chanceler Albert Del Rosario reiterou o apoio filipino à candidatura brasileira ao Conselho de Segurança, o qual havia sido antecipado durante a visita da ex-Presidente Gloria Macapagal-Arroyo (de facção política contrária à do atual governo). No Comunicado Conjunto da visita ao País da ex-Presidenta das Filipinas, Gloria Macapagal-Arroyo, em junho de 2009, já constava o apoio filipino à aspiração do Brasil a um assento permanente no Conselho.

Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)

Durante sua visita ao Brasil, em agosto passado, o Chanceler Del Rosario manifestou que as Filipinas participariam de Rio + 20 no mais alto nível político.

As Filipinas têm posições, por vezes, convergentes com as do Brasil em foros internacionais sobre sustentabilidade. Entre os grupos de que ambos os países fazem parte, podem ser citados o G-77 e o Grupo de Países Megadiversos Afins.

Biodiversidade

As Filipinas participam ativamente dos foros multilaterais de biodiversidade. O país mantém cooperação com o Brasil no âmbito do Grupo de Países Megadiversos Afins (*“Like-Minded Megadiverse Countries”*, LMMCs), que atualmente preside. O Grupo, criado em 2002, congrega dezessete países em desenvolvimento, os quais abrigam mais de 70% da biodiversidade do planeta. Participam, além de Brasil e Filipinas, África do Sul, Bolívia, China, Colômbia, Congo, Costa Rica, Equador, Índia, Indonésia, Madagascar, Malásia, México, Peru, Quênia e Venezuela.

Foi realizada, em 5 de junho de 2011, em Montreal, reunião preparatória dos Países Megadiversos para a I Reunião do Comitê

Intergovernamental do Protocolo de Nagoia sobre Acesso e Repartição dos Benefícios no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Os países megadiversos prepararam declaração conjunta que foi apresentada na reunião do comitê intergovernamental, ocorrida entre os dias 6 e 10 de junho. Também trocaram sugestões sobre cooperação ampliada entre os LMMCs para a implementação do Protocolo de Nagoia e revisaram os procedimentos de trabalho do grupo.

Entre 2008 e 2010, a coordenação do grupamento havia ficado a cargo do Brasil, merecendo destaque a atuação, na fase final das negociações, do Protocolo de Acesso e Repartição de Benefícios, adotado na 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), que se realizou em outubro de 2010, em Nagoia.

Banco Asiático de Desenvolvimento

O Ministro das Finanças e Governador das Filipinas junto ao Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), expressou, por meio de carta dirigida àquela instituição, o apoio filipino à candidatura brasileira a membro do banco.

ECONOMIA

Em 1960, as Filipinas tinham o segundo maior PIB per capita da Ásia, menor apenas do que o do Japão, mas foram gradualmente ultrapassadas por Coreia do Sul, Taiwan, Malásia, Cingapura, Tailândia e Indonésia.

A economia filipina tem mantido taxas de crescimento elevadas em anos recentes, em ritmo superior a 5% ao ano. Em 2009, devido à crise econômica internacional, houve crescimento do PIB de 1,1%. Em 2010, segundo o FMI, a taxa expandiu-se em 7,3%.

Para 2011, a equipe econômica do governo filipino reduziu, em outubro passado, a meta de crescimento do PIB para entre 4,5% e 5,5%, contra margem de 5% a 6%, anteriormente divulgada. Para 2012, a previsão é de 5% a 6%, contra previsão anterior de 7% a 8%. O Fundo Monetário Internacional, em relatório de setembro de 2011, previu crescimento de 4,7% e de 4,9% para, respectivamente, 2011 e 2012.

A percepção estrangeira acerca da economia filipina tem sido positiva, e, em janeiro de 2011, a *Moody's Investors Service* alterou a avaliação de crédito das Filipinas de estável para positiva. Entre os desafios ao crescimento econômico, estão a melhoria do ambiente de investimentos e a necessidade de ampliar-se a arrecadação governamental, para financiar gastos sociais e com infraestrutura. O Governo estima que a dívida pública bruta total filipina poderá ultrapassar US\$ 115 bilhões em 2011. A dívida total correspondeu a 57% do PIB em 2008; 57,3% em 2009; e a 55,4% em 2010.

No orçamento de 2012 (US\$ 42 bilhões), o Governo buscou dar ênfase à área social. Programas de educação primária, saúde pública e transferência de renda receberam 31% da verba do orçamento, com aumento de cerca de 10% em relação a 2011. Os gastos militares cresceram cerca de 2%, chegando a US\$ 2,5 bilhões.

Pressões inflacionárias forçaram o Banco Central das Filipinas a aumentar a taxa de juros, a partir do segundo trimestre de 2011, após dezoito meses nos níveis históricos mais baixos. Previsões oficiais indicam que a inflação deva superar a meta de 3% a 5% para 2011. Os produtos que mais sofreram aumentos foram petróleo e alimentos.

O setor agrícola filipino emprega mais do que o setor industrial (quase 40% da população vive em área rural), mas representa apenas cerca de 15% do PIB. Os principais produtos agrícolas são arroz e coco, sendo o primeiro destinado, basicamente, ao consumo interno; e o segundo, à exportação. As Filipinas respondem por quase metade da produção mundial de coco.

O país possui depósitos expressivos de minerais como cobre, cromita,

níquel, ouro e ferro. A indústria mineradora fortaleceu-se nos últimos anos, apesar de ainda responder por, aproximadamente, 1,5% do PIB. O setor reveste-se de grande sensibilidade, haja vista oposição da Igreja Católica a possíveis danos ambientais.

A indústria responde por cerca de um terço do PIB. O setor industrial filipino foi beneficiado pela criação de zonas de isenção fiscal, as quais mantêm sua relevância como plataformas para o incremento do comércio com os países membros da ASEAN. As Filipinas ocupam o quarto lugar entre os principais construtores navais do mundo, em tonelagem, após Coréia do Sul, China e Japão.

O setor de serviços contribui com mais da metade do PIB. Os serviços de terceirização de recursos humanos têm significativa importância para a economia filipina, em especial os serviços de “*call-centers*”. Atualmente, as Filipinas superam a Índia em termos de pessoas empregadas e em volume de negócios, e são responsáveis por cerca de 10% das atividades mundiais do setor, podendo chegar a 20% em 2020.

O Presidente Benigno Aquino tem proposto a utilização de parcerias público-privadas (PPP) como forma de desenvolver a infraestrutura filipina em áreas como transportes, saúde, turismo e construção civil. Não são esperadas mudanças na legislação, mas prometem-se incentivos fiscais e a possibilidade de financiamento parcial por parte do governo. A atração de capital estrangeiro contrasta com o limite de sua participação em 40% na maior parte dos projetos. A complexidade da rede de agências governamentais que interferem nas obras de PPP ou as fiscalizam tem levado a dificuldades e a adiamentos.

De acordo com informações do “*National Statistics Office*” (NSO), o comércio exterior das Filipinas voltou a crescer em 2010, após declínio em 2008 e 2009, alcançando o valor recorde de US\$ 106,13 bilhões (contra US\$ 81,5 bilhões em 2009 e US\$ 105,82 bilhões em 2008). O déficit comercial teve redução de US\$ 4,7 bilhões em 2009 para US\$ 2,9 bilhões, em 2010. Países asiáticos, em particular da ASEAN, têm ocupado cada vez mais espaço no comércio exterior filipino, que tem na China o principal parceiro.

No balanço de pagamentos, ressalta a importância das transferências unilaterais dos trabalhadores filipinos no exterior, as quais equivalem a cerca de 10% do PIB. Em 2010, o valor alcançou a cifra recorde de US\$ 18,8 bilhões, montante 10,5% maior que o do mesmo período de 2009, quando haviam sido de US\$ 17,0 bilhões. As remessas provieram principalmente de filipinos baseados nos Estados Unidos, Arábia Saudita, Reino Unido, Japão, Emirados Árabes Unidos, Cingapura, Itália, Alemanha e Noruega.

O comércio exterior corresponde a quase 70% do PIB filipino.

Política filipina de etanol e de biocombustíveis

As Filipinas têm programas governamentais de apoio à produção, distribuição e comercialização de biocombustíveis, incluindo incentivos fiscais e linhas de financiamento e obrigatoriedade de mistura de etanol e de biodiesel (“*Biofuels Program*”, de 2006, e “*Renewable Energy Act*”, de 2008). Seus principais objetivos são: redução da dependência do petróleo importado; mitigação emissões; aumento do emprego e renda no campo; e segurança energética.

Desde fevereiro de 2009, vigora no país a mistura obrigatória de 5% de etanol na gasolina vendida e, a partir de agosto 2011, a mistura mínima passará a ser de 10%. Serão necessários 500 milhões de litros de etanol para serem mesclados aos 5 bilhões de litros de gasolina consumidos anualmente pelo país. Cabe ter presente que as Filipinas não têm condições de cumprir as exigências quanto à mistura com a gasolina com a produção local, que não é significativa. Desde 2008, o diesel utilizado nas Filipinas recebe mistura de 2% de biodiesel, a maior parte do qual é produzida a partir do coco. A “jatropa” (pinhão-mansão) é alternativa em estudo, em cooperação com a Índia.

Está prevista a redução de 35% para 5% da tarifa de importação para o açúcar no âmbito da “*ASEAN Free Trade Area*”, que entrou em vigor, no início de 2010, e já abarca 99,5% das linhas tarifárias filipinas, com impostos entre zero e 5%. O aumento da concorrência, no setor açucareiro, por parte dos outros países da Associação, poderá levar os produtores locais a buscarem alternativas, como a produção de etanol, de plástico de etanol e de geração de energia baseada na queima do bagaço da cana. A viabilidade dessas alternativas pode depender, no entanto, de acordo com representantes do setor privado, de apoio governamental.

O setor de biocombustíveis filipino sofre com o lobby das empresas produtoras de alimentos, que desejam comprar açúcar importado a preços menores, e com o das ligadas ao setor petrolífero, que desejam manter suprimento mais barato do etanol importado (inclusive do Brasil).

Ademais, autoridades governamentais preocupam-se com os efeitos sobre a inflação e, em mais longo prazo, sobre os preços dos alimentos, da elevação das tarifas para o etanol importado. Cabe destacar, nesse sentido, que, seis meses após a promulgação de lei que exigiu a adição de etanol à gasolina, a taxa de importação de etanol foi diminuída, por influência do Departamento de Energia, de 10% para 1%.

Produtores de etanol reunidos na “*Ethanol Producers Association of the Philippines*” (EPAP) têm-se mobilizado contra o que seria a falta de implementação da política de “absorver primeiramente toda a oferta doméstica”. Brasil, Tailândia e Vietnã são os principais fornecedores das Filipinas. O Brasil parece ser o país que mais preocupa os produtores filipinos.

ANEXOS

Cronologia das relações bilaterais

1946	O Brasil reconhece a República das Filipinas em 4 de julho.
1960	Visita ao Brasil do então Vice-Presidente (Presidente em 1961-65) Diosdado Macapagal, pai da ex-Presidente Gloria Macapagal-Arroyo.
1970	Abertura da Embaixada do Brasil em Manila.
1979	Ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, visitou as Filipinas em missão que visava ao escoamento de minérios para a China.
1981	Missão econômico-comercial composta de representantes de diversos setores do Governo e de cerca de cinquenta empresários visitou as Filipinas, no âmbito de visita a países do Sudeste Asiático.
1982	Escola Superior de Guerra organizou viagem de estudos ao país, no âmbito de périplo asiático.
2003	Visita do Vice-Ministro de Reforma Agrária das Filipinas, Jose Mari Ponce.
2005	Visita às Filipinas de grupo de Deputados e Senadores brasileiros, para participar de Assembleia da União Interparlamentar.
2005	Visita às Filipinas do Embaixador Luiz Augusto de Araujo Castro, na qualidade de Enviado Especial do Senhor Presidente da República, para tratar da candidatura do Brasil a um assento permanente Conselho de Segurança das Nações Unidas.
2006	Visita do Ministro do Meio Ambiente Angelo Reyes, para participar da VIII Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica.
2006	Visita do Ministro da Reforma Agrária, Nasser C. Pangandaman (Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (março).
2006	Visita do Ministro da Agricultura das Filipinas, Domingo Panaganiban, por ocasião de Encontro de Alto Nível do G-20 (setembro).
2007	Visita do Secretário dos Negócios Estrangeiros das Filipinas, Alberto Romulo, para participar da III Reunião Ministerial do FOCALAL. Na ocasião, manteve encontro paralelo com o então Ministro Celso Amorim.
2008	Visita da Ministra do Bem-Estar Social e Desenvolvimento, Esperanza

	Cabral, para participar do III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (novembro).
2008	Visita do Vice-Chanceler das Filipinas, Edsel T. Custodio, como chefe da delegação filipina na I Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN (novembro).
2009	Visita ao Brasil da Presidente Gloria Arroyo (junho).
2010	Primeira reunião do Comitê Conjunto Agrícola, em maio, em Manila.
2010	Missão conjunta do Presidente da FIESC e do Vice-Presidente da CNI às Filipinas.
2010	Visita da Subsecretária-Geral de Assuntos Políticos II do Itamaraty a Manila para a realização da I Reunião de Consultas Bilaterais.
2011	Missão conjunta Arranjo Produtivo Local do Alcool (APLA) e APEX.
2011	Ministro dos Negócios Estrangeiros (Chanceler) Albert Del Rosário visita Brasília.

Cronologia histórica das Filipinas

1521-1898	Domínio da Espanha.
1896	Início da Revolução Filipina.
1898	Tratado de Paris finaliza a Guerra Espanha-EUA; transferência do domínio colonial sobre as Filipinas para os EUA.
1898	Proclamação da Independência por Emilio Aguinaldo, em 12 de junho (data nacional): início da I República filipina. Guerra com os EUA.
1902	Final da Guerra e consolidação do domínio colonial dos EUA.
1942-1944	Ocupação japonesa.
1946	Concessão da Independência pelos EUA, em 4 de julho. A data nacional do país, entretanto, voltou a ser, mais recentemente, 12 de junho (Independência e início da I República).
1951	Acordo de Paz assinado com o Japão.
1965	Ferdinando Marcos torna-se Presidente.
1973	Nova Constituição confere a Marcos poderes absolutos.
1986	Protestos populares põem fim à ditadura Marcos. Corazon Aquino torna-se Presidenta.
1992	Fidel Ramos vence as eleições presidenciais. EUA fecha a Base Naval de Subic Bay.
1996	Acordo de Paz entre o Governo e a Frente Moro de Libertação Nacional.
1998	Joseph Estrada é eleito Presidente.
2001	Estrada é deposto, após protestos populares. Gloria Arroyo assume a Presidência (janeiro).
2002	Assinatura do “ <i>Mutual Logistics Support Agreement</i> ” com os EUA, restabelece a presença militar norte-americana, sob novos princípios.
2004	Gloria Arroyo vence as eleições presidenciais (junho).
2006	Tentativa de “ <i>impeachment</i> ” contra a Presidente Arroyo (agosto).
2007	O Senador Trillanes, já detido por insurreição, e alguns militares burlam a vigilância durante audiência judicial e refugiam-se em

	hotel de luxo, em Manila, em protesto contra o governo. São desalojados <i>manu militari</i> .
2008	Acordo com a Frente Moro de Libertação Islâmica é prejudicado em razão de crescentes protestos de comunidades cristãs. A retomada dos conflitos na ilha de Mindanao resultou na morte de 30 pessoas (agosto).
2009	Funcionários da Cruz Vermelha são sequestrados. O grupo terrorista Abu Sayyaf é acusado da autoria do delito (janeiro).
2010	Eleições presidenciais; vitória de Benigno S Aquino III (maio).
2011	Em meio a acusações de fraude eleitoral, é emitido mandado de prisão contra a ex-Presidente Gloria Macapagal-Arroyo.

Atos bilaterais

Acordo	Data de celebração	Data da entrada em vigor	Data da publicação
Acordo sobre Dispensa de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Oficiais, Especiais e Comuns	25/10/1973	25/10/1973	03/12/1973
Acordo Complementar ao Acordo sobre Dispensa de Vistos em Passaportes, de 25 de outubro de 1973	25/10/1973	25/10/1973	03/12/1973
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	29/09/1983	07/10/1991	28/10/1991
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Bilaterais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas	20/09/2006	Em vigor	
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre cooperação no Campo da Agricultura	24/06/2009	Decreto Legislativo 263 de 01/09/2011	
Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	24/06/2009	12/10/2011	02/09/2011

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2007	2008	2009	2010	2011 ⁽¹⁾
População (em milhões de habitantes) ⁽¹⁾	94,2	96,1	98,0	99,9	101,8
Densidade demográfica (hab/Km²)	313,8	320,1	326,5	332,8	339,1
PIB Nominal (US\$ bilhões)	149,0	174,2	168,3	199,6	237,8
Crescimento real do PIB (%)	7,1	4,6	1,1	7,6	4,3
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	2,8	8,2	4,2	3,8	4,8
Reservas internacionais (US\$ bilhões)	33,8	37,6	44,2	62,4	84,0
Dívida Externa Total (US\$ bilhões) ⁽²⁾	65,9	64,9	62,9	62,6	63,7
Câmbio (P / US\$)	46,15	44,32	47,68	45,11	43,16

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report October 2011.

(1) Estimativas EIU.

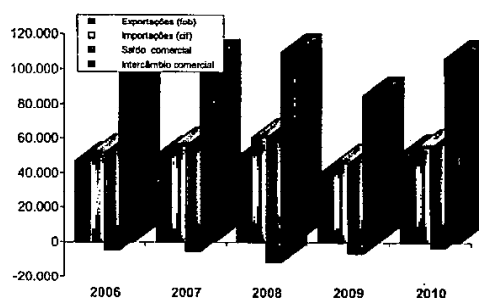
(2) 2010: estimativa EIU.

COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões)	2006	2007	2008	2009	2010	2011 ⁽¹⁾
Exportações (fob)	46.991	50.483	49.148	39.500	51.643	20.714
Importações (cif)	51.539	55.514	60.432	45.882	54.723	26.001
Saldo comercial	-4.548	-5.031	-11.284	-6.382	-3.080	-5.287
Intercâmbio comercial	98.530	105.997	109.580	85.382	106.366	46.715

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI, International Financial Statistics, October 2011.

(1) Janeiro-maio.

(2) Última posição disponível em 18/10/2011.



DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total	2011 ⁽¹⁾⁽²⁾	% no total
EXPORTAÇÕES:								
China	7.707	15,7%	5.765	14,6%	6.747	13,1%	2.578	12,4%
Estados Unidos	8.218	16,7%	5.488	13,9%	5.865	11,4%	2.996	14,5%
Cingapura	2.607	5,3%	3.931	10,0%	5.184	10,0%	2.385	11,5%
China	5.469	11,1%	4.060	10,3%	4.609	9,9%	2.382	11,5%
Hong Kong	4.987	10,1%	2.596	6,6%	3.866	7,5%	1.565	7,6%
Alemanha	2.440	5,0%	3.161	8,0%	3.828	7,4%	2.059	9,9%
Países Baixos	3.708	7,5%	3.184	8,1%	3.677	7,1%	2.027	9,8%
República da Coreia	2.523	5,1%	1.787	4,5%	2.438	4,7%	1.241	6,0%
Tailândia	1.509	3,1%	1.558	3,9%	2.407	4,7%	1.121	5,4%
Taiwan	1.862	3,8%	1.915	4,8%	2.235	4,3%	996	4,8%
Brasil	69	0,1%	122	0,6%	188	0,4%	59	0,3%
SUBTOTAL	41.098	83,6%	33.668	85,2%	41.045	79,5%	19.409	93,7%
DEMAIS PAÍSES	8.050	16,4%	5.832	14,8%	10.598	20,5%	1.305	6,3%
TOTAL GERAL	49.148	100,0%	39.500	100,0%	51.643	100,0%	20.714	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI, International Financial Statistics, October 2011.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

(1) Janeiro-maio

(2) Última posição disponível em 18/10/2011.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - cif)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total	2011 ⁽¹⁾⁽²⁾	% no total
IMPORTAÇÕES:								
Japão	7.122	11,8%	5.765	12,6%	10.682	19,5%	2.801	13,5%
Estados Unidos	7.738	12,6%	4.060	8,8%	10.316	18,9%	1.994	9,6%
Cingapura	6.218	10,3%	5.488	12,0%	7.529	13,8%	2.076	10,0%
China	4.561	7,5%	3.931	8,6%	7.093	13,0%	1.994	9,6%
Tailândia	2.998	5,0%	3.184	6,9%	5.649	10,3%	2.095	10,1%
República da Coreia	3.129	5,2%	3.161	6,9%	5.638	10,3%	1.854	9,0%
Taiwan	4.038	6,7%	2.596	5,7%	4.965	9,1%	1.137	5,5%
Malásia	2.583	4,3%	1.915	4,2%	3.116	5,7%	889	4,3%
Arábia Saudita	5.154	8,5%	1.558	3,4%	2.529	4,6%	799	3,9%
Indonésia	1.602	2,7%	1.787	3,9%	2.404	4,4%	632	3,1%
Vietnã	1.801	3,0%	1.548	3,4%	2.163	4,0%	691	3,3%
Brasil	360	0,6%	1.008	2,2%	1.458	2,7%	385	1,9%
SUBTOTAL	47.303	78,3%	36.002	78,5%	63.539	116,1%	17.348	66,7%
DEMAIS PAÍSES	13.129	21,7%	9.880	21,5%	(8.816)	-16,1%	8.653	33,3%
TOTAL GERAL	60.432	100,0%	45.882	100,0%	54.723	100,0%	26.001	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI, International Financial Statistics, October 2011.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

(1) Janeiro-maio

(2) Última posição disponível em 18/10/2011.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR		2 0 1 0	
(US\$ milhões)		Valor	Part. %
EXPORTAÇÕES			
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	22.590	43,9%	
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	10.849	21,1%	
Veículos automotores, tratores, ciclos	1.861	3,6%	
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	1.303	2,5%	
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais	1.275	2,5%	
Combustíveis, óleos e ceras minerais	1.080	2,1%	
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	1.068	2,1%	
Cobre e suas obras	990	1,9%	
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	951	1,8%	
Minérios, escórias e cinzas	853	1,7%	
Vestuário e seus acessórios, de malha	800	1,6%	
Frutas; cascas de cítricos e de melões	567	1,1%	
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas, etc	419	0,8%	
Embarcações e estruturas flutuantes	404	0,8%	
Subtotal	45.010	87,5%	
Demais Produtos	6.422	12,5%	
Total Geral	51.432	100,0%	
IMPORTAÇÕES			
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	16.264	27,9%	
Combustíveis, óleos e ceras minerais	9.889	17,0%	
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	7.468	12,8%	
Veículos automotores, tratores, ciclos	2.872	4,9%	
Cereais	2.270	3,9%	
Plásticos e suas obras	1.547	2,7%	
Minérios, escórias e cinzas	1.339	2,3%	
Ferro fundido, ferro e aço	1.180	2,0%	
Produtos químicos orgânicos	859	1,5%	
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	767	1,3%	
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural	741	1,3%	
Produtos farmacêuticos	737	1,3%	
Resíduos, desperdícios das ind alimentares	686	1,2%	
Papel e cartão, obras de pasta de celulose	683	1,2%	
Aeronaves e aparelhos espaciais	657	1,1%	
Produtos diversos das indústrias químicas	607	1,0%	
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	544	0,9%	
Produtos químicos inorgânicos	507	0,9%	
Subtotal	49.617	85,2%	
Demais Produtos	8.612	14,8%	
Total Geral	58.229	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/Trademap.

Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

INTERCÂMBIO COMERCIAL: BRASIL - FILIPINAS ⁽¹⁾		2006	2007	2008	2009	2010
(US\$ milhões, fob)						
Exportações		273	394	584	321	449
Variação em relação ao ano anterior		11,7%	44,7%	48,2%	-45,2%	40,2%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia ⁽²⁾		1,3%	1,6%	1,6%	0,8%	0,8%
Part. (%) no total das exportações brasileiras		0,2%	0,2%	0,3%	0,2%	0,2%
Importações		343	336	497	294	330
Variação em relação ao ano anterior		21,2%	-2,1%	48,0%	-40,8%	12,1%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia ⁽²⁾		1,5%	1,1%	1,1%	0,8%	0,6%
Part. (%) no total das importações brasileiras		0,4%	0,3%	0,3%	0,2%	0,2%
Intercâmbio comercial		616	730	1.082	615	779
Variação em relação ao ano anterior		16,6%	18,6%	48,1%	-43,2%	26,7%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia ⁽²⁾		1,4%	1,3%	1,3%	0,8%	0,7%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro		0,3%	0,3%	0,3%	0,0%	0,2%
Saldo comercial		-70	58	87	26	119

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

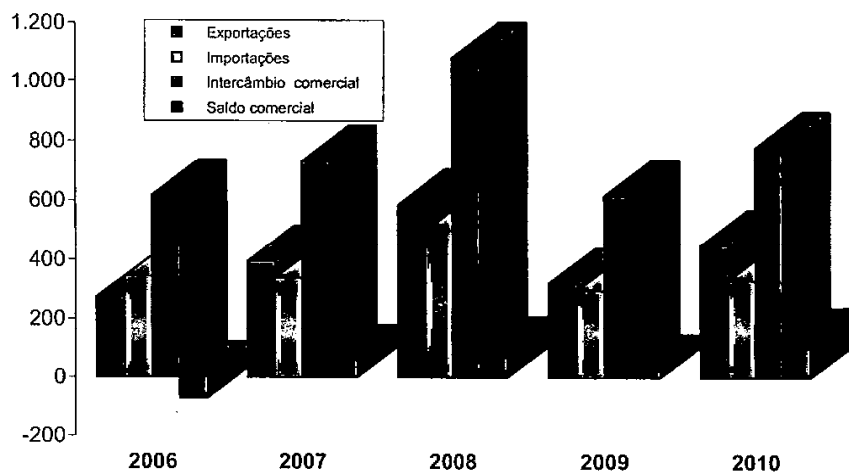
(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

(2) Exclui-se Oriente Médio.

INTERCÂMBIO COMERCIAL: BRASIL - FILIPINAS		2010	2011
(US\$ milhões, fob)		(jan-set)	(jan-set)
Exportações		360	425
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior		51,3%	18,1%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia		0,9%	0,7%
Part. (%) no total das exportações brasileiras		0,2%	0,2%
Importações		258	231
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior		29,6%	-10,5%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia		0,6%	0,4%
Part. (%) no total das importações brasileiras		0,2%	0,1%
Intercâmbio Comercial		618	656
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior		41,4%	6,1%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia		0,8%	0,6%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro		0,2%	0,2%
Saldo Comercial		102	194

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

(US\$ milhões - fob)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - FILIPINAS						
(US\$ milhões - fob)						
	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtos)						
Minérios, escórias e cinzas	228	39,0%	53	16,6%	208	46,2%
Carnes e miudezas; comestíveis	47	8,1%	39	12,0%	45	10,1%
Cereais	5	0,9%	30	9,4%	35	7,9%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	154	26,3%	69	21,6%	31	6,9%
Produtos químicos orgânicos	18	3,0%	21	6,6%	21	4,7%
Bebidas; líquidos alcoólicos e vinagres	2	0,4%	18	5,6%	16	3,7%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes	9	1,5%	14	4,5%	18	4,0%
Ferro fundido; ferro e aço	61	10,4%	18	5,6%	14	3,1%
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural	7	1,2%	7	2,2%	11	2,4%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	10	1,7%	4	1,1%	8	1,7%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose	4	0,7%	8	2,5%	4	0,9%
Subtotal	545	93,2%	281	87,7%	411	91,5%
Demais Produtos	40	6,8%	39	12,3%	38	8,5%
TOTAL GERAL	584	100,0%	321	100,0%	449	100,0%

Elaborado pelo MRE/DP/IDIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, sendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - FILIPINAS						
(US\$ mil - fob)						
	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
IMPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtos)						
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	332	66,7%	154	52,4%	193	58,6%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	78	15,7%	104	35,4%	91	27,6%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	20	4,0%	12	4,0%	16	4,8%
Borracha e suas obras	5	1,1%	4	1,4%	4	1,2%
Gomas, resinas e outros sucos e extratos vegetais	3	0,5%	4	1,3%	4	1,1%
Frutas, cascas de cítricos e de melões	2	0,4%	3	0,9%	3	0,9%
Veículos automotores, tratores, ciclos	2	0,5%	2	0,7%	2	0,7%
Subtotal	442	89,0%	283	96,1%	313	94,8%
Demais Produtos	55	11,0%	11	3,9%	17	5,2%
TOTAL GERAL	497	100,0%	294	100,0%	330	100,0%

Elaborado pelo MRE/DP/IDIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, sendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - FILIPINAS					
(US\$ mil - fob)					
	2010 (jan-set)	% no total	2011 (jan-set)	% no total	
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)					
Minérios, escórias e cinzas	169	46,9%	260	61,2%	
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	24	6,7%	47	11,1%	
Carnes e miudezas comestíveis	38	10,6%	33	7,8%	
Produtos químicos orgânicos	14	3,9%	21	4,9%	
Papel e cartão, obras de pasta de celulose	3	0,8%	14	3,3%	
Calçados, polainas e artefatos semelhantes	10	2,8%	12	2,8%	
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural	8	2,2%	6	1,4%	
Cereais	35	9,7%	0	0,0%	
Subtotal	301	83,6%	393	92,5%	
Demais Produtos	59	16,4%	32	7,5%	
TOTAL GERAL	360	100,0%	425	100,0%	
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)					
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	154	59,7%	123	53,2%	
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	70	27,1%	72	31,2%	
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	12	4,7%	10	4,3%	
Frutas, cascas de cítricos e de melões	2	0,8%	3	1,3%	
Preparações de produtos hortícolas, de frutas	2	0,8%	3	1,3%	
Subtotal	240	93,0%	211	91,3%	
Demais Produtos	18	7,0%	20	8,7%	
TOTAL GERAL	258	100,0%	231	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DP/IDIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, sendo como base os valores apresentados em jan-set/2011.

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	República de Palau
CAPITAL:	Malequeoque
ÁREA:	458 km ² (mais de 300 ilhas)
POPULAÇÃO (2010):	20.519 habitantes
IDIOMAS:	Inglês e palauano
GRUPOS ÉTNICOS (2000):	Palauanos (70%), asiáticos (28%), europeus (2%)
RELIGIÃO:	Católicos (41,6%), protestantes (23,3%), <i>Modeknge</i> (religião local – 8,8%), Adventistas (5,3%)
REGIME DE GOVERNO:	República presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente Johnson Toribiong
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Ministro Victor M. Yano
PIB (2010):	US\$ 169,7 milhões
PIB per capita (2010):	US\$ 6,46 mil
PIB PPP (2010):	US\$ 281,2 milhões
PIB PPP per capita (2010):	US\$ 13,7 mil
UNIDADE MONETÁRIA:	Dólar estadunidense
COMUNIDADE BRASILEIRA:	Não há registro de brasileiros em Palau

COMÉRCIO BILATERAL - (US\$ milhares F.O.B.) – Fonte: MDIC

BRASIL⇒ PALAU	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 jan-nov
Intercâmbio	1	148	60	0,3	8	23	---	6	0,74
Exportações	---	1	0,2	0,3	8	22	---	0,3	---
Importações	1	146	60	---	---	0,4	---	6	0,74
Saldo	-1	-145	-59	0,3	8	22	---	-5	- 0,74

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS	2
PERFIL BIOGRÁFICO	4
RELAÇÕES BILATERAIS	5
COOPERAÇÃO	5
INTERCÂMBIO BILATERAL.....	6
POLÍTICA INTERNA	7
POLÍTICA EXTERNA	8
ECONOMIA E COMÉRCIO EXTERIOR	9

PERFIL BIOGRÁFICO

Johnson Toribiong
Presidente da República de Palau



Nasceu em Airai, em 22 de julho de 1946. É bacharel e mestre em Direito (1973) pela Universidade de Washington.

Foi Embaixador de Palau em Taiwan.

Concorreu à Presidência nas eleições de 1992, quando foi o mais votado no primeiro turno e perdeu no segundo.

Concorreu novamente à Presidência nas eleições de 2008, desta vez com sucesso no segundo turno (com 4.942 votos ou 51,12% do total). Como não há partidos políticos em Palau, todos os candidatos são independentes.

Foi empossado como Presidente de Palau em 15 de janeiro de 2009.

RELACOES BILATERAIS

O Brasil mantém relações diplomáticas com Palau desde 31 de janeiro de 2005. O Brasil apresentou proposta de Acordo Básico de Cooperação Técnica, ainda sob exame das autoridades de Palau.

No primeiro semestre de 2005, foram realizadas três missões oficiais à região do Pacífico, chefiadas pelos Embaixadores Arnaldo Carrilho (Fiji, Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu, além de visita oficial ao Secretariado do Fórum das Ilhas do Pacífico); Frederico César de Araújo (Ilhas Salomão, Nauru, Papua Nova Guiné e Vanuatu); e Georges Lamazière (Ilhas Marshall, Micronésia e Palau).

Em 9 de junho de 2011, o Ministro das Relações Exteriores manteve encontro, em Nova York, com o Presidente de Palau, Johnson Toribiong, na companhia do Professor José Graziano da Silva, então candidato à direção da FAO.

O Presidente de Palau afirmou, na ocasião, que seu país atribui considerável importância ao impacto de frotas pesqueiras estrangeiras nas águas territoriais de seu país. Referiu-se ao fato de Palau ser o primeiro país a constituir um "santuário de tubarões" com o fito de proteger a espécie.

O ME lembrou ao Presidente Toribiong os esforços do Brasil no âmbito da Conferência Rio+20; ressaltou o engajamento brasileiro nas questões de segurança alimentar, associando o tema à paz e estabilidade mundiais, posicionamento com o qual concordou o mandatário de Palau. Este mencionou a aliança militar perpétua de seu país com os Estados Unidos – ressaltou, entretanto, ao retomar o tema dos recursos pesqueiros, que o principal desafio de seu país nesse setor é o monitoramento do mar territorial contra a pesca predatória.

Ainda não foram firmados atos bilaterais entre o Brasil e Palau..

COOPERAÇÃO

Palau foi um dos primeiros países a estabelecer relações diplomáticas com o Brasil a partir do esforço iniciado em outubro de 2004. Já foram identificadas possibilidades de cooperação técnica nos setores de açúcar, café, cacau, futebol, carne bovina, HIV/AIDS, meio ambiente e aquicultura.

Ainda se encontra em negociação proposta de Acordo de Cooperação Técnica com Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Ilhas Fiji, Vanuatu, Samoa e Palau, cujos textos foram aprovados por todas as áreas competentes do Ministério das Relações Exteriores e transmitidos às embaixadas brasileiras na

Austrália e nas Filipinas, com o objetivo de serem entregues aos representantes daqueles governos para análise.

Não existem empréstimos e financiamentos oficiais do Brasil a Palau.

INTERCÂMBIO BILATERAL

O comércio exterior entre Brasil e Palau ainda é incipiente. O maior valor de intercâmbio, registrado em 2004, ficou em US\$ 148 mil. Nos últimos anos, os principais produtos exportados pelo Brasil têm sido pentes, rolamentos de esferas e joalherias. Em sentido contrário, o arquipélago exporta principalmente lâminas de ferro e de aço e circuitos integrados digitais.

POLÍTICA INTERNA

Em 1945, depois de ter sido ocupada por Espanha, Alemanha e Japão, Palau passou a fazer parte do “Território do Pacífico”, que, com base no sistema de territórios tutelados das Nações Unidas, foi submetido a administração dos EUA. Palau tornou-se independente somente em 1994, ao ratificar um Pacto Comum de Livre Associação com os Estados Unidos. Conforme o tratado, cuja duração é de 50 anos, os EUA são encarregados de garantir a defesa e a segurança do arquipélago, além de prover-lhe substanciais financiamentos.

Conforme a Constituição palauana, o regime de governo é presidencialista, sendo o Presidente da República eleito pelo voto direto, com mandato de quatro anos, podendo ser reeleito por uma vez. O Congresso Nacional é bicameral, composto por 25 membros eleitos diretamente – 9 no Senado e 16 na Câmara de Deputados – cujos mandatos também são de quatro anos. O atual Presidente, Johnson Toribiong, que tomou posse em janeiro de 2009, é advogado de formação e foi embaixador de seu país em Taiwan.

A população de Palau reduziu-se a pouco mais de 4.000 pessoas após a Segunda Guerra Mundial, de um total de 50.000 pessoas nas primeiras décadas do século XX. Atualmente, a população do país é de cerca de 20.000 pessoas.

Palau é constituída por um arquipélago com dezenas de ilhas, 10 das quais inabitadas.

POLÍTICA EXTERNA

Os EUA são o principal parceiro externo de Palau. É prioridade do Governo palauano sustentar os fluxos de financiamento que vêm dos Estados Unidos. Além de manter importantes relações com parceiros como Austrália, Nova Zelândia e Filipinas, o Governo de Palau tem buscado estreitar laços com outros países asiáticos, particularmente com o Japão. Em janeiro de 2000, o governo palauano reconheceu formalmente Taiwan, garantindo a contribuição taiwanesa para o aumento do investimento e do turismo em Palau. Atualmente, Taiwan tem forte presença econômica no arquipélago. EUA, Filipinas e Japão mantêm representações diplomáticas em Malequeoque.

Palau passou a integrar a ONU em dezembro de 1994. Mantém relações diplomáticas com 40 países e conta com missões nos EUA, no Japão, em Taiwan e nas Filipinas, além da Missão Permanente junto às Nações Unidas. As melhores conexões aéreas do país ligam a capital a Tóquio e a Manila.

Tornou-se membro do Fórum do Pacífico Sul, em 1995, logo após a sua independência. Como tal, é parte também do recentemente aprovado “*Pacific Agreement on Closer Economic Relations*” (PACER), que inclui Austrália e Nova Zelândia. Esse acordo prevê a futura criação de uma área de livre comércio entre os 14 países do Fórum das Ilhas do Pacífico, chamado “*Pacific Island Countries Trade Agreement*” (PICTA), sem a Austrália e a Nova Zelândia.

Palau foi admitido no FMI em 1998. Os principais doadores são os EUA, Japão e Taiwan. O país também é membro do Banco de Desenvolvimento Asiático, bem como da UNESCO, da FAO, do FMI, do Banco Mundial e de várias organizações regionais.

O arquipélago está em negociações de delimitação marítima com as Filipinas e a Indonésia.

Em 2000, Palau ingressou oficialmente no ACP (Grupo de Estados da África, Caribe e Pacífico).

Relações com a União Europeia

Em outubro de 1999, Palau propôs o estabelecimento de relações diplomáticas com a União Europeia. Em agosto de 2001, o país ratificou o Acordo de Parceria ACP-EU, entre a União Europeia e o Grupo de Estados da África, Caribe e Pacífico.

Com a décima alocação do Fundo de Desenvolvimento Europeu (2008-2013), o país receberá 2,5 milhões de euros, que devem ser utilizados em projetos com foco no desenvolvimento de energia renovável nos setores de água e energia, bem como em assistência técnica e cooperação para projetos relacionados.

ECONOMIA E COMÉRCIO EXTERIOR

Palau tem um dos maiores padrões de vida entre os países insulares do Pacífico. A renda *per capita* de sua população supera em até 50% a dos filipinos e a de outros povos da Micronésia. O PIB do país vinha crescendo em média 5% ao ano até 2008, quando a crise mundial fez o índice desacelerar para 2%.

A principal atividade econômica do arquipélago é o turismo, que emprega 50% dos palauanos, seguida pelo setor pesqueiro. O Estado também desempenha importante papel na economia, empregando cerca de 15% dos habitantes. Um dos principais desafios do governo de Palau é garantir, no longo prazo, a viabilidade de sua economia, por meio da redução da dependência da assistência financeira externa.

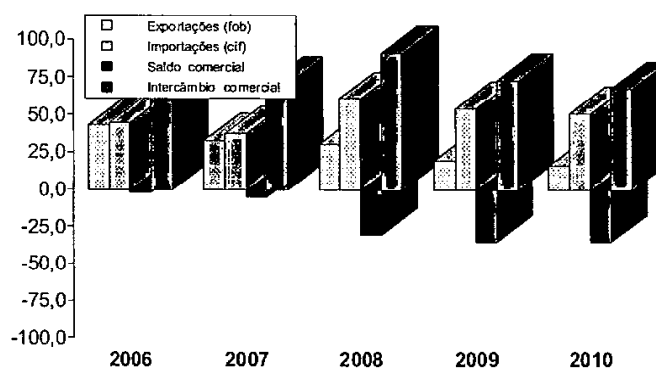
Entre os produtos de exportação palauanos mais importantes estão os mariscos, o atum, a copra (polpa seca do coco) e têxteis. Na pauta de importação do país, destacam-se bens de capital, combustíveis, metais e produtos alimentícios. Seus principais parceiros comerciais são os EUA, o Japão, Taiwan, as Filipinas, a Austrália e a Nova Zelândia.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS

PALAU: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações (fob)	42,8	32,7	30,2	19,2	16,1
Importações (cif)	44,5	37,8	60,8	54,0	51,2
Saldo comercial	-1,7	-5,1	-30,6	-34,8	-35,1
Intercâmbio comercial	87,3	70,6	91,0	73,1	67,3

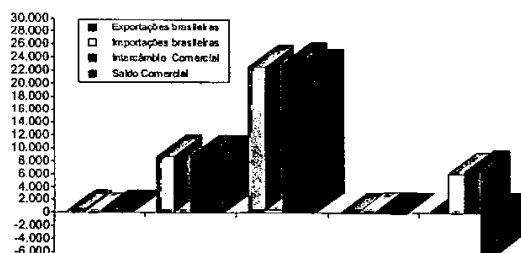
Elaborado pelo MREDP/DEC - Divisão de Registros Comerciais, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, November 2011.



BRASIL-PALAU: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$, fob

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2010 (jan-out)	2011 (jan-out)
Exportações brasileiras	355	8.824	22.538	0	350	350	0
Variação em relação ao ano anterior	22,4%	2385,6%	155,4%	-100,0%	n.a	n.a	-100,0%
Importações brasileiras	0	8	490	31	6.243	4.518	291
Variação em relação ao ano anterior	-100,0%	n.a	6025,0%	-93,7%	20038,7%	14474,2%	-93,6%
Intercâmbio Comercial	355	8.832	23.028	31	6.593	4.868	291
Variação em relação ao ano anterior	-99,4%	2387,9%	160,7%	-99,9%	21167,7%	15603,2%	-94,0%
Saldo Comercial	355	8.816	22.048	-31	-5.893	-4.168	-291

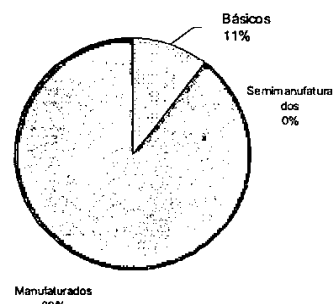
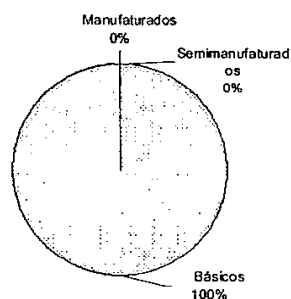
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Afexweb.



BRASIL-PALAU: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	350	100,0%	1.108	10,6%
Semimanufaturados	0	0,0%	0	0,0%
Manufaturados	0	0,0%	9.345	89,4%
Total	350	100,0%	10.453	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC.



US\$, fob

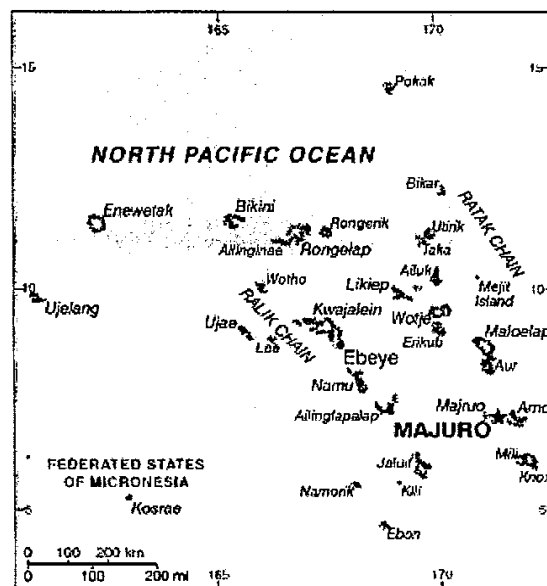
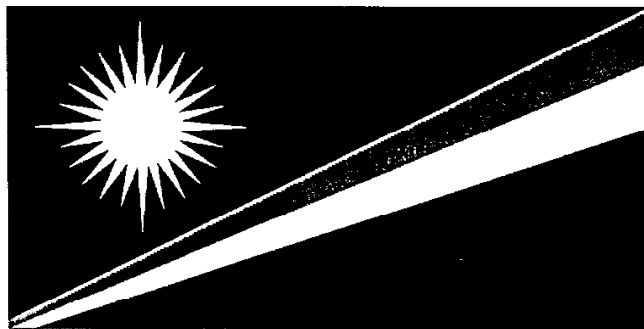
DESCRIÇÃO	2008	2009	2010		
			Valor	% no total	
Exportações brasileiras para Palau, 2010					
Máquinas mecânicas	0	0	350	100,0%	A horizontal bar chart with a scale from 0 to 400. The bar for 'Máquinas mecânicas' extends to 350, and the bar for 'Instrs musicais' is at 0.
Instrs musicais	22.538	0	0	0,0%	
Subtotal	22.538	0	350	100,0%	
Outros produtos	0	0	0	0,0%	
Total	22.538	0	350	100,0%	

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010		
			Valor	% no total	
Importações brasileiras origin.de Palau, 2010					
Máquinas mecânicas	0	0	3.370	54,0%	
Máquinas elétricas	0	0	1.725		
Instrumentos médicos/preciso	490	31	1.148		
Subtotal	490	31	6.243	100,0%	
Outros produtos	0	0	0	0,0%	
Total	490	31	6.243	100,0%	

DESCRIÇÃO	2 0 1 0.	2 0 1 1(jan-out)		
	(jan-out)	Valor	% no total	
Exportações brasileiras para Palau em 2011(jan-out)				
Exportações				
Instrs musicais	350	0	0,0%	
Subtotal	350	0	0,0%	
Outros produtos	0	0	0,0%	
Total	350	0	0,0%	
Importações brasileiras orig.de Palau em 2011(jan-out)				
Importações				
Máquinas elétricas	1.148	291	0,0%	Máquinas elétricas
Máquinas mecânicas	3.370	0	0,0%	Máquinas mecânicas
Subtotal	4.518	291	0,0%	
Outros produtos	0	0	0,0%	
Total	4.518	291	0,0%	

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL POLÍTICA II
DEPARTAMENTO DA ÁSIA CENTRAL, MERIDIONAL E OCEANIA
DIVISÃO DA OCEANIA

REPÚBLICA DAS ILHAS MARSHALL



OSTENSIVO
Informação ao Senado Federal
Janeiro de 2012

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	República das Ilhas Marshall
CAPITAL:	Majuro
ÁREA:	181,3 km²
POPULAÇÃO:	67.182 (2011)
IDIOMAS:	Marshalês (oficial) e inglês
GRUPOS ÉTNICOS:	Marshaleses (92,1%); mestiços (5,9%); outros (2%)
RELIGIÃO:	Congregacionistas (51,5%); Assembleia de Deus (24,2%); católicos (8,4%); mórmons (8,3%)
REGIME DE GOVERNO:	República semipresidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente Jurelang Zedkaia
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES:	Ministro John M. Silk
PIB (2010):	US\$ 155,8 milhões
PIB <i>per capita</i> (2010):	US\$ 2.990
PIB PPP (2008):	US\$ 133,5 milhões
PIB PPP <i>per capita</i> (2008):	US\$ 2.500
UNIDADE MONETÁRIA:	Dólar estadunidense
COMUNIDADE BRASILEIRA:	Não há registro de brasileiros nas Ilhas Marshall

COMÉRCIO BILATERAL (US\$ milhares F.O.B) - Fonte: MDIC

BRASIL⇒ MARSHALL	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 Jan-Nov
Intercâmbio	3	68	328	297	1.902	996	4.969	13.779	8.009
Exportações	3	68	211	260	669	969	4.969	13.707	8.009
Importações	---	---	116	36	1.233	26	---	72	---
Saldo	3	68	95	223	-564	943	4.969	13.636	8.009

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS	2
RELAÇÕES BILATERAIS	5
RELAÇÕES BILATERAIS	5
COOPERAÇÃO	5
INTERCÂMBIO BILATERAL	6
POLÍTICA INTERNA	7
POLÍTICA EXTERNA	8
ECONOMIA E COMÉRCIO EXTERIOR	8

PERFIL BIOGRÁFICO

JURELANG ZEDKAIA
Presidente da República



O presidente Iroij Jurelang Zedkaia nasceu em 13 de julho de 1950, em Majuro. Foi membro do Nitijela (Parlamento) por 18 anos. Antes de entrar para a política, Zedkaia trabalhou em serviços de Saúde, durante 15 anos. Durante 6 anos, trabalhou no governo local de Majuro como membro do Conselho Executivo, na pasta de Saúde, Educação e Assuntos Sociais.

Entrou para a política quando foi eleito representante de Majuro para a Segunda Convenção Constitucional, em 1991, sendo eleito Senador logo em seguida. Em 1994, tornou-se membro da Terceira Convenção Constitucional e foi eleito Vice-Presidente do Parlamento. Foi reeleito Senador em 2000. Em 2008, foi eleito Presidente do Parlamento – função que exerceu até se tornar Presidente da República, em 2009.

RELAÇÕES BILATERAIS

Por meio de Comunicado Conjunto subscrito em 27 de julho de 2010, em Nova York, pelos respectivos Representantes Permanentes junto às Nações Unidas, o Brasil e as Ilhas Marshall estabeleceram relações diplomáticas, conforme as disposições da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 1961. A iniciativa inscreveu-se no esforço do Governo brasileiro de valorizar e aprofundar as relações com os países do Pacífico Sul.

O esforço de aproximação com as Ilhas Marshall e os demais países insulares do Pacífico foi iniciado no primeiro semestre de 2005, quando foram realizadas três missões oficiais à região do Pacífico, chefiadas pelos Embaixadores Arnaldo Carrilho (Fiji, Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu, além de visita oficial ao Secretariado do Fórum das Ilhas do Pacífico); Frederico César de Araújo (Ilhas Salomão, Nauru, Papua Nova Guiné e Vanuatu); e Georges Lamazière (Ilhas Marshall, Micronésia e Palau).

Entre 29 de abril e 3 de maio de 2009, o Representante Permanente (RP) das Ilhas Marshall junto à ONU, Phillip Muller, bem como os RPs de Fiji, Samoa, Salomão, Nauru, Tuvalu, Vanuatu e Micronésia visitaram o Brasil, a convite do Governo brasileiro. Os RPs fizeram visita protocolar ao Ministro de Estado interino, Samuel Pinheiro Guimarães, e participaram de palestras com o Subsecretário-Geral de Cooperação e de Promoção Comercial, Embaixador Ruy Nogueira; com a Diretora do Departamento de Ásia e Oceania, Embaixadora Regina Dunlop; com o Diretor do Departamento de Organismos Internacionais, Ministro Carlos Duarte; e com o Chefe da Agência Brasileira de Cooperação, Ministro Marco Farani. Como parte da programação, a delegação visitou, em Brasília, o Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA I) e o Centro Nacional de Recursos Genéticos e Biotecnologia da Embrapa (CENARGEN); no Rio de Janeiro, o Laboratório de Tecnologia Submarina (COPPE/UFRJ), a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), a Empresa Gerencial de Projetos Navais (ENGEPRON), a PETROBRAS, o BNDES e a VALE; e, em São Paulo, a EMBRAER.

Ainda não foram firmados atos bilaterais entre o Brasil e as Ilhas Marshall.

COOPERAÇÃO

As Ilhas Marshall têm interesse em receber investimentos externos para desenvolver o setor de turismo.

Não existem empréstimos e financiamentos oficiais do Brasil às Ilhas Marshall.

INTERCÂMBIO BILATERAL

O intercâmbio bilateral Brasil-Ilhas Marshall é ainda incipiente. No entanto, verifica-se nos últimos anos uma clara tendência de aumento das exportações brasileiras, enquanto as importações são irregulares.

Em 2003, o total das exportações e importações entre o Brasil e as Ilhas Marshall foi insignificante, de apenas US\$ 3 mil, passando para US\$ 68 mil em 2004, US\$ 328 mil em 2005 e US\$ 297 mil em 2006. Em 2007, a balança comercial atingiu US\$ 1,9 milhão, diminuindo ligeiramente, em 2008, para US\$ 996 mil. Em 2009, o intercâmbio comercial atingiu US\$ 4,9 milhões e, em 2010, chegou a US\$ 13,78 milhões. Em 2011, há uma tendência de queda, com o comércio de apenas US\$3,9 milhões até agosto.

Em 2010, as exportações do Brasil para as Ilhas Marshall se concentraram na área de turismo, como embarcações de recreio tipo esporte (76,7%), álcool (20,8%) e consumo de bordo para embarcações e aeronaves. O Brasil importou das Ilhas Marshall material a base de plástico (99,8%).

POLÍTICA INTERNA

As Ilhas Marshall tornaram-se independentes em 1986, sob um Pacto Comum de Livre Associação com os Estados Unidos da América, que lhes assegura defesa, condução da ação externa e aporte financeiro. A Constituição nacional segue o modelo do Reino Unido.

O Pacto Comum de Livre Associação com os EUA, assinado em 1982, atribui responsabilidade ao Governo das Ilhas Marshall por assuntos domésticos e de política externa, exceto nos domínios a cargo dos EUA. O pacto entrou em vigor em 21 de outubro de 1986.

As Ilhas Marshall são uma república constitucional, com um regime misto entre o parlamentarismo e o presidencialismo. As eleições são realizadas a cada quatro anos, elegendo, por sufrágio universal, os 33 Senadores da Câmara Baixa do Legislativo, conhecida como Nitijela (Parlamento). O Presidente é então apontado pelo Nitijela, dentre os seus membros, tornando-se chefe de Estado e de governo. A Câmara Alta do Legislativo, chamada de Conselho de Iroij, é composta por 12 chefes tribais, e tem caráter consultivo para questões fundiárias, de direito consuetudinário e de práticas tradicionais.

O Presidente Jurelang Zedkaia foi eleito em 26 de outubro de 2009, quando o então Presidente Litokwa Tomeing teve que deixar o cargo em razão de uma moção de desconfiança aprovada pelo Parlamento.

POLÍTICA EXTERNA

Embora os EUA sejam o principal parceiro externo das Ilhas Marshall, o país tem procurado promover relações estreitas com o Japão, a Austrália e outras nações do Pacífico. A Austrália foi o segundo país, depois dos EUA, a estabelecer relações diplomáticas com as Ilhas Marshall, em 1987. EUA, Japão e Taiwan mantêm representações diplomáticas nas Ilhas.

A República das Ilhas Marshall tornou-se membro da ONU em 1991. É, também, membro do Foro das Ilhas do Pacífico, da Comunidade do Pacífico Sul (SPC), e de outros organismos internacionais, como o Banco de Desenvolvimento da Ásia, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

Em relação à contaminação radioativa das Ilhas Marshall, o 34º Foro das Ilhas do Pacífico reiterou o reconhecimento da especial responsabilidade dos Estados Unidos pelos efeitos adversos do ensaio nuclear conduzido pelos EUA durante a administração estadunidense das ilhas, e reiterou o chamamento aos EUA para que cumpram integralmente a obrigação de prover compensação adequada e justa.

O país tem grande interesse nas negociações sobre mudança do clima. Defende que os progressos alcançados nos últimos 20 anos não devem ser comprometidos por um pequeno número de países e que os compromissos necessários têm de ser assumidos.

ECONOMIA E COMÉRCIO EXTERIOR

A economia das Ilhas Marshall é fortemente dependente da ajuda estadunidense, possuindo um enorme setor estatal, responsável pela maior parte do emprego. A razão entre as importações e as exportações é de cerca de 11 para 1, e todo o combustível tem de ser importado. Uma parte das receitas das Ilhas Marshall advém do aluguel do atol Kwajalein aos EUA, para testes de mísseis.

Em diversos atóis, prevalece a economia de subsistência, principalmente no setor agrícola e da pesca. As principais produções são as de coco, melões e frutapão. O turismo emprega cerca de 10% da população, e é a principal fonte de divisas estrangeiras. Apesar de ser um local paradisíaco, o turismo nas Ilhas Marshall é muito pouco explorado, devido à dificuldade de se chegar ao local, à concorrência com outras ilhas e ao medo infundado de alguns turistas de supostas contaminações.

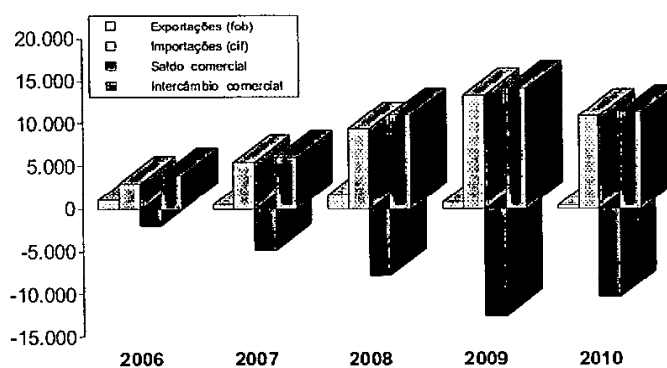
Há pouca variação na evolução da balança comercial. O total das exportações do país foi de US\$ 9,1 milhões em 2008, praticamente o mesmo resultado dos anos anteriores. No mesmo período, as importações totais do país chegaram a apenas US\$ 547 mil. O PIB cresceu de US\$ 115 milhões em 2001 para US\$ 149 milhões em 2007, pelo critério da paridade do poder de compra.

ILHAS MARSHALL: COMÉRCIO EXTERIOR
US\$ mil

DESCRIÇÃO ⁽¹⁾	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações (fob)	1.048	574	1.650	766	417
Importações (cif)	2.974	5.436	9.399	13.393	10.834
Saldo comercial	-1.926	-4.862	-7.749	-12.627	-10.417
Intercâmbio comercial	4.022	6.010	11.049	14.159	11.251

Elaborado pelo MREDPR/DIC - Direção de Inteligência Comercial, com base em dados do UNCTAD/TradeMap, Direction of Trade Statistics, Novembro 2011.

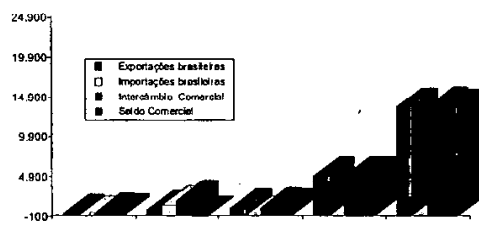
(1) Ilhas Marshall não informaram dados comerciais ao banco de dados Trademap. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.



BRASIL-ILHAS MARSHALL: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2010 (Jan-out)	2011 (Jan-out)
Exportações brasileiras	260	669	969	4.970	13.707	13.707	4.017
Variação em relação ao ano anterior	23,2%	157,3%	44,8%	412,9%	175,8%	175,8%	-70,7%
Importações brasileiras	37	1.234	26	0	71	47	0
Variação em relação ao ano anterior	-68,2%	963,8%	-97,9%	-100,0%	n.a	n.a	-99,7%
Intercâmbio Comercial	297	1.903	995	4.970	13.778	13.754	4.017
Variação em relação ao ano anterior	11640,7%	541,0%	-47,7%	399,5%	177,2%	176,7%	-70,8%
Saldo Comercial	223	-565	943	4.970	13.636	13.660	4.017

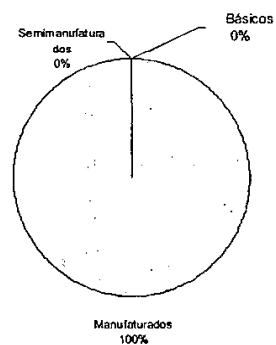
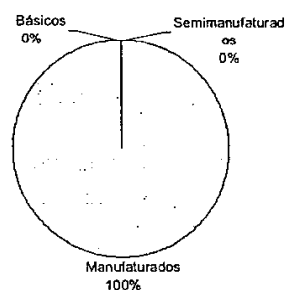
Elaborado pelo MPD/Pratic. Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 2011, CIB/AN/Brasília



US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	0	0,0%	0	0,0%
Semimanufaturados	0	0,0%	0	0,0%
Manufaturados	13.067	95,3%	72	100,0%
Total	13.707	100,0%	72	100,0%

Elaborado pelo MDA/PRD/DE - Divisão de Planejamento e Estatística, sob a supervisão do MDA.



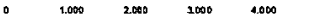
US\$ Mil, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010		
			Valor	% no total	
Embarcações flut.	0	4.425	10.277	75,0%	Exportações brasileiras para ILHAS MARSHALL, 2010:
Bebidas	0	0	2.790	20,4%	
Pele	92	0	0	0,0%	
Subtotal	92	4.425	13.067	95,3%	
Outros produtos	877	545	640	4,7%	
Total	969	4.970	13.707	100,0%	

Elaborado pelo MDA/PRD/DE - Divisão de Planejamento e Estatística, sob a supervisão do MDA.

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010		
			Valor	% no total	
Importações bras.origem de ILHAS MARSHALL, 2010					
Plásticos	0	0	63	88,7%	Plásticos
Máquinas elétricas	8	0	8	11,3%	
Máquinas mecânicas	17	0	0	0,0%	
Subtotal	25	0	71	100,0%	
Outros produtos	1	0	0	0,0%	Máquinas elétricas
Total	26	0	71	100,0%	

US\$ mil, fob

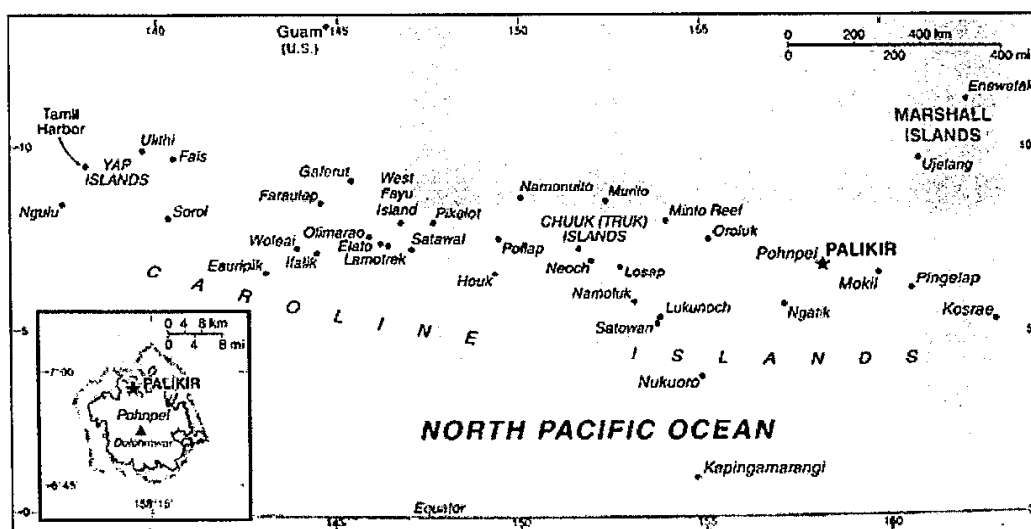
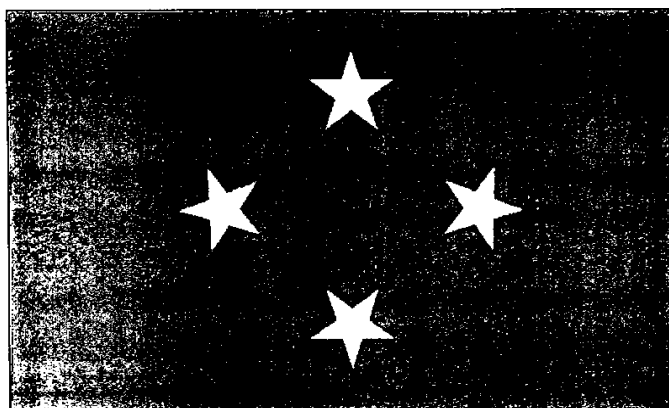
DESCRIÇÃO	2010	2011(jan-out)		Exportações bras para ILHAS MARSHALL em 2011(jan-out)
	(jan-out)	Valor	% no total	
Exportações				
Embarcações	10.277	3.293	82,0%	
Subtotal	10.277	3.293	82,0%	
Outros produtos	3.430	724	18,0%	
Total	13.707	4.017	100,0%	

Importações brasileiras orig.de ILHAS MARSHALL em 2011 (jan-out)				
Importações				
Máquinas elétricas	0,0	0,2	100,0%	Máquinas elétricas
Plásticos	47,0	0,0	0,0%	
Subtotal	47,0	0,2	100,0%	
Outros produtos	0,0	0,0	0,0%	
Total	47,0	0,2	100,0%	

Elaboração: SECOMEX/Divisão de Estatística e Comércio Exterior, em parceria com a MDT/Secretaria de Comércio Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL POLÍTICA II
DEPARTAMENTO DA ÁSIA CENTRAL, MERIDIONAL E OCEANIA
DIVISÃO DA OCEANIA

ESTADOS FEDERADOS DA MICRONÉSIA



OSTENSIVO
Informação ao Senado Federal
Janeiro de 2012

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	Estados Federados da Micronésia
CAPITAL:	Palikir
ÁREA:	702 km ² (607 ilhas)
POPULAÇÃO:	106.836 (estimativa de julho/2011)
IDIOMAS:	Inglês (língua oficial); sete línguas locais, oficiais em níveis regionais
GRUPOS ÉTNICOS:	Nove grupos étnicos micronésios e polinésios
RELIGIÃO:	Católicos romanos (50%), protestantes (47%)
REGIME DE GOVERNO:	República presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente Emanuel Mori (desde maio de 2007)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Lorin Robert
PIB (2010)	US\$287 milhões
PIB <i>per capita</i> (2010)	US\$2.588
PIB PPP (2010)	US\$384 milhões
PIB <i>per capita</i> PPP (2010)	US\$3185
UNIDADE MONETÁRIA:	Dólar estadunidense
COMUNIDADE BRASILEIRA:	Não há registro de brasileiros na Micronésia

INTERCÂMBIO BILATERAL

BRASIL⇒ MICRONÉSIA	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 Jan-Nov
Intercâmbio	156	272	1.146	92	127	73	100	108	106
Exportações	156	272	1.127	82	75	73	99	103	63
Importações	0,4	---	19	9	52	0,1	1	6	43
Saldo	155	272	1.108	72	23	73	98	97	19

(US\$ milhares F.O.B.) – Fonte: MDIC

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS	2
PERFIL BIOGRÁFICO	4
RELAÇÕES BILATERAIS.....	5
Comércio bilateral	6
POLÍTICA INTERNA.....	7
POLÍTICA EXTERNA.....	8
ECONOMIA E COMÉRCIO EXTERIOR	9
Dados Básicos e Principais Indicadores Econômicos.....	10

PERFIL BIOGRAFICO**EMANUEL MORI**

Presidente dos Estados Federados da Micronésia



Emanuel Mori é o sétimo presidente dos Estados Federados da Micronésia. Assumiu o primeiro mandato em maio de 2007 e foi reeleito em maio de 2011.

Nasceu na ilha de Fefan, Estado de Chuuk, em dezembro de 1948 e graduou-se em Administração de Empresas na Universidade de Guam, em 1973. Em 1981, passou a trabalhar no Banco de Desenvolvimento dos Estados Federados da Micronésia e após três anos de serviço tornou-se presidente e CEO do Banco, posição que manteve até 1997. Coordenou um plano para reverter o déficit do banco que foi capaz de, em um ano, afastar a instituição do risco de insolvência.

Em 1999, Emanuel Mori foi eleito Senador pelo Estado de Chuuk para um mandato de quatro anos. Afastou-se da política, em 2003, para exercer a chefia executiva da *Chuuk Public Utilities Corporation*. No ano seguinte foi novamente eleito para o Congresso.

Em 2007 foi eleito para mais um mandato de quatro anos como representante do Estado de Chuuk e em 11 de maio de 2007, na abertura da sessão do 15º Congresso, foi escolhido por seus pares para ser o Presidente dos Estados Federados da Micronésia.

RELAÇÕES BILATERAIS

A Micronésia estabeleceu relações diplomáticas com o Brasil em outubro de 2010.

O processo de aproximação com a Micronésia e os demais países insulares do Pacífico teve início no primeiro semestre de 2005, quando foram realizadas três missões oficiais à região do Pacífico, chefiadas pelos Embaixadores Arnaldo Carrilho (Fiji, Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu, além de visita oficial ao Secretariado do Fórum das Ilhas do Pacífico); Frederico César de Araújo (Ilhas Salomão, Nauru, Papua Nova Guiné e Vanuatu); e Georges Lamazière (Ilhas Marshall, Micronésia e Palau).

Entre 29 de abril e 3 de maio de 2009, o Representante Permanente (RP) da Micronésia junto à ONU, Jeem Lippwe, bem como os RPs de Fiji, Samoa, Salomão, Nauru, Tuvalu, Vanuatu, e Marshall, visitaram o Brasil, a convite do Governo brasileiro. Os RPs fizeram visita protocolar ao Ministro das Relações Exteriores interino, Samuel Pinheiro Guimarães, e participaram de palestras com o Subsecretário-Geral de Cooperação e de Promoção Comercial, Embaixador Ruy Nogueira, a Diretora do Departamento de Ásia e Oceania, Embaixadora Regina Dunlop, o Diretor do Departamento de Organismos Internacionais, Ministro Carlos Duarte, e o Chefe da Agência Brasileira de Cooperação, Ministro Marco Farani. Como parte da programação, a delegação visitou, em Brasília, o Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA I), e o Centro Nacional de Recursos Genéticos e Biotecnologia da Embrapa (CENARGEN); no Rio de Janeiro, o Laboratório de Tecnologia Submarina (COPPE/UFRJ), a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), a Empresa Gerencial de Projetos Navais (ENGEPRON), a PETROBRAS, o BNDES e a VALE; e, em São Paulo, a EMBRAER.

Ainda não foram firmados atos bilaterais com a Micronésia.

Conselho de Segurança das Nações Unidas

A Micronésia tem defendido a expansão do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), nas categorias de membros permanentes e não-permanentes. No Debate Geral da 63ª Assembleia Geral das Nações Unidas, o Presidente Emanuel Mori defendeu expansão de ambas as categorias do Conselho e apoiou explicitamente a inclusão de Japão, Alemanha e Índia como membros permanentes do órgão. Não fez menção expressa ao Brasil.

Comércio bilateral

O comércio bilateral é ainda incipiente. Não se observa tendência de aumento ou diminuição no comércio entre os dois países. O pico do intercâmbio bilateral ocorreu em 2005, quando atingiu US\$ 1,1 milhão, e a partir de então estabilizou-se na faixa do US\$ 100 mil.

Em 2011, as importações brasileiras concentraram-se em painéis de instrumentos para veículos automotores, e as exportações em preparações de carne bovina e livros.

Não há empréstimos ou financiamentos do Brasil à Micronésia.

POLÍTICA INTERNA

Os Estados Federados da Micronésia tornaram-se independentes em 1986, sob um Pacto Comum de Livre Associação com os Estados Unidos da América, que lhes assegura defesa, condução da ação externa e aporte financeiro. A Constituição nacional segue o modelo estadunidense. O atual Presidente, Emanuel Mori, tomou posse em maio de 2007. O Pacto Comum de Livre Associação com os EUA atribui responsabilidade ao Governo da Micronésia em assuntos domésticos e de política externa, exceto nos domínios a cargo dos EUA.

A federação é uma república presidencialista composta por quatro Estados (Pohnpei, Chuuk, Kosrae e Yap), sendo que cada um possui sua própria constituição, Governador e, exceto no caso de Chuuk, uma legislatura unicameral. O poder legislativo federal é exercido por um Congresso unicameral composto por 14 senadores eleitos pelo voto popular, sendo que quatro deles representam os Estados e exercem mandatos de 4 anos e os outros 10 senadores representam distritos delineados de acordo com a distribuição da população, e servem mandatos de 2 anos. O poder executivo é exercido pelo Presidente, que é eleito pelo Congresso entre os quatro senadores que servem mandatos de 4 anos. O mandato do presidente também é de 4 anos, com possibilidade de uma reeleição. Uma emenda constitucional que propunha eleições diretas para Presidente foi rejeitada pelo Congresso.

O atual presidente, Emanuel Mori, foi reeleito nas eleições realizadas em Maio de 2011. Nessa ocasião, diversos novos membros do congresso também foram eleitos nos Estados de Chuuk e Pohnpei. A próxima eleição deverá ser realizada em maio de 2015.

POLÍTICA EXTERNA

A Micronésia mantém relações diplomáticas com cerca de 40 países e tem representações diplomáticas em Washington, Tóquio, Fiji e nas Nações Unidas. Os EUA são o principal parceiro externo da Micronésia.

Há quatro representações diplomáticas sediadas na capital micronésia (EUA, China, Japão e Austrália). A Micronésia tornou-se membro da ONU em 1991 e tem procurado exercer influência em temas como meio ambiente, pesca e transportes. É, também, membro da OMS, da ESCAP (*"Economic and Social Commission for Asia and the Pacific"*), do PNUD, da FAO e de várias organizações regionais, como o Foro das Ilhas do Pacífico e o SPC.

Na 66ª AGNU, o Presidente Emanuel Mori destacou que seu país está ameaçado por uma "bomba-relógio ambiental" de 32 milhões de litros de petróleo em 60 navios afundados durante a II Guerra Mundial e instou a comunidade internacional a ajudar a evitar o que seria um "imenso desastre ambiental". Ao referir-se à Conferência Rio+20, comentou a importância dos oceanos para as economias da região e aludiu à exploração econômica dos recursos marítimos, inclusive pesca e turismo. Por fim, destacou a importância da criação de nova categoria na ONU para caracterizar as pequenas ilhas em desenvolvimento do Pacífico.

ECONOMIA E COMÉRCIO EXTERIOR

As principais atividades econômicas da Micronésia são a agricultura e na pesca. O arquipélago possui poucas reservas de minérios, com exceção do fosfato. Existe potencial para a indústria do turismo, mas a localização remota, a falta de infraestrutura e as poucas conexões aéreas impedem seu desenvolvimento.

Sob os termos originais do Pacto Comum de Livre Associação, os EUA forneceram ajuda de US\$1,3 bilhão durante o período de 1986-2001, mas o nível do suporte financeiro foi reduzido desde então. A Emenda ao Pacto Comum garante milhões de dólares em ajuda anual até 2023 e estabelece um fundo, para o qual os EUA e a Micronésia fazem contribuições anuais, de modo a garantir uma renda anual permanente após 2023. As perspectivas econômicas de médio prazo para o país são frágeis, em vista não apenas da redução da ajuda dos EUA, mas também do lento crescimento do setor privado.

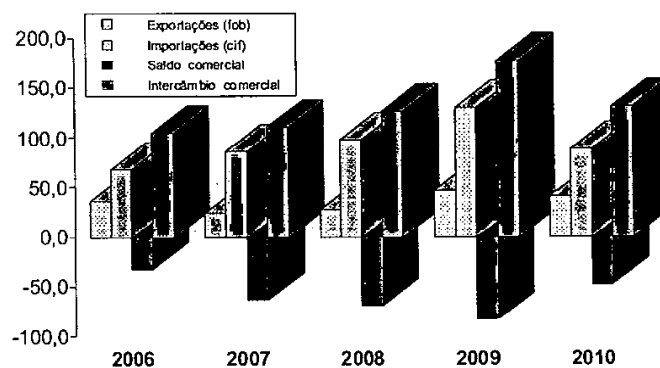
DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS

MICRONÉSIA: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ mil

DESCRIÇÃO⁽¹⁾	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações (fob)	36,4	24,1	28,6	47,0	41,7
Importações (cif)	68,9	86,7	97,8	130,3	89,1
Saldo comercial	-32,5	-62,6	-69,2	-83,3	-47,4
Intercâmbio comercial	105,3	110,8	126,4	177,3	130,8

Elaborado pela MRE/DP/DC - Divisão de Relações Comerciais, com base em dados de UNCTAD/TradeMap, Direction of Trade Statistics, November 2011.

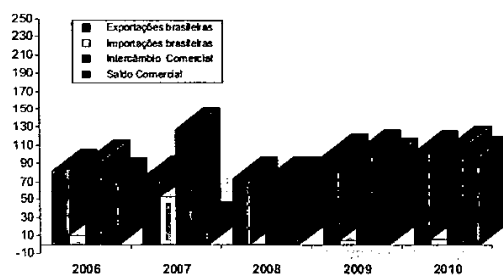
(1) Micronésia não informou dados comerciais ao banco de dados Trademap. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.



BRASIL-MICRONÉSIA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2010 (jan-out)	2011 (jan-out)
Exportações brasileiras	83	75	74	99	103	103	166
Variação em relação ao ano anterior	-92,7%	-8,6%	-2,1%	34,7%	3,3%	3,1%	61,9%
Importações brasileiras	10	52	0	5	6	6	43
Variação em relação ao ano anterior	-48,4%	n.a	-99,7%	3209,4%	21,1%	366,1%	685,5%
Intercâmbio Comercial	92	127	74	104	108	108	209
Variação em relação ao ano anterior	1808,2%	38,0%	-42,0%	40,7%	4,1%	126,7%	93,6%
Saldo Comercial	73	23	74	95	97	97	123

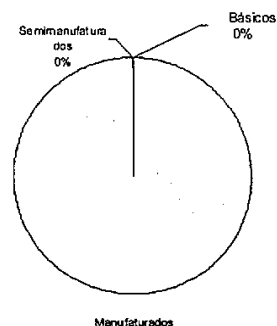
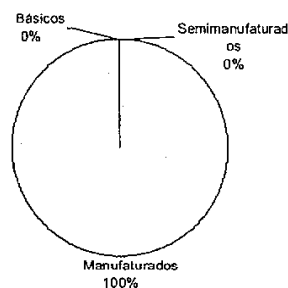
Elaborado pelo MRE/DPE/DIC, Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDT/SEC/2011, maio



BRASIL-MICRONÉSIA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	0	0,0%	0	0,0%
Semimanufaturados	0	0,0%	0	0,0%
Manufaturados	103	100,0%	6	100,0%
Total	103	100,0%	6	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC.



US\$ Mil, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010		
			Valor	% no total	
Preparações de carne	69	95	102	98,9%	
Livros	0	0	1	1,0%	
Gorduras	4	0	0		
Subtotal	73	95	103	99,9%	
Outros produtos	1	4	0	0,1%	
Total	74	99	103	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Brasília.

BRASIL-MICRONÉSIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010		
			Valor	% no total	
Máquinas elétricas	0	4	5	91,6%	
Subtotal	0	4	5	91,6%	
Outros produtos	0	1	0	8,4%	
Total	0	5	6	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Brasília.

BRASIL-MICRONÉSIA: COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010 (jan-out)	2011 (jan-out) Valor	% no total	Exportações bras. para MICRONÉSIA em 2011 (jan-out)
Exportações				
Preparações de carne	102	163	98,5%	
Subtotal	102	163	98,5%	
Outros produtos	1	3	1,5%	
Total	103	166	100,0%	
Importações				Importações brasileiras orig. de MICRONÉSIA em 2011 (jan-out)
Automóveis	0	34	78,0%	
Máquinas elétricas	5	9	21,8%	
Subtotal	5	43	99,8%	
Outros produtos	0	0	0,2%	
Total	6	43	100,0%	

Elaboração: IBGE, Diretoria de Estatísticas Econômicas, Coordenação de Estatística do Comércio Exterior, Maio de 2012.

Aviso nº 78 - C. Civil.

Em 14 de fevereiro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas e, cumulativamente, junto à República de Palau, à República das Ilhas Marshall e aos Estados Federados da Micronésia.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional).

Publicado no DSF, de 17/02/2012.

7



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

PARECER Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 238, de 2011 (nº 46, de 2011, na origem), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha Relativo à Segurança de Informações Sigilosas, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.*

RELATOR: Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**

I – RELATÓRIO

Esta Comissão é chamada a se pronunciar sobre o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 238, de 2011 (PDC nº 46, de 2011, na origem), decorrente da Mensagem nº 279, de 27 de maio de 2010, encaminhada pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, que submete à consideração desta Casa o *texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha Relativo à Segurança de Informações Sigilosas, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.*

O art. 1º do Acordo estabelece seu objeto e âmbito de aplicação e deixa claro que o instrumento não poderá ser invocado para se obter informação sigilosa de terceira parte.

O art. 2º traz as definições para termos como "autoridade nacional de segurança" (órgãos responsáveis pela implementação do Acordo), "contrato sigiloso" (instrumento de cooperação cujo objeto ou execução implique tratamento de informações sigilosas), "quebra de segurança" (ação ou omissão que comprometa ou coloque em risco informação sigilosa), "credenciamento de segurança" (habilitação de pessoas físicas, órgãos e entidades para tratamento de informações sigilosas), entre outros.

Do lado brasileiro, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSIPR) é o órgão que representa a autoridade nacional para fins do Acordo. Pelo Reino de Espanha, é a *Oficina Nacional de Seguridad*.

As regras de segurança, tais como equivalência de graus de sigilo e recomendações sobre reclassificação, desclassificação ou destruição de informação sigilosa recebida de uma parte pela outra, estão descritas no art. 4º.

A transmissão entre as partes encontra-se regulada no art. 5º; os contratos sigilosos, no art. 6º; as visitas de uma parte a outra que envolvam acesso a informação sigilosa, no art. 7º; a quebra de segurança, no art. 8º; a determinação de que cada parte assumirá os custos que para si advenham da aplicação e supervisão do acordo, no art. 9º.

O art. 10 contém a previsão de solução de controvérsias pela via diplomática com a participação das autoridades nacionais de segurança. Os arts. 11 a 13 do Acordo trazem cláusulas referentes à vigência, revisão e



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

denúncia do Acordo.

Acompanham a referida mensagem presidencial a íntegra do tratado e a exposição de motivos do Ministério das Relações Exteriores, por meio da qual se destaca que *o acordo reconhece a necessidade de garantir a segurança de informações sigilosas trocadas no âmbito de instrumentos de cooperação ou contratos celebrados entre o Brasil e a Espanha e visa a estabelecer regras e procedimentos para a segurança das informações que venham a ser trocadas entre as Partes, suas pessoas físicas, órgãos e entidades credenciadas.*

A proposição foi aprovada na Câmara dos Deputados em 22 de setembro de 2011 e seguiu para esta Casa. Distribuída a esta Comissão de Relações Exteriores, o projeto de decreto legislativo não recebeu emendas.

II – ANÁLISE

A proposição não apresenta vício de constitucionalidade. Está de acordo com o art. 49, I, e o art. 84, VIII, ambos da Constituição Federal, e não ofende outras normas fundamentais. Tampouco verificamos vícios quanto a sua juridicidade.

No mérito, não temos dúvida de que a celebração de acordos internacionais como este favorecem o estabelecimento e a intensificação das relações bilaterais e da cooperação entre os Estados. Esse vínculo jurídico, portanto, forneceria bases confiáveis para que Brasil e Espanha pudessem estreitar seus laços.

Entretanto, o presente tratado colide com a recente Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que

regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

O art. 36 desse diploma legal dispõe que o *tratamento de informação sigilosa resultante de tratados, acordos ou atos internacionais atenderá às normas e recomendações constantes desses instrumentos*. Esse dispositivo confere, inicialmente, proteção a tratados já ratificados, embora careça de decreto que o regulamente a fim de evitar responsabilidade internacional por seu inadimplemento.

Por exemplo, urge a regulamentação sobre o destino de atos outrora classificados como confidenciais, hoje em via de supressão; sobre desclassificação de documentos sigilosos produzidos com informações ou dados obtidos sob a égide de tratados de cooperação, que serão automaticamente tornados públicos; e sobre tratamento futuro das informações produzidas nesse contexto.

De qualquer modo, o conteúdo do referido art. 36 é importante para o cumprimento de vasto número de tratados já ratificados pelo Brasil. Vale lembrar que a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, de 1969, em seu art. 26, obriga as partes de tratados a cumpri-los de boa-fé, e seu art. 27 proíbe as partes de invocar disposições de seu direito interno como justificativa para o descumprimento de um tratado.

A importância da existência do art. 36 é redobrada pelo fato de tratados em geral, excetuados os de direitos humanos e os de reconhecimento de jurisdição penal internacional, terem status de lei federal ordinária segundo o STF e, portanto, haver potencial conflito entre os tratados e a Lei nº 12.527, de 2011, o que, para atos



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

internacionais já ratificados, poderia ser sanado por sua regulamentação, pela interpretação de atos já consumados ou pela denúncia dos tratados. Internacionalmente, o Brasil deve informar aos Estados com quem tem esse tipo de acordo sobre nossa alteração legislativa.

Contudo, situação bastante diversa diz respeito a tratados ainda em processo de celebração, como é o presente caso. Tratado posterior à lei teria o poder de sobrepô-la, o que não é desejável quando o assunto é o acesso a informações públicas. Todo novo tratado a ser celebrado pelo Brasil sobre essa matéria deve estar de acordo com o sistema determinado pela Lei nº 12.527, de 2011, e o tratado em análise não atende a esse quesito.

Convém registrar o fato de a citada lei ter suprimido o grau de sigilo confidencial, enquanto o presente acordo, que foi negociado antes do advento do mencionado diploma legislativo, o prevê expressamente no seu art. 4º, § 1º. Além disso, o § 2º desse artigo dispõe que “[a] Parte destinatária concederá à informação sigilosa recebida o grau de sigilo equivalente ao expressamente concedido pela Parte transmissora, em conformidade ao disposto no item 1”. Contudo, essa equivalência não existirá mais quanto ao grau confidencial. O Brasil não produzirá mais esse tipo de documento.

Igualmente, os tratados devem relevar certas normas da lei de acesso à informação, como a disposição geral ínsita no seu art. 21 e parágrafo único, que dispõe:

Art. 21. Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

Parágrafo único. As informações ou documentos que

versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.

Com efeito, a considerar que o Congresso Nacional não pode emendar tratados, há óbices para a aprovação do presente Acordo. Sugerimos sua renegociação junto ao Reino da Espanha.

III – VOTO

Por não ser conveniente quanto ao mérito, somos pela rejeição do Projeto de Decreto Legislativo nº 238, de 2011.

Sala da Comissão,

, Presidente

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA, Relator



SENADO FEDERAL
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 238, DE 2011
(nº 46/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha Relativo à Segurança de Informações Sigilosas, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha Relativo à Segurança de Informações Sigilosas, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**ACORDO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O REINO DA
ESPANHA RELATIVO À SEGURANÇA DE INFORMAÇÕES SIGILOSAS**

A República Federativa do Brasil

e

O Reino da Espanha
(doravante designados por “Partes”),

Reconhecendo a necessidade de garantir a segurança de informações sigilosas trocadas no âmbito de instrumentos de cooperação ou contratos celebrados entre as mesmas, suas pessoas físicas, órgãos e entidades credenciadas;

Desejando estabelecer um conjunto de regras e procedimentos sobre segurança de informações sigilosas em conformidade ao ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil e do Reino da Espanha;

Acordam o seguinte:

Artigo 1º
Objeto e Âmbito de Aplicação

1. O presente Acordo estabelece regras e procedimentos para segurança de informações sigilosas trocadas entre as Partes, suas pessoas físicas, órgãos e entidades credenciadas.
2. Nenhuma das Partes poderá invocar o presente Acordo com o objetivo de obter informação sigilosa que a outra Parte tenha recebido de uma terceira Parte.

Artigo 2º
Definições

Para os efeitos do presente Acordo:

- a) “Autoridade nacional de segurança – ANS” designa a entidade indicada por cada Parte para a implementação do presente Acordo;

- b) “Parte transmissora” designa a Parte que transmite informação sigilosa à outra Parte;
- c) “Parte destinatária” designa a Parte à qual é transmitida informação sigilosa;
- d) “terceira Parte” designa qualquer organização internacional ou Estado que não é parte no presente Acordo;
- e) “instrução de segurança do projeto” designa os procedimentos e medidas de segurança aplicáveis a um determinado projeto ou contrato sigiloso;
- f) “contrato sigiloso” designa qualquer ajuste, convênio ou acordo de cooperação cujo objeto ou execução implique o tratamento de informações sigilosas;
- g) “quebra de segurança” designa a ação ou omissão, intencional ou accidental, que resulta no comprometimento ou no risco de comprometimento de informação sigilosa;
- h) “tratamento” designa a recepção, produção, reprodução, utilização, acesso, transporte, transmissão, distribuição, armazenamento, destruição e controle de informações sigilosas;
- i) “credenciamento de segurança” designa a habilitação de pessoas físicas, órgãos e entidades para tratamento de informações sigilosas;
- j) “credencial de segurança” designa o certificado, concedido por autoridade competente, que habilita determinada pessoa a ter acesso a informações em diferentes graus de sigilo.

Artigo 3º

Autoridades Nacionais de Segurança

1. As Autoridades nacionais de segurança de cada Parte são representadas pelos órgãos abaixo relacionados:

Pela República Federativa do Brasil:

Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República -
GSIPR
Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto
70.150-900 Brasília
Brasil

Pelo Reino de Espanha:

Oficina Nacional de Seguridad - ONS

Centro Nacional de Inteligencia - CNI

Avda. Padre Huidobro, s/n

28023 Madrid

Espanha

2. As Autoridades nacionais de segurança informar-se-ão mutuamente sobre a respectiva legislação em vigor que regulamenta a segurança de informações sigilosas.

3. Com vistas a assegurar uma estreita cooperação na aplicação do presente Acordo, as Autoridades nacionais de segurança poderão consultar-se sempre que solicitado por uma delas.

4. Representantes da Autoridade nacional de segurança de uma Parte poderão efetuar visitas nos estabelecimentos da Autoridade nacional de segurança da outra Parte com a finalidade de conhecer procedimentos e medidas de segurança aplicáveis às informações sigilosas.

5. Se solicitado, as Partes, por meio das suas Autoridades nacionais de segurança, tendo em conta o respectivo direito interno em vigor, colaborarão entre si no decurso dos procedimentos necessários ao credenciamento de segurança de suas pessoas físicas que tenham residido ou residam no território da outra Parte.

6. As Autoridades nacionais de segurança assegurarão que as pessoas físicas, órgãos e entidades credenciadas de seu país cumprirão as obrigações do presente Acordo.

Artigo 4º**Regras de Segurança**

1. As Partes acordam que os seguintes graus de sigilo são equivalentes:

República Federativa do Brasil	Reino da Espanha
ULTRA SECRETO	SECRETO
SECRETO	RESERVADO
CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL
RESERVADO	DI·FUSIÓN LIMITADA

2. A Parte destinatária concederá à informação sigilosa recebida o grau de sigilo equivalente ao expressamente concedido pela Parte transmissora, em conformidade ao disposto no item 1.

3. A Parte destinatária não poderá reclassificar, desclassificar ou destruir informação sigilosa recebida sem prévia autorização escrita da Autoridade nacional de segurança da Parte transmissora.

4. A Parte transmissora informará à Parte destinatária da reclassificação ou desclassificação da informação sigilosa transmitida.

5. O acesso à informação sigilosa será limitado às pessoas que tenham necessidade de conhecer e que estejam habilitadas por credenciamento de segurança.

6. As Partes reconhecerão reciprocamente as credenciais de segurança emitidas de acordo com legislação da outra Parte.

7. A informação sigilosa transmitida só poderá ser usada para os fins para os quais foi transmitida.

8. A informação sigilosa marcada como ULTRA-SECRETO/SECRETO somente poderá ser traduzida, reproduzida ou destruída mediante autorização escrita da Autoridade nacional de segurança da Parte transmissora.

9. As traduções e reproduções de informações sigilosas serão efetuadas em conformidade com os seguintes procedimentos:

- a) os tradutores deverão estar credenciados na categoria correspondente ao grau de sigilo da informação sigilosa a ser traduzida;
- b) as traduções e as reproduções deverão ser marcadas com a mesma classificação que a informação sigilosa original;
- c) as traduções e reproduções serão controladas pelas Partes;
- d) as traduções deverão ter a indicação apropriada, na língua para a qual foram traduzidas, de que contêm informações sigilosas recebidas da Parte transmissora.

Artigo 5º

Transmissão entre as Partes

1. A informação sigilosa será transmitida entre as Partes por meio dos canais diplomáticos ou de pessoas físicas, órgãos ou entidades devidamente credenciadas e autorizadas pela Parte transmissora.

2. A informação sigilosa poderá ser transmitida por meio de sistemas de comunicação protegidos, redes ou outros meios eletromagnéticos aprovados por ambas as Partes.

3. A transmissão de informação sigilosa volumosa ou em grande quantidade será aprovada em cada caso, por ambas as Autoridades nacionais de segurança.

4. A Autoridade nacional de segurança da Parte destinatária confirmará, por escrito, a recepção de informação sigilosa.

5. A Parte destinatária não transmitirá informação sigilosa a uma terceira Parte, ou a qualquer pessoa física, órgão ou entidade que tenha a nacionalidade de um terceiro Estado, sem autorização prévia, por escrito, da Parte transmissora.

Artigo 6º **Contratos Sigilosos**

1. No caso de contratos sigilosos celebrados ou a celebrar que prevejam a transmissão de informações sigilosas será exigido o credenciamento de segurança dos contratantes pelas Autoridades nacionais de segurança das Partes.

2. Qualquer sub-contratante também deverá ser credenciado, obrigando-se pela segurança das informações sigilosas.

3. Os contratos sigilosos deverão conter cláusulas que contemplem os seguintes itens:

- a) identificação das informações sigilosas;
- b) previsão de uma instrução de segurança do projeto definindo o conjunto de procedimentos e medidas de segurança aplicáveis às informações sigilosas;
- c) responsabilização pelos danos decorrentes de quebra de segurança;
- d) obrigação de informar qualquer quebra de segurança a sua Autoridade nacional de segurança;
- e) vedação de sub-contratação total ou parcial do objeto sem expressa autorização do outro contratante;
- f) previsão dos canais de comunicação e meios para transmissão das informações sigilosas;

- g) obrigação do contratado, de seus empregados, prepostos ou representantes, de manter sigilo;
- h) necessidade de identificação das pessoas que terão acesso a informações sigilosas;
- i) responsabilização pelo não cumprimento dos procedimentos e medidas de segurança aplicáveis às Informações Sigilosas.

4. Uma cópia do contrato sigiloso deverá ser remetida à Autoridade nacional de segurança da Parte onde o contrato sigiloso será cumprido para verificação do cumprimento das cláusulas de segurança.

Artigo 7º

Visitas

1. As visitas que envolvam acesso a informação sigilosa por nacionais de uma Parte à outra Parte estarão sujeitas a autorização prévia, por escrito, conferida pelas Autoridades nacionais de segurança.

2. O pedido de visita será apresentado por intermédio das Autoridades nacionais de segurança com um prazo de antecedência mínima de trinta (30) dias à data prevista para a visita.

3. As visitas serão autorizadas por uma Parte aos visitantes da outra Parte, somente se estes:

- a) possuírem credenciamento de segurança válido concedido pelo seu país de origem; e
- b) estiverem autorizados a receber ou a ter acesso à informação sigilosa fundamentado na necessidade de conhecer.

4. O pedido de visita será apresentado por intermédio das Autoridades nacionais de segurança, devendo incluir as seguintes informações:

- a) dados pessoais do visitante: nome e sobrenome, data e local de nascimento, nacionalidade, passaporte ou outra cédula de identidade;
- b) indicação do órgão ou da entidade à qual o visitante pertence;
- c) dados relacionados à visita: período da visita, objeto e propósito da visita, indicação da entidade que pretende visitar;

- d) indicação de um contato no órgão ou entidade que pretende visitar, com nome, sobrenome e número de telefone;
 - e) indicação do grau de sigilo da informação que se pretende acessar;
 - f) certificação da posse de uma credencial de segurança do visitante, constando o grau de sigilo, o prazo de validade e qualquer limitação que conste na mesma.
5. A Autoridade nacional de segurança do país anfitrião notificará a Autoridade nacional de segurança do país do visitante de sua decisão com um prazo de antecedência mínima de dez (10) dias à data prevista para a visita.
6. Uma vez autorizada a visita, a Autoridade nacional de segurança do país anfitrião fornecerá uma cópia do pedido à entidade a ser visitada.
7. Em relação aos projetos ou contratos que exijam visitas recorrentes poderá ser elaborada uma lista das pessoas autorizadas. Essa lista não poderá ter validade superior a doze (12) meses.

Artigo 8º Quebra de Segurança

1. Em caso de quebra de segurança relacionada à informação sigilosa que envolva as Partes deste acordo, a Autoridade nacional de segurança da Parte onde ocorre a quebra de segurança informará, prontamente, a Autoridade nacional de segurança da outra Parte.
2. A Parte onde ocorre a quebra de segurança deverá investigar ou acompanhar a investigação do incidente e, ao final, informar prontamente a outra Parte sobre o resultado da investigação e as medidas de correção aplicadas.

Artigo 9º Custos

Cada Parte assumirá os custos que para si advenham da aplicação e supervisão do presente Acordo.

Artigo 10
Solução de Controvérsias

1. Qualquer controvérsia sobre a interpretação ou a aplicação do presente Acordo será resolvida por via diplomática com a participação das Autoridades nacionais de segurança.
2. Durante o período de resolução das controvérsias o Acordo deverá continuar sendo cumprido.

Artigo 11
Entrada em Vigor

O presente Acordo entrará em vigor trinta (30) dias após a recepção da última notificação, por escrito e por via diplomática, informando que foram cumpridos os requisitos do Direito interno das Partes.

Artigo 12
Revisão

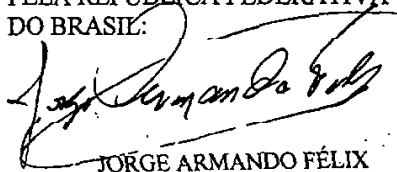
1. O presente Acordo poderá ser objeto de revisão com base no consentimento mútuo, por escrito, das Partes.
2. As emendas entrarão em vigor nos termos previstos no Artigo 11 do presente Acordo.

Artigo 13
Vigência e denúncia

1. O presente Acordo permanecerá em vigor por um período indeterminado.
2. As Partes poderão, a qualquer momento, denunciar o presente Acordo.
3. A denúncia deverá ser notificada por escrito e por via diplomática com no mínimo seis (6) meses de antecedência.
4. Não obstante a denúncia, a informação sigilosa trocada ao abrigo do presente Acordo continuará a ser protegida em conformidade com as disposições do mesmo, até que a Parte transmissora dispense a Parte destinatária dessa obrigação.

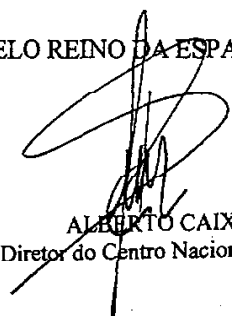
Em fé do que, os representantes devidamente autorizados por seus respectivos Governos assinam esse Acordo em *Madri*, no dia 17 do mês de *setembro* do ano de 2007, nas versões em língua portuguesa e espanhola, sendo ambas igualmente autênticas.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL:



JORGE ARMANDO FÉLIX
Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança
Institucional

PELO REINO DA ESPANHA:



ALBERTO CAIX CORTÉS
Diretor do Centro Nacional de Inteligência

Mensagem nº 643, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha Relativo à Segurança de Informações Sigilosas, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.

Brasília, 5 de novembro de 2010.

EM Nº 00054 MRE – COCIT/DAI/DE I/AFEPA/ASEG-BRAS-ESPA

Brasília, 10 de fevereiro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à alta consideração de Vossa Excelência o Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha Relativo à Segurança de Informações Sigilosas, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007, pelo Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Jorge Armando Félix, e pelo Diretor do Centro Nacional de Inteligência da Espanha, Alberto Caix Cortés.

2. O acordo reconhece a necessidade de garantir a segurança de informações sigilosas trocadas no âmbito de instrumentos de cooperação ou contratos celebrados entre o Brasil e a Espanha e visa a estabelecer regras e procedimentos para a segurança das informações que venham a ser trocadas entre as Partes, suas pessoas físicas, órgãos e entidades credenciadas.

3. Para esse fim, o documento define as Autoridades nacionais de segurança de cada Parte que deverão informar-se mutuamente sobre as respectivas legislações em vigor que regulamentam a matéria, efetuar visitas no estabelecimento da Autoridade Nacional de Segurança da outra Parte e colaborar entre si no decurso dos procedimentos necessários ao credenciamento de segurança de suas pessoas físicas que tenham residido ou residam no território da outra Parte.

4. Fica definido, ainda, que a Parte destinatária das informações não poderá reclassificar, desclassificar ou destruir informação sigilosa recebida, sem prévia autorização escrita da Autoridade de Segurança da outra Parte. O acesso à informação sigilosa será limitado às pessoas que tenham necessidade de conhecer e que estejam habilitadas por credenciamento de segurança. As informações sigilosas serão transmitidas por canais diplomáticos, sistemas de comunicação protegidos, pessoas físicas, órgãos ou entidades devidamente credenciadas.

5. Além disso, os contratos sigilosos deverão conter cláusulas que contemplem a identificação das informações sigilosas, a previsão de uma instrução de segurança do projeto, a responsabilização pelos danos decorrentes de quebra de segurança, a obrigação de informar qualquer quebra de segurança, vedação de subcontratação total ou parcial do objeto, previsão dos canais de comunicação e meios para a transmissão das informações sigilosas, obrigação do contratado de manter sigilo e identificar as pessoas que terão acesso a tais informações, bem como a responsabilização pelo não-cumprimento dos procedimentos e medidas de segurança aplicáveis às informações sigilosas.

6. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o artigo 49, inciso I, combinado com o artigo 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submeto a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 04/10/2011.

8



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

PARECER N° , DE 2011

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 240, de 2011 (PDC nº 57, de 2011, na origem), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, *que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Bonfim-RR, em 14 de setembro de 2009.*

RELATOR: Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**

I – RELATÓRIO

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à consideração congressional — por meio da Mensagem nº 157, de 9 de abril de 2010 — o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Cooperação em Matéria de Defesa. Referida mensagem dá notícia de que o acordo foi assinado na cidade de Bonfim-RR, em 14 de setembro de 2009.

A exposição de motivos do Ministro de Estado das

Relações Exteriores, que acompanha o documento presidencial, informa que o acordo tem por objetivo “formalizar o quadro normativo e institucional para a cooperação bilateral no campo de defesa”.

O texto indica, ainda, que “a cooperação bilateral deverá enfatizar, particularmente, as áreas de pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico, bem como treinamento e instrução militares conjuntos”.

O Ministério da Defesa, com a participação do Itamaraty, conduziu as negociações e aprovou o texto final.

O Acordo foi apresentado à Câmara dos Deputados em 15 de abril de 2011. Ele foi aprovado por aquela Casa legislativa em 22 de setembro de 2011 e remetido à apreciação do Senado.

A proposição foi distribuída a esta Comissão, nos termos do art. 376, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal. Destaque-se, além disso, que não foram apresentadas emendas no prazo regimental. A matéria foi, em sequência, distribuída para minha relatoria.

II – ANÁLISE

Cumpre ressaltar, de início, que não há reparos a serem feitos ao projeto no que concerne à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

No mérito, o acordo tem como objetivos: promover a cooperação entre as partes em assuntos relativos à defesa, partilhar conhecimentos e experiências adquiridas nesse domínio, compartilhar conhecimentos nas áreas de ciência e tecnologia, promover ações conjuntas de treinamento e instrução militar, colaborar em assuntos relacionados a equipamento e sistemas militares, cooperar



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

em outras áreas no domínio da defesa que sejam de interesse mútuo e promover a cooperação no combate ao crime e operações especiais, bem como o intercâmbio de inteligência para combater os crimes transnacionais.

O documento versa, também, sobre o âmbito da cooperação entre os dois países, suas respectivas responsabilidades financeiras relativas à implementação do instrumento convencional.

O tratado estabelece, por igual, a disciplina em relação ao tratamento de dados ou matérias classificadas como sigilosas, prescreve que ela será regulada em acordo entre as partes para a proteção de matéria classificada e, ainda, enumera os princípios que protegerão toda a informação militar sigilosa trocada diretamente entre as partes.

Há, também, dispositivo a prever que o término do Acordo não prejudicará as respectivas responsabilidades e obrigações das partes em relação à proteção de matéria classificada.

O documento segue, em linhas gerais, acordos desta natureza a nos vincular com outras soberanias. Inexiste no texto submetido à apreciação congressional cláusula ou dispositivo inovador relacionado ao objeto do tratado, que demande estudo mais pormenorizado.

III – VOTO

Tendo em consideração o relevante interesse nacional do Acordo, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 240, de 2011.

Sala da Comissão,

, Presidente

Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**, Relator



SENADO FEDERAL
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 240, DE 2011
(nº 57/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Bonfim-RR, em 14 de setembro de 2009.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Bonfim-RR, em 14 de setembro de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. |

**ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O
GOVERNO DA REPÚBLICA DA GUIANA SOBRE COOPERAÇÃO
EM MATÉRIA DE DEFESA**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Guiana
(doravante denominados as “Partes”),

Compartilhando o entendimento de que a cooperação mútua no campo da Defesa intensificará o relacionamento entre as Partes;

Buscando contribuir para a paz e a prosperidade internacional;

Reafirmando os princípios da soberania, da igualdade dos Estados e da não-interferência nas suas áreas de jurisdição exclusiva; e

Aspirando a fortalecer várias formas de colaboração entre as Partes, com base no estudo de assuntos de interesse comum,

Acordam o seguinte:

Artigo 1
Objetivos

A cooperação entre as Partes, regida pelos princípios de igualdade, reciprocidade e interesse comum, em conformidade com as respectivas legislações nacionais e as obrigações internacionais das Partes, tem como objetivos:

- a) promover a cooperação entre as Partes em assuntos relativos à Defesa, particularmente nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico e aquisição de produtos e serviços de Defesa;
- b) compartilhar conhecimentos e experiências adquiridas no campo de operações, na utilização de equipamento militar de origem nacional e estrangeira e no cumprimento de operações internacionais de manutenção de paz;
- c) compartilhar conhecimentos e experiências nas áreas da ciência e tecnologia;
- d) promover ações conjuntas de treinamento e instrução militar, exercícios militares combinados e o correspondente intercâmbio de informações;
- e) colaborar em assuntos relacionados a sistemas e equipamentos no domínio da Defesa;
- f) cooperar em outras áreas no domínio da Defesa que possam ser de interesse comum de ambas as Partes;
- g) proceder como facilitador no trânsito militar aéreo, terrestre e marítimo, de conformidade com as respectivas legislações nacionais das Partes; e
- h) promover a cooperação no combate ao crime e operações especiais, bem como o intercâmbio de inteligência para combater os crimes transnacionais, de conformidade com as respectivas legislações nacionais das Partes.

Artigo 2 Cooperação

A cooperação entre as Partes no domínio da Defesa será implementada da seguinte forma:

- a) visitas mútuas de delegações de alto nível a entidades civis e militares;
- b) reuniões entre as instituições de Defesa equivalentes;
- c) intercâmbio de instrutores e estudantes de instituições militares;
- d) participação em cursos teóricos e práticos, estágios, seminários, conferências, debates e simpósios em entidades militares, assim como em entidades civis de interesse da Defesa e de comum acordo entre as Partes;
- e) visitas a navios e aeronaves militares;
- f) eventos culturais e desportivos;
- g) apoio às iniciativas comerciais relacionadas a materiais e serviços vinculados à área de Defesa;

- h) implementação e desenvolvimento de programas e projetos de aplicação de tecnologia de defesa, com a possibilidade de participação de entidades militares e civis estratégicas de cada Parte; e
- i) intercâmbio/visitas mútuas das Forças das Partes mobilizadas na fronteira comum.

Artigo 3 Responsabilidades Financeiras

1. Salvo se acordado em contrário, cada Parte será responsável por suas despesas, incluindo, mas não limitadas a:

- a) gastos de transporte de e para o ponto de entrada no Estado anfitrião;
- b) gastos relativos ao seu pessoal, incluindo os de alimentação e de hospedagem;
- c) gastos relativos a tratamento médico e dentário, remoção ou evacuação do seu pessoal doente, ferido ou falecido.

2. Sem prejuízo do disposto na alínea “c” do parágrafo 1 do presente Artigo, a Parte receptora deverá prover tratamento de emergência em estabelecimentos médicos de suas Forças Armadas para o pessoal da Parte remetente que venha a precisar de assistência médica durante a implementação das atividades de cooperação bilateral sob o amparo do presente Acordo e, caso necessário, em outros estabelecimentos de saúde, ficando a Parte remetente responsável por essas despesas.

3. Todas as atividades desenvolvidas no âmbito deste Acordo estarão sujeitas à disponibilidade dos recursos financeiros das Partes.

Artigo 4 Responsabilidade Civil

1. Uma Parte não impetrará nenhuma ação cível contra a outra Parte ou membro das Forças Armadas da outra Parte, por danos causados no exercício das atividades que se enquadrem no âmbito do presente Acordo.

2. Quando membros das Forças Armadas de uma das Partes causarem perda ou dano a terceiros intencionalmente, ou por negligência, tal Parte será responsável pela perda ou dano, conforme a legislação vigente na Parte anfitriã.

3. Nos termos da legislação da Parte anfitriã, as Partes indenizarão qualquer dano causado a terceiros por membros das suas Forças Armadas, por ocasião da execução de seus deveres oficiais, no âmbito deste Acordo.

4. Se as Forças Armadas de ambas as Partes forem co-responsáveis pela perda ou dano causado a terceiros, as Partes indenizarão, solidariamente, aqueles terceiros.

Artigo 5

Segurança da Informação Sigilosa

1. A proteção de informação sigilosa que vier a ser trocada ou gerada no âmbito deste Acordo será regulada pelas Partes por meio de um Acordo para a proteção de informação sigilosa.
2. Enquanto o Acordo mencionado no parágrafo anterior não estiver em vigor, toda a informação sigilosa gerada ou intercambiada diretamente entre as Partes, assim como aquelas informações de interesse comum obtidas de outras formas por cada uma das Partes, serão protegidas de acordo com os seguintes princípios:
 - a) a Parte destinatária não proverá qualquer equipamento militar ou tecnologia a governos, organizações nacionais ou outras entidades de uma terceira parte, nem difundirá informação sigilosa obtida sob este Acordo, sem a autorização prévia, por escrito, da Parte remetente;
 - b) a Parte destinatária procederá à classificação de igual grau de sigilo ao atribuído pela Parte remetente e, conseqüentemente, tomará as necessárias medidas de proteção;
 - c) a informação sigilosa será apenas usada com a finalidade para a qual foi liberada;
 - d) o acesso à informação sigilosa será limitado a pessoas que tenham “a necessidade de conhecer” e que, no caso de a informação sigilosa ser classificada como confidencial ou com grau superior, estejam habilitadas com a adequada “Credencial de Segurança Pessoal” emitida pelas respectivas autoridades competentes;
 - e) uma Parte informará a outra Parte sobre as alterações que aumentem o grau de classificação da informação sigilosa transmitida; e
 - f) a Parte destinatária não diminuirá o grau de classificação de segurança nem desclassificará a informação sigilosa recebida, sem prévia autorização escrita da Parte remetente.

3. As respectivas responsabilidades e obrigações das Partes relacionadas às medidas de segurança e de proteção da informação sigilosa continuarão a ser aplicadas, não obstante o término deste Acordo.

Artigo 6

Protocolos Complementares, Emendas, Revisão e Programas

1. Com o consentimento de ambas as Partes, Protocolos Complementares a este Acordo poderão ser firmados em áreas específicas de cooperação de Defesa, envolvendo entidades militares e civis.

2. Os programas de implementação em atividades específicas de cooperação sob este Acordo ou de seus Protocolos Complementares serão elaborados, desenvolvidos e implementados, com o consentimento mútuo das Partes, por pessoal autorizado do Ministério da Defesa do Brasil e da Força de Defesa da Guiana, quando aplicável, em estreita coordenação com os respectivos Ministérios das Relações Exteriores de ambas as Partes.

3. Os Protocolos Complementares serão elaborados pelo Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Guiana, em estreita coordenação com o Ministério da Defesa do Brasil e com a Força de Defesa da Guiana.

4. Este Acordo poderá ser emendado ou revisado com o consentimento das Partes, por troca de Notas, pelos canais diplomáticos.

5. Os Protocolos Complementares, emendas ou revisões entrarão em vigor conforme previsto no Artigo 9 deste Acordo.

Artigo 7 **Implementação**

1. As Partes estabelecerão um grupo de trabalho conjunto com a finalidade de coordenar as atividades de cooperação no âmbito deste Acordo.

2. O grupo de trabalho conjunto será constituído por representantes do Ministério da Defesa e do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, e da Força de Defesa e do Ministério de Negócios Estrangeiros da República da Guiana, bem como de qualquer outra instituição que possa ser de interesse para as Partes, quando aplicável.

3. O local e a data das reuniões do grupo de trabalho conjunto serão definidos de comum acordo entre as Partes, sem prejuízo de outros mecanismos bilaterais existentes entre elas.

Artigo 8 **Solução de Controvérsias**

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou aplicação deste Acordo será resolvida por meio de consultas e negociações entre as Partes, por via diplomática.

Artigo 9 **Entrada em Vigor**

O presente Acordo entrará em vigor trinta (30) dias após a data de recepção da última notificação em que uma Parte informa a outra, por escrito e por via diplomática, de que foram cumpridos os respectivos requisitos internos necessários para entrada em vigor deste Acordo.

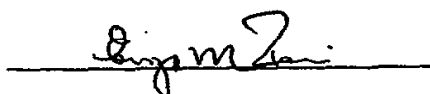
Artigo 10
Denúncia

Qualquer das Partes poderá, a qualquer momento, notificar à outra, por escrito e por via diplomática, sua intenção de denunciar o presente Acordo. A denúncia surtirá efeito noventa (90) dias após a data da notificação e não afetará os programas e atividades em curso no âmbito do presente Acordo, salvo se acordado em contrário pelas Partes.

Em fé do que os signatários, devidamente autorizados para tal por seus respectivos Governos, firmam o presente Acordo em dois exemplares originais, nos idiomas português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Feito em Bonfim, em 14 de setembro de 2009.

**PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL**



General-de-Exército Enzo Martins Peri
Ministro, interino, da Defesa

**PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DA
GUIANA**



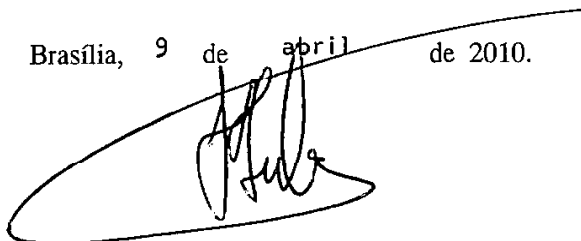
Carolyn Rodrigues-Birkett
Ministra dos Negócios

Mensagem nº 157, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Defesa, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Bonfim-RR, em 14 de setembro de 2009.

Brasília, 9 de abril de 2010.



EMI Nº 00394 DAI/DAM IV/AFEPA/MRE – PAIN-BRAS-GUIA

Brasília, 9 de novembro de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Elevamos à consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem pelo qual se submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Bonfim-RR, em 14 de setembro de 2009, pelo Ministro, interino, da Defesa, General de Exército Enzo Martins Peri, e pela Ministra dos Negócios Estrangeiros da Guiana, Carolyn Rodrigues-Birkett.

2. O Acordo, cujo texto foi proposto pelo Ministério da Defesa e negociado com a parte guianense em coordenação com o Itamaraty, tem por objetivo formalizar o quadro normativo e institucional para a cooperação bilateral no campo da defesa. Os dois países já desenvolvem fluido programa de cooperação nessa área, e há interesse de ambas as partes em aprofundá-la.

3. A cooperação bilateral deverá enfatizar, particularmente, as áreas de pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico, bem como treinamento e instrução militares conjuntos.

4. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submetemos a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim, Juniti Saito

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 04/10/2011.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

OS:15180/2011

9



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

PARECER Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 290, de 2011 (nº 230, de 2011, na origem), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuaite, assinado em Brasília, em 22 de julho de 2010.*

RELATOR: Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**

I – RELATÓRIO

O texto do Acordo acima epigrafado foi encaminhado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem do Presidente da República nº 641, de 5 de novembro de 2010, endereçada pelo Aviso nº 708 da Casa Civil, de mesma data, acompanhado da Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores (MRE) nº 402- MRE/DAÍ/ABC/DOM II/AFEPA/PAIN-BRAS/KUAI, do mês anterior.

A Exposição de Motivos justifica o ato internacional pela existência de diversos interesses mútuos, não discriminados no documento.

De estrutura, versada em dez artigos, o Acordo estabelece a cooperação técnica em áreas que forem julgadas prioritárias pelas Partes, em razão das quais serão abertos projetos de cooperação técnica que serão implementados por meio de ajustes complementares. Para tanto, fica estabelecida a previsão de reuniões para tratar de todos os assuntos pertinentes à cooperação, sem especificar a periodicidade.

Também está prevista a isenção de taxas, impostos e demais gravames de importação e de exportação, com exceção daqueles relativos a despesas de armazenagem, transporte ou outros serviços conexos. Ao cabo dos projetos de cooperação, deverão ser reexportados, salvo se forem transferidos a título permanente à Parte anfitriã. A instituição pública encarregada da execução das atividades de cooperação tomará as medidas necessárias para a liberação alfandegária.

As demais cláusulas, de vigência, renovação, denúncia e emenda seguem a regularidade dos atos internacionais do gênero e não merecem reparos.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

O envio do texto do Acordo, pelo Presidente da República, ao Congresso Nacional atendeu os dispositivos constitucionais pertinentes (arts. 49, I, e 84, VIII, da Constituição Federal).

De acordo com o portal da Divisão de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores,



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

vigoram entre Brasil e Kuaite apenas dois tratados internacionais: um Acordo de Cooperação, datado de 1975, e um Memorando de Entendimento de Consultas Bilaterais.

Em plena “Era dos Tratados”, momento histórico no qual o Brasil vivencia a multiplicação exponencial do número de atos internacionais negociados e pactuados em vários níveis (bilateral, trilateral, multilateralmente), é de se deduzir, pela escassez de diplomas legais, que o estado da arte dos entendimentos políticos bilaterais é injustificadamente precário em face, sobretudo, da importância política do Kuaite na região do Oriente Médio, palco que foi dos mais sangrentos conflitos armados das últimas décadas.

Para o Brasil, que na recente década tem optado pelo protagonismo político na região, em contraste com a visão pragmática da década de 1990, que restringia sua atenção no Oriente Médio aos seus interesses comerciais e políticos mais imediatos, o vácuo legislativo e político é injustificável e deve ser reparado com brevidade e vigor.

A decisão por se inaugurar a nova geração de tratados bilaterais pela cooperação técnica é adequada, por permitir o paulatino reconhecimento pelos Estados, de seus interesses mútuos e potenciais a serem explorados. Os termos abrangentes com que o ato foi urdido conferem a ele a natureza de um tratado guarda-chuva, em relação ao qual outros tratados irão somar-se para realizar o objeto anunciado: a cooperação técnica. Mostram-se, dessarte, igualmente ajustados aos propósitos enunciados.

Nada obstante, cabem algumas observações sobre os termos do ato bilateral. O artigo III do Acordo de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil

e o Governo do Estado do Kuaite estabelece que projetos de cooperação técnica serão implementados por meio de ajustes complementares.

Entende, portanto, que o Acordo de Cooperação Técnica, se aprovado pelo Senado, promulgado pelo Executivo e, por fim, ratificado, confere amparo legal suficiente a esses ajustes complementares, prescindindo a apresentação desses ao Parlamento, para análise.

A Constituição Federal estabelece, no art. 49, inciso I, como competência exclusiva do Congresso Nacional a resolução definitiva sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional. Por óbvio, qualquer ato internacional, independentemente de sua natureza, deverá ser submetido ao crivo congressional acaso gere encargos, despesas, ao orçamento nacional, independentemente da sua ordem de grandeza ou do *nomen juris* que se lhe confira.

Para a doutrina de Celso Mello, ajustes complementares prescindiriam do trâmite de internalização de tratados internacionais. Configura-se, portanto, desaconselhável o uso do termo “ajuste complementar” neste e em quaisquer outros atos internacionais, exceto se ressalvada a necessidade de análise congressional caso promovam encargos ao erário. Acreditamos firmemente que a condescendência do Senado Federal nesse caso poderá estimular a propagação de atos com cláusulas parecidas, gerando um grave problema de transparência e controle das contas públicas.

O Parlamento não pode emendar acordo internacional. Nada obstante, esta Casa Senatorial não pode aprovar um tratado cujos termos possam ferir os mandamentos constitucionais aos quais se vincula.

A solução que encontramos para evitar o impasse



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

é a aprovação do acordo nos termos do Projeto de Decreto Legislativo oriundo da Câmara dos Deputados, cujo parágrafo primeiro ressalva que os ajustes complementares que incorrerem em compromissos gravosos deverão ser submetidos a crivo congressional, reafirmando a dicção constitucional.

III – VOTO

Nos termos acima, manifestamo-nos favoravelmente ao Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 290, de 2011,

Sala das Comissões,

, Presidente

Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**, Relator



SENADO FEDERAL
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 290, DE 2011
(nº 230/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuaite, assinado em Brasília, em 22 de julho de 2010.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuaite, assinado em Brasília, em 22 de julho de 2010.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DO ESTADO DO KUAITE**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

o Governo do Estado do Kuaite
(doravante denominados "Partes"),

Reconhecendo o desejo de fortalecer os laços de amizade existentes entre seus povos;

Considerando o interesse mútuo em promover o desenvolvimento sócio-econômico de seus respectivos países;

Convencidos da necessidade premente de promover o desenvolvimento sustentável;

Reconhecendo as vantagens recíprocas da cooperação técnica em áreas de interesse comum; e

Desejosos de desenvolver cooperação que estimule o progresso técnico,

Acordam o seguinte:

Artigo I.

O presente Acordo de Cooperação Técnica, doravante denominado "Acordo", visa a promover a cooperação técnica nas áreas consideradas prioritárias pelas Partes.

Artigo II

As Partes poderão beneficiar-se de mecanismos de cooperação trilateral, por meio de parcerias triangulares com outros países, organizações internacionais e agências regionais, a fim de alcançar os objetivos deste Acordo.

Artigo III

1. Os projetos de cooperação técnica serão implementados por meio de Ajustes Complementares.
2. As instituições executoras e coordenadoras das atividades de cooperação e os insumos necessários à implementação dos projetos referidos no parágrafo 1 deste Artigo serão estabelecidos em Ajustes Complementares.
3. As Partes poderão deliberar sobre a participação de instituições dos setores público e privado, bem como de organizações não-governamentais de ambos os países, na implementação dos projetos desenvolvidos no âmbito deste Acordo, em conformidade com os Ajustes Complementares.
4. As Partes contribuirão, em conjunto ou separadamente, para implementar os projetos aprovados de comum acordo, bem como buscarão o financiamento necessário de organizações e fundos internacionais, programas internacionais e regionais e outros doadores, em conformidade com suas legislações nacionais.

Artigo IV

1. As Partes realizarão reuniões para tratar de assuntos pertinentes aos projetos de cooperação técnica, incluindo:
 - a) avaliação e definição de áreas comuns prioritárias nas quais seria viável a implementação de cooperação técnica;
 - b) identificação de mecanismos e procedimentos a serem adotados por ambas as Partes;
 - c) avaliação e aprovação de Planos de Trabalho;
 - d) avaliação, aprovação e implementação de programas, projetos e atividades de cooperação técnica; e
 - e) avaliação dos resultados da execução dos projetos implementados no âmbito deste Acordo.
2. O local e a data das reuniões serão acordados por via diplomática.

Artigo V

Cada Parte garantirá que documentos, informações e dados obtidos em função da implementação deste Acordo não sejam divulgados, nem transmitidos a terceiros sem prévio consentimento, por escrito, da outra Parte.

Artigo VI

As Partes fornecerão, ao pessoal enviado por uma das Partes, no âmbito do presente Acordo, todo o apoio logístico necessário relativo à sua acomodação, facilidades de transporte e acesso à informação necessária ao cumprimento de suas funções específicas, bem como outras facilidades a serem acordadas nos Ajustes Complementares, em conformidade com as respectivas legislações das Partes.

Artigo VII

1. Cada Parte concederá, em seu território, ao pessoal designado pela outra Parte para exercer suas funções no âmbito do presente Acordo, bem como aos seus dependentes legais, quando necessário, com base na reciprocidade de tratamento, desde que não se trate de nacionais da Parte anfitriã ou estrangeiros com residência permanente na Parte anfitriã:

- a) visto, conforme as regras aplicáveis de cada Parte, solicitado por via diplomática;
- b) isenção de taxas aduaneiras e de outros impostos incidentes sobre a importação de objetos pessoais, durante os primeiros seis meses de estada, com exceção de taxas relativas a despesas de armazenagem, transporte e outros serviços conexos destinados à primeira instalação, e desde que o prazo de permanência legal no país anfitrião seja superior a um ano. Tais objetos serão reexportados ao final da missão, a menos que os impostos de importação, dos quais foram originalmente isentos, sejam pagos;
- c) isenção idêntica àquela prevista na alínea “b” deste parágrafo, quando da reexportação dos referidos bens;
- d) isenção de impostos sobre renda relativa a salários pagos pelas instituições da outra Parte. No caso de remunerações e diárias pagas pela instituição anfitriã, será aplicada a legislação do país anfitrião;
- e) o pessoal oficial de uma Parte que exerça atividade nos termos deste Acordo ou de Ajustes Complementares no território da Parte anfitriã será tratado em conformidade com sua condição oficial, com base na reciprocidade; e
- f) facilidades de repatriação em situações de crise.

2. A seleção do pessoal será feita pela Parte que o envie e será submetida à aprovação da Parte anfitriã.

Artigo VIII

1. Os bens, equipamentos e outros itens eventualmente fornecidos por uma Parte à outra para a execução de projetos desenvolvidos no âmbito deste Acordo, como definido e aprovado nos respectivos Ajustes Complementares, serão isentos de taxas, impostos e demais gravames de importação e de exportação, com exceção daqueles relativos a despesas de armazenagem, transporte e outros serviços conexos.
2. Ao término dos projetos de cooperação, todos os bens, equipamentos e outros itens referidos no parágrafo 1 deste Artigo, salvo se transferidos a título permanente à Parte anfitriã, serão reexportados com igual isenção de taxas e encargos relativos à importação e exportação, com exceção de taxas e encargos governamentais relacionados com despesas de armazenagem, transporte e outros serviços conexos.
3. No caso da importação ou exportação de bens destinados à execução de projetos desenvolvidos no âmbito do Acordo, a instituição pública encarregada da execução das atividades de cooperação tomará as medidas necessárias para a liberação alfandegária dos referidos bens.

Artigo IX

1. O presente Acordo entrará em vigor na data de recebimento da última notificação pela qual uma Parte informa a outra, por via diplomática, do cumprimento de seus requisitos internos para a entrada em vigor deste Acordo.
2. O presente Acordo terá vigência de cinco (5) anos, sendo renovado automaticamente por iguais períodos sucessivos, salvo denúncia por qualquer das Partes, em conformidade com o parágrafo 3 deste Artigo.
3. Qualquer das Partes poderá, a qualquer momento, notificar à outra, por via diplomática, sua decisão de denunciar o presente Acordo. A denúncia surtirá efeito seis (6) meses após a data da notificação. Em caso de denúncia, as Partes decidirão sobre a continuação das atividades em andamento, inclusive no âmbito de cooperação triangular com terceiros países.
4. O presente Acordo poderá ser emendado por consentimento mútuo das Partes. As emendas entrarão em vigor em conformidade com os procedimentos referidos no parágrafo 1 deste Artigo.

Artigo X

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou implementação deste Acordo será resolvida por meio de negociação direta entre as Partes, por via diplomática.

Feito em Brasília, em 22 de julho de 2010, em dois exemplares originais, nos idiomas português, árabe e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá a versão em inglês.

**PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL**

Antonio de Aguiar Patriota
Ministro, interino, das
Relações Exteriores

**PELO GOVERNO DO ESTADO DO
KUAITE**

Mustafa Jaseem Al-Shamali
Ministro das Finanças

Mensagem nº 641, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuaite, assinado em Brasília, em 22 de julho de 2010.

Brasília, 5 de novembro de 2010.

EM Nº 00402 MRE – DAI/ABC/DOM II/AFEPA/PAIN-BRAS-KUAI

Brasília, 10 de setembro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem pelo qual encaminha ao Congresso Nacional o texto do "Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuaite", celebrado em Brasília, assinado pelo Ministro, interino, das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, e pelo Ministro das Finanças do Kuaite, Mustafa Jaseem Al-Shamali, em 22 de julho de 2010.

2. A assinatura desse instrumento atende à disposição de ambos os Governos de desenvolver a cooperação técnica em diversas áreas de interesse mútuo e consideradas prioritárias.

3. Os programas e projetos serão implementados por meio de ajustes complementares, que definirão quais as instituições executoras, os órgãos coordenadores e os componentes necessários à implementação. Dos citados programas e projetos, poderão participar instituições dos setores público e privado, organismos internacionais, assim como organizações não governamentais de ambos os países.

4. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submeto a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 14/10/2011.